



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Raquel Barbosa Moratori

Dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde

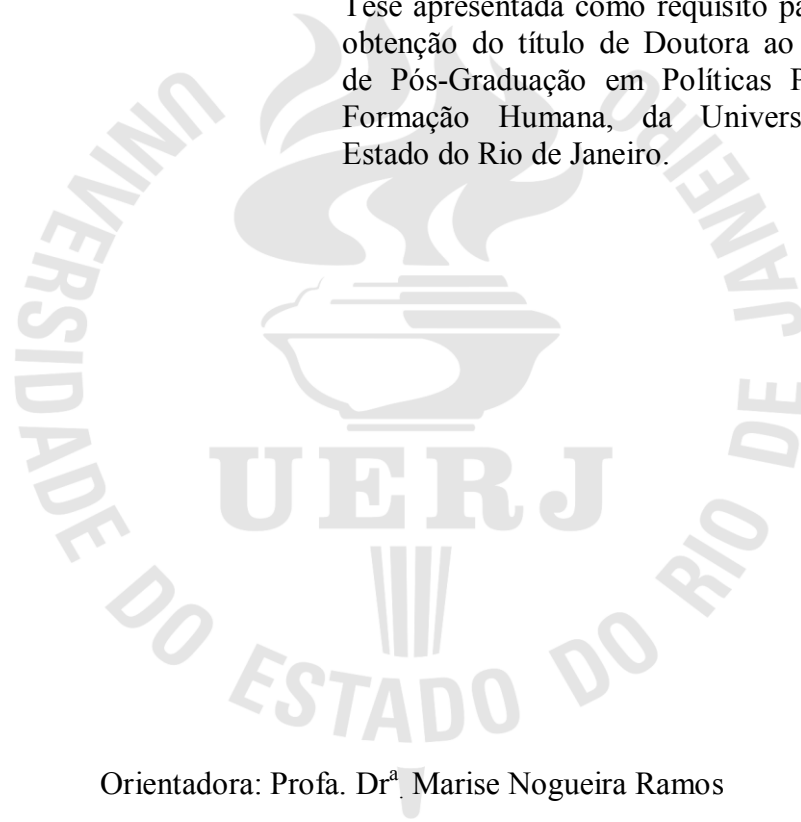
Rio de Janeiro

2014

Raquel Barbosa Moratori

Dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.



Orientadora: Profa. Dr^a Marise Nogueira Ramos

Rio de Janeiro
2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M831 Moratori, Raquel Barbosa.
Dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde / Raquel
Barbosa Moratori. – 2014.
212 f.

Orientadora: Marise Nogueira Ramos.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Trabalho - Aspectos sociais – Teses. 2. Pessoal da área de saúde pública –
Teses. 3. Cultura – Teses. 4. Identidade Social – Teses. 5. Formação
profissional – Teses. I. Ramos, Marise Nogueira. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 331.103.32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Raquel Barbosa Moratori

Dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 29 de outubro de 2014

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Marise Nogueira Ramos (orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^o. Dr^o. Gaudêncio Frigotto
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Naira Lisboa Franzoi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Katia Rejane de Medeiros
Fundação Oswaldo Cruz

Prof^a. Dr^a. Monica Vieira
Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro
2014

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Dona Ruth e Seu Zé Carlos.

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar agradecendo a Marise Ramos, uma relação inspiradora e uma pessoa que admiro muito! Sua contribuição extrapola essas linhas! Obrigada, Marise, pela orientação, pelo debate, pela escuta atenta e respeitosa mediante um diálogo genuíno que respeita as minhas opiniões sem abrir mão das suas, construindo comigo os caminhos deste trabalho. Obrigada pelo exemplo de sua incansável dedicação.

Agradeço aos membros da banca, os professores Gaudêncio Frigotto, Katia Medeiros, Monica Vieira, Naira Lisboa Franzoi, por terem aceitado participar dela, e também por suas importantes contribuições. Um agradecimento especial ao professor Telmo Caria por suas contribuições relevantes a este trabalho.

Agradeço aos professores do PPFH/UERJ, suas disciplinas me ajudaram muito na construção do referencial teórico deste trabalho.

Agradeço à instituição de saúde que tornou possível o trabalho de campo deste estudo.

À toda equipe do Labgestão e à direção da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, pelo apoio e compreensão nos momentos de afastamento. Meu carinho especial aos amigos Marcello Coutinho, Paulão Ribeiro, Prof. Ramon Peña e Vanessa Rocha.

Ao querido amigo Gilberto Santiago, agradeço a inspiração para este trabalho, o apoio, as discussões, as contribuições. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço, de coração, à minha querida amiga Simone Ferreira, sem sua ajuda o caminho me parecia impossível. Ao Val, agradeço a dedicação e o empenho em questionar a realidade apontando caminhos.

Agradeço ao Pedro Paulo Bastos, meu querido amigo, sua participação, preocupação e carinho foram fundamentais, especialmente no trabalho empírico deste estudo.

À toda equipe da UNIRIO e à direção da Escola de Administração Pública, pelo apoio e compreensão nos momentos de afastamento. Meu carinho e agradecimento especial a Benedito Adeodato.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional e por sempre perdoar minhas ausências, meus contatos breves e corridos.

Agradeço de todo o meu coração ao meu irmão amado Patrick Moratori, por me apoiar, me ajudar, me acolher, me fazer rir e chorar comigo. A vida é muito melhor com você por perto.

A minha filha amada Ingra Moratori, obrigada por tornar colorida a minha vida e me alimentar de forças para lutar por um mundo mais justo.

Ao meu querido companheiro Alberto Henrique, obrigada por acreditar mesmo quando eu achava que seria impossível. Obrigada pela paciência, pelo apoio e pelas leituras e correções dos parágrafos incompreensíveis.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

MORATORI, Raquel Barbosa. *Dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde*. 212 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Esta tese apresenta uma proposta teórico-metodológica baseada no conceito de cultura profissional, visando à análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, que tem na categoria cultura profissional e nas suas subcategorias constitutivas – trajetória, identidade social e reflexividade interativa – as bases desta investigação. Neste sentido, busca compreender a dimensão cultural deste trabalho ao problematizar as questões que atravessam a vida laboral dos trabalhadores técnicos de saúde, ou seja, como eles compreendem a realidade em que vivem, quais trajetórias formativas e profissionais os levam a este lugar, quais os laços identitários os unem enquanto grupo, e também quais são seus espaços de decisão e de elaboração crítica das questões que atravessam seu cotidiano de trabalho. Num mesmo movimento, esta proposição reafirma o materialismo histórico dialético como o método de análise deste estudo, apresentando os pares dialéticos utilizados na interpretação dos dados coletados no trabalho empírico. A hipótese deste estudo é que a análise da dimensão cultural deste trabalho técnico, a partir do referencial marxista, permite captar a dinâmica interacional deste grupo e relacioná-la com as questões econômicas e políticas que afetam o trabalho na sociedade contemporânea. Os resultados encontrados indicam a pertinência desta proposta para compreensão dos conflitos e contradições que perpassam a dimensão cultural do referido trabalho, assim como o aprofundamento deste debate permite avançar num projeto de qualificação para estes trabalhadores, em torno do desenvolvimento de uma proposta de formação humana que permita criticar e transformar este trabalho, ao mesmo tempo em que reafirma o projeto de saúde pública universal.

Palavras-Chave: Cultura Profissional. Trabalho Técnico. Trajetória Formativa e Profissional. Identidade Social. Reflexividade Interativa.

ABSTRACT

MORATORI, Raquel Barbosa. *Cultural dimensions of technical jobs in health care management*. 212 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

This thesis presents a theoretical and methodological approach using the concept of professional culture with the aim to analyse cultural dimensions of technical jobs in health care management. The grounds of this research rely on the professional culture category and its sub-categories, i.e. career, social identity and interactive reflexivity. The goal is to understand cultural dimensions of such jobs discussing issues that may happen on the working life of technical health workers, i.e. how they recognise their reality, which educational and career paths lead them to their working positions, which identity connections unite them as a group, as well as their decision spaces and critical elaboration on issues that may happen on their daily routine. This investigation reaffirms the dialectical historical materialism as the analytical method, in which dialectical pairs are applied to understand the data that has been collected in an empirical fashion. The hypothesis of this study is that analysing cultural dimensions of technical jobs, from the Marxist framework perspective, allows capturing the interactional dynamics of this group as well as making links with economic and political issues, which affect the job itself in contemporary society. Obtained results indicate the relevance of this approach to understand conflicts and contradictions that may permeate cultural dimensions of such jobs. Additionally, further discussions allow creating projects to improve the qualification of such workers with the development of a more sensible career path, which enables workers to criticise and transform their jobs, while reaffirming the universal design of a public health system.

Keywords: Professional Culture. Technical Jobs. Career. Social Identity. Interactive Reflexivity.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 -	Mapa de Tese.....	25
Figura 2 -	Categorias de Análise da Dimensão Cultural do Trabalho Técnico em Saúde.....	72
Figura 3 -	Visão Esquemática das Interconexões da Categoria do Poder.....	117
Figura 4 -	Pares Dialéticos: Visão Esquemática das Mediações do Fenômeno.	119
Quadro 1 -	Questionário: Componentes e Questões.....	123
Figura 5 -	Correlação entre as Categorias de Análise e os Componentes Básicos do Questionário.....	125
Quadro 2 -	As categorias de Análise Predominantes em cada Componente Básico do Questionário.....	126
Quadro 3 -	Mapa Quantitativo dos Trabalhadores da Instituição Pesquisada – Junho de 2014.....	134
Quadro 4 -	Mapa de Distribuição dos Agentes Administrativos na Instituição Pesquisada – Junho de 2014.....	135
Quadro 5 -	Proposta de Reconstrução do Questionário após Trabalho de Campo – 2014.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AD	Análise do Discurso
AIH	Autorização de Internação Hospitalar
CDC	<i>Centers for Disease Control and Prevention</i>
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos
CERTRAD	Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
CICS	Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
CIIE – Porto	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto
CLT	Consolidação da Leis do Trabalho
CTI	Centro de Terapia Intensiva
DT	Documentos de Trabalho
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
FAPERJ	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
IAPS	Institutos de Aposentadoria e Pensões
Labgestão	Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde
Lateps	Laboratório de Educação Profissional em Saúde
PAETEC	Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico
PPFH	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
RSB	Reforma Sanitária Brasileira
SARTPRO	Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Sector
SCL	Serviço de Compras e Licitação
SP	Serviço de Pessoal

SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE CULTURA: A “EXPERIÊNCIA HUMANA” NO CONTEXTO DO TRABALHO.	27
1.1	A consciência social “submetida” a um tipo de sociedade.....	28
1.2	Notas sobre a historiografia da classe trabalhadora.....	31
1.3	Os conceitos de cultura: modos de compreender e agir em sociedade.....	34
1.3.1	<u>A perspectiva da Sociologia da Cultura.....</u>	36
1.3.2	<u>A problemática em torno do termo “Cultura”</u>	39
1.3.3	<u>O elemento “conflito” na discussão sobre cultura.....</u>	45
1.4	A fabricação da sociedade industrial e os movimentos de resistências dos trabalhadores.....	47
1.5	O uso da categoria “experiência” na compreensão da cultura do trabalho.....	50
1.5.1	<u>Considerações sobre a cultura do trabalho.....</u>	56
1.6	Da cultura do trabalho à categoria cultura profissional: o percurso teórico-metodológico para se pensar a dimensão cultural do trabalho técnico em saúde.....	57
1.6.1	<u>Cultura profissional: uma proposta de análise do trabalho técnico.....</u>	62
1.6.2	<u>Sobre a cultura profissional como categoria de análise do trabalho técnico.....</u>	68
2	MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: UM DIÁLOGO PARA A ANÁLISE DA CULTURA PROFISSIONAL.....	73
2.1	Para iniciar esta argumentação: o ponto de partida.....	74
2.1.1	<u>Sobre o método para investigar e expor a realidade.....</u>	75
2.1.2	<u>Mediante o materialismo histórico dialético captar e expor as condições e contradições do capitalismo: olhar para trás para ver o agora.....</u>	77
2.1.3	<u>E por falar em transcendência positiva da alienação.....</u>	81
2.2	A respeito do método em Marx.....	86

2.3	Materialismo Histórico Dialético: um debate aberto, exploratório e autocrítico para a investigação da cultura profissional.....	91
2.3.1	<u>Considerações iniciais: experiência e cultura.....</u>	91
2.3.2	<u>Um diálogo com a perspectiva compreensiva: o percurso para a análise da cultura dos grupos profissionais.....</u>	94
2.4	Breves Considerações Teórico-metodológicas.....	97
3	CATEGORIAS DE ANÁLISE DA DIMENSÃO CULTURAL DO TRABALHO TÉCNICO EM GESTÃO EM SAÚDE: UMA TRAJETÓRIA DE INVESTIGAÇÃO.....	99
3.1	Cultura profissional e poder: apresentando as categorias analíticas como mediação dos universos micro e macro sociais.....	101
3.1.1	<u>Da dimensão micro a macro social: determinações estruturais do trabalho e a relação sociedade civil e Estado.....</u>	105
3.1.2	<u>Sobre a formação e a qualificação para o trabalho técnico.....</u>	112
3.1.3	<u>Uma síntese possível para a investigação do trabalho técnico em gestão em saúde.....</u>	117
3.2	Caracterizando o instrumento de pesquisa na interface com as categorias analíticas.....	120
3.2.1	<u>Sobre a tradução e a adaptação do documento aos sujeitos da pesquisa.....</u>	120
3.2.2	<u>Questões investigadas em cada componente do questionário.....</u>	123
4	PRIMEIROS CONTORNOS DE UMA PROPOSTA DE HISTORIOGRAFIA A PARTIR DA DIMENSÃO CULTURAL DO TRABALHO TÉCNICO EM GESTÃO EM SAÚDE: NOTAS PRELIMINARES.....	127
4.1	Questões principais sobre o trabalho técnico em gestão em saúde....	128
4.2	O percurso da pesquisa de campo: descrevendo os caminhos para se chegar ao grupo profissional do trabalho técnico em gestão em saúde.....	134
4.3	Os contornos da proposta de historiografia: os resultados do trabalho de campo.....	138
4.4	Possibilidades e limites da proposta de estudo: uma síntese possível À GUIA DE CONCLUSÃO.....	154
	REFERÊNCIAS.....	169

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -2014.....	176
ANEXO 2 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa -2014.....	178
ANEXO 3 – “Documento de Trabalho Nº 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”	181
ANEXO 4 – Adaptação do “Documento de Trabalho Nº 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”: Questionário – 2014.....	189
ANEXO 5 – Mapa de Respondentes do Questionário-2014.....	200
ANEXO 6 – Compilação das Respostas do Questionário – Programa EPI INFO -2014.....	201

INTRODUÇÃO

O primeiro passo, no âmbito da discussão das questões do trabalho no campo da gestão em saúde pública, que deu início a esta trajetória de estudo e desembocou na presente tese de doutoramento foi a pesquisa intitulada “Autonomia e Trabalho do Técnico de Gestão em Serviços de Saúde: um estudo de egressos da Habilitação Técnica em Gestão em Serviços de Saúde - EPSJV/Fiocruz”¹, em 2008. Os resultados alcançados naquela pesquisa levaram à construção de um mapeamento da trajetória profissional e da trajetória formativa dos profissionais egressos da referida habilitação técnica, formados entre 2005 e 2008, mas, sobretudo, acabaram despertando o interesse pela problemática da relação trabalho-educação.

Desde então, a renovação do referido projeto e a participação em pesquisas como “Formação de Trabalhadores e o Sistema Único de Saúde: analisando os desafios para a Gestão do Trabalho em Saúde”² e “Qualificação Profissional dos Trabalhadores Administrativos com Ensino Médio e Fundamental: regulamentação e história nas políticas de saúde no Brasil”³, foram trazendo elementos para se pensar que esta realidade levantava questões, no âmbito da relação trabalho-educação, que ainda estavam por ser investigadas. As indagações surgidas no confronto entre o próprio trabalho de docência e a participação nas referidas pesquisas levaram à formulação de um primeiro objetivo geral que deveria nortear este projeto, a saber: captar as contradições existentes entre um projeto de formação humana orientado pela concepção de educação politécnica e os limites da realidade concreta condensados no trabalho técnico⁴ da gestão⁵ em saúde.

¹ Projeto desenvolvido no âmbito do Programa de Aperfeiçoamento do Ensino Técnico – PAETEC, por meio de convênio entre a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

² Projeto de pesquisa desenvolvido pelo Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde - Labgestão, da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

³ Projeto de pesquisa desenvolvido através da parceria do Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde - Labgestão com o Observatório de Técnicos em Saúde, do Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde – Lateps, ambos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz).

⁴ Neste ponto uma ressalva é necessária. No decorrer de todo o estudo, a utilização do termo “trabalho técnico” se refere ao cargo e/ou função que o trabalhador ocupa no serviço de saúde. Trata-se de um posto de trabalho, onde a exigência para a inserção do trabalhador é a seguinte: formação escolar de nível médio, com ou sem formação profissional técnica, ou seja, formação para o trabalho que prescinde da formação superior. No caso do trabalho técnico, na especificidade do sujeito a que este estudo se destina, na maioria dos casos a exigência é apenas a formação escolar de nível médio. Deste modo, ao utilizar esta nomenclatura apenas se faz referência a estes sujeitos, e não a uma discussão mais ampla do trabalho no mundo contemporâneo. Sobre esta discussão, ver em Ramos (2012) e Morosini *et al* (2013).

Naquele momento, as questões levantadas pela pesquisa apontavam a necessidade de se investigar três dimensões intrinsecamente relacionadas, as quais traziam desafios em sua dinâmica interacional como, também, desafios específicos de sua própria realidade concreta. As três dimensões identificadas diziam respeito ao projeto político pedagógico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), ao projeto da Reforma Sanitária Brasileira e ao recorte desta realidade na problematização da formação dos técnicos de gestão egressos da ESPJV e de sua inserção no Sistema Único de Saúde - SUS.

Quanto ao projeto político pedagógico da Politécnica EPSJV, partiu-se do entendimento de que se trata de um projeto que se reconhece como em disputa contra o projeto hegemônico de formação profissional no Brasil⁶, e que também se entende como um “projeto em construção” que aceita o desafio de se materializar “no conflito e na contradição” por dentro da sociedade capitalista (EPSJV/2005). Entretanto, no vivenciar da sua realidade concreta, as questões que ainda estavam por ser respondidas diziam respeito ao quanto essa escola tem reconhecido as contradições que precisa enfrentar e se este entendimento tem sido utilizado para a construção dos rumos de seu projeto.

Quanto ao projeto da Reforma Sanitária, entende-se que se trata de um projeto que, no momento de sua construção coletiva, visava a transformação da sociedade brasileira. Neste contexto, mesmo que tenha tido como atores principais sujeitos vinculados à saúde ou, ainda, que estes sujeitos tivessem o entendimento da área da saúde como um importante campo de lutas e disputas para a conquista de direitos sociais, o movimento não se circunscrevia ao referido setor, pois buscava, mediante a ampliação do conceito de saúde, a construção de um projeto de sociedade com centralidade social. Entretanto, na correlação de forças em disputa no Estado democrático recém-instituído no Brasil, no final da década de 80 e início da década de 90, os protagonistas desta disputa ganharam algumas lutas (instituiu-se o Sistema Único de Saúde - SUS) mas, também, defrontaram-se com a paralisação de outras (uma intensificação dos preceitos do projeto neoliberal, em disputa com uma democracia recém constituída, se

⁵ Embora os trabalhadores, tomados como objeto deste estudo, estejam inseridos no campo da administração dos serviços de saúde, e nele comumente reconhecidos como “Técnicos Administrativos”, optou-se no âmbito desta tese pelo trabalhador na condição de “Técnico de Gestão”, uma vez que a proposta aqui discutida toma como partida a perspectiva da formação humana nela inserida. Deste modo, optou-se por enfatizar sua não pactuação com o sentido operacional e tecnicista atribuído ao termo “administração”, reconhecendo para estes sujeitos a necessidade de reflexão crítica das contradições presentes no trabalho contemporâneo e a compreensão dos limites e possibilidades de construção de seus espaços de autonomia no âmbito dos serviços públicos de saúde.

⁶ Para um maior aprofundamento sobre o tema ver em: Cunha (2005) Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005a, 2005b, 2005c), Frigotto (2009^a, 2009b), Manfredi (2002), Pereira e Ramos (2006), Ramos (2010, 2009a, 2009b), Rodrigues (2009), Santos (1998), Saviani (2003, 2007), etc.

consolida no Estado Brasileiro, tendo como um importante expressão dessa política o subfinanciamento da saúde pública). Esse processo culminou num projeto de reforma inconcluso e focalizado, desconstruindo-se antes mesmo de se consolidar enquanto direito social (PAIM, 2008). Deste modo, as qualificações dos trabalhadores deste novo sistema de saúde ou, ainda, as perspectivas de formação para este trabalho, ficaram numa arena de disputas contraditória, fortemente atravessada por tensões e conflitos de interesse antagônicos. E é este o ponto que nos leva à terceira dimensão, que apresenta questões fundamentais para a problemática que se buscava entender.

Assim, quanto à formação e inserção dos técnicos de gestão egressos da ESPJV que poderiam vir a se inserir no SUS, problematizavam-se questões de sua realidade concreta ao entender que estes trabalhadores deveriam compreender as técnicas que estruturam o seu trabalho; eles precisariam, também, construir, nos espaços administrativos, as possibilidades de consolidação da saúde como direito, na contramão da sociedade neoliberal. Ora, um trabalhador com formação politécnica, inserido num sistema público de saúde, atravessado por interesses antagônicos polarizados entre direito social e sociedade capitalista, e também caracterizado por um trabalho no campo da gestão em saúde que, segundo Abrahão (2005), tem na autoridade médica (modelo médico-centrado) e na administração focada na economia (racionalidade gerencial hegemônica) as diretrizes de seu trabalho, encontra-se diante de muitos desafios a serem enfrentados.

Com este horizonte, o trabalho a que este projeto se propunha, num primeiro momento, era entender – na especificidade das questões problematizadas anteriormente, as quais se entende que atingem diretamente o trabalhador da gestão em saúde – como este sujeito, ao entrar em confronto com a realidade concreta da sociedade capitalista que se expressa, se disputa e se concretiza no SUS e no seu trabalho técnico, questiona e, ao mesmo tempo, acomoda a lógica hegemônica desse sistema. Ou seja, se o trabalhador egresso da EPSJV, que até aquele momento era o sujeito da pesquisa, questiona sua realidade concreta pela mediação dos princípios do SUS e de sua formação politécnica e/ou ainda se acomoda⁷, quando, no enfrentamento das disputas diárias, as forças de luta são constantemente desconstruídas.

Entretanto, o que se foi percebendo, principalmente diante dos resultados das pesquisas que se desenvolviam no âmbito da qualificação dos trabalhadores do Laboratório de

⁷ Entende-se que a acomodação também se processe quando estes egressos não se inserem no SUS. Entretanto, esta problemática se configura como um outro projeto de pesquisa que foge do escopo que aqui se desenha, e se constitui como prováveis apontamentos de pesquisas que poderão ser desenvolvidas posteriormente.

Educação Profissional em Gestão em Saúde – Labgestão (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV/Fiocruz), era que existiam outras questões, talvez não sobre a abrangência a que o referido projeto se propunha, mas que ainda estavam por ser respondidas ou até mesmo problematizadas e que poderiam determinar mudanças nos rumos do projeto.

A primeira mudança se deu quanto ao entendimento de que os sujeitos da pesquisa deveriam ser ampliados, ou até mesmo redefinidos. Circunscrever o estudo aos egressos da EPSJV inseridos no SUS encontrava dois desafios: primeiro, os resultados da pesquisa com egressos de 2005 a 2008, da Habilitação Técnica em Gestão em Saúde da EPSJV, demonstravam que apenas 32% destes profissionais se inseriram no SUS após sua formação politécnica, sendo que somente 21% deles estavam, no momento da pesquisa, atuando no referido campo e inseridos mediante vínculo privado com os serviços de saúde, via Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e nenhum deles possuía vínculo público com o referido serviço (MORATORI, 2010). Esses dados nos sugeriam que o conjunto dos sujeitos da pesquisa poderia não ser suficiente para se captar os limites da realidade concreta condensados no trabalho técnico em gestão em saúde e, deste modo, não cumpririam a proposta deste estudo e precisariam ser repensados.

O segundo desafio no que se refere aos sujeitos da pesquisa e, talvez, o mais importante, e que foi percebido tendo em vista os trabalhos de campo que as pesquisas até então realizadas demandaram, era que pouco se entendia sobre as questões que atravessam a vida profissional destes trabalhadores, ou ainda, sobre aspectos que conformam o seu modo de trabalhar, como realizam suas atividades, como as compreendem, como se percebem neste trabalho, quais seus espaços de luta, ou mesmo o que estes trabalhadores pensam a respeito de suas atividades profissionais. Em outras palavras, a dimensão cultural do seu trabalho não fazia parte das questões que eram problematizadas a seu respeito, como, também, as histórias acerca de suas experiências profissionais não buscavam esta perspectiva.

O entendimento dessas questões levou à redefinição dos sujeitos da pesquisa⁸ por trabalhadores técnicos que atuam na gestão dos serviços públicos de saúde.

Ademais, as percepções da existência destas últimas questões levantadas não levaram apenas à redefinição dos sujeitos da pesquisa, mas foram, também, tomando corpo, diante dos debates e diálogos ocorridos nas disciplinas cursadas no doutorado em questão, assim como

⁸ Para consolidar o processo de pesquisa exploratória sobre os sujeitos da pesquisa serão utilizadas as referências dos estudos desenvolvidos por: Abrahão (2005, 2009); Vieira (2005), Freitas *et al* (2009); Lima *et al* (2003); Moratori (2010); Santiago (2010), Xavier (2012) e Castro *et al* (2013).

nas orientações decorrentes deste processo; seu desenvolvimento ocasionou, definitivamente, ao redesenho do projeto.

Entende-se que esse redesenho é um recorte da versão apresentada anteriormente, mas que a materialidade do problema percebido sobre o conhecimento restrito da dimensão cultural do trabalho técnico destes trabalhadores levou a desfocar as questões da educação a fim de captar a dinâmica da cultura deste grupo profissional. Dito de outro modo, apreender o movimento da cultura profissional desses trabalhadores é anterior, porém fundamental para se pensar a dinâmica de formação desses sujeitos.

Entretanto, um terceiro desafio também contribuiu para reorganizar o escopo deste estudo. Desta vez, não alterando o conteúdo sobre o qual a investigação se debruça, mas restringindo seu campo de abrangência. Neste sentido, é necessário informar que tanto o campo da saúde quanto o da educação têm como exigência a submissão de um projeto de pesquisa que ampare o estudo proposto aos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP das instituições envolvidas – para sua aprovação e autorização do trabalho de campo. Deste modo, logo após a qualificação deste estudo deu-se encaminhamento a estas submissões.

Este processo foi moroso, pois implicou momentos diferentes de submissão. Não obstante, uma demanda da instituição de saúde requereu da instituição formadora a inserção formal do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – PPFH/UERJ, ao seu CEP institucional, o que demandou uma nova submissão do projeto de pesquisa e um tempo ainda maior de espera para que o trabalho de campo pudesse ser realizado. Ao todo, transcorreram-se quase 12 meses do início ao fim deste processo, o que demandou um novo recorte no estudo.

Diante dos fatos e perante os prazos institucionais, optou-se por manter a pesquisa de campo, mas circunscrevendo-a à testagem do primeiro procedimento metodológico proposto, qual seja, o questionário de pesquisa, buscando validar este instrumento para o campo da saúde pública na especificidade do trabalho técnico em gestão.

A seguir são apresentados os argumentos que delimitaram o problema de pesquisa, a questão central que o orienta, sua hipótese, seus objetivos, as contribuições esperadas, assim como uma breve síntese sobre a discussão realizada em cada bloco deste estudo.

Deste modo, destaca-se que o problema a ser tratado se refere ao trabalho técnico em gestão em saúde que, em linhas gerais, se caracteriza como de baixa autonomia e elevada subordinação hierárquica para operar a execução das demandas administrativas institucionais. Neste contexto, este grupo profissional se constitui no campo da saúde pública em meio a um

trabalho marcado pela autoridade médica hegemônica e pela racionalidade gerencial econômica, frente aos desafios de consolidação do SUS. Entende-se que seu trabalho se produz e reproduz no interior dos serviços públicos de saúde em meio a conflitos e contradições entre os interesses sociais, na forma de consolidação do direito à saúde e às determinações políticas e econômicas que estruturam e organizam os direitos sociais na sociedade capitalista. Assim, a cultura profissional que conforma e orienta o referido trabalho nem sempre converge com as necessidades de fortalecimento e aprofundamento de um sistema público universal de saúde e com os interesses da classe trabalhadora que, na maioria dos casos, necessita desses serviços para garantia de sua sobrevivência.

O que permeia este trabalho possui, de modo geral, dois fundamentos básicos: o primeiro tem por princípio estudos referentes à educação profissional no Brasil, realizados por sujeitos institucionais como o Ministério da Saúde – MS (2003, 2008) e o Observatório de Técnicos em Saúde⁹ (2006), além de pesquisadores como Lima *et al* (2003, 2004), Freitas *et al* (2009), Santiago (2010), Ramos (2012), Morosini *et al* (2013), etc. Eles apresentam dados demonstrando, no decorrer da história do SUS, o baixo investimento na qualificação dos trabalhadores técnicos, assim como no setor privado de ensino, a fim de hegemonizar sua formação profissional escolar mediante uma educação estruturada por uma lógica tecnicista, pragmática, em nada alinhada com uma proposta de saúde como direito social.

O segundo apoia-se na observação destes trabalhadores – ainda de caráter exploratório¹⁰ – que parece indicar que, em função dos argumentos anteriores, eles têm, de forma majoritária, realizado tarefas administrativas e burocráticas, muitas vezes desvinculadas de uma análise crítica sobre suas finalidades. Eles tendem a se ver, muitas vezes, como reféns de um sistema público de saúde insuficiente para atender às demandas sociais, em posições subordinadas na hierarquia institucional, não se reconhecendo como sujeitos com potencialidade de luta na construção de um sistema público efetivo. Neste contexto, autores como Abrahão (2005), Vieira (2005) e Santiago (2010) destacam a posição subordinada destes trabalhadores no âmbito das instituições de saúde, assim como os níveis de autonomia bastante reduzidos para o exercício de seu trabalho.

⁹ Observatório dos Técnicos em Saúde do Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde. Banco de Dados da Educação Profissional Técnica em Saúde – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/Fiocruz.

¹⁰ Observações suscitadas através da participação na pesquisa “A Formação de Trabalhadores e o Sistema Único de Saúde: analisando os desafios para a gestão do trabalho em saúde” (FREITAS, *et al*, 2009) que, apesar de não se tratar do mesmo objeto de estudo desta tese, tratava-se dos mesmos sujeitos.

Entendendo-se que é este o contexto e, em linhas gerais, que esta é uma das visões ou maneiras de compreender a vida laboral do trabalho técnico em gestão em saúde, justifica-se a necessidade de uma investigação mais apurada sobre a realidade destes trabalhadores.

Entretanto, não se trata de uma investigação que, de fora, mapeie sua realidade e proponha respostas para as questões levantadas; mas, ao contrário, que de dentro dessa realidade, ou seja, no diálogo com este grupo profissional, busque o entendimento da dimensão cultural de seu trabalho, a partir de suas concepções de realidade e do quanto suas condições objetivas e subjetivas permitem a reflexão e a crítica sobre esta realidade.

Um importante ponto a ser destacado é que a necessidade de investimento na qualificação destes trabalhadores é um desafio já declarado desde a concepção do projeto do SUS. Porém, no que se refere aos trabalhadores técnicos, mesmo após 23 anos de luta pela construção e fortalecimento deste sistema, ainda é insuficiente o investimento nesta área¹¹. A afirmação recorrente é a da necessidade de um tipo de trabalhador que promova a transformação de suas práticas profissionais numa lógica que supere a saúde como contraponto da doença e a reafirme como um modo de viver a existência. Entretanto, como romper com uma lógica de saúde curativa e privatista, já consolidada nos modos de trabalho destes sujeitos, práticas estas promovidas pelo projeto hegemônico de sociedade estruturada sob os valores econômicos? Ou ainda, como promover uma qualificação destes trabalhadores que lhes proporcione ferramentas para consolidar o projeto contra-hegemônico de direito à saúde e realizar um contínuo enfrentamento sócio-político nacional, num contexto em que as políticas neoliberais continuam ganhando protagonismo a cada ano?

Neste contexto, um desafio a ser enfrentado, antes mesmo da construção de propostas de qualificação para este trabalhador, é o reconhecimento da necessidade de compreensão da forma como esses trabalhadores produzem o seu trabalho, para, a partir deste ponto, elaborar, de forma coletiva, o caminho que propicie a reflexão crítica sobre as contradições desta realidade e suas possibilidades de transformação. Este ponto é tão ou mais necessário, em um primeiro momento, do que construir as estratégias para a superação deste modo de trabalho; tarefa necessária, porém somente possível a partir da crítica feita ao existente.

Assim, a pergunta que orienta esta pesquisa é se a categoria *cultura*, na sua expressão como *cultura profissional*, que conforma modos de trabalho para a sociedade capitalista, é válida para a análise do trabalho técnico em gestão em saúde.

¹¹Sobre este ponto ver em Lima *et al* (2003, 2004) e em Vieira (2005).

A hipótese trabalhada neste estudo é que a análise da dimensão cultural deste trabalho técnico permite captar a dinâmica interacional deste grupo e relacioná-la com as questões econômicas e políticas que afetam o trabalho na sociedade contemporânea. O que se entende é que a categoria cultura está inserida na relação capital-trabalho, contradição fundamental do modo de produção capitalista. A sua determinação condiciona historicamente a própria evolução do trabalho técnico, que é justamente o objeto desse estudo. Vista a partir da categoria cultura, a expressão microssocial desse processo estabelece as mediações dessa experiência concreta com as relações macrossociais por meio do lugar ocupado pelos trabalhadores na divisão social de trabalho. Deste modo, a categoria cultura profissional aqui é tratada como expressão da conformação do modo de trabalho necessário para o desenvolvimento da sociedade capitalista, de modo que o entendimento e a crítica da vida cotidiana requerem o reconhecimento das formas como as relações de produção capitalistas disputam as concepções de realidade social e legitimam as “verdades” necessárias ao seu desenvolvimento.

Isto posto, a questão central que investiga a pertinência do conceito de cultura para a análise do trabalho técnico a que este estudo se refere se desdobra em quatro questionamentos consecutivos e interdependentes, os quais se constituem como os objetivos específicos apresentados adiante, e são tratados nos quatro blocos que estruturam esta tese.

O primeiro questionamento investiga se a categoria cultura, a partir do referencial marxista, possibilita a compreensão da forma como os trabalhadores técnicos da gestão em saúde compreendem sua experiência laboral e, deste modo, permite captar como vivenciam, elaboram e agem na produção de sua própria existência pelo trabalho.

O segundo questionamento vai apurar se existe a possibilidade de um diálogo entre o materialismo histórico dialético e os referenciais da perspectiva compreensiva, via epistemologia da cultura conjuntura (CARIA, 2008), consubstanciada na categoria cultura profissional.

O terceiro questionamento vai perquirir sobre o modo como a proposição conceitual deste estudo pretende indagar as subcategorias constitutivas¹² da cultura profissional com as categorias do materialismo histórico dialético, a fim de analisar a dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

¹² Ao construirmos a cultura profissional como uma categoria de análise do trabalho técnico em saúde, baseamos na elaboração de Caria (2008), que a define como sendo constituída pela trajetória, identidade social e reflexividade interativa do grupo profissional, as quais designamos, para fins metodológicos, como subcategorias da categoria cultura profissional.

O quarto e último questionamento investiga a validade do instrumento de pesquisa utilizado para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

O objetivo geral deste estudo, então, é apresentar uma proposta teórico-metodológica baseada no conceito de cultura profissional visando à análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde. Para tanto, cumpre os seguintes objetivos específicos: a) discutir o conceito de cultura relacionada ao trabalho e construir uma proposta conceitual da categoria cultura profissional como pressuposto teórico-metodológico para a análise desta dimensão; b) apresentar o debate teórico metodológico proposto para a análise da categoria cultura profissional; c) desenvolver categorias analíticas específicas para a investigação da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde; e d) validar o instrumento de pesquisa para o campo da saúde pública, com enfoque no trabalho técnico em gestão em saúde.

Por conseguinte, optou-se por realizar uma pesquisa de campo quali-quantitativa, utilizando-se como primeiro procedimento metodológico desta proposta investigativa a testagem de um questionário semiaberto em um hospital de grande porte no município do Rio de Janeiro, tendo como sujeitos da pesquisa 16 Agentes Administrativos dos 43 lotados no Serviço de Pessoal¹³.

A opção por este campo de pesquisa considerou o fato de que a unidade comporta, em seu quadro profissional, um significativo volume de trabalhadores técnicos que atuam no campo da gestão do serviço de saúde e que, pelo tempo de funcionamento do referido serviço, indica a existência desses trabalhadores com longa experiência em saúde pública. Entende-se que eles viveram a dinâmica de construção e transição de diferentes modelos de assistência na política de saúde no Brasil, configurando-se como um lugar apropriado ao aprofundamento da análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

Antes da realização do trabalho de campo, este projeto foi submetido a dois Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, ou seja, os comitês da unidade de saúde e da instituição formadora, cumprindo as determinações da Resolução 466/2012, tendo aprovação do projeto sob a numeração do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE: 25646113.0.0000.5282¹⁴.

A amostra para a aplicação dos questionários semiabertos foi a totalidade dos sujeitos da pesquisa que compõem o Serviço de Pessoal da instituição pesquisada, sendo que esta

¹³ Vide Quadro 4 – Mapa de Distribuição dos Agentes Administrativos na Instituição Pesquisada – Junho de 2014.

¹⁴ Verificar no Anexo 2 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - 2014, deste estudo, o Parecer Consubstanciado do CEP.

participação foi voluntária a partir do convite do pesquisador responsável. Os resultados deste processo são apresentados no bloco 4 - “Primeiros contornos de uma proposta de historiografia a partir da dimensão cultural do trabalho técnico em saúde: notas preliminares” deste estudo.

Faz-se necessário reafirmar que o questionário utilizado é uma adaptação do instrumento “Documento de Trabalho Nº 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”¹⁵, já validado em pesquisas realizadas por Caria (2008, 2012), o qual foi traduzido para o português falado no Brasil e adaptado para o contexto do trabalho técnico em gestão em saúde.

Assim, a tese ficou estruturada em quatro blocos de discussão: no bloco 1 - “Uma reflexão sobre o conceito de cultura: a experiência humana no contexto do trabalho”, onde é apresentado o conceito de cultura e o seu recorte relacionado ao trabalho na sociedade capitalista, assim como a utilização das categorias experiência humana e cultura em Thompson (1981) para se compreender a cultura do trabalho. Este percurso permitiu chegar à conceituação da cultura profissional, por meio das contribuições de Caria (2008) e Ramos (2012), como uma proposta de análise da dimensão cultural do trabalho técnico.

É importante destacar que a literatura referente à cultura profissional que este estudo utilizou tem como base a perspectiva da sociologia compreensiva, via epistemologia da cultura conjuntura, e parte de dois pressupostos fundamentais: primeiro, o reconhecimento da existência de um estatuto de poder dentro da divisão social do trabalho na sociedade capitalista e, segundo, a existência de uma certa desigualdade de poderes no interior de um grupo profissional. Este ponto é central neste estudo, pois é o que liga as categorias experiência humana e cultura com a categoria cultura profissional, a que este estudo se dedica, assim como abre possibilidades de esta análise colocar para si mediações dos universos macro e micro sociais do trabalho. Assim, são definidas as subcategorias que compõem a singularidade da dimensão cultural do grupo profissional que este estudo recorta,

¹⁵“Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor – SARTPRO: projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT. Trata-se de uma parceria entre três centros de investigação universitários portugueses – CIIE Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação s Universidade do Porto; CICS do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; e CETRAD da Escola de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e que foi, também, associada à Universidade Federal da Bahia - UFBA-Brasil. O projeto tem coordenação de Telmo Caria (UTAD e CIIE-Porto). O questionário é uma adaptação do Documentos de Trabalho – DT 18. A íntegra deste documento se encontra no Anexo 3 – “Documento de Trabalho Nº 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor” deste estudo.

a partir da categoria cultura profissional, a saber: trajetória, identidade social e reflexividade interativa. (CARIA, 2008)

No bloco 2 - “Materialismo histórico dialético: um diálogo para a análise da cultura profissional”, são apresentados os pressupostos do materialismo histórico dialético, reafirmando a centralidade deste método para a análise a que este estudo se propõe, como também o diálogo deste referencial com a perspectiva compreensiva, via epistemologia da cultura conjuntura. Esta discussão apresenta de que modo as subcategorias da cultura profissional – trajetória, da identidade social e da reflexividade interativa – podem ser apropriadas pelo materialismo histórico dialético e interpretadas nesta perspectiva.

É importante esclarecer que se optou por apresentar a discussão teórico- metodológica após a apresentação do conceito de cultura profissional, por entender que estes constructos estão intimamente relacionados. Ademais, apresentar a metodologia antes poderia comprometer o percurso sugerido.

No bloco 3 - “Categorias de análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde: uma trajetória de investigação”, as categorias analíticas específicas propostas para a investigação das dimensões da totalidade, da particularidade e da singularidade do objeto deste estudo são apresentadas, assim como são indicadas como elas auxiliam na desconstrução (análise) e reconstrução (síntese) do fenômeno estudado. Neste contexto, este bloco apresenta os pares dialéticos utilizados para se captar as mediações e contradições presentes na dimensão cultural deste trabalho. Ao final descreve o registro das alterações e adaptações feitas no instrumento de pesquisa, destacando como se correlacionam as questões que organizam os componentes básicos do questionário com as categorias analíticas específicas propostas.

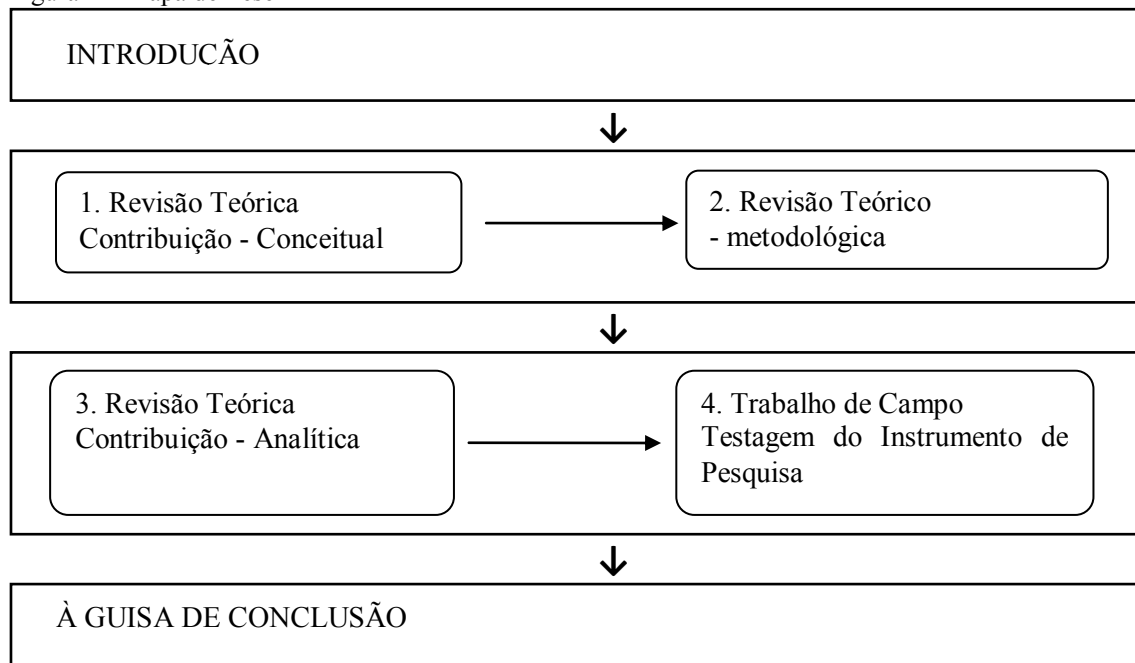
No bloco 4 - “Primeiros contornos de uma proposta de historiografia a partir da dimensão cultural do trabalho técnico em saúde: notas preliminares”, são apresentados os resultados do trabalho empírico no processo de validação do instrumento de pesquisa. A narrativa sobre a dimensão cultural deste trabalho partiu das análises dos dados recolhidos das experiências produtivas dos sujeitos da pesquisa, quando aspectos da trajetória, da identidade social e da reflexividade interativa deste grupo profissional foram observadas. Destaca-se, entretanto, que se trata de uma primeira aproximação, com finalidade de validação do questionário, de modo que os dados coletados representam o objeto desta tese estritamente na dimensão em que este pode ser analisado empiricamente. Por isto, eles devem ser considerados como uma contribuição para o amplo processo social de produção de conhecimento sobre o tema. Assim, eles podem ser lidos mais de maneira ilustrativa do que

definitiva, na medida em que a amostra da pesquisa não foi representativa para analisar a cultura do trabalho do grupo profissional acima referido.

No último item deste estudo, sua proposta é retomada e discutida frente aos resultados encontrados. Neste momento, as conclusões também incorporam as possibilidades e limitações do estudo e indicam os caminhos futuros.

A Figura 1 – Mapa de Tese a seguir apresenta uma visão esquemática deste percurso.

Figura 1 – Mapa de Tese



Fonte: O autor, 2014.

Em resumo, este estudo propõe dar duas contribuições simultâneas, porém interdependentes. Uma conceitual, pela proposição e construção da categoria cultura profissional para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico em saúde, e outra analítica que, ao propor categorias analíticas específicas para investigar a dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, utiliza-se das bases do instrumento de pesquisa de Telmo Caria, adaptando-o para a realidade deste trabalho e propondo uma trajetória de análise para os dados recolhidos à luz do materialismo histórico dialético.

O resultado esperado deste estudo é a produção de conhecimento sobre a dimensão cultural desse trabalho técnico. Deste modo, acredita-se que a construção da categoria cultura profissional e as demais categorias analíticas específicas neste estudo possibilitam identificar possibilidades e dificuldades de construção coletiva de conhecimentos que auxiliem estes trabalhadores no processo de elaboração crítica das contradições sociais presentes em seu

tempo histórico, no sentido de fortalecer a autonomia deste grupo para a construção de seus espaços de disputa frente aos desafios de seu trabalho e da sociedade capitalista.

1 UMA REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE CULTURA: A “EXPERIÊNCIA HUMANA” NO CONTEXTO DO TRABALHO

“Resistir é Preciso...”

O objetivo deste bloco é discutir o conceito de cultura relacionada ao trabalho, para apresentar a proposta da categoria cultura profissional como pressuposto teórico metodológico para a análise do trabalho técnico em gestão em saúde.

Neste sentido, primeiramente, realiza-se um diálogo com os autores clássicos do conceito de cultura, os quais apontam as dificuldades de uso desta categoria de análise social, mas que também confirmam sua pertinência quando se trata de conhecer, de forma mais aprofundada, as condições que estruturam a vida social, tanto subjetiva quanto objetivamente.

Para tanto, o que este percurso de análise descreve, principalmente a partir dos autores Gramsci (1978, 2012), Williams (1992), Eagleton (2005) e Thompson (1981, 1988, 1998, 2002), são as determinações e mediações através das quais a concepção de cultura foi sendo construída e reconstruída historicamente, assim como sua pertinência para o entendimento das bases teórico-conceituais que estruturam a proposição da categoria “cultura profissional” utilizada para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

Posteriormente, esta discussão recorre às contribuições de Caria (2008) e Ramos (2013) para a proposição da categoria “cultura profissional”, entendendo que são suas referências teórico-metodológicas acerca da cultura e das profissões que permitem esta proposta e adensam o debate em torno da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

Deste modo, o universo sobre o qual esta pesquisa se debruça é a realidade concreta da produção da existência dos trabalhadores que atuam no campo da gestão em saúde, e de que forma seu trabalho se apresenta como mediação da produção da existência de outrem – o trabalho em saúde. O que esta reflexão apresenta são os argumentos para a compreensão de sua cultura.

Para percorrer este caminho de análise é necessário investigar o seu modo de trabalhar, compreendendo seus cotidianos laborais e como esses sujeitos se produzem nele, buscando captar os sentidos de um complexo sistema de significações que conformam seus diversos jeitos de trabalhar.

Entretanto, esta exposição não pretende deixar escapar o diálogo entre as determinações macrosociais (perspectiva da totalidade) e as microsociais (perspectivas da particularidade e da singularidade) deste processo. O que se pretende a partir dos argumentos aqui apresentados é fazer uma proposição analítica para auxiliar na compreensão da dimensão cultural do trabalho técnico destes trabalhadores. Isso se faz no diálogo entre as pressões das determinações¹⁶ macroeconômicas e socioculturais – relações sociais de produção – nas quais está inserido, assim como nos aspectos políticos – divisão e exercício de poder – e socioculturais das interações sociais que ocorrem no seu contexto de trabalho.

Parte-se do pressuposto de que no contexto de trabalho – espaço circunscrito de produção material e simbólica da existência desse trabalhador – se materializa um complexo sistema de significados que contém características de uma forma já antiga de se fazer a vida laboral, submetidas às pressões e determinações do tempo presente e expressas nas relações entre sujeitos que produzem seu trabalho de forma coletiva.

Assim, o que se apresenta é a reflexão teórica necessária para se compreender o que é cultura, como se produz cultura, como se realiza e o que ela guarda, constrói, desconstrói e reconstrói de significações. Uma vez situado neste universo e retomando a indissociável relação teoria-prática, se faz necessário aproximar-se dos sujeitos da pesquisa e nessa relação ir desvelando suas características.

Se o ponto de partida é o sujeito, o ponto de chegada é a transformação social. Para este fim são necessários sujeitos que analisem criticamente a realidade e construam coletivamente as estratégias de transformação – este é o horizonte.

1.1 A consciência social “submetida” a um tipo de sociedade

Ressalvadas raras exceções, pode-se afirmar que pertencemos sempre a um determinado grupo, ou ainda, que fazemos parte de determinados grupos sociais no decorrer de nossas vidas, com os quais compartilhamos uma determinada forma de compreender o mundo. É óbvio, entretanto, que não compartilhamos dessa compreensão de forma homogênea ou linear, ainda que cada qual guarde consigo suas peculiaridades nesta forma de

¹⁶ É importante dizer que o conceito de determinação no materialismo histórico-dialético não é o mesmo que determinismo, mas refere-se ao fato de que as relações sociais de produção impõem limites à formação e à criação humana. Sobre isso, ver Mattos (2012) e Eagleton (2012).

entendimento e ação na vida cotidiana – o que caracteriza a existência de um grupo é o compartilhamento mínimo de significados que lhes são comuns.

Nesta relação pode-se então afirmar que, como sujeitos deste pertencimento, somos produzidos e produtores de uma dada concepção de realidade, de uma forma de viver e compreender nossa existência, reafirmada e conformada numa cultura que nos mantém enquanto grupo.

Para Gramsci (1978), é a cultura que a sociedade instaura, mediante seus sistemas de valores e normas de conduta, que mantêm a coesão social. A unidade do grupo social não é o absoluto, mas uma unidade produzida por uma hegemonia¹⁷ que comporta a convivência da diversidade, ou seja, lida com as contradições de valores garantindo uma orientação prática comum de ação.

Nesta perspectiva, compreende-se que é, principalmente, mediante a cultura que são construídas e partilhadas as normas de conduta que devem garantir a hegemonia de um grupo sobre outro. É importante ressaltar que, para o referido autor, a hegemonia de uma forma de compreender e estruturar a realidade se dá porque esta determinada concepção, construída pela classe que mantêm a dominação sócio-política e econômica, tem, historicamente, garantido e reforçado sua unidade e coesão cultural pela defesa da propriedade privada dos meios de produção da existência e da exploração do trabalhador, o qual necessita se submeter a este processo já que não tem outro modo de garantir a continuidade de sua própria vida.

Esse modo de produzir na e a sociedade irá então, como condição necessária à sua própria reprodução, desestruturar a classe trabalhadora, incorporando elementos à cultura do trabalhador que obscurecem a sua condição de exploração. Este movimento, ao mesmo tempo em que desarticula uma cultura que reflita a realidade destes sujeitos, cria formas muito desagregadas de compreensão da realidade, dificultando uma coesão social que se articule em torno dos interesses do trabalhador.

Deste modo, a classe dominante trabalha para a coesão cultural de si e para a manutenção da desagregação cultural da classe dominada, mediante aparelhos privados de hegemonia¹⁸. A classe trabalhadora, submetida a estes sistemas de valores e modos de

¹⁷ O Conceito de Hegemonia em Gramsci se refere à capacidade de direção, de conquista de alianças, de um determinado grupo ou classe sobre outro/a. Esta atividade não se restringe à estrutura econômica e política, mas, também, sobre os modos de pensar e conhecer dos sujeitos em sociedade. Nesta relação de dominação o uso da força não se põe ausente, mas se manifesta, na maioria das vezes, de forma indireta, ou seja, pela produção do consentimento ativo dos subordinados. (GRAMSCI, 2012)

¹⁸ Aparelhos privados de hegemonia em Gramsci são as instituições da sociedade civil responsáveis por construir e garantir o consenso necessário para o exercício da hegemonia de uma classe sobre a outra. Neste sentido, Gramsci problematiza, dentre outros, o papel da escola (GRAMSCI, 2012).

conduta, tem tido, de forma majoritária, sua concepção de mundo alinhada com a concepção de mundo da classe dominante, e não uma concepção crítica desta dominação. Somente deste modo a hegemonia de um grupo sobre o outro pode permanecer inalterada.

Entretanto, esta relação de dominação tem espaços de fuga pois, como Gramsci mesmo argumenta, “todos os homens são ‘filósofos’”, ainda que de forma inconsciente, já que todo homem pensa sobre si e o mundo à sua volta, e nesta atividade intelectual está contida “uma determinada concepção de mundo”.

Ora, se todos nós temos uma dada compreensão da realidade que nos direciona para a ação, mesmo que esta compreensão esteja em grande medida subordinada à cultura dominante, a possibilidade de enxergar esta submissão não está totalmente expropriada dos sujeitos, e esta parece ser a disputa primeira que se faz necessária para uma compreensão crítica da sociedade. Nas palavras de Gramsci:

Crítico a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário (GRAMSCI, 1978, p. 12).

Então, ser filósofo, no sentido de possuir uma dada concepção da realidade, é parte integrante de todo e qualquer ser humano; entretanto, é preciso, também, para o benefício da maioria dos homens, ser filósofo não apenas do tipo que organiza o pensamento e a ação para a manutenção da sociedade dada, mas ser filósofo para questioná-la e transformá-la. Pressupõe, para isto, que todo e qualquer sujeito tenha acesso, também, a um tipo outro de filosofia que os permita ultrapassar os limites da realidade dada. Para tanto, pressupõe a consciência de nossa historicidade e, mediante esta apropriação, que sejamos capazes de criticar as verdades já descobertas, dialogar com verdades silenciadas e construir uma cultura que estruture uma concepção de mundo, com valores e normas de conduta, que reflita a realidade da classe subordinada. Deste modo, é necessária a construção e o desenvolvimento de uma filosofia em nome da classe trabalhadora, ou ainda, uma filosofia que permita, na expressão coletiva da classe trabalhadora, ultrapassar “da concepção desagregada de mundo para uma concepção orgânica e coerente” (RAMOS, 2012, p.18). Esta é a forma de se intervir na história e, talvez, de transformá-la.

1.2 Notas sobre a historiografia da classe trabalhadora

Ser consciente de seu papel na elaboração da compreensão da realidade implica poder escolher a ação que realiza e produzir a sociedade na qual se vive – papel negado aos trabalhadores que constroem esta sociedade, mantido e reforçado por concepções de mundo alinhadas aos interesses da classe dominante.

Para a tomada de consciência de quais interesses dizem respeito a que sujeitos, se faz necessário reconhecer que não existe uma única concepção de realidade, mas concepções diversas, as quais muitas vezes podem ser divergentes e conflituosas como, também, apresentarem aproximações e afastamentos, dependendo do momento histórico em que se encontram – o que torna ainda mais complexa a compreensão destas realidades.

As “concepções de mundo” são diversas e, geralmente, se encontram em disputa, e a escolha entre elas pode se dar de forma consciente e/ou inconsciente, em nome de interesses de uma determinada classe ou em detrimento desta. A forma como um determinado grupo compreende o mundo determina a modo de ação sobre ele e, enquanto ação, estrutura e consolida uma determinada forma de existência. Romper com a concepção hegemônica de compreensão do mundo implica uma elaboração crítica da realidade vivida; entretanto, trata-se de um tipo de elaboração que se efetue, segundo Gramsci (1978), no âmbito da história da filosofia¹⁹, ou seja, uma filosofia que permita a compreensão das transformações que o pensamento sofreu no decorrer de sua historicidade, assim como a trajetória percorrida para que esta concepção pudesse se estabelecer como tal na contemporaneidade.

Parece que o desafio é, então, buscar outras formas de explicação do mundo que não sejam as cotidianas, estas mesmas necessárias para que façamos tudo como fazemos – ou seja, repetidamente. O esforço necessário é reaproximar a compreensão popular de concepção de mundo do entendimento histórico do movimento social que tornou possível que a constituição da sociedade se produzisse desta determinada forma.

A sociedade não é assim por condições inatas e alheias às vontades dos homens, mas sim por ser produzida por homens e pelos homens, a partir da forma como interpretam a realidade e a reproduzem em sua atividade cotidiana.

¹⁹“A filosofia de uma época não é a filosofia deste ou daquele filósofo, deste ou daquele grupo de intelectuais, desta ou daquela grande parcela das massas populares: é a combinação de todos estes elementos, culminando em uma determinada direção, na qual sua culminação torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se ‘história’ concreta e completa (integral)” (GRAMSCI, 1978, p.32).

Compreensão de mundo – ainda que subordinada – e ação humana – ainda que em desalinho com os interesses daqueles que produzem a materialidade desta sociedade – estão intrinsecamente relacionadas, sendo que a classe dominante, já há muito, isto bem sabe, e por isto mesmo tem empreendido, no decorrer de toda a história da humanidade, formas de intervir na construção dos conhecimentos socialmente válidos para esta sociedade.

Esta classe tem empreendido sua missão em duas direções: uma mediante a criação de concepções de mundo que seus pensadores e cientistas elaboram e validam no campo da discussão intelectual (pensamento racional), e outra, que sofre influência da primeira, mas que não se liga a ela de forma explícita, que são as convicções (senso comum) que orientam os indivíduos nas suas ações cotidianas. Estas últimas não são vividas, pelas massas, como pensamento racional dos atos empreendidos, mas como atividades justificadas em verdades, opiniões e convicções do grupo ao qual pertencem, as quais não se questionam ou criticam, mas se reproduzem como “elemento de fé” (compreensão desagregada e difusa) sobre a realidade que constroem.

Determinada questão é verdade porque todo o grupo ao qual se pertence assim a reproduz e, justamente por isto, é verídica – deste modo, é assim que deve ser. Gramsci (1978) afirma, então, que o limite da forma racional sobre as massas esbarra no ponto em que a difusão das concepções de mundo “ocorre por razões políticas” e se difundem, principalmente, através das duas maiores organizações culturais existentes em quase todos os países: as igrejas e as escolas. Estas elaboram, divulgam e reafirmam a manutenção dos conhecimentos adequados para este modelo de sociedade.

Neste ponto, se a ação das massas necessita romper com um tipo de consciência que articula um “conjunto desagregado de ideias” para construir uma direção racionalmente coerente e integrada de compreensão do mundo, é necessário, primeiro, propor-se a questionar as próprias verdades em que acredita e que defende. Esta não parece uma questão fácil de resolver, e a proposta do referido autor para esta questão é que a elevação intelectual e cultural das massas deve partir, então, de intelectuais da própria massa, organicamente vinculado a elas, tendo os partidos políticos como protagonistas neste processo de formação destes “intelectuais-massa”.

Estes, por sua vez, necessitam dialogar com a classe trabalhadora na compreensão crítica da realidade em que vivem e, ainda que num primeiro momento, a conquista destes sujeitos se baseie mais em “elementos de fé” do que na elaboração intelectual da exploração em que vivem, estes intelectuais necessitam trabalhar incansavelmente com estes trabalhadores para sua elevação “intelectual e moral”. Para tanto, Gramsci defende que dois

principais movimentos culturais são fundamentais para o rompimento com as concepções hegemônicas de mundo:

[...] 1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos. Esta segunda necessidade, quando satisfeita, é a que realmente modifica o “panorama ideológico” de uma época (GRAMSCI, 1978, p. 27).

Se essa orientação de política cultural é o primeiro passo no sentido de romper com a consciência contraditória do homem-massa, trazendo para ele elementos que o façam elaborar uma concepção de mundo que vai se tornando “coerente e unitária”, parece que um ponto anterior, mesmo na proposta de Gramsci, deva ser aprofundar - de modo mais sistemático e organizado -, a forma como este homem-massa compreende e concebe o mundo que vive.

Não parece, do ponto de vista da argumentação deste estudo, que o desafio proposto pelo autor referido possa prescindir de um longo e aprofundado conhecimento sobre os conhecimentos destes sujeitos, e talvez esteja neste ponto a chave que propicie a construção de propostas concretas de elevação cultural destes trabalhadores²⁰.

O ponto de partida anterior é, então, além da compreensão da forma como se estrutura a concepção de mundo dos homens-massa em suas ações na vida cotidiana, reconhecê-las como fundamentais para a reconstrução de novos conhecimentos. Deste modo, trata-se de reconhecer no velho (ou nas ações que se fazem cotidianamente e que muitas vezes prescindem de uma elaboração intelectual mais crítica) o caminho para introduzir o novo, ou ainda, a partir da reflexão do velho e, talvez, não apenas da resignificação deste, mas ainda da manutenção (seja temporária ou permanente) de certos aspectos deste, elaborar um conhecimento que o transcenda.

É importante destacar ainda que, para uma mudança de concepção de mundo, é necessário um “[...] pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e, em consequência, a própria realidade, que não pode ser pensada sem a presença deste ‘maior número’” (GRAMSCI, 1978, p.34). Não há mudança de concepção se esta nova forma de compreender a realidade não é partilhada, hegemonicamente, por um determinado grupo. Faz-se necessário, também, que este grupo incorpore outros que compreendam e partilhem deste

²⁰ Este é o argumento fundamental defendido neste estudo.

mesmo interesse; deste modo, o rompimento com as velhas concepções pode se tornar possível.

Diante da exposição destes argumentos, acredita-se que a compreensão do aspecto cultural de um dado grupo seja fundamental para entendermos como e porque este grupo, organizado ou não em termos de classe, age desta ou daquela forma; para tanto, retomar o entendimento de cultura se faz mister.

1.3 Os conceitos de cultura: modos de compreender e agir em sociedade

Para compreender a categoria cultura como um conceito que vai conter múltiplas e, muitas vezes, contraditórias significações no curso da história da humanidade, este estudo opta por um recorte teórico que dialogue com uma perspectiva crítica sobre o referido termo e, para tanto, recorreu, principalmente, a autores de tradição marxista, como Gramsci (1978, 2012)²¹, Williams²² (1992), Eagleton (2005) e Thompson (1981, 1988, 1998, 2002) para dar subsídios a estas argumentações.

Destaca-se que as contribuições de Gramsci e Thompson são as referências principais neste estudo, sendo que Williams e Eagleton trazem subsídios para o percurso escolhido. Ressalta-se que, apesar das contribuições destes dois últimos autores se referirem mais ao campo da teoria literária marxista, suas discussões auxiliaram no entendimento da multiplicidade e complexidade dos usos da categoria cultura e da necessidade de demarcar, com bastante clareza, qual o sentido que se atribui ao uso da categoria cultura nesta pesquisa, qual seja, a sua vinculação ao trabalho²³.

²¹ Em que os pressupostos principais para este estudo já foram esboçados no item anterior.

²² Williams se considerava um teórico da teoria cultural marxista. Segundo o autor, o materialismo cultural se referia à produção cultural e literária dentro do materialismo histórico dialético (WILLIAMS, 1979).

²³ Em uma breve biografia dos autores citados destaca-se que: a) Antonio Gramsci (1891-1937) nasceu na Itália, exercendo no decorrer de sua vida as atividades de jornalista, crítico literário, filósofo, político, cientista político, comunista e antifascista italiano; b) Raymond Williams (1921-1988) nasceu no País de Gales, e atuou como crítico literário e lecionou tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos da América; c) Edward Thompson (1924-1993) nasceu na Inglaterra, se destacando como um historiador britânico que lutou contra o governo fascista italiano, e ainda d) Terry Eagleton (1943), um filósofo e atuante crítico literário inglês. Assim, trata-se de autores com trajetórias diferenciadas, como destacado anteriormente; mas, apesar destas diferenças, eles se assemelham na utilização do referencial marxista para pensar a problemática da cultura na sociedade capitalista. Deste modo, este estudo se apropria de suas contribuições no recorte que busca compreender a cultura do trabalho nesta sociedade sem, contudo, esgotar suas possibilidades de contribuição, assim como assume toda a responsabilidade pela interpretação aqui realizada.

No que se refere, principalmente, mas não somente a Thompson, recorreu-se a Mattos (2012) como forma de auxiliar na compreensão das categorias “cultura” e “experiência humana” propostas por Thompson em suas elaborações teórico-metodológicas. Num segundo momento, mas mantendo como referência deste debate a tradição do materialismo histórico dialético, realizou-se um diálogo com autores que realizam pesquisas nesta perspectiva. Dentre os brasileiros, estão Ramos (2011; 2012) e Mattos (2012).

Posteriormente, dialoga-se, também, com autores portugueses que têm se dedicado aos estudos sobre as culturas profissionais, concentrando esforços em Caria (2005 e 2008) e seu grupo de pesquisa. Ainda que este último autor e seu grupo não aportem suas pesquisas no mesmo referencial teórico que nos orienta, podendo-se neles encontrar influências weberianas e/ou da fenomenologia social, acredita-se que seus estudos podem contribuir, tanto teórica como metodologicamente, para consolidar os pressupostos que permitam a compreensão da dimensão cultural do trabalho técnico no campo da gestão em saúde pública²⁴.

Neste diálogo, parte-se do entendimento de Raymond Williams como um reconhecido autor marxista que pensou e pesquisou, sistematicamente, o conceito de cultura, trazendo elementos essenciais para este debate. Segundo Mattos (2012), uma importante contribuição de Williams sobre o tema se refere ao seu estudo das “[...] matrizes culturais do comportamento operário [...]”, onde Williams realizou uma abordagem crítica sobre o tema, com foco tanto no que ele chamou de “[...] concepção empobrecida do marxismo – [...]” percebida por ele “[...] como ‘o’ marxismo e que remetia a cultura para o reino da ‘superestrutura’ – quanto da visão idealista de cultura como produto das mentes educadas dos artistas e literatos.” (MATTOS, 2012, p.23). Buscando dialogar com estas concepções, um importante interlocutor de Williams, que também se dedicou aos estudos culturais, foi Terry Eagleton. Este, também identificado com o marxismo, retoma as considerações de Williams e dialoga com elas, buscando esclarecer as contradições inerentes ao conceito de cultura e os riscos que este envolve – já que, segundo o autor, o que “[...] liga as ordens pré-moderna e pós-moderna é que para ambas, embora por razões diferentes, a cultura é um nível dominante da vida social.” (EAGLETON, 2005, p. 47)

Edward Thompson, dentro da mesma concepção teórica e explicitamente crítico de abordagens marxistas no que diz respeito tanto ao que ele denominava de um tipo de marxismo idealista, fechado e preso à tradição, quanto da utilização da dimensão econômica

²⁴ Os resultados da contribuição deste autor e de seu grupo para este estudo podem ser vistos no bloco 4 - “Primeiros contornos de uma proposta de historiografia a partir da dimensão cultural do trabalho técnico em saúde: notas preliminares” deste estudo.

como única perspectiva válida para analisar a sociedade capitalista, também dialoga com Williams em sua trajetória acadêmica e de militância, em alguns momentos compartilhando com suas proposições e, em outros, apontando caminhos diferentes.²⁵ Dentre seus estudos sobre cultura, realiza um minucioso e cuidadoso relato dos costumes sociais dos trabalhadores ingleses no século *XVIII* e parte do *XIX*, situando-os, além da exposição de modos habituais de vida destes sujeitos, como espaços também de conflito²⁶ frente a novas concepções de realidade. Nesta discussão, Thompson realizou um profícuo debate com autores marxistas sobre o materialismo histórico dialético e propôs a categoria “experiência humana” para sua elaboração teórica, destacando o conceito de cultura como essencial para esta discussão. Deste modo, justifica-se a escolha dos autores acima referidos para esta parte do estudo.

1.3.1 A perspectiva da Sociologia da Cultura

A perspectiva de Williams é da “sociologia da cultura”, e é a partir deste lugar que ele vai problematizar o significado de cultura. O autor inicia seu texto destacando que a sociologia da cultura é um campo de conflito, marcado por disputa de interesses e de métodos. É um campo retratado pelas sociologias tradicionais “como uma área ambígua”, e esta afirmação se faz embasada na própria complexidade e divergência de opiniões sobre o termo cultura. Williams destaca que esta área é encarada “[...] como pouco mais do que um agrupamento indefinido de estudos de especialistas, quer em comunicações, em sua forma especializada moderna de ‘meios de comunicação de massa’, quer no campo bem diversamente especializado das ‘artes’” (WILLIAMS, 1992, p. 9-10).

Entretanto, a sociologia da cultura que o autor defende, seja no âmbito da própria sociologia da cultura, ou da sociologia em geral, é aquela que se propõe a investigar, de modo ativo e aberto, a respeito “[...] dessas relações tidas como verdadeiras e presumidas, e sobre outras relações possíveis e demonstráveis” (WILLIAMS, 1992, p.10).

Para tratar do tema da cultura, Williams começa abordando o conceito de cultura como cultivo que propicia a manutenção da vida humana em uma das suas necessidades básicas de existência, ou seja, alimentar-se. Extrapolando esta dimensão, chega à cultura como “(cultivo

²⁵ Para um maior aprofundamento deste debate, ver Mattos (2012).

²⁶ Estas observações fazem parte de notas de aula com Marise Ramos (PPFH/UERJ) em 27/03/2012. Tema da aula: “A dimensão cultural do conhecimento”.

ativo) da mente humana” e, neste sentido, a cultura, em fins do século *XVIII*, também pode ser entendida como um “[...] ‘espírito’ que informava o ‘modo de vida global’ de determinado povo.” (WILLIAMS, 1992). Ou, ainda, do termo no singular passa-se para o plural, pois a cada povo pertence a sua cultura.

No que diz respeito ao uso mais geral do sentido de cultura, Williams diz que o maior desenvolvimento foi como “cultivo ativo da mente”. Uma pessoa culta é aquela com a mentalidade desenvolvida, com interesses em atividades culturais, desenvolvendo ações relacionadas às artes e ao trabalho intelectual. Na contemporaneidade, o autor relata que a centralidade da cultura como expressão da arte convive desconfortavelmente com seu uso como “modo de vida global”, mais utilizado pela antropologia e pela sociologia.

As disputas quanto ao conceito de cultura envolvem, então, diversos campos do conhecimento e interesses distintos. Neste sentido, podem-se destacar duas perspectivas diferenciadas quanto ao termo: uma que aponta para a existência de um “espírito formador de um modo de vida global” que se manifesta nas formas de vida dos sujeitos – linguagem, estilos e arte, trabalho intelectual (idealista); e outra que aborda o tema como “uma ordem social global” que caracteriza uma determinada cultura como resultado direto e indireto das atividades e manifestações sociais (materialista).

“Contudo, a importância de cada uma dessas posições, em contraposição a outras formas de pensamento, é que leva, necessariamente, ao estudo intensivo das relações entre as atividades ‘culturais’ e as demais formas de vida social” (WILLIAMS, 1992, p.12).

Nas obras contemporâneas, estas posições acima descritas ainda se mantêm; contudo, a partir da segunda metade do século passado, sofrem uma convergência, principalmente no que diz respeito à perspectiva materialista, pois se questiona que, se há uma “ordem social global” que caracteriza um povo, não se pode negar que são os próprios sujeitos que formam este povo, elementos fundamentais em sua constituição. Neste contexto, o autor aponta que, em vez do “espírito formador”, é mediante a “[...] cultura como o sistema de significações [...]” que “[...] uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” (WILLIAMS, 1992, p. 13).

É nesta perspectiva, então, que a produção de Williams vai se desenvolver, trazendo, no entanto, para o debate, a convergência das teorias sociais da cultura com as teorias e estudos de filosofia, história e crítica da arte. Williams também se dedicou às questões da arte sem, contudo, deixar de enfatizar que esta perspectiva o conduzia a um aprofundamento dos conhecimentos das “formações sociais correspondentes” àquelas expressões artísticas.

O autor destaca, ainda, um importante e difícil diálogo da sociologia da cultura com o conceito de “ideologia”.

‘Ideologia’ é um termo indispensável na análise sociológica, mas o primeiro nível de dificuldade é se ele é usado para descrever (a) as *crenças formais e conscientes* de uma classe ou de outro grupo social – como no uso vulgar de ‘ideológico’ para indicar princípios e posições teóricas gerais ou, tantas vezes desfavoravelmente, dogmas; ou (b) a *visão de mundo ou perspectiva geral* característica de uma classe ou de outro grupo social, a qual inclui crenças formais e conscientes, mas também atitudes, hábitos e sentimentos menos conscientes e menos articulados ou, até mesmo, pressupostos, posturas e compromissos inconscientes (WILLIAMS, 1992, p.26).

Neste contexto, se o compromisso inicial da análise da sociologia da cultura se debruça sobre as crenças formais e conscientes, o desafio está no ponto em que essa análise não pode prescindir de visões de mundo que incorporem, entre suas características, formas sub e inconscientes de manifestações culturais. Ou seja, um povo pode e reproduz concepções de mundo incorporadas às suas formas de convivência social que solidificam ideologias que acabam por contrariar seus interesses como maioria, mas por questões sub e/ou inconscientes estão incorporados na sua cultura social e se repetem de forma irrefletida.

Deste modo, uma análise sociológica da cultura que reconheça o papel na ideologia na sua reprodução social implica um cuidadoso e abrangente estudo, pois requer o entendimento de que não basta descrever ou analisar várias culturas e ideologias mas, para além delas, ou ainda sob elas compreender, “[...] aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais” (WILLIAMS, 1992, p.29).

Para Mattos (2012), Williams, em seus primeiros estudos, buscava superar a perspectiva de cultura centrada nas expressões da arte ou da intelectualidade, encarando “[...] as manifestações culturais numa perspectiva mais ampla – Williams diria ‘como todo um modo de vida’ – preocupada especialmente com as ‘classes subalternas’.”. Uma de suas importantes contribuições no que se refere ao materialismo histórico foi sua “reflexão teórico-metodológica [...] sobre a necessidade de definição de um ‘materialismo cultural’,” (p.183) “[...] uma teoria das especificidades da produção cultural e literária material, dentro do materialismo histórico” (THOMPSON, 1979, p.12 *apud* MATTOS, 2012, p.183).

Neste sentido,

[...] ao resgatar na história do termo ‘cultura’ tanto a definição mais restrita de cultura como manifestação intelectual e artística quanto a mais ampla, de cultura como todo um modo de vida, [...] Williams evitou conscientemente optar por uma delas. Ambas eram para ele necessárias e combinadas tanto para se perceber, como ele propunha, que a cultura era uma experiência ‘ordinária’, ou seja, ‘comum’, parte da vida cotidiana de qualquer pessoa vivendo em sociedade, quanto para demonstrar que a arte é produto e tentativa de resposta aos dilemas dessa experiência comum de vida social (MATTOS, 2012, p.183-184).

Para Mattos (2012), esta dupla definição de Williams permite compreender como a classe trabalhadora do século XX pode produzir, por exemplo, instituições de classe, como sindicatos e partidos políticos, mesmo sob a lógica dominante e violenta da sociedade capitalista.

Por último, mas ainda buscando descrever as contribuições de Williams para o debate sobre cultura, este estudo se refere a Ramos²⁷ (2012) e aos argumentos de Eagleton (2005, 2012), a serem posteriormente apresentados. De acordo com estes autores, Williams se debruçou sobre o estudo da cultura, principalmente a partir de três dimensões: (a) de cultura como civilização (com o pressuposto de desenvolvimento progressivo); (b) de cultura como modo de vida; e (c) de cultura como expressão da arte. Nesta perspectiva, Eagleton (2005) retomará estas dimensões de análise dos estudos culturais, novamente problematizando-as e relacionando-as entre si. Deste modo, seus estudos apontaram, também, contradições inerentes ao próprio termo cultura, assim como os significados e usos políticos e ideológicos a que este conceito está exposto, sem deixar de destacar, na própria contradição, as possibilidades que o mesmo pode conter.

1.3.2 A problemática em torno do termo “Cultura”

Feita a ressalva de que Eagleton também buscou tratar das “versões de cultura” de forma sempre complexa, esclarecendo tanto os aspectos explícitos – mesmo estes, tantas vezes confusos e ambíguos – quanto as contradições que eles podem esconder, a primeira contribuição do autor para este estudo, assim como a de Williams, ao debate sobre cultura se refere a etimologia do conceito. Deste modo, inicia seus argumentos reafirmando que o conceito de cultura é derivado do conceito de natureza, uma vez que em sua origem se encontra o sentido de cultura como “cultivo agrícola”. Seguindo este raciocínio, o autor

²⁷Notas de aula com Marise Ramos (PPFH/UERJ) em 27/03/2012. Tema da aula: “A dimensão cultural do conhecimento”.

afirma que se pode entender cultura como derivada de trabalho e agricultura, e seu significado designando uma atividade ou um processo material que só posteriormente irá tornar-se “uma abstração em si mesma” ou “questões do espírito”. Sob esta lógica de argumentação, enfatiza ainda que esta palavra guarda consigo aspectos da “[...] mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana.” Com base nesses argumentos, levanta o questionamento se apenas os habitantes urbanos são “cultos”, e se os lavradores da terra não o são (EAGLETON, 2005, p.10). Nessas últimas palavras, fica claro que o autor pretende dialogar com o termo problematizando-o, e é assim que seguirá sua linha de raciocínio.

A palavra cultura traz questões fundamentais também no âmbito da filosofia, uma vez que, se cultivo implica ação sobre a natureza, isso nos remete a questionamentos “[...] entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz” (EAGLETON, 2005, p.11). A relação cultura-natureza expressa um movimento dialético que provoca na produção do novo a própria desconstrução da natureza, assim como as formas usadas para transformá-la são elas mesmas os resultados da natureza. O movimento de construção e desconstrução nesta relação se refere às práticas humanas de transformações, o que reafirma a natureza humana como essencialmente cultural.

Contudo, o ser humano não pode ser compreendido somente como produto do ambiente nem, tampouco, o ambiente é objeto passivo do homem. Se o homem age sobre a natureza, ela lhe impõe os limites de sua atuação.

Nós nos assemelhamos à natureza, visto que, como ela, temos de ser moldados à força, mas diferimos dela uma vez que podemos fazer isso a nós mesmos, introduzindo assim no mundo um grau de auto-reflexividade a que o resto da natureza não pode aspirar. Como autocultivadores, somos argila em nossas próprias mãos [...] (EAGLETON, 2005, p.15-16).

Na relação homem-cultura-natureza, cabe ao homem o movimento de transformação de si mesmo sem, contudo, esquecer que este cultivo de nós mesmos nem sempre é feito apenas por nós – homens, individual ou coletivamente – mas muitas vezes é feito pelo Estado²⁸. Eagleton enfatiza em suas argumentações que:

Numa sociedade civil, os indivíduos vivem num estado de antagonismo crônico, impelidos por interesses opostos; mas o Estado é aquele âmbito transcendente no

²⁸ As questões que envolvem o entendimento do conceito de Estado e sua relação com a categoria cultura, produzindo uma dada forma de corporeidade social no âmbito da sociedade de classes, será tratada no bloco 3 - “Categorias de análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde: uma trajetória de investigação” deste estudo, tendo como referências principais as discussões de Gramsci (2012) e Poulantzas (2000).

qual essas divisões podem ser harmoniosamente reconciliadas. Para que isto aconteça, contudo, o Estado já tem que ter estado em atividade na sociedade civil, apacando seus rancores e refinando suas sensibilidades, e esse processo é o que conhecemos como cultura (EAGLETON, 2005, p.16).

O Estado, segundo os argumentos de Eagleton, é, enfaticamente, atividade cultural, e representa a cultura que deve ser incorporada aos homens, transformando-os em cidadãos responsáveis e amigáveis. Esta ação tem como finalidade suprimir os conflitos existentes nas relações sociais ao imprimir em seu povo a cultura que representa, ou seja, a cultura da classe que detém a hegemonia social. A hegemonia da cultura dessa classe prevalece sobre a política ao conformar homens para o exercício de uma dada sociedade, e não para o debate dela, e faz isso ao esconder seu verdadeiro movimento, qual seja, “[...] são os interesses políticos que, geralmente, governam os culturais, e ao fazer isto definem uma versão particular de humanidade” (EAGLETON, 2005, p.18).

A cultura se caracteriza como o elemento da hegemonia ao moldar os sujeitos conforme as necessidades de um tipo de sociedade. A política organiza a cultura ao mesmo tempo em que busca esvaziar o debate político ao formar cidadãos “[...] dóceis, moderados, de elevados princípios, pacíficos, conciliadores e desinteressados dessa ordem política” (SCHILLER *apud* EAGLETON, 2005, p.19). Este movimento resolve e/ou mitiga os conflitos sociais no âmbito da cultura, esvaziando o espaço político para a disputa por interesses opostos. Tornar os homens “civilizados” é impingir neles uma cidadania regulada que corrobora um tipo particular de verdade social – a corporeidade da sociedade capitalista.

Esta dimensão da discussão sobre cultura nos remete novamente à primeira perspectiva a que se refere Williams, a saber: a cultura como civilização – pressuposto do desenvolvimento social gradativo – quando aborda os três principais sentidos modernos da palavra cultura, já anteriormente referidos. Neste sentido, Eagleton recupera a ligação do conceito de cultura com os princípios franceses do Iluminismo, de modo que valorizava tanto o refinamento social quanto o desenvolvimento progressivo. A opção pela palavra civilização, naquele contexto, tinha como pano de fundo a ideia de que “[...] ‘civilização’ minimizava as diferenças nacionais, ao passo que a ‘cultura’ as realçava” (EAGLETON, 2005, p.20).

No entanto, este sentido de “civilização” vai adquirindo, aos olhos de alguns liberais do fim do século XIX, ênfase em suas características imperialistas, e a retomada do termo cultura pelos alemães é o movimento de disputa neste processo. A ideia de cultura retorna associada a uma atitude de crítica, a qual, esclarece ainda Eagleton, necessita garantir a dimensão de crítica social. Entretanto, a disputa que se trava entre “cultura” como atitude

crítica e “civilização” como conformação de um tipo específico de homem em muitos aspectos se tratou de um falso debate. Se civilização era naquele momento entendida como forma alienada de existência, e a cultura como a possibilidade de fazer a crítica da civilização, rebelando-se contra seus princípios, seria, também, a própria cultura a responsável por “refinar estes rebeldes” e, na contradição, ir ao encontro da própria civilização para evitar que ela se autodestrua.

Entretanto, não se pode deixar de reconhecer que, guardadas as devidas diferenças, convivendo com semelhanças aparentemente irreconciliáveis, é a partir deste movimento que a ideia de cultura assume seu sentido moderno, ou seja, cultura como “modo de vida característico”. A cultura não trata, então, de um movimento unidimensional (uma única cultura superior frente a todas as sociedades, como o eurocentrismo quis fazer acreditar), mas da diversidade da vida social, com suas formas e leis singulares.

“A origem da palavra cultura como modo de vida característico, então, está estritamente ligada a um pendor romântico anticolonialista por sociedades ‘exóticas’ subjugadas” (EAGLETON, 2005, p.24). Este exotismo será reeditado, na sociedade contemporânea, na exaltação da “cultura popular”. Ela irá se referir, então, mais a modos de vida que se contrapõem ao modo de vida dos “civilizados”, este preconizado pelo modo hegemônico de produção e reprodução da existência social.

Esse modo de entender cultura traz também em seus aspectos um determinado rompimento com a crítica racional, já que ela é entendida como um modo de vida que não necessariamente está atrelada a um conjunto racional de comportamento social ou, ainda, é expressão de determinações sociais de várias origens. Na contradição, entretanto, o reconhecimento desta diversidade, tanto em termos de existência social quanto de lógica hegemônica de funcionamento destas mesmas sociedades, poderá, também, propiciar algum tipo de crítica da sociedade chamada civilizada.

Para Eagleton (2005), entender cultura na pluralidade de significados que ela pode conter implica reconhecer aspectos positivos e negativos num termo que é ambíguo e complexo. Se há entusiasmo em reconhecer cultura como o desenvolvimento de um determinado povo, torna-se bem mais complexo manter este entusiasmo quando o pluralismo de seus significados indicarem culturas antissociais, racistas, sexistas, etc. Como um exemplo moderno da pluralidade de significados e possibilidades de existência conjunta que o entendimento do conceito de cultura pode conter, pode-se citar o próprio capitalismo que, apesar de forjar um tipo de corporeidade social que pretende garantir a propagação e o desenvolvimento de seus interesses econômicos, é expressão dessa diversidade, pois não só

convive com estas diferenças, mas necessita desta heterogeneidade cultural para sua própria sobrevivência. Deste modo, essa fragmentação encobre a disputa que a classe dominante trava para manter submissa a classe dominada.

A terceira dimensão do significado que tanto Williams (1992) quanto Eagleton (2005) abordam trata da cultura como expressão da arte e, neste aspecto, seu sentido tem sido mais restringido a expressões da música, da pintura e da literatura do que em suas formas mais expandidas, como na variedade de atividades intelectuais. Se a arte teve o fardo insustentável de representar o modo de vida ideal de uma época passada, hoje o pós-modernismo a liberta para expressões independentes e sem propósito aparente, comprometida apenas com a liberdade de demonstrações e “desinteressada” da tomada de partido de um ou outro embate dentro da sociedade.

“Com esta recusa do partidarismo, a cultura aparenta ser uma noção politicamente neutra. Mas é precisamente nesse compromisso formal com a multiformidade que ela é mais clamorosamente partidária” (EAGLETON, 2005, p.31). O indivíduo culto, aos olhos críticos dos autores acima referidos, é muito mais o liberal conservador das sociedades capitalistas do que a antítese deste. Seu comportamento moderado e sua mentalidade aberta e criativa frente a todas as possibilidades demonstram ser mais um convite à paralisação e a contemplação, ou ainda, à manutenção do mesmo *status quo*, do que a transformação deste.

A complexidade de sentidos do termo cultura e sua relação como lugar também da política é abordado por Williams a partir da:

[...] versão nativa inglesa da *Kulturphilosophie* europeia. Essa corrente de pensamento poderia ser vista como um esforço para ligar vários significados de cultura que estão gradualmente distanciando-se: cultura (no sentido das artes) define uma qualidade de cultura de vida refinada (cultura como civilidade) cuja realização na cultura (no sentido de vida social) como um todo é a tarefa da mudança política (EAGLETON, 2005, p.34).

Deste modo, pode-se depreender que a ligação entre os sentidos de cultura é mais complexa, ou seja, estas diferentes dimensões são apenas a resposta ao fracasso da cultura como civilização, esta como a “[...] grande narrativa do desenvolvimento humano” (EAGLETON, 2005, p.35), já que as próprias crises desta narrativa social contradizem este desenvolvimento ou, ainda, levantam o questionamento sobre qual perspectiva de desenvolvimento que se quer assumir. Assim, pode-se dizer que essas três dimensões da cultura se relacionam dialeticamente entre si (de modo conflitante) e é, segundo o autor, a dimensão crítica deste processo que tem potencial de romper com este distanciamento, apenas

formal, entre cultura e política, tornando possível uma crítica do presente que incorpore uma outra possibilidade de futuro.

A crítica do presente é, também, em sua natureza, dialética e contraditória, já que tem como possibilidade a exposição das contradições que coexistem no seio desta sociedade, assim como a possibilidade de manutenção e reafirmação desta lógica. Se a crítica é a saída, é certamente sobre um determinado tipo de crítica que Eagleton se refere e esta trata, especificamente, da crítica que incorpora o pensamento dialético²⁹ na compreensão do movimento histórico de constituição desta sociedade. É sobre o presente que se constrói o futuro, como continuidade ou como transformação, como também é mediante estes sujeitos, que produzem e reproduzem cotidianamente a sua existência, que se pode manter ou transmutar a realidade social.

Se a cultura engendrada nos sujeitos contém em si mesma a possibilidade de rupturas com sua expressão hegemônica – diante da exposição e compreensão de suas contradições –, estas forças que promovem ou podem promover a transformação não surgem como manifestação espontânea destas contradições sociais, e este parece ser o grande desafio a ser enfrentado por aqueles que requerem um outro tipo de sociedade. Em outras palavras, a possibilidade desta transformação está atrelada a uma reelaboração da concepção de realidade existente, que só pode ser feita pelo corpo social que a produziu. Esta tarefa da crítica social coloca, segundo o autor acima referido, a ideia de cultura como ponto fundamental deste processo, pois, feitas as devidas ressalvas já anteriormente destacadas, a compreende como principal elemento de construção desta reelaboração social. É “[...] a cultura, no sentido de ter em comum uma linguagem, herança, sistema educacional, valores compartilhados etc., que intervém como princípio de unidade social” (EAGLETON, 2005, p.42). E este argumento é, sem dúvidas, o papel político da cultura nas sociedades.

Na mesma linha de raciocínio, como já exposto anteriormente, Gramsci (1978) trata da elevação intelectual e cultural das massas como caminho imprescindível se o horizonte é a transformação.

²⁹Sobre este ponto ver o bloco 2 - “Materialismo histórico dialético: um diálogo para a análise da cultura profissional” deste estudo.

1.3.3 O elemento “conflito” na discussão sobre cultura

Se Williams (1992) e Eagleton (2005) optaram pela etimologia da palavra cultura para iniciar suas reflexões, Thompson (1998) vai buscar no estudo do termo “costumes” o desenovelar do conceito de cultura. É importante destacar, inicialmente, que, assim como os demais autores citados, ele reconhece a dificuldade de lidar com esta categoria de análise social, e ressalta que o termo cultura oferece uma gama ambígua e vaga de possibilidades, ainda que opte por não prescindir dele.

Em seu estudo sobre “Costumes em comum”, Thompson (1998) começa destacando que o tema do costume, que teve como ponto de partida a cultura dos trabalhadores dos séculos *XVIII* e *XIX*, se refere a um período obscuro do ponto de vista da razão científica. Naquele dado momento, se travou uma disputa entre uma lógica antiga e a lógica da razão científica, ocasionando naquela sociedade uma cisão entre a cultura plebeia e patricia. O costume, esse representante da cultura plebeia, se traduzia como a conduta habitual daquele povo, refletida num fazer cotidiano que se repetia, frequentemente, à revelia do pensamento racional, pois se tratava de comportamentos que foram anteriormente apreendidos, muitas vezes por transmissão oral e legitimados por aquele povo. O costume, quando se referia a uma ocupação ou ofício, muitas vezes sem aprendizado formal, tratava-se de modos de fazer tão antigos e reconhecidos socialmente que adquiriam a forma de direito. Deste modo, a cultura patricia encontrava resistência ao tentar inserir na cultura plebeia formas de produção e atuação sociais contrárias aos interesses plebeus.

O que se entendia por costume estava então relacionado à vivência prática da vida daqueles sujeitos, mas não se referia de modo direto ao que era reconhecido como tradição para aquele dado povo, pois tradição exigia permanência e costume, reforça o referido autor; implica uma arena de disputa de interesses e, por isto mesmo, um espaço de conflito, em nada assemelhado a um sistema consensual e harmonioso, tanto do ponto de vista de culturas em disputa quanto das disputas internas de uma mesma cultura.

Neste ponto, Thompson (1998) faz sua crítica ao conceito de cultura como relação consensual e harmoniosa, pois, se vista sob este prisma, camufla as oposições, fraturas e contradições sociais e culturais daquele povo.

As normas defendidas pela cultura plebeia diferiam das proclamadas pela igreja e pelas autoridades sem, contudo, deixarem de ser conservadoras, já que tinham como referência os costumes tradicionais. Neste ponto, destaca o autor, era o costume plebeu que,

em sua rebeldia, resistia às “racionalizações e inovações” que se lhe queriam impor. Entretanto, esta resistência tinha em seu arcabouço conservador o parâmetro das “[...] regras paternalistas de uma sociedade mais autoritária [...]” (THOMPSON, 1998, p.19), ainda que escolhessem aquelas que lhes garantiam direitos. Neste sentido, reafirmava o uso dos referenciais já vividos, ainda que contraditórios, na execução da vida prática.

Essa ambiguidade característica da vida prática destes trabalhadores é caracterizada por Thompson, inspirado em Gramsci (1978), como expressão da dupla consciência destes sujeitos. Se, por um lado, suas ações expressavam sua rebeldia frente ao imposto, por outro, recorriam, acriticamente, a referenciais herdados do passado, e nem sempre em consonância direta com seus interesses de classe para consolidação de suas ações.

Assim, as ‘duas consciências teóricas’ podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o *status quo*, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres etc. De outro lado, o ‘senso comum’, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta (THOMPSON, 1998, p.20-21).

A conduta baseada nos costumes e o processo do capitalismo baseado na economia estavam em conflito, e o povo resistia, em nome dos costumes, às técnicas e racionalizações que desintegravam seu modo de vida. Para o autor, é neste momento que se pode perceber o surgimento das formações de classe e consciência de classe nesses sujeitos.

Se, no início de suas argumentações, Thompson se refere de modo muito cauteloso ao conceito de cultura, ele mesmo destaca que o estudo da cultura plebeia também pode incorrer nas mesmas críticas feitas ao termo cultura – ou seja, não se trata de relações consensuais e lineares. Destaca que é necessário se aprofundar no detalhamento de suas contradições, de seus interesses conflitivos, de seus ritos conciliadores, sempre entendidos historicamente sob relações sociais de produção.

Para a hegemonia do capitalismo, foi necessário retirar a centralidade dos costumes incorporados no cotidiano dos trabalhadores, desarticulando a transmissão geracional na determinação do modo de produção da sua existência. Para tanto, foi necessário também inventar necessidades antes inexistentes, buscando recriar um tipo de homem adequado ao modo econômico de produção capitalista. Esse esforço tinha como horizonte a diluição do conflito de interesses, e a história dos séculos *XIX* e *XX* reflete as disputas travadas nestas arenas.

1.4 A fabricação da sociedade industrial e os movimentos de resistências dos trabalhadores

Se o horizonte a ser alcançado naquele momento era a conformação e adaptação de trabalhadores para a sociedade industrial, que forjava as bases de sua consolidação, eram os costumes que representavam os elementos de conflito entre a cultura inerente aos trabalhadores com esta nova cultura, a de tipo industrial, que lhes impunha a prescrição de um outro modo de vida, que em muito diferia do que lhes era habitual.

Thompson (1998), buscando esmiuçar qual a lógica que seria o motor desta transição, recorre ao estudo do tempo e da disciplina do trabalho nos primórdios do capitalismo industrial, buscando elucidar suas questões. Para o autor, um importante conflito de interesses entre os costumes da classe trabalhadora e a cultura burguesa capitalista que se queria impor se deu sobre o controle do tempo, e foi sobre este que o tempo da vida e o tempo do trabalho foram dissociados.

O tempo do trabalho e o da vida eram indissociáveis antes do modo de produção industrial, pois ambos diziam respeito a formas como os trabalhadores produziam suas vidas – trabalhar era parte integrante deste processo. Entretanto, esta forma de lidar com a vida não era funcional para produção industrial, pois se os ritmos da máquina podiam ser regulados e medidos pelo relógio, o tempo dos trabalhadores era irregular e seguia o ritmo de conciliação entre produzir submetido aos ritmos da natureza e a vivência da vida social. Ao se defrontar com esta realidade, a burguesia industrial necessitou, então, recorrer a mecanismos que pudessem induzir a transformação nessa forma de viver desses trabalhadores. Neste processo, os principais mecanismos de indução desta transição, segundo Thompson, foram: a) quanto ao tempo: a potencialização e valorização do mecanicismo do relógio, e b) quanto às atividades políticas e sociais: o papel ativo da religião e da moral na internalização da disciplina do trabalho.

No que se refere à percepção e medição do tempo, o autor destaca que, em princípio, elas se relacionavam diretamente com o ciclo do trabalho e das atividades domésticas dos povos primitivos, desenvolvendo-se a partir das suas necessidades. Os ritmos de trabalho acompanhavam os ritmos “naturais” do cultivo, da pesca e até mesmo das manufaturas, pois as últimas dependiam das anteriores. O tempo era medido então a partir das tarefas que necessitavam ser realizadas, e estas estavam em harmonia com a produção da existência destes povos.

Entretanto, a mudança começa a se avizinhar quando a notação do tempo orientado pelas tarefas começa a entrar em conflito com alguns interesses da produção, ou seja, quando nesta relação de produção se extrapola o âmbito das relações familiares e a contratação de mão-de-obra se faz necessária para o crescimento produtivo. Por não se tratar mais de relações familiares, as percepções do uso do tempo pelo contratante e pelo contratado entram em dissonância, pois os trabalhadores “[...] experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio’ tempo [...]”, sendo que na lógica do empregador da indústria ele deve “[...] *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado [...]” (THOMPSON, 1998, p.272).

A diferença de percepção do uso de tempo no trabalho entre empregador e empregados e o controle deste pelo empregador levarão a uma inversão na lógica produtiva. A tarefa perde para o tempo a centralidade na organização do trabalho e este, agora reduzido a dinheiro pago pela mão-de-obra contratada, assume o papel principal na produção. “O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta.” (THOMPSON, 1998).

Com esta mudança, o que se consolidou foi o controle sobre os ritmos irregulares do trabalho, rompendo não só com o tempo do trabalho e o tempo da vida, mas também com o envolvimento e o prazer em trabalhar, arrefecendo, também, os rituais e festividades que comemoravam o trabalho realizado. A disciplina exigida pelo modo de produção na indústria era antagônica aos costumes daqueles trabalhadores.

O desenvolvimento do relógio e a evolução de seu uso foi extremamente funcional para as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para avançar, e a ideologia, quanto ao seu consumo, como objeto individual, buscava fazer acreditar que a possibilidade de propriedade deste artefato retratava a melhoria do padrão de vida do trabalhador, mostrando para a sociedade industrial que seu disciplinamento temporal o levou ao desenvolvimento e ao sucesso.

Quanto às atividades políticas e sociais implicadas nesta transição, Thompson destaca que a religião e a moral, juntamente com uma escola alinhada aos interesses industriais, tiveram papel fundamental neste processo. Estas instâncias sociais agiram em comunhão com os interesses industriais, e representaram um importante instrumento de internalização nos trabalhadores da nova lógica de organização e produção da vida social.

Não se trata, entretanto, de “[...] afirmar que haja algo radicalmente novo na pregação da diligência ou na crítica moral da ociosidade” (THOMPSON, 1998, p. 295), mas seu tom adquire uma ênfase mais acentuada. A conjugação das pregações de cunho religioso, fortalecidas pela retórica moral, que afirmavam o quão absurdo era o desperdício do tempo

com atividades mundanas - como folias, bebedeiras, algazaras, etc., que em nada poderiam salvar as almas dos trabalhadores diante do juízo final, assim como o esforço necessário para que a preguiça, vista como inerente a estes trabalhadores, fosse vencida, e o tempo utilizado de forma virtuosa, gerando lucro e não gastos, foram os elementos fundamentais, continuamente repetidos e reforçados, na construção da nova concepção de vida social.

Diante da divisão social do trabalho, da supervisão do processo produtivo, das “[...] multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina do tempo” (THOMPSON, 1998, p.297).

Entretanto, esta transição não se deu pacificamente. Se o grande desafio da burguesia industrial foi modificar os ritmos habituais de trabalho, antes caracterizados por momentos de grande atividade e outros de ociosidade, o rompimento com essa lógica implicou, sim, movimentos de resistência destes trabalhadores. É necessário destacar que essas resistências se referem não somente a mudança no modo de produzir sua existência, mas também, e sobretudo, resistência à exploração que este modelo impunha, assim como o rompimento com os valores e hábitos já estabelecidos.

Todavia, se num primeiro momento a resistência se deu no âmbito do boicote ao ritmo de trabalho imposto, num segundo momento, a luta dos trabalhadores passa a ser quanto à regularização deste tempo, e depois quanto ao pagamento pelas horas adicionais de trabalho. Nas palavras de Thompson

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional (1,5%) pelas horas trabalhadas fora do expediente. Eles tinham aceito as categorias de seus empregadores e aprendido a revidar os golpes dentro desses preceitos. Haviam aprendido muito bem a sua lição, a de que tempo é dinheiro (THOMPSON, 1998, p.294).

A conclusão a que se pode chegar é que a disciplina industrial do trabalho não estava mais em questão: o que se lutava era por quanto tempo diário ela deveria ser suportada. O que o desenvolvimento econômico determinou, primordialmente, foi a mudança de uma cultura, ou de várias culturas, ainda que sobrevivam na cultura nova resquícios da anterior. Diante destes fatos, Thompson destaca que o que lhe parece ser fundamental nesta discussão é compreender, na complexidade deste movimento histórico, a forma como estes trabalhadores experienciam esta transição para a sociedade capitalista nascente. Neste ponto, talvez se possa

retomar a discussão do mundo do trabalho, não sob o ponto de vista de um tipo de trabalhador submisso e passivo ao trabalho capitalista, mas de um trabalhador que, vivendo a síntese conflituosa do velho com o novo, encontre brechas de criação de uma outra forma de produção social, que talvez possa reaproximar o tempo do trabalho e o da vida em nome das necessidades humanas, e não cindidos em nome das necessidades do lucro.

1.5 O uso da categoria “experiência” na compreensão da cultura do trabalho

A partir dos estudos apresentados no item anterior, pode-se dizer que Thompson, tomando a tradição marxista como referência, irá investigar aspectos que ele afirma terem sido pouco estudados por este campo do conhecimento. Ele vai construir sua elaboração teórica a partir de sua atividade docente junto à classe trabalhadora, assim como no debate político em sua vida de militante³⁰. Deste modo, é na relação teoria e prática que ele vai buscar compreender a forma como homens e mulheres são sujeitos de sua história, ainda que dentro de uma situação determinada. Entender essa dimensão da realidade foi, segundo ele, mergulhar num campo ainda pouco investigado, mas fundamental, se o horizonte é a transição para um tipo de sociedade que supere a sociedade capitalista. Seu ponto de partida foi a afirmação de que a transformação social só é possível mediante a consciência dos sujeitos e, partindo do pressuposto de que os homens fazem a sua própria história, o desafio que Thompson se colocou foi compreender como o fazem³¹.

Preocupado então com a formação da consciência social, seus esforços não ficaram circunscritos às esferas do singular e do subjetivo, mas, sobretudo, debruçaram-se sobre a consciência social como expressão de coletividade, pois o ser humano produz sua existência em sociedade, e é a ação coletiva que coloca esta existência em movimento.

Assim, são os problemas que envolvem a consciência social e suas tensões que seus estudos irão investigar, buscando compreender “[...] a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento [...]” (THOMPSON, 1981, p.15). Esta abordagem

³⁰ Neste ponto se assemelha a experiência de Williams, que também atuou junto à classe trabalhadora (MATTOS, 2012).

³¹ Esta discussão também foi essencial na produção intelectual de Gramsci. Sobre este debate, ver em Coutinho (2011).

o fez dedicar-se ao estudo da cultura e propor a categoria “experiência humana” como diretriz de sua investigação.

Para fundamentar sua proposta, o autor promoveu então um intenso debate com a produção dos autores marxistas, apontando divergências e o que ele chamou de “silêncios” da teoria marxista. Sua principal divergência foi em relação a autores que, circunscritos ao âmbito dos laboratórios, diziam-se construir conhecimentos sobre a realidade social. No livro “A Miséria da Teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser”, apresenta o “teorismo a-histórico” do referido autor como um desvio devastador para a teoria marxista, mas certamente funcional para a sociedade do capital. O marxismo idealista de Althusser rompe com a análise histórica e política substantivas, não permitindo a compreensão do “modo empírico da prática intelectual”. Sua “epistemologia” “[...] baseia-se numa exposição dos procedimentos teóricos que é em todos os pontos derivada não só de disciplinas intelectuais acadêmicas, mas de uma (e no máximo, três) disciplina altamente especializada”³², negando o protagonismo dos sujeitos na produção da sua realidade social (THOMPSON, 1981, p.18).

Na contramão desta perspectiva, o autor rompe com a produção meramente conceitual e elabora uma teoria que, indissociável da prática, possa refletir a realidade social e, para tal, propõe a categoria “experiência humana”.

Esta categoria busca compreender a influência do ser social sobre a consciência social, ou ainda, como se constitui a práxis³³ objetiva e subjetiva dos sujeitos, e como esses pensamentos orientam as suas ações. Se a determinação da consciência é resultado da existência social, é a partir deste lugar que se processam as ações humanas, e é sobre este terreno que Thompson afirma que pouco se tem produzido para compreendê-lo. No enfrentamento deste desafio, Thompson (1988) pesquisa e escreve uma trilogia sobre “A formação da classe operária inglesa”. Os principais pontos tratados por ele nestes três volumes foram: 1) sobre “[...] como o conjunto de tradições levam a condições para a formação da classe operária [...]”; 2) sobre “[...] a exploração; os trabalhadores rurais, os artesãos, os tecelões, [...] A separação da vida do trabalho [...] o assalariamento”, assim como o modo que estes “trabalhadores são afetados e como resistem a esse processo” e 3) sobre o movimento de “[...] resistência dos trabalhadores. O sindicalismo ilegal, as primeiras

³²Principalmente da filosofia, mas também da matemática e da psicanálise.

³³Sobre este ponto ver o bloco 2 - “Materialismo histórico dialético: um diálogo para a análise da cultura profissional” deste estudo.

experiências de organização, o autodidatismo jacobino, o ludismo, ownismo” (RAMOS, 2011)³⁴.

Para Mattos (2012, p. 25), Thompson escreve esta trilogia com os dois principais conceitos que irão nortear seus estudos e militância: primeiro, “o conceito de classe como processo e relação”, ou seja, classe como construtora de si mesma, num ato de auto fazer-se que encontra identificação com determinados grupos, contra outros com interesses divergentes. O segundo conceito central é o de “agência humana”, ou ainda, ação humana, no qual Thompson defende que são os homens que constroem a sua história, ainda que não tenham escolhido, a priori, as condições nas quais se encontram inseridos. Deste modo, o autor recoloca homens e mulheres reais no centro da construção da história da humanidade, com ação humana consciente – que se reproduz de modo racional frente uma dada concepção de mundo – no fazer histórico. São as ações dos homens, com suas concepções de realidade, que colocam a história em movimento.

No prefácio do primeiro volume de “A formação da classe operária inglesa”, Thompson (1988) esclarece que, para o entendimento desta realidade social, é fundamental que o estudo interroge os trabalhadores, porque são eles que viveram e vivem a experiência de auto fazer-se cotidianamente, tanto individual quanto coletivamente. As bases de seu entendimento sobre cultura e a necessidade da categoria da “experiência humana”, para entendê-la em sua complexidade, já estavam dadas naquele momento.

Para Dorothy Thompson (*apud* THOMPSON, 2002), nos três volumes de *A formação*, seu companheiro “[...] examinou as ações e crenças dos movimentos políticos populares radicais no início do período industrial e o ambiente no qual ocorreram.” Com estes estudos, o autor realizou uma grande contribuição ao demonstrar a importância da dimensão da cultura, conceituada a partir do materialismo histórico, para o debate político que se trava no seio das sociedades.

Para Mattos (2012, p. 24), este estudo de Thompson forçou os limites da interpretação marxista da época ao ressaltar “[...] a importância e a autonomia relativa de outros níveis de análise (político, social, cultural), destacando a relevância de estudos historicamente localizados em que tais níveis pudessem ser observados na sua dinâmica inter-relação”.

Thompson expõe a lógica determinista e não histórica do pensamento de Althusser e de seus discípulos, e problematiza as questões que atravessam o modo de produção capitalista na determinação de sua formação social. Destaca, então, que este modo de produção não

³⁴ Notas de aula com Marise Ramos (PPFH/UERJ) em 24/11/2011. Tema da aula: “3ª Reunião Anual da Anped. Minicurso sobre E.P. Thompson.”

conforma os trabalhadores de modo pacífico para a corporeidade capitalista, pois há resistências e disputas neste processo. Deste modo, se faz necessário compreender, na práxis cotidiana dos trabalhadores, como os homens e as mulheres experienciam sua prática social (THOMPSON, 1981).

Neste sentido, Mattos (2011)³⁵ destaca que Thompson dialoga com processos de formação de classe porque acredita que a transformação social só se efetiva a partir da consciência dos homens. Neste ponto, pode-se perceber que Thompson sofreu a influência do pensamento Gramsciano, principalmente no que se refere ao conceito de hegemonia. Então, não basta para a ação revolucionária que estes homens tenham consciência da classe à qual pertencem, pois esta, por si só, não garante a luta contra-hegemônica. É necessário que se estabeleça, entre a formação social e a consciência de classe, um tipo de mediação que leve ao aprofundamento e desenvolvimento desta consciência, e é a mediação da experiência que pode realizar este feito. Nas palavras do próprio Thompson:

[...] a questão que temos imediatamente à nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o ‘ser’ está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a ‘consciência’ (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à *experiência modificada*; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981, p.16, grifo nosso).

Nesta perspectiva, a classe acontece “[...] como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) [...]” entre determinados sujeitos, e se fortalece na forma como estes homens, “[...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.” Deste modo, a consciência de classe é a “[...] forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnados em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.”

³⁵ Encontro com o Professor convidado Marcelo Badaró Mattos na aula de Marise Ramos (PPFH/UERJ) em 05/12/2011. Marcelo Badaró é professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, tendo publicado os livros “E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico”; “Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca”; “Reorganizando em meio ao refluxo; Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro”; “Trabalhadores e sindicatos no Brasil”; “O sindicalismo brasileiro após 1930”, entre outros.

(THOMPSON, 1988, p.10). Para se entender este movimento do real, é importante destacar que, segundo o autor, faz-se necessário estudá-lo durante um significativo período histórico.

Neste ponto, recorrer ao conceito de cultura é fundamental ao debate que Thompson propõe, pois ela é, para ele, a consolidação e materialização das experiências humanas (vivenciadas, sentidas e pensadas) expressas em modos de viver.

Pois as pessoas não experimentam sua própria existência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p.189).

Thompson, definitivamente, mergulha no campo da cultura para desvelar as contradições e os conflitos que coexistem na produção da existência dos homens. A natureza destes conflitos envolve interesses divergentes, necessidades materiais e afetivas, expectativas quanto ao que se espera dos comportamentos humanos, etc. O espaço pantanoso de sua discussão requer enfrentar o campo dos valores morais, enfrentamento este que, segundo Thompson, Marx não o fez, mas o sugeriu quando, ao fim de sua vida, realizou pesquisas antropológicas, as quais levantaram “[...] problemas que evidentemente exigiam análise em termos não oriundos da Economia Política [...]” ainda que “[...] Marx – embora reconhecendo estes problemas – estava sempre tentando remetê-los de volta a um quadro de referência econômico.” Entretanto, para Thompson, o reconhecimento de “um ‘*modus*’ moral de existência” implica dar relevância às influências morais, “[...] então elas existem e devem ser analisadas num vocabulário de normas, valores, obrigações, expectativas, tabus, etc.” (THOMPSON, 1981, p.190).

É importante, ainda, destacar que a referência aos valores morais não se alude à concepção de moral como moral burguesa (ou ideologia burguesa), mas, sobretudo, no sentido de que estes são vivenciados pelos sujeitos (consciente ou inconscientemente) e determinam em grande medida suas ações perante o trabalho e a vida.

Homens e mulheres discutem sobre valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são tão sujeitos (e não mais) de sua própria consciência afetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre (THOMPSON, 1981, p.194).

A consciência afetiva e moral

[...] se desvela a si mesma na história e nas lutas de classes, por vezes com uma inércia mal articulada (costumes, superstições), por vezes com um conflito articulado entre sistemas de valores de classe alternativos (a ‘economia moral’ da multidão, a confrontação em torno das Leis dos Pobres em 1834), por vezes ainda como um embate deslocado, confuso, mas ainda assim ‘real’ e apaixonado, no âmbito das formas religiosas (metodismo, milenarismo), por vezes com a imposição brutal de um ‘moralismo’ pela Igreja ou pelo Estado (a queima santificada de hereges, os ‘julgamentos’ santificados do Estado stanilista), e por vezes com uma das mais rigorosas e complexas disciplinas conhecidas da cultura intelectual – o pleno descobrimento dos valores, e a discussão racional entre valores, exemplificada na literatura e em certo tipo de crítica moral disciplinada (THOMPSON, 1981, p.195).

O que Thompson grita aos nossos ouvidos é que a transição para um modelo de sociedade que supere a sociedade atual não se faz sem que se olhe para os homens, individual e coletivamente, e se construa, com eles e a partir deles, as possibilidades de transformação social. Este processo, se feito de cima (pelo Estado ou ainda pelos “aparelhos privados de hegemonia”), tem demonstrado muito mais um apaziguamento da luta e apassivamento dos trabalhadores – pois as melhorias progressivas das condições de vida feitas pelo capitalismo são extremamente funcionais para a desmobilização da luta dos trabalhadores, mais do que promotores de uma mudança substantiva em seus modos de vida.

Por fim, é no próprio texto de Thompson, em seu livro “Os Românticos”, que está uma citação feita pelo autor da fala de um trabalhador da indústria naval, que melhor descreve as perdas que os intelectuais apresentam ao desconsiderar a experiência dos trabalhadores, como também a perda dos trabalhadores quando têm negado seu direito de acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade. Nas palavras de J. M. Mactavish:

Exijo para minha classe tudo de melhor que Oxford tem para dar. Exijo isso como direito, erradamente negado – errado não apenas para nós, mas para Oxford (...) Os trabalhadores não apenas são usurpados do direito de acesso ao que não pertence a nenhuma classe ou casta, o conhecimento e a experiência acumulados de uma raça, mas a raça perde os serviços de seus melhores homens. Enfatizo este ponto porque desejo que seja lembrado que os trabalhadores poderiam fazer mais por Oxford do que Oxford pode fazer pelos trabalhadores. Pois, lembrem-se, a democracia acontecerá por si mesma, com ou sem a ajuda de Oxford; mas, se Oxford continuar afastada dos trabalhadores, então, no final das contas, ela será lembrada não pelo que é mas pelo que tem sido (THOMPSON, 2002, p.45).

Com estes argumentos, se fecha e reforça a necessidade de se compreender a sociedade dos homens a partir dos próprios homens, e não apesar deles. Este conhecimento não basta por si só, mas necessita se constituir com um conhecimento que retrate o movimento histórico de constituição destes sujeitos e das sociedades por eles construídas.

Neste sentido, faz-se necessária a retomada do debate marxista do materialismo histórico e cultural, caso pretenda-se fortalecer a luta pela transformação social.

1.5.1 Considerações sobre a cultura do trabalho

Neste contexto, o que foi apresentado até agora enfatiza que a categoria cultura para o debate da vida social não é apenas necessária, mas imprescindível, se o horizonte é a tomada de consciência dos sujeitos sobre o lugar e o papel que desempenham na produção e reprodução da sua existência.

Não se optou por considerar no âmbito desta discussão a categoria cultura na sua especificidade de expressão artística. O recorte escolhido foi sua expressão como modo de vida dos homens: a forma como vivem e experienciam seu cotidiano ao produzirem sua própria existência.

Neste sentido, a linha que sustenta esta revisão de literatura é o entendimento do trabalho como mediação fundamental para a constituição dos homens e das sociedades. A que se faz referência, então, não é o trabalho em sua expressão de trabalho assalariado, precarizado, fragmentado, etc. que caracteriza as sociedades atuais, mas o sentido primeiro de trabalho, aquele que se refere à condição de formação do homem enquanto espécie humana.

Se retornarmos à história do homem e entendermos o trabalho humano como o ato primeiro de interferir na natureza para garantir suas condições de vida, de alterar, mediante planejamento prévio, algo a fim de resolver suas necessidades como espécie, de utilizar e construir instrumentos para alterar a natureza e, em unidade com ela, construir sua existência, pode-se compreender que o trabalho é inerente à produção da vida dos homens, que é capacidade exclusiva destes, porque é atividade produtiva consciente e previamente planejada de sujeitos sociais (ENGELS, 1876 *apud* ANTUNES, 2004).

É claro que, no decorrer da história da humanidade, o trabalho vai adquirindo diversas formas, sendo que na atualidade, sob o capitalismo, ele é caracterizado por ser uma atividade assalariada, que precisa de homens livres e necessitados de vender sua força de trabalho, único bem disponível para garantir sua sobrevivência. Para Frigotto (2009), com o desenvolvimento das condições do sistema capitalista, o trabalho é reduzido à sua forma de emprego, tempo determinado e pago por um valor específico. A luta do trabalhador, e não mais da classe trabalhadora, passa a ser permanecer empregado. O trabalho como princípio

fundante do ser humano torna-se, sob este modo de produção, produtor de humanização precária para a maioria dos sujeitos.

Ramos (2007) reafirma as discussões tratadas pelos autores acima referidos e destaca que o trabalho pode ser compreendido a partir de uma dupla determinação: a primeira, ontológica, e a outra, histórica. A determinação ontológica do trabalho se refere à atuação dos homens sobre a natureza, transformando-a em nome da satisfação das necessidades de reprodução da própria vida humana. O homem ajusta a natureza às suas necessidades e pelo trabalho constrói a sociedade e a si mesmo. Nesse sentido, é ontológico porque é inerente à condição humana. Entretanto, o trabalho se transforma no decorrer da história das sociedades, vai se complexificando e adquirindo formas diferenciadas, que são resultantes das disputas travadas pelos e entre os homens em tempos e lugares específicos. Assim, pode-se destacar o trabalho artesanal, o escravo, o servil e o assalariado. Nesse contexto, o trabalho assalariado é resultado de um processo histórico, dinâmico, conformado pelas lutas entre a classe dominante e a classe dominada em torno de projetos sociais antagônicos. Este modo atual e contemporâneo de trabalho vigente, sob o modo de produção capitalista, tem se afirmado como o modo hegemônico de trabalho. Entretanto, não ocorre sem resistências, e suas contradições se tornam mais evidentes quando sua face de exploração e expropriação vão se tornando mais intensas e destrutivas da vida em sociedade.

Considerando esse ponto de vista, a dimensão cultural do trabalho como expressão da vida produtiva dos homens é o solo sob o qual o próximo item apresenta a proposta conceitual desse estudo, realizando um diálogo do referencial até agora explicitado com um novo percurso teórico-metodológico para se pensar a cultura relacionada ao trabalho técnico em gestão em saúde.

1.6 Da cultura do trabalho à categoria cultura profissional: o percurso teórico-metodológico para se pensar a dimensão cultural do trabalho técnico em saúde

A proposta deste item é apresentar o percurso teórico-metodológico que ancora o debate dos autores apresentados anteriormente, com autores que na atualidade têm construído metodologias de análise na perspectiva da cultura do trabalho³⁶. Optou-se por este percurso

³⁶ Para este estudo utiliza-se a terminologia “cultura do trabalho” quando se faz referência mais amplamente à atividade produtiva, independentemente de regulamentação ou regulação formal. O termo “cultura

por entender ser necessário revisar os conhecimentos produzidos no âmbito desta discussão, reconhecendo suas contribuições.

Deste modo, buscaram-se em Ciavatta (2002) as bases metodológicas do materialismo histórico dialético que, em nosso entender, justificam o debate proposto. No que diz respeito aos autores contemporâneos que têm realizado relevantes trabalhos empíricos sobre a cultura, na especificidade do trabalho, optou-se por Caria (2008) e Ramos (2013) para a elaboração da categoria “cultura profissional”, entendendo que suas contribuições adensam o debate em torno da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

Assim, este item apresenta o percurso de análise que permitiu a contribuição conceitual deste estudo, ou seja, a proposição da categoria “cultura profissional” para a análise do objeto desta tese³⁷.

Tendo como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético, o percurso empreendido para esta investigação exige o processo de reconstrução histórica da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, o que nos obriga, enquanto pesquisadores, a

[...] ir das determinações mais gerais [...] à singularidade dos fatos empíricos e, destes, voltar ao geral, apreendendo-os nas suas mediações específicas, na sua particularidade histórica: duração, espaço e movimento da realidade sob a ação cotidiana dos homens (CIAVATTA, 2002, p. 130).

Neste sentido, compreender a realidade mediante a reconstrução histórica implica apreender no plano de pensamento o real, desvelando seus nexos e significados, os quais são construídos socialmente no emaranhado dinâmico das relações produzidas pelas ações dos sujeitos. Este real pensado representa a síntese de múltiplas determinações (econômicas, políticas, sociais, culturais, interacionais, etc.), as quais não podem ser apreendidas, segundo Ciavatta, como o “tudo” ou “todo” desta realidade, mas efetivamente como uma totalidade que a partir da “lógica dialética”³⁸ reconhece o movimento do universal ao particular e vice-versa, desvelando a relação entre as partes, assim como explicitando a união de contrários, socialmente negociados e/ou imputados, para a manutenção do movimento do real. O que, em

profissional”, por sua vez, já nos remete a atividades que possuem alguma base de regulamentação e regulação, incluindo exigências de escolaridade e/ou de formação técnico-científica. Para melhor compreensão sobre essas questões, ver Ramos (2001, 2012).

³⁷ Sobre este ponto, ver a questão central, a hipótese e as propostas de contribuição na “Introdução” deste estudo.

³⁸ Para Vieira Pinto (1979) *apud* Ciavatta (2002, p.144) a lógica dialética se diferencia fundamentalmente da lógica formal ao implicar no seu método de compreensão do real a categoria “contradição”, assim como as categorias “reciprocidade, mediação e historicidade”.

princípio, caracteriza esta totalidade, que é expressão de uma dada realidade, é o entendimento de que o real concreto é um todo estruturado e coerente, num movimento dialético vivo e dinâmico que pode ser captado pelo plano do pensamento.

Para se captar mediante o pensamento o movimento do objeto é preciso ir à vivência concreta do fato empírico e, no exame de suas múltiplas determinações, distinguir as parcelas do real que o constituem e formam uma unidade composta por diversidades. Segundo Ciavatta (2002), é pela categoria da particularidade, campo de historicização da ação humana, que se pode empreender esta análise. Se o ponto de partida para o conhecimento é a realidade em sua aparência imediata, é na particularidade do fato empírico, entendido a partir das mediações³⁹ que o constituem, que se pode passar da aparência à essência do objeto.

Buscando trazer os elementos que dão corpo a sua análise, Ciavatta recorre ao entendimento de Lukács sobre as categorias “singularidade, particularidade e generalidade”, afirmando que estas não são apenas formas de se investigar a realidade; antes, são “[...] aspectos visíveis, destacados e essenciais dos objetos da realidade objetiva, de suas relações e vinculações, e sem o seu conhecimento o ser humano não pode orientar-se no mundo em torno [...]” (LUKÁCS, 1967, p.200 *apud* CIAVATTA, 2002, p.146).

É na particularidade que a vida concreta se efetiva, ou ainda, onde se materializam as ações dos homens, num determinado tempo e lugar, assim como é mediante este campo da ação humana que se pode superar “tanto a singularidade como a generalidade” do objeto de estudo.

A partir destes pressupostos pode-se afirmar que, no caso deste estudo, a “mediação específica” da “cultura do trabalho”, na especificidade da “cultura profissional”, é a categoria que permite captar a dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde – compreendido na sua particularidade histórica e concretizado na singularidade das suas experiências humanas; é essa categoria que nos possibilita a aproximação com o real deste objeto. A partir da interpretação do caminho apontado por Ciavatta (2002) – a qual autoriza a utilização de sua análise proposta para compreensão dos “processos educacionais” ao conjunto dos fenômenos sociais – depreendem-se, no caso deste estudo, que “cultura” e “experiência humana” são as categorias mais gerais de análise do objeto; entretanto, é na particularidade da “cultura profissional” deste trabalhador técnico, vivenciada na

³⁹ “A mediação é [...] a visão historicizada do objeto singular, cujo conhecimento deve ser buscado nas suas determinações mais gerais, nos seus universais, assim como ser situada no tempo e no espaço, isto é, na contextualização histórica. São as determinações histórico-sociais, o campo do particular, que permitem a apreensão de um objeto à luz das determinações mais gerais” (CIAVATTA, 2002, p.146).

singularidade de sua atuação enquanto “grupo profissional”, que suas concepções de mundo podem ser captadas.

Deste modo, como chegar à singularidade do objeto? Como fazer o diálogo das determinações mais gerais com as mais específicas, sem prejuízo para a análise que tem o materialismo histórico dialético como o seu fundamento teórico metodológico? Como captar o movimento do real atravessado por contradições, disputas e conflitos, quase nunca expressos na aparência dos fenômenos? E neste processo, como percorrer esta trajetória de ida e de volta, tão necessária para captação do real pensado deste objeto?

Na perspectiva adotada por este estudo, o ponto de partida da “cultura” e da “experiência humana” mediados pela “cultura profissional” implica chegar à singularidade dos “grupos profissionais”, tornando possível captar a vivência concreta destes trabalhadores técnicos. É no empírico da cultura profissional que os grupos constroem suas concepções de mundo, no enfrentamento conflituoso de formas antigas e novas de expressão de sua cultura, assim como nas disputas por modos de organizar e realizar suas tarefas profissionais.

Neste ponto, este estudo foi buscar diálogo com autores como Caria e Ramos, que já têm desenvolvido um profícuo debate sobre o conceito de cultura profissional, assim como realizado pesquisas e dialogado com outros grupos que pesquisam este objeto. Entende-se que a especificidade do objeto dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde aqui estudado solicita um conjunto de recursos metodológicos ainda em construção e, por este motivo, recorrer às pesquisas neste campo, através de pesquisadores que já se debruçam sobre o tema, é o caminho necessário para a reconstrução histórica aqui proposta.

Assim, com o desafio de captar a particularidade e a singularidade da cultura profissional destes trabalhadores técnicos em saúde, este estudo recorre a Telmo Caria (2008) e seu grupo de pesquisa. Deste modo, pretende enfrentar a problemática de se captar a dinâmica da dimensão cultural deste trabalho, descrevendo a forma como estes sujeitos vivem e percebem seu cotidiano laboral (expressão da particularidade e da singularidade do objeto) para, a partir deste conhecimento sobre este grupo profissional, construir/pensar propostas concretas de qualificação profissional implicadas com a luta pela consolidação da saúde como direito universal (expressão da dimensão da totalidade do objeto deste estudo).

Neste ponto uma ressalva é necessária, ou seja, sobre a discussão deste grupo se configurar como um grupo profissional são as contribuições de Ramos (2012), em diálogo com Caria (2010), que apontam os caminhos. Em linhas gerais, a autora destaca que, ao se apropriar do referencial teórico de Caria, visando a análise do trabalho técnico em saúde, ela se depara com uma primeira contradição presente na discussão proposta, pois o referido autor

considera como profissional o trabalho “cujo poder social e simbólico é afirmado e legitimado a partir das aprendizagens resultantes de uma educação formal superior em ciência, em tecnologia e/ou em outras formas de conhecimento abstrato (filosofia, ideologia, direito, etc.)” (CARIA, 2010, p. 2).

Nesse referencial, o trabalho profissional é situado como aquele realizado em interação direta com clientes ou usuários, em espaços e tempos delimitados. Essas delimitações, a princípio, aplicam-se somente em parte aos trabalhadores que se pretende investigar: trabalhadores com formação técnica de nível médio que atuam na gestão em saúde. Esses trabalhadores têm, pelo menos, as seguintes características: primeiramente, a escolaridade exigida para o exercício do trabalho não é de nível superior, mas de ensino médio; além disto, também não se exige a formação técnica de nível médio na área, ainda que tal habilitação conste do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, como Gerência em Saúde.

Em segundo lugar, estudos de Abrahão (2005), Vieira (2005), Santiago (2010), etc. apontam que eles desenvolvem seu trabalho com baixa autonomia e elevada subordinação ao nível superior hierárquico, ainda que diferentes níveis de autonomia possam ser encontrados, dependendo do modelo e/ou estratégia de gestão. No que se refere às suas atividades o que os estudos indicam é que estas têm por base conhecimento abstrato orientando os procedimentos técnicos, mas eles provavelmente tiveram pouco acesso a esse conhecimento de forma sistematizada. Neste sentido, mediados pela discussão de Ramos (2012), sugere-se que estes trabalhadores possuem baixo poder social e simbólico.

Entretanto, mesmo com essa configuração, destaca-se que o conhecimento abstrato está presente em suas atividades de trabalho, seja explícita ou implicitamente, e os trabalhadores fazem algum uso deles. Tais usos sofrem influência de algumas determinações estruturais, tais como as condições de classe, as políticas de educação, de educação profissional e de educação profissional em saúde, os modelos de atenção à saúde e de relações de poder instauradas entre subalternos e superiores e entre pares de um mesmo contexto profissional.

Por essas razões, vamos nos autorizar a considerar tais trabalhadores como profissionais, devido ao pressuposto de que utilizam (algum) conhecimento abstrato no seu trabalho e que este se realiza em equipe. A abrangência e a complexidade do conhecimento abstrato utilizado são definidas face ao lugar que ocupam na divisão social do trabalho.

Assim sendo, vamos ao debate.

1.6.1 Cultura profissional: uma proposta de análise do trabalho técnico

Assim como os demais autores até agora referidos, Caria (2008) explicita em seus argumentos a ambiguidade e a diversidade na utilização das várias abordagens que o uso do conceito de cultura tem adquirido, principalmente no que se refere às ciências sociais. Entretanto, também ressalta que este é um conceito central quando se quer compreender as transformações em curso nas sociedades capitalistas. Deste modo, afirma que não pretende retomar a historicidade do conceito, trabalho este já realizado por vários autores, mas apresentar a proposta de seu grupo de trabalho, que tem utilizado o conceito de cultura com o propósito de investigar as culturas profissionais. Seu trabalho de pesquisa analisa o trabalho e o saber dos grupos profissionais a partir da construção de uma perspectiva teórico-metodológica que tem como referência uma conceitualização de cultura profissional e, nesse sentido, tem buscado diálogo com pesquisadores que se debruçam sobre o estudo das profissões. Neste processo de construção teórico-metodológica, ele informa que se utiliza de autores e pesquisadores nos campos da cultura e das profissões que nem sempre partilham de constructos compatíveis entre si; por isso, considera-se a “[...] necessidade de desenvolver [...] uma síntese própria que desvalorize contradições e faça uma reinterpretação destas contribuições, tendo em vista o seu uso na investigação empírica sobre grupos profissionais” (CARIA, 2008, p.751).

Deste modo, para apresentar a sua proposta para o conceito de cultura profissional, Caria desenvolve então um “quadro-síntese” das diversas construções teórico-metodológicas sobre o referido conceito, as quais ele organiza em *epistemologias da cultura*. Seu ponto de partida é a definição daquilo que ele considera, na atualidade, como a visão integrada destas epistemologias, ou seja:

Cultura é uma construção social e histórica capaz de produzir uma *identidade* colectiva inscrita numa relação social com ‘o outro’, resultante de miscigenações variadas;

Cultura é uma prática social indissociável da análise das dimensões simbólicas do social, e nunca uma prática social divorciada das construções simbólicas dos atores sociais, ou vice-versa;

Cultura é uma *reflexividade* que começa por se expressar no uso de saberes⁴⁰ práticos na interacção social e por isso não parte apenas da produção e expressão discursivas (CARIA, 2008, p.751-752).

⁴⁰ Saberes práticos se referem à mobilização de conhecimentos utilizados pelos trabalhadores no decorrer de suas ações no contexto do trabalho. Para uma maior problematização sobre o tema, ver em Caria (2010) e Ramos (2013).

Nesta perspectiva, a problematização do conceito de cultura implica tratá-la, simultaneamente, sob “[...] três tópicos: a prática social, a reflexividade na interação social e as formas identitárias associadas às relações sociais” (CARIA, 2008, p.752).

A primeira epistemologia da cultura apresentada pelo autor é a “Epistemologia da Cultura-Informação”, na qual não se reconhece a cultura como prática social. Nesta abordagem, inspirada na psicologia social, o conceito é analisado como *representação social*, ou seja, busca-se identificar nos discursos dos sujeitos elementos de seu sistema de representação social, implícitos nas prioridades e ordens nessas significações. O que se prioriza é aquilo que a cultura não mostra de forma explícita, ou ainda, aquilo que se expressa na “aparência” da vida social não é relevante para esta epistemologia.

Já na “Epistemologia da Cultura Praticista”, a cultura é entendida como prática social, como expressão da vida cotidiana em curso; entretanto, é considerada sob a perspectiva de uma prática inconsciente, uma cultura “incorporada” à vida prática existente. Segundo Caria (2010), a influência de Pierre Bourdieu é determinante nesta abordagem. “Nesta acepção, pressupõe-se que o sentido da acção (toda a significação social, incluindo as suas expressões ideológicas) é uma consequência dos processos de produção de poder e violência simbólica.” (BOURDIEU, 1989 *apud* CARIA, 2008, p.753). A cultura é expressão subjetiva da prática social implicada num jogo competitivo que esconde os “interesses práticos existentes”.

Por fim, no que se refere ao conjunto das epistemologias apresentadas pelo autor, está a “Epistemologia da Cultura-Constrangimento”, que trata do “constrangimento social da cultura sobre a prática social”. Neste caso, a cultura pressuporia “[...] a existência de uma ordem simbólica homogênea maior da qual derivariam práticas e identidades associadas” (CARIA, 2008, p.755). Esta configuração evidencia-se em dois tipos de ordens culturais: uma de “natureza normativa” e, outra, de “natureza estrutural”. No que tange à normativa, trata-se de entender a cultura como crenças, valores e costumes interiorizados moralmente nos sujeitos, as quais irão determinar a sua conduta social. Essa homogeneidade, proposta pela cultura como norma resulta, segundo o autor, na possibilidade de construção de identidades e unidade social, de modo que a interiorização destas normas garante a ordem moral. Neste aspecto, a cultura como norma sustenta e consolida as sociedades. Já na natureza estrutural da cultura entendida na lógica da epistemologia da cultura como constrangimento, a mesma é entendida como “[...] um corpo de regras semânticas e sintáticas aplicadas ao social [...]” (CARIA, 2008, p.756). Ou seja, “[...] a cultura é uma prática, mas ao mesmo tempo é apenas uma representação simbólica do mundo: a cultura é vista tão-só como uma prática interpretativa” (CUCHE, 1999; GEERTZ, 1973 e 1986 *apud* CARIA, 2008, p.756). O objeto

cultura é reduzido à dimensão interpretativa da prática social, e a realidade pode se tornar um “discurso arbitrário”.

A partir deste panorama epistemológico das culturas sem, contudo, apresentar ainda sua “Epistemologia da cultura-conjuntura”, o autor evidencia os três tópicos fundamentais para o uso de cultura na análise dos grupos profissionais, a saber: *prática, reflexividade e identidade*. Deste modo, afirma cultura como prática social consciente que se expressa na vivência dos atores sociais. Esta “consciência prática” só existe na interação social, e por isso “[...] a cultura expressa uma *identidade* social, como consciência (colectiva e individual) de uma interdependência [...] entre prática e condições sociais e históricas dadas [...]” (CARIA, 2008, p. 757).

Para além de sua expressão identitária, a cultura se faz “nas relações intersubjetivas com o ‘outro’”, e neste contexto pode ser entendida com uma *reflexividade interativa*, já que “[...] têm que recontextualizar o conhecimento abstracto em saberes experienciais e em práticas em situação, para serem capazes de intervir socialmente com legitimidade, eficácia estratégica e especificidade contextual” (CARIA, 2002a; 2004 *apud* CARIA, 2008, p.758).

Mais uma vez o autor define três linhas de argumentação para chegar à epistemologia que irá propor. Seu percurso teórico-metodológico abordará, então: a) identidade e condições sócio-históricas; b) transição pós-moderna e profissionalismo e c) epistemologia da cultura-conjuntura.

Na primeira linha de argumentação, discorre sobre o papel das identidades na produção da história social por meio de seu “[...] impacto na definição da ‘verdade do mundo social’ [...]” (CARIA, 2008, p.759). Para fundamentar os argumentos apresentados, recorre à conceitualização de Dubar (2000) *apud* Caria (2008, p.759): “[...] de *forma identitária* como modalidade de organização e inscrição da subjectividade colectiva nas relações sociais.” Através das *formas identitárias comunitárias* (presentes nas sociedades pré-modernas); das *formas identitárias estatutárias* (presentes nas sociedades da modernidade simples – “[...] identidades corporativistas, classistas, sexistas, nacionalistas, etc.”); das *formas identitárias narrativas* (presentes nas sociedades de modernidade tardia – adaptabilidade e flexibilidade frente à incerteza), chega à *forma identitária reflexiva*, sendo essa o foco de interesse de Caria para o estudo das culturas profissionais.

Para o autor, então, a forma identitária reflexiva se refere à dimensão que articula narrativas individuais em projetos de ação coletivos, configurando-se como um formato específico deste momento histórico da sociedade contemporânea.

Deste modo, é com foco nesta forma identitária reflexiva que o autor situa seu objeto de estudo “cultura profissional”, entendendo que esta se constitui “[...] nos processos de transição societal em que a reflexividade social migra de formas identitárias estatutárias para formas narrativas” (CARIA, 2008, p.760). Neste ponto, o autor marca o diálogo com sua segunda linha de argumentação, em seu percurso teórico-metodológico, para chegar à epistemologia da cultura-conjuntura, ou seja, que é mediante a forma identitária reflexiva que se pode problematizar as questões que envolvem o profissionalismo diante de processos de modernização que se caracterizam por mudanças constantes, num contexto de acirramento das contradições sociais da sociedade capitalista.

Sob este ponto, destaca-se que o autor utiliza-se do conceito de modernidade reflexiva de Giddens *et al* (2000b) para caracterizar a sociedade contemporânea como uma sociedade em constante mudança, o que requer, segundo estes autores, que os homens reconheçam e reflitam sobre elas para acompanhá-las. Entretanto, este estudo não recorrerá a essa denominação por entender que a análise aqui proposta reconhece na terminologia “sociedade capitalista” a teorização que a suporta⁴¹.

Para Caria, o enfraquecimento da autonomia profissional ocorre em meio à competição mercantil, pois exige o movimento ininterrupto de superação de crises e de valorização e desvalorização individual pelas soluções. Se, num primeiro momento, esta competição sem regulação pode levar ao “reforço dos poderes estatutários profissionais”, posteriormente esses poderes são erodidos e é a autonomia profissional que é atingida, abrindo espaço para possibilidades de rompimento ético no campo profissional. Deste modo, a identidade profissional que se constitui sob as pressões e conflitos em disputa nas condições sócio-históricas dadas, e que se transforma nesta relação, é uma dimensão essencial para o entendimento das culturas profissionais. Entretanto, ainda é necessário avançar neste debate para se chegar, segundo o autor, a uma conceituação mais elaborada.

Finalmente, na sua discussão sobre “Epistemologia da cultura-conjuntura”, Caria completa a explicitação de sua proposta e destaca que o diálogo com a antropologia, ao buscar “[...] entender a inscrição do poder na dimensão reflexiva do trabalho [...]” (CARIA, 2008, p.760), permite relacionar reflexividade e prática social.

A proposição central do autor então não se recusa a

⁴¹ No que se refere a um momento histórico de transição pós-moderna sob a qual o autor localiza os problemas do trabalho na sociedade contemporânea, considera-se que uma abordagem que ajuda a compreender o que se tem denominado como pós-moderno é a de Jameson (1996).

[...] problematizar as formas identitárias, incluindo as biográficas, nem as relações de poder em organizações, mas submetem estes objetos a um outro maior: o uso que os profissionais fazem do conhecimento a partir dos saberes que os convocam, em primeiro lugar, como práticos, a improvisar e a explicitar/partilhar experiências comuns e, só depois, a legitimar e a justificar, em contexto, estratégias de poder ou narrativas reflexivas (CARIA, 2008, p.768).

A partir deste ponto de discussão, e diante dos desafios da sociedade contemporânea, a prática social passa a depender da conjuntura⁴² social, e no imprevisto a “*prática profissional*” sob um “[...] *quadro de uma relação de poder, é definida em situação e no presente pela consciência prática dos membros do grupo*” (CARIA, 2008).

É o reconhecimento deste sentido prático, como espaço não estritamente subordinado ao passado, que se insere a “reflexividade interactiva”, proposta por Caria (2008), caracterizando o “nível micro” da epistemologia da cultura-conjuntura.

Assim, concebo esta reflexividade como o desenvolvimento de actos de atenção que segmentam o fluxo do vivido e que, retrospectivamente, redescrevem a sequência de ações e interpretações interactivas, criando, portanto, condições para a passagem de uma ‘atitude natural’ a uma ‘atitude reflexiva’ e fundando o sentido da interacção por referência ao curso da própria ação (CARIA, 2008, p.769).

Esta concepção permite reconhecer espaços de mudanças nas práticas sociais, a partir das interações que nelas se processam, ainda que reconheça que tais transformações são possíveis para aqueles que as percebam e se posicionem diante delas.

Deste modo, Caria conclui que a cultura profissional “[...] é uma forma identitária [...] e uma experiência [...] partilhada em situação [...] na actividade sociocognitiva. Actividade que explicita e formaliza [...] o trabalho técnico-intelectual [...]” (CARIA, 2008). É então campo de disputas de poder marcado por resistência e oposição ao que está instituído. Consequentemente, se a instabilidade e competição da atualidade fragilizam a autonomia profissional, é no campo da reflexividade interativa – como espaço de vivência prática das interações sociais –, que se pode, na contradição, potencializar esta autonomia.

Dito de outro modo, ao refletir sobre os processos de constante mudança que a sociedade atual imputa aos trabalhadores, sua consciência prática recontextualiza seus conhecimentos para a resolução das questões que a vida prática lhe apresenta. Do mesmo modo, esta mobilização de conhecimentos, na interação com os sujeitos, permite a produção

⁴² “É a conjuntura que dá a saliência à consciência prática, porque na interação social entre os membros de um dado grupo profissional surgem os conflitos e as perturbações de expectativas que, decorrentes do envelhecimento da estrutura incorporada, não encontram solução nos recursos que as suas trajetórias sociais têm disponíveis” (CARIA, 2008, p.768).

de novos conhecimentos, tanto no que diz respeito à resolução dos problemas vivenciados, quanto à possibilidade de criticá-los.

Em resumo, pode-se depreender que a questão do poder atravessa toda a discussão de Caria sobre cultura. Segundo Ramos (2013)⁴³, a proposição teórico-metodológica do autor pressupõe desigualdade, relativização e disputa de poder, sendo possível compreendê-la sob três dimensões: a) na sua expressão de desigualdade de poderes, quando se investiga a dimensão das *trajetórias profissionais*; b) na sua expressão enquanto relativização deste poder, elas podem ser captadas na dimensão das *identidades profissionais*; sendo, entretanto, c) na dimensão da *reflexividade interativa* que é possibilitado o entendimento do poder como campo de luta e espaço de disputa. Por este fato, o reconhecimento da cultura profissional de determinado grupo implica capacidade de aumentar o poder deste grupo.

A auto-reflexividade dos sujeitos em interação determinam a formas de luta e de resistência, e estas são expressas em suas compreensões diversas da realidade (suas concepções de mundo), as quais necessitam da criação de um nível de consenso para que possam manter-se vivas, em movimento e em disputa.

Neste sentido, Caria nos fornece três subcategorias centrais para a análise da “cultura profissional” no âmbito do processo de trabalho dos grupos profissionais, a saber: trajetória, identidade social e reflexividade interativa; para que se possa compreender a ação prática dos sujeitos na dinâmica das suas interações sociais.

Entretanto, para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde que este estudo propõe, se torna necessário costurar esta dimensão de análise, que expressa a particularidade e a singularidade do objeto de estudo, com a totalidade do fenômeno estudado, explicitando as mediações presentes nesta manifestação da perspectiva microsocial com as suas relações com a generalidade da vida social, descrevendo suas conexões e contradições para que se possa chegar ao entendimento desta dimensão cultural como resultante de um contexto social mais abrangente.

⁴³ Atividades de orientação com a Prof(a) Marise Ramos com o tema: “CARIA, Telmo. O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões.”, no dia 04 de Março de 2013.

1.6.2 Sobre a cultura profissional como categoria de análise do trabalho técnico

Até este momento foi apresentado o percurso teórico utilizado para a análise da dimensão cultural profissional do trabalho técnico em saúde. Primeiramente, percorreu-se sobre as condições em que os sujeitos constroem e reconstróem suas concepções de realidade, assim como a necessidade de historiografar a realidade da classe trabalhadora como forma de se expressar os interesses antagônicos desta classe em relação aos que estão hegemonicamente legitimados na sociedade capitalista. Neste sentido, justificou-se a pertinência e a necessidade de se recorrer ao conceito de cultura para a análise que este estudo se propõe.

O segundo passo foi, então, apresentar os conceitos de cultura como o caminho que elucidam os modos como a sociedade compreende e age em sua vida cotidiana prática. O ponto principal de concordância entre os autores utilizados foi o reconhecimento da problemática em torno do termo, já que se trata de um conceito apropriado e reapropriado de forma ambígua e, muitas vezes, contraditória. Entretanto, sob a complexidade de se trabalhar com este conceito, os autores utilizados enfrentaram o desafio de apresentar suas perspectivas teóricas sobre o conceito de cultura reafirmando sua pertinência para se compreender como se expressam no âmbito da ação humana as contradições existentes na sociedade contemporânea. Neste sentido, o caminho percorrido para conceitualização da categoria cultura foi seu atrelamento ao contexto do trabalho, tanto o trabalho em seu sentido ontológico (aquele que é fundante do ser humano enquanto tal – produção de nossa existência pelo trabalho e, conseqüentemente, produção de nós mesmos), como as formas históricas que este trabalho vai adquirindo no decorrer da sociedade, chegando a sua condição de trabalho assalariado⁴⁴ e formalizado em profissões⁴⁵.

O que este debate proporcionou foi o entendimento de que a dimensão cultural do trabalho nas sociedades atuais se caracteriza como espaços dinâmicos permeados por conflitos de interesses, campos esses de disputas e exercício de poderes, ora apaziguados pela produção ativa ou passiva de consentimento sobre um determinado modo de vida, ora em franca disputa sobre estes modos (GRAMSCI, 2012). A utilização da categoria “experiência humana” como

⁴⁴ Sobre a problemática do trabalho assalariado e sua mais recente atualização em trabalho precário, com perdas significativas de direitos anteriormente constituídos, ver em ANTUNES, 2009, 2011; BRAGA, 2012; DEJOURS, 1987; LINHART, 2007; PIRES, 2009; SENNETT, 2010.

⁴⁵ Sobre a formalização do trabalho na forma de profissões, ver Ramos (2001).

forma de compreensão da vida prática dos sujeitos em sociedade retirou o debate de cultura da generalidade da vida social e fincou esta discussão sobre a vida concreta dos homens (THOMPSON, 1981). Foi neste momento do percurso teórico aqui proposto que a teoria convocou a metodologia para o debate, e afirmou que para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico no campo da saúde é necessária a utilização de ferramentas/procedimentos metodológicos que auxiliem na investigação da particularidade e a singularidade do fenômeno que se pretende estudar.

Se, até aquele momento, os autores chamados ao debate têm no materialismo histórico dialético o método para pesquisa e investigação de seus objetos de estudo, sem que neguem em seus constructos teóricos aquilo que chamam de limites da teoria marxista para a pesquisa que não tem as determinações econômicas como o centro de seu interesse, no caso da problematização da categoria cultura profissional, que trata dos trabalhadores na dinâmica de sua vida cotidiana, autores marxistas e não marxistas contemporâneos que vêm empreendendo o esforço de pesquisa neste campo ainda estão construindo procedimentos metodológicos que suportem suas análises.

Assim sendo, este estudo insere-se neste momento de construção, quando os referenciais do materialismo histórico dialético se desafiam no diálogo com os referenciais teórico-metodológicos que já têm se dedicado ao objeto cultura profissional.

No momento de construção deste conceito e proposição da categoria de análise, este estudo optou, então, por dialogar com autores que têm realizado um intenso processo de pesquisa no campo do trabalho técnico-intelectual, construindo do diálogo com vários pesquisadores do campo do trabalho uma metodologia que vai à particularidade da cultura profissional e à singularidade dos grupos profissionais.

Utilizar-se do conceito de “cultura profissional” proposto por Caria, buscando fazer o diálogo de sua perspectiva teórico-metodológica à luz das categorias “cultura” e “experiência humana” propostas em Thompson, é o desafio a que este estudo se propõe. De Thompson, utiliza-se a categoria cultura para compreensão dos como “modos de conflito”, manifestos ou não, que se consolidam na dinâmica social; ou seja, formas com que um grupo social mantém sua coesão resistindo aos interesses do outro grupo que são opositores aos seus interesses. Neste ponto, é feito o diálogo com Caria, uma vez que este pressupõe, para o entendimento das culturas profissionais, a existência de desigualdades, relativização e autonomias

diferenciadas de poder na sociedade, as quais podem ser captadas em sua particularidade pelas subcategorias trajetória, identidade social e reflexividade interativa⁴⁶.

Ao problematizar o objeto cultura profissional, Caria analisa as contradições existentes, não apenas no que diz respeito a sua configuração, reconfiguração e erosão como trajetória sócio-histórica como, também, se propõe a apreendê-la na particularidade histórica do momento presente. Deste modo, dialoga com diversos autores para propor sua epistemologia da cultura-conjuntura. Em sua elaboração teórica coletiva, define um aporte teórico-metodológico que se aproxima dos sujeitos coletivos em seus processos de interação social e permite uma compreensão pormenorizada da cultura profissional destes sujeitos no decorrer de seus processos de trabalho. Neste ponto, Caria e Thompson, por caminhos diferenciados, buscam enfrentar o desafio de compreensão da problemática do trabalho nas suas determinações microssociais⁴⁷.

O que Caria (2008) oferece a este estudo são as subcategorias “trajetória”, “identidade” e “reflexividade” para se investigar a cultura profissional, o que nos permite captar a particularidade e singularidade do objeto; entretanto, é necessário fazer o retorno à totalidade e, para tanto, as contribuições de Thompson (1981), com as categorias “experiência humana” e “cultura”, e Gramsci (1978), dando as bases fundamentais deste processo, são essenciais para este debate. Deste modo, estamos nos apropriando das formulações de Caria enquanto uma construção teórico-metodológica que será subordinada⁴⁸ ao materialismo histórico dialético. A partir deste autor se pode conceber a mediações que compõem a dinâmica microssocial do objeto de estudo, entendidas como movimento e contradição entre individual e coletivo, totalidade e particularidade. Posteriormente, o trabalho de pesquisa deve religar as partes ao todo, de modo estruturado e coerente com a realidade social, revelando seus nexos e significados.

⁴⁶ No bloco 3 - “Categorias de análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde: uma trajetória de investigação”, a discussão poder é novamente destacada, sendo anexado ao debate as contribuições de Nico Poulantzas (2000). Compreende-se que este autor auxilia a análise da dimensão cultural do referido trabalho pois, ao trazer sua perspectiva teórica sobre a categoria do poder, permite encontrar caminhos que transitem entre as dimensões micro e macro sociais do fenômeno estudado.

⁴⁷ Ramos (2013), em reunião de orientação, destaca que Thompson, em momento nenhum, desvincula a análise da experiência humana das lutas sociais motivadas pelo processo de dominação e exploração econômica e, portanto, da problemática das classes sociais. A abordagem de Caria, por sua vez, não se coloca, explícita ou intencionalmente, nessa perspectiva. Em nossa visão, entretanto, não vemos nessa distinção o impedimento do diálogo que procuramos fazer entre tais abordagens.

⁴⁸ A ideia de “subordinação” que aqui é utilizada em nada tem a ver com a minimização da relevância de uma perspectiva teórica face a outra, mas sim com o fato de que não deixaremos de ter como referência principal de nossos estudos o materialismo histórico-dialético.

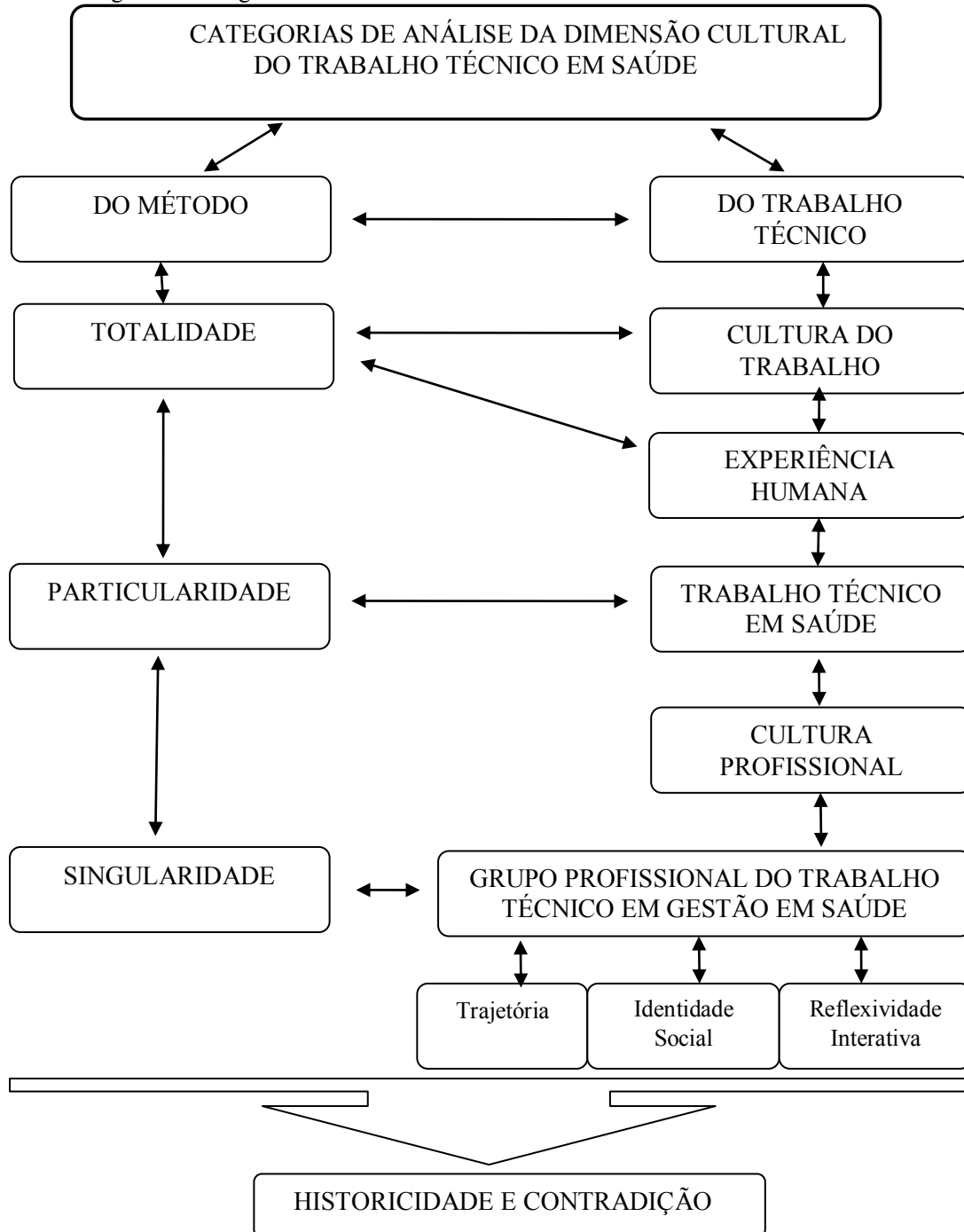
Neste sentido, na Figura 2 - “Categorias de Análise da Dimensão Cultural do Trabalho Técnico em Saúde” é apresentada uma visão esquemática das categorias propostas para a investigação da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde. Entende-se que esta representação não esgota a significação que este estudo se propõe; contudo, apresenta, ainda que de forma reduzida, a contribuição conceitual que este estudo buscou realizar.

O percurso para a proposição da categoria cultura profissional a ser utilizado na análise da dimensão cultural do trabalho técnico em saúde transcorreu da cultura do trabalho mediante, principalmente, as contribuições da categoria experiência humana, até chegar à forma do trabalho técnico em saúde e constituir-se como cultura profissional, que intenciona retratar o grupo profissional dos trabalhadores que atuam no campo da gestão em saúde. Este percurso tangencia as dimensões da totalidade, da particularidade e da singularidade do objeto estudado, e o faz buscando captar as mediações históricas que o constituem, assim como as contradições⁴⁹ que conformam a dimensão cultural deste trabalho.

Esta trajetória está esquematizada na figura a seguir.

⁴⁹ No bloco 3- “Categorias de análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde: uma trajetória de investigação” deste estudo é descrito os pares dialéticos que nos permitem captar as contradições presentes no fenômeno estudado os quais foram utilizados na interpretação dos dados obtidos no trabalho empírico deste estudo.

Figura 2 – Categorias de Análise da Dimensão Cultural do Trabalho Técnico em Saúde.



Fonte: O autor, 2014.

Diante desta proposição, o próximo passo é apresentar os pressupostos teórico-metodológicos que estruturam este estudo, os quais serão descritos no próximo bloco.

2 MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO: UM DIÁLOGO PARA A ANÁLISE DA CULTURA PROFISSIONAL

Toda ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas se confundissem."
Karl Marx (O Capital)

O objetivo deste bloco é apresentar o debate teórico metodológico proposto para a análise da categoria cultura profissional. Deste modo, discorre sobre o método utilizado neste estudo, em diálogo com a proposta apresentada no bloco anterior.

Assume-se o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético como o método de investigação e análise da cultura profissional que conforma o trabalho técnico estudado. Entretanto, entende-se que esta dimensão, quando analisada empiricamente, configura-se como uma categoria da particularidade e singularidade⁵⁰ da vida social e, como tal, deve ser captada em sua especificidade. Neste contexto, considerou-se necessária a busca de referenciais já consolidados e/ou em construção que pudessem captar esta dimensão e este estudo vai encontrar na perspectiva compreensiva um diálogo para este fim.

Na primeira parte deste bloco são apresentados os argumentos e pressupostos do materialismo histórico dialético, mediante autores como Prado Jr. (S/D), Frigotto (1994, 2009), Kosik (1976) Marx (1978, 1982, 2010), Mészáros (2006, 2007), Paulo Netto (2009), Ramos (2007), Vásquez (2007), Wood (2003), etc. Pode-se verificar que a linha de argumentação apresentada busca trazer as dimensões que tratam da totalidade da vida social e sua íntima relação de reciprocidade dinâmica com suas expressões na particularidade e singularidade da vida empírica dos sujeitos sociais. Esta trajetória de construção no plano do pensamento de uma concepção de verdade sobre este objeto de estudo tem como horizonte a convicção de que, se esta totalidade requer um mergulho na particularidade/singularidade do objeto, ela requer, em igual medida, o caminho de volta às dimensões de sua totalidade. Como forma de concluir os argumentos desta primeira parte, é apresentando o esforço de compreensão desta abordagem teórico-metodológica marxista, discorrendo-se brevemente sobre o método.

⁵⁰ A expressão empírica da particularidade da cultura profissional se manifesta nas interações sociais ocorridas na dinâmica dos grupos profissionais.

Na segunda parte, são apresentados os argumentos que, no entender deste estudo, irão justificar o diálogo do materialismo histórico dialético com outras abordagens teórico-metodológicas. Assim, a perspectiva compreensiva, base da proposição da epistemologia da cultura conjuntura, é chamada ao diálogo e são descritos os referenciais que permitiram, no decorrer do bloco anterior, a construção das categorias de análise da trajetória, da identidade social e da reflexividade interativa para a compreensão da cultura profissional do trabalho técnico. Neste percurso são utilizados autores como Caria (2008), Mattos (2012), Ramos (2012, 2013), Thompson (1981), etc., os quais propõem trajetórias possíveis para esta investigação empírica sem perderem o horizonte da totalidade da vida social.

2.1 Para iniciar esta argumentação: o ponto de partida

O pressuposto inicial, que irá ganhar materialidade no decorrer do texto, é a afirmação de que o modo de produção capitalista não é a única opção possível de reprodução social, não é condição insuperável ou, ainda, resultado natural do desenvolvimento da sociedade humana. A hegemonia do modo de produção capitalista da sociedade moderna e da contemporânea é resultado de um conjunto de decisões políticas, econômicas e socioculturais que, no decorrer da história, disputaram e consolidaram formas de se distribuir e de se exercer o poder nas arenas de lutas e disputas das sociedades organizadas em classes sociais, com interesses divergentes.

A constituição de um método de explicação desta realidade concreta da existência humana – que busque compreender as mazelas deste sistema, suas origens e suas bases sociais, seus desdobramentos históricos, suas contradições e, principalmente, sua lógica de expropriação e acumulação crescentemente centralizadora – se constitui como a grande ameaça à perpetuação deste modelo social. Neste contexto, a classe dominante tem empreendido, mediante seus intelectuais⁵¹, formas de desqualificar este método e propagar sua ideologia. Assim, anuncia-se o "fim da história", difundem-se cada vez mais conhecimentos parcelados e cada vez mais especializados, formam-se em massa indivíduos consumidores, autocentrados, individualistas, em busca de satisfação pessoal (em detrimento da satisfação coletiva) – em suma, uma apologia à competição. Estas estratégias se constituem

⁵¹ Para uma discussão detalhada sobre a forma como os intelectuais da classe dominante constroem as verdades necessárias à disseminação de seus interesses, ver em Gramsci (2012) e Neves (2005).

como ferramentas de controle e construção de consenso a respeito de tal modelo de organização social.

A superexploração de uns poucos homens sobre a maioria dos mesmos e do planeta intensifica a destruição da vida, degrada as próprias condições de sobrevivência da humanidade e ameaça a sobrevivência, não mais a longuíssimo prazo.

Neste cenário, para aqueles que se inquietam e se incomodam com a concretude da vida social estabelecida sobre as bases acima referidas, faz-se necessário captar e compreender o que aconteceu e acontece com essa forma de organização, produção e reprodução social e, ao se fazer a crítica a este modelo, se possa vislumbrar e materializar formas contra-hegemônicas de produção da existência em sociedade. Esta luta deve ter como horizonte uma proposta que rompa com a lógica destrutiva deste modo de produção, que pode e deve ser superado para se constituir uma outra sociedade que incorpore os homens como sujeitos coletivos e históricos, que se constituem na mediação de suas interações sociais.

2.1.1 Sobre o método para investigar e expor a realidade

Retomando, então, o argumento inicial, se na história da humanidade não fomos sempre capitalistas, então como chegamos onde estamos? Como e por que construímos este modo de produção altamente destrutivo das condições de vida humana como, também, do meio ambiente em que vivemos? Se somos os sujeitos construtores de nossa própria história, quais caminhos percorremos para chegar às condições de desigualdades a que estamos submetidos?

Diante de indagações como estas, foram construídas e reconstruídas teorias que ora pretendem explicar a concretude da vida material pela sua expressão prática, ora submetem a vida prática aos pressupostos de seus constructos teóricos sem, contudo, reconhecerem e/ou complexificarem a indissociabilidade entre teoria e prática nem, tampouco, almejam transformar a lógica da realidade concreta. Segundo Ramos (2013, p.19, grifo nosso), é necessário “[...] reconhecer que o conhecimento que prescinde da realidade empírica ou que a transcende em nome de um sistema conceitual finito pode se reduzir ao *teorismo*, uma ponta do viés científico que no outro extremo se encontra com seu oposto: o *empirismo*”.

As análises liberais que advêm da economia política clássica permanecem circunscritas aos dois movimentos acima citados, e esta dinâmica vai naturalizando a

sociedade organizada pelo capital como etapa mais desenvolvida da história das sociedades. Suas releituras, expressas no neoliberalismo contemporâneo, aprofundam esta ideologia utilizando-se de “argumentos” como do “fim da história”, do “fracasso do socialismo real” e da possibilidade de construção de um “capitalismo social”⁵².

Como estratégia de construção, de manutenção e aprofundamento deste processo, Wood (2003) esclarece que o capitalismo necessita produzir e reproduzir sujeitos com conhecimentos fragmentados sobre a realidade social, incapazes de assimilar conhecimentos totalizadores do mundo que o cerca, pois somente assim pode perpetuar a naturalização desta condição. O entendimento de que o modo de produção capitalista é uma escolha ou, ainda, uma imposição de poder sobre a sociedade, deve ser subsumido pela convicção de que nada se pode fazer contra este sistema. A ideologia dominante é a de que cada um deve ser responsável por sua própria sobrevivência e, deste modo, construir suas armas e se preparar para a competição social. A construção da "cultura do individualismo" atribui à competição um caráter "natural" da vida humana e a leva às últimas consequências, quando responsabiliza os indivíduos⁵³ pelos seus sucessos e fracassos sociais⁵⁴. As consequências desse individualismo exaltado pela sociedade contemporânea é a consolidação de indivíduos consumidores, funcionais para essa sociedade.

Para compreender as mediações e contradições da vida social assim constituída, Frigotto (1994) nos aponta a existência de duas grandes linhas de pensamento filosófico sobre as condições objetivas e subjetivas de existência humana: uma é a metafísica, e a outra, a dialética materialista. A metafísica entende que os fenômenos sociais são regidos por leis naturais, sendo possível sua observação neutra e objetiva. Essa perspectiva é adotada pelos pensadores empiricistas, positivistas, idealistas, ecléticos e estruturalistas. A perspectiva dialética materialista defende uma concepção oposta sobre o mundo, isto é, que o pensamento e as ideias são expressão da busca de compreensão racional do mundo exterior, ou seja, devem expor o movimento do real, com suas mediações, contradições e mudanças dentro da continuidade da vida social, em cada tempo e lugar específicos, frente à totalidade da

⁵² Estas ideologias têm como horizonte o fortalecimento do sistema do capital e, ainda que considere alguns aspectos de suas mazelas sociais, construindo estratégias de mitigação de suas consequências, são importantes instrumentos de aprofundamento deste modo de produção da existência. Sobre estas ideologias como, também, sobre as críticas a elas, verificar em Frigotto (2011).

⁵³ Neste caso trata-se, necessariamente, da construção de “indivíduos”, já que não cabe o termo “sujeitos”, próprio do materialismo histórico dialético, o qual recoloca o homem na história e o reconhece, coletivamente, como produtor e produto de sua própria constituição histórica (RAMOS, 2012).

⁵⁴ Sobre a crítica a teoria do Capital Humano, ver Frigotto (2011).

realidade concreta em que se encontra inserida. Assim sendo, a observação neutra e objetiva é inviável, pois se o pensamento é expressão da realidade, e esta existe independentemente daquele, as ideias e os pensamentos não dão conta de apreenderem a realidade como um todo nem, tampouco, se constituem, independentemente, da "apreensão subjetiva⁵⁵ da realidade objetiva" (p.75).

Deste modo "A dialética situa-se, então, no plano de realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos". Para o autor, "o desafio do pensamento - cujo campo próprio de mover-se é o plano abstrato, teórico - é trazer para o plano do conhecimento essa dialética do real" (FRIGOTTO, 1994). Ainda se posicionando sobre sua opção pela perspectiva dialética materialista histórica, adverte que, mesmo que ela não possa cristalizar-se em categorias não historicizadas, deve "[...] dar conta da totalidade, do específico, do singular e do particular. Isto implica dizer que as categorias totalidade, contradição, mediação, alienação não são apriorísticas, mas construídas historicamente" (FRIGOTTO, 1994, p. 73).

A compreensão da realidade histórica, então, não é dada *a priori* mas, sim, pressupõe elaboração crítica sobre a concretude da existência, *revisitando os conhecimentos adquiridos pela humanidade*⁵⁶, resignificando e reinterpretando estas teorias; mais do que isto, a lógica do materialismo dialético não se esgota na explicação da essência deste real, mas está diretamente implicada na luta contra-hegemônica para construir, no conflito e na contradição, a transformação das condições da vida social sob o capitalismo.

2.1.2 Mediante o materialismo histórico dialético captar e expor as condições e contradições do capitalismo: olhar para trás para ver o agora

Retomando mais uma vez os argumentos de Wood (2003) no livro "Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico", a autora descreve o capitalismo como um sistema de relações sociais historicamente constituído, lembrando-nos de que, para Marx, a Economia Política Clássica esclarece o funcionamento do modo de produção capitalista, mas não questiona as suas contradições mas, sim, analisa-o como condição dada.

⁵⁵ Sobre as questões que dizem respeito ao materialismo e subjetividade, ver BARATA-MOURA (1997).

⁵⁶ Este ponto é destacado por entendermos que autoriza o diálogo feito por este estudo sem, contudo, romper ou descaracterizar o método marxista.

Marx parte então desta condição para fazer a crítica a este modelo, propondo o método materialista histórico dialético para explicar o capitalismo para além de suas aparências. Tal explicação é feita a partir das relações sociais que o constituem, reconhecendo suas contradições e suas lutas, localizadas em tempos históricos específicos, nas correlações de forças de seus protagonistas e antagonistas, negando a premissa que o afirma como única condição possível de organização social ou, ainda, como resultado acabado de um processo de desenvolvimento.

A teoria marxista, contraditoriamente às demais linhas de pensamento de sua época – como também extremamente atual para ler a nossa época –, rompe com a lógica que pretende produzir consentimento sobre a impossibilidade de mudanças do modo de produção capitalista e, mediante a crítica desta sociedade, aponta possibilidades para sua superação. A condição da classe trabalhadora não é resultante de um processo natural e inevitável de desenvolvimento contínuo e gradativo da antiga tendência de trocar, permutar e praticar o comércio na sociedade, onde uma etapa é superada por outra e a posterior é considerada de maior evolução. Muito pelo contrário, o capitalismo é resultado de um conjunto muito específico de relações sociais construídas historicamente, representando uma imposição de poder e dominação dos proprietários dos meios de produção sobre o conjunto da sociedade que, composta por sujeitos declarados "livres", inclusive dos meios de produção, dispõem apenas de sua força de trabalho, ou seja, sua capacidade produtiva, para garantir sua subsistência e de sua família.

Explorar a materialidade histórica do capitalismo para realizar sua crítica, ou ainda encontrar alternativas na reconstituição deste passado, torna-se essencial para sua transformação.

Buscando em Wood (2003) as bases para esta compreensão, verifica-se um aspecto central da ascendência do capitalismo na sociedade moderna: a separação conceitual entre a dimensão econômica e a política na organização da vida social⁵⁷. Esta separação foi gradativamente operada pelos economistas políticos clássicos, tendo como seus principais representantes Adam Smith (economista e filósofo escocês considerado o teórico do liberalismo econômico) e David Ricardo (um dos fundadores da escola de economia política inglesa), com o propósito de garantir a dominação capitalista de produção e reprodução da existência humana. Como um exemplo marcante deste processo, pode-se destacar que os

⁵⁷ Este ponto será retomado no bloco 3 - "Categorias de análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde: uma trajetória de investigação", deste estudo, quando Poulantzas (2000) reafirma essa estratégia do capital e seus argumentos são apresentados e incorporados a discussão para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

economistas políticos clássicos deslocaram, com esta ação, questões essencialmente políticas – tais como o poder de controlar a produção e de apropriar-se dela, por exemplo – para a esfera econômica, esvaziando estas questões de seu conteúdo político e social.

A separação entre econômico e político operada pelo modo de produção capitalista legitima a extração da mais-valia e o trabalhador, expropriado dos meios de produção, só tem como alternativa vender sua força de trabalho para garantir a reprodução de sua existência como homem "liberto" da escravidão. Esse processo tem o Estado como regulador das leis que garantem esta condição, mediante um poder socialmente legitimado de exercício de coação e apropriação. A coerção, materializada nas leis e no poder político, concretiza-se neste agente "público", e não no apropriador privado do excedente de produção. O capitalista expropria e tem o Estado como o defensor deste direito, que também lhe dá garantias quanto à manutenção de sua propriedade privada.

Em resumo, é o capitalista que tem o poder e o controle da atividade produtiva, dos trabalhadores nela engajados, e do lucro gerado por esta relação, sem que, com isso, tenha que lutar diretamente para manter esta condição. O projeto capitalista, então, não prescinde do Estado; na verdade, necessita dele para sua reprodução sem, no entanto, permitir que este interfira nas suas condições de apropriação da produção e de acumulação de capital, mas que garanta a sua viabilidade. Wood (2003, p.41) esclarece afirmando que o apropriador não possui a prerrogativa de dominação política direta ou, ainda, de garantir o cumprimento da lei; esta separação entre o econômico e o político desloca do capitalista o foco das reivindicações de classe sem, contudo, esvaziá-lo de poder político, de sua autoridade de proprietário privado que organiza a produção – nas palavras da autora, "a privatização do poder político".

Assim sendo, Marx teve como propósito explicitar a face política da economia, descortinando o desequilíbrio de forças de classes e os poderes de Estado na garantia da exploração do trabalhador, na garantia da propriedade privada e na apropriação do produto deste trabalho. Para este projeto ter efetividade foi necessário desarticular as questões econômicas das políticas, fragilizando o entendimento das contradições deste sistema. As esferas políticas e econômicas precisam ser entendidas como resultantes de relações sociais de produção da existência humana, ou, nas palavras da autora acima citada, "[...] a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas e jurídicas - em particular, formas de propriedade e dominação" (WOOD, 2003, p.29).

Neste contexto, um princípio essencial do materialismo marxista é que o mundo material é produto histórico, resultante de relações sociais de produção - formações sociais historicamente constituídas como forças materiais.

Quando o homem constrói o mundo e a si mesmo, dialética e continuamente, produzindo e reproduzindo suas condições de vida, singular e coletivamente, implica dizer que o modo de produção material de sua existência organiza a atividade produtiva da sociedade e o modo de viver e de "andar" a vida dos homens. Se este modo tem como pressuposto a separação entre apropriadores e produtores, numa relação de classes com interesses antagônicos, as decisões tomadas são resultado da correlação de forças, quase sempre desiguais, entre estas classes, assim como estas decisões expressam a coesão interna, ou não, de cada classe.

Esta organização de classe vai estar mais coesa e fortalecida ou, ainda, com maior poder de luta, quanto maior estiverem equilibrados "[...] seus níveis relativos de solidariedade interna, sua consciência e organização, e seus recursos políticos [...]" posicionados nas arenas de disputas sociais (BRENNER *apud* WOOD, 2003, p.33).

É importante destacar que o disciplinamento e a coordenação minuciosa da organização e da supervisão do trabalho – que molda o trabalhador segundo as demandas da produção e que tem a coação política exercida pelo agente público – tem como resultado, também intencionado, um deslocamento do foco da luta de classes. A luta não se dá mais entre o apropriador e trabalhador, mas entre trabalhador e um agente difuso chamado Estado, que age a partir de um conjunto de leis que, em tese, defende o direito da sociedade como um todo. Esta luta é então desarticulada e esvazia-se seu caráter político, o ato de apropriar-se do trabalho excedente é descaracterizado, e o foco da luta se associa a organização da produção, "A luta pela apropriação aparece não como uma luta política, mas como batalha em torno dos termos e condições de trabalho" (WOOD, 2003, p.47).

Neste contexto, surgem as propostas reformistas e compensatórias que mudam os objetivos da luta política em favor da sua própria estrutura da produção; neste movimento, transformam as lutas políticas em lutas econômicas. Essas não questionam a lógica capitalista e suas contradições, buscam alternativas a ela, e mantêm as relações de poder necessárias à sua permanência.

Entretanto, existem contradições e rupturas que se concretizam no seio destas atividades produtivas, e Wood, utilizando-se de Thompson para explicar de forma mais profunda a materialidade destas rupturas, no movimento empreendido pelas classes expropriadas, afirma que:

[...] embora a cultura dos dominados se mantenha em geral 'congruente' com o sistema predominante de produção e poder, é pelo fato de as relações de produção serem vividas à sua própria maneira pelas classes subordinadas que elas entram em

contradição como o 'senso comum de poder'; e são tais contradições que produzem as lutas que determinam a reorganização e a transformação dos modos de produção (THOMPSON, 2003, p. 64).

É na própria relação de produção que se encontram os *germens* de transformação, as possibilidades de exercício de tensionamento político e as probabilidades de se produzir o novo, de modificar as condições historicamente herdadas.

Para Wood (2003), Thompson insiste no reconhecimento do papel ativo da classe trabalhadora na transformação de sua realidade⁵⁸. Ainda que a consciência de classe não esteja efetivamente estabelecida, ainda que não partilhem do mesmo processo de produção ou da mesma forma de expropriação, o que liga estes trabalhadores é sua *experiência* comum nas relações produtivas, ou seja, expropriação dos meios de produção que resulta na vivência concreta e objetiva da exploração capitalista. A consciência destas contradições traz com ela a possibilidade de ação enquanto classe. Thompson, através de sua reconstrução histórica, redefine a classe operária, reconhecendo o seu papel de *agente* nas transformações dos processos de trabalho e não apenas de objeto passivo deste modo de produção. Ao fazer isto, a autora diz que Thompson reafirma o princípio político básico da teoria marxista: a de que o socialismo só pode se realizar a partir da emancipação da classe operária, e que se não for por essa via, não se realizará de forma alguma.

2.1.3 E por falar em transcendência positiva da alienação...

Em se tratando da necessidade de se intensificar a disputa entre classes como condição de concretização da luta contra-hegemônica, há que se ater, ainda que brevemente, nas questões da alienação em Marx, para procurar alguns indicativos do por que chegamos onde estamos e quais as possibilidades de ação.

Para a tarefa de compreensão da problemática da alienação serão utilizadas as contribuições do filósofo húngaro István Mészáros (2006, 2007), um importante pensador do marxismo na atualidade e referência no tema proposto.

No prefácio à quinta edição do livro "A teoria da alienação em Marx", Mészáros (2006) inicia denunciando o aprofundamento dramático da "destruição produtiva" do capital

⁵⁸ Este argumento é central para este estudo, uma vez que as categorias "experiência humana" e "cultura", elaboradas por Thompson, serão as referências fundamentais para a análise aqui proposta.

na atualidade, que tem como resultado o comprometimento irresponsável e insubstituível da sobrevivência humana e da continuidade da vida no planeta. Para ele, esse processo destrutivo é fruto da alienação operada pelo modo de produção capitalista, mundialmente subordinado, sendo urgente compreender a condição desta alienação da humanidade e realizar, contundentemente, sua crítica.

No decorrer de suas argumentações, destaca que Marx analisou a alienação, nos *Manuscritos de 1844*, em quatro principais aspectos: "1) alienação dos seres humanos em relação à *natureza*; 2) à sua própria *atividade produtiva*; 3) à sua espécie, como espécie humana; e 4) *de uns em relação aos outros*."

Neste conjunto de aspectos pode-se deduzir que o homem dissociou-se, mediante a centralidade da organização capitalista da atividade produtiva, do produto de seu trabalho, não possuindo mais o sentido de pertencimento a esta atividade. O ato de trabalhar passa a estar dissociado da realização do homem significando, centralmente, apenas a condição de única possibilidade de construção das condições de sobrevivência social. Uma vez que esta atividade não tem significado enquanto realização humana, ainda que lhe garanta o "pão", o fato de trabalhar a maior parte de sua vida de vigília e o descanso ser apenas o tempo necessário para se manter produtivo, produz insatisfação e mecanização da vida⁵⁹. Como aprofundamento desta condição associada à exaustão física e emocional resultante da crescente exploração do trabalho, da intensificação da competição e da produção de indivíduos consumidores, o homem dissociou-se de seu sentido coletivo, não se compreendendo como "ser genérico"⁶⁰ e não se apercebendo de sua condição de relação com os demais homens.

A síntese elaborada por Marx nos *Manuscritos* é que a centralidade causal de todas estas formas de alienação se encontra na "alienação do trabalho", sendo que a transcendência desta condição está diretamente relacionada com a possibilidade de cada trabalhador compreender a sua condição de classe, de se organizar e articular em torno desta conscientização, para retomar seu protagonismo enquanto construtor de sua história social e coletiva. A possibilidade desta conscientização se encontra diretamente implicada na necessidade de se alcançar a "unidade da teoria e da prática"; em outros termos, uma teoria

⁵⁹ Sobre estas questões, ver em Braverman (1987), Dejours (1987, 1999), Linhart (2007), Sennett (2010), dentre outros.

⁶⁰ No decorrer deste item, este conceito será abordado; entretanto, para um maior aprofundamento desta discussão, ver Marx (1978).

que desvende a prática e uma prática que se alimente da teoria para produzir as transformações necessárias⁶¹.

Para entender como foi produzido o processo de alienação dos sujeitos e sob quais bases foram legitimadas as condições de desigualdade entre eles, Mészáros destaca, primeiramente, a alienação judaico-cristã. Esta tem como foco a alienação do homem com relação a Deus.

Mészáros (2006) esclarece, em relação à alienação religiosa, que ao homem que se perdeu do "caminho divino" faz-se necessário resgatá-lo. O Cristianismo então se empenha neste "resgate" para solucionar a alienação humana reconciliando, mediante o "mistério divino", as contradições que transformaram os homens em "estranhos", "estrangeiros", "inimigos", pregando a "fraternidade universal da humanidade". Já o Judaísmo, para o qual o *Messias* ainda não veio, a legitimação da diferença existe e implica a superioridade de sua condição de "povo escolhido". Neste sentido, a defesa incontestável do "irmão" e a lei aos "não irmãos", ou seja, a usura – possibilidade de usufruir do juro e da acumulação que dela sucede – é permitida nas transações com os "estranhos". Ao cristão, a conciliação das diferenças, o apassivamento, a aceitação; ao judeu, a legitimidade de se lidar com a diferença, o particularismo, o individualismo; a ambos as premissas essenciais para se materializar a alienação humana e criar a corporeidade capitalista⁶².

O "[...] 'espírito do judaísmo'; isto é, o princípio *interno* do desenvolvimento social europeu, culminando no surgimento e na estabilização da sociedade capitalista [...], deve ser entendido, em última análise, como o 'espírito do capitalismo'" (MÉSZÁROS, 2006, p.34).

Sem pretender ir às minúcias desta alienação, neste estudo, esta alienação religiosa deu concretude para a alienação como "vendabilidade universal" – conversão de qualquer coisa: homens, produtos, serviços, relações humanas, etc., em objeto vendável. Esta "vendabilidade universal" é a própria prática da alienação, do rompimento do homem com a natureza, com sua atividade produtiva, com sua espécie, com suas relações sociais. Uma vez transformados em indivíduos isolados, resta-lhes o culto à sua própria privacidade, à sua propriedade privada, à sua possibilidade de acumulação, à sua capacidade de expropriação. A

⁶¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre este tema, ver o debate sobre a "Filosofia da Práxis" em Vásquez (2007).

⁶² Este conceito será retomado em Poulantzas (2000) no bloco 3 - "Categorias de análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde: uma trajetória de investigação" deste estudo, quando aspectos relacionados a questões religiosas e morais se unem as questões econômicas e políticas criando as condições de fortalecimento da sociedade capitalista.

problemática da alienação se desloca do campo religioso para o campo político se materializando como alienação social, econômica e intelectual.

Com o avanço das forças produtivas se opera, em escalas nunca antes vistas, a "produção destrutiva" do capital, e reagir a esta destruição é condição de existência dos homens e do planeta. Entretanto, não se opera esta transformação sem que se realize a autodesalienação humana, e esta só se efetiva como ação coletiva, como conscientização da condição de alienação, como entendimento do processo histórico que a produziu e como organização e disponibilidade para lutar em nome de outras condições de existência.

Nesta perspectiva, Marx (1978) descreve o significado de emancipação humana como expressão social e histórica da vida coletiva do homem "genérico", ou seja, do homem em sociedade. Para ele, o homem não pode ser compreendido sem que se revelem as contradições geradas pelo acirramento do modo de produção capitalista, que afirma e legitima a diferença entre os homens. O homem necessário a este modelo é o homem "individual", centrado em suas próprias necessidades buscando satisfazer seus desejos particulares e lutando competitivamente com os outros homens por lugares de privilégios.

Romper com a lógica do homem "egoísta", materializado na expressão última do seu individualismo e necessário ao fortalecimento dos direitos do homem de propriedade e acumulação, requer perder a centralidade do indivíduo e recuperar o sentido de homem político e social.

A emancipação humana só será plena quando o homem [...] individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças [...] como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, 1978, p.30).

Neste sentido, o trabalhador necessita compreender-se como ser político, com potencialidade de transformação, capaz de perceber a alienação a que é insistentemente submetido, construindo e articulando espaços de poder coletivos, compartilhados socialmente, buscando tornar possível a emancipação humana. Esta emancipação requer homens livres dos pressupostos do capital, representada pela superação deste modelo no contexto da sociedade. A emancipação humana não acontecerá por eventualidade, por concessão, mas será uma conquista efetivada pela práxis humana, que demanda uma luta ininterrupta.

Para Vásquez (2007, p.232), "A práxis política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da

transformação prática da sociedade.” Em seu livro “Filosofia da Práxis” retrata a indissociabilidade entre teoria e prática para a práxis revolucionária, e afirma que “Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo indispensável para desenvolver ações reais efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática quando materializa, por meio de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, com conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação” (VÁSQUEZ, 2007, p.236).

Mészáros (2007) nos recorda de que não há espaço no contexto social vigente para a emancipação humana, sendo necessário pensar uma forma de transição para uma outra sociabilidade. Esta transição só se concretiza na luta incessante de sujeitos coletivos buscando a “transcendência positiva da alienação”, estruturando outras bases de produção e reprodução de suas vidas, construindo seus novos caminhos.

Mas como empreender esta análise? Como elevar as consciências dos homens sobre suas próprias condições de existência? Qual o percurso permite chegar à realidade concreta do objeto? Segundo Kosik (1976), a “coisa em si” não é dada ao homem na aparência do fenômeno social. O senso comum possibilita ao homem orientar-se no mundo e ir produzindo sua existência sem, necessariamente, compreender a realidade das coisas que vivem. Para o autor, o mundo da “práxis humana” se divide em “práxis utilitária” e “práxis revolucionária”. A utilitária representa o “mundo da pseudoconcreticidade” que é “[...] um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 1976, p.15). Deste modo, aparência e essência não são a mesma coisa ainda que, intrinsecamente, relacionadas. Captar o fenômeno é indagar e descrever sua manifestação, até atingir sua essência e, na unidade aparência-essência, chegar à realidade concreta do fenômeno.

Assim, entender a ação humana no decorrer de sua produção e reprodução da existência requer olhá-la com uma práxis cotidiana em movimento, que reflete e/ou resulta de contextos que a antecedem e determinam e que, na maioria das vezes, não temos consciência desta condição⁶³.

Já a “práxis revolucionária” caminha no sentido de romper com a pseudoconcreticidade da vida cotidiana; significa, então:

⁶³ Gramsci (2012) ajuda a entender este processo quando trata da questão do conformismo, ao destacar que seremos sempre conformistas de algum tipo de conformismo.

[...] *crítica da civilização e da cultura*; significa tentativa – romântica ou revolucionária – de descobrir por trás dos produtos e das criações a atividade e operosidade produtiva, de encontrar ‘a autêntica realidade’ do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante, de desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas (KOSIK, 1976, p.25).

O homem enquanto sujeito social retorna à história, sua *experiência humana* e sua *cultura* “[...] tem ligação com a práxis, no que se refere à capacidade transformadora que ela carrega. Mas é fundamental entender que [...]” Thompson “[...] coloca a experiência no plano cotidiano, do senso comum, da cultura popular, lugares de contradições e das ambivalências” (RAMOS, 2012, p.124).

Diante das questões até agora levantadas e dos argumentos e percursos sugeridos, o próximo item discutirá, brevemente, sobre o modo através do qual Marx propôs a compreensão da realidade concreta da vida social, sob o modo de produção capitalista.

2.2 A respeito do método em Marx

As notas, a seguir, se propõem a concluir esta primeira parte de explicitação dos argumentos que justificam a escolha do materialismo histórico dialético para este estudo, e constituem um esforço de apreensão dos aspectos metodológicos apresentados por Marx para o processo de produção do conhecimento – focado, neste caso, na análise da sociedade organizada em torno do capital.

Marx (1983, p.11), no prefácio da primeira edição de “O Capital”, inicia sua exposição afirmando que “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência.” No caso do livro acima referido, destaca, ainda, que o primeiro capítulo constitui uma dificuldade maior, porque trata da categoria mais abstrata – a forma valor da mercadoria. Mas é a partir desta discussão que ele irá desenvolver o seu método para a análise da sociedade capitalista.

Neste processo, Marx vai demonstrando que seu método se utiliza do método dialético que vai, por meio da abstração, reconstruindo o concreto pensado mediante análises e sínteses. Isto pressupõe a decomposição e análise do objeto historicamente determinado e a sua reconstrução no seu movimento lógico, pela síntese.

Ao tratar do método que está propondo, Marx faz a distinção entre o método de pesquisa e o de exposição: “A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse

trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 1983, p.20). O método de pesquisa então é aquele que, para conhecer o objeto, parte da abstração, da análise, da decomposição do todo, para ir das categorias mais simples (abstratas) as mais concretas. Assim Marx coloca:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo [...]; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo e, através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples [...] (MARX, 1982, p.14).

O método de exposição, por sua vez, é a recomposição lógica do movimento dialético da totalidade concreta estudada; é uma combinação do histórico com o lógico, de modo que a exposição das categorias não segue a ordem como elas apareceram na história, mas o encadeamento lógico das contradições e mediações que levaram a sua existência. Em resumo, o método dialético descobre, por meio do processo de abstração, a categoria mais geral, ou seja, a categoria mais simples – em “O Capital”, a forma valor da mercadoria. Tendo chegado a esse ponto, o método faz então a análise, o estudo detalhado de cada parte, de suas contradições e mediações. Feito isso, começa a percorrer o caminho da síntese – o caminho de volta, combinando, logicamente, os seus conceitos e categorias e estabelecendo suas referências históricas. Deste modo, por meio da definição das determinações lógicas, o método vai reconstruindo, no pensamento, a síntese da totalidade concreta do objeto estudado.

O método dialético, por meio da análise e síntese, descobre as mediações do real e as reproduz no pensamento. Para Marx este método é o método verdadeiramente científico. O concreto pensado é o único modo que o pensamento tem de se apropriar do real.

O ponto de partida do método é a realidade concreta: o fundamento materialista. Assim Marx coloca: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social é que determina a sua consciência” (MARX, 1982, p. 25). Neste aspecto, pode-se afirmar que Marx e Hegel consideram o movimento do objeto e suas

contradições; entretanto, em Hegel a ideia - o pensamento, é que cria a matéria - o objeto, e em Marx a matéria existe independente do homem, sendo a ideia apenas a sua expressão na consciência do homem.

No Posfácio de “O Capital”, Marx afirma que, contrariamente à dialética mistificada de Hegel, o método que ele aplica é o da “dialética racional”, isto é, aquela que tem como fundamento a matéria, a realidade objetiva. Sob essa forma racional ele diz que a dialética “causa escândalo e horror à burguesia”, pois mostra o caráter transitório de tudo o que existe – inclusive do próprio capitalismo. Para Marx, a essência da dialética está na possibilidade de realização de uma “crítica revolucionária”.

Como apontado por Paulo Netto (2009), o método em Marx recorre à filosofia alemã, à economia política inglesa e ao socialismo francês. Ou seja, foi desenvolvido a partir das filosofias de Hegel e Feuerbach; aplicado para criticar a economia política inglesa e descobrir, a partir da categoria valor, a lei econômica do capitalismo; assim como foi apreendido em toda a sua complexidade social, das lutas de classes na França.

Ao comparar a situação do capitalismo na Alemanha com a da Inglaterra, Marx afirma que, se houvesse pesquisa na Alemanha, os dados seriam horrorizantes. De fato, o desenvolvimento do capitalismo se dá a partir da exploração da força de trabalho do operário. Mas esta é uma situação que se quer esconder, dissociar do modo de produção. Mas as classes lutam na defesa de seus interesses – neste caso, antagônicos. Marx mostrou que historicamente a luta de classes representa o motor do desenvolvimento da sociedade; que é como consequência dessa luta que são produzidas as transformações nas suas estruturas econômica, social e política.

O exemplo é apresentado em “O Capital”, com a luta dos trabalhadores para reduzir a desumana jornada de trabalho a que eram submetidos. Entretanto, para desorganizar esta luta e para garantir manutenção da exploração do trabalhador e, portanto, uma maior extração de mais valia, os capitalistas investiram no aumento da produtividade mediante a incorporação tecnológica nos processos de trabalho. Estas permitem reduzir o tempo de trabalho necessário – aquele que repõem o valor da força de trabalho – e, conseqüentemente, o aumento do tempo de trabalho excedente – aquela parte da jornada de trabalho em que a mais-valia é produzida. Desse modo a burguesia obtém a mais-valia relativa, que se tornou a principal forma de exploração da força de trabalho.

Na sociedade contemporânea, os projetos de contrarreforma, de cunho neoliberal, têm submetido o trabalhador a políticas que visam reduzir os direitos e aumentar as possibilidades de reprodução do capital. Temos convivido, nas últimas décadas, com as políticas neoliberais

de reestruturação produtiva, cujas consequências são o desemprego estrutural, a incorporação tecnológica sem precedentes e o crescente processo de globalização da economia mundial. Aliado a essas transformações objetivas da estrutura política e econômica, os governos neoliberais e as corporações capitalistas enfrentaram e conseguiram enfraquecer a força da organização sindical e/ou de classe.

Marx analisa o modo de produção capitalista no país onde, em sua época, ele estava mais desenvolvido, ou seja, a Inglaterra. Mas as leis econômicas do capitalismo, estudadas no modelo inglês, têm validade geral para todo o sistema capitalista. Marx entende que “O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro” (MARX, 1983, p. 12).

Marx afirma que, quando o capitalismo revela todo o seu antagonismo de classe, com a entrada em cena do proletariado como “classe para si”, morre qualquer possibilidade científica da teoria econômica burguesa. Essa passa a ser cada vez mais “apologética, propagandística”; não interessa mais saber “[...] se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro; mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, subversivo ou não” (MARX, 1983, p. 17).

É importante destacar o impacto decisivo da luta de classes sobre todas as ciências sociais. Marx o mostra sobre a teoria da economia política, mas pode-se ver isso nos diferentes campos de investigação quando, frequentemente, o interesse de fundo é mais o de justificar ou encobrir o problema do que o de analisar cientificamente as suas causas reais. Eis o que Marx fala sobre isso:

À medida que é burguesa, ou seja, ao invés de compreender a ordem capitalista como um estágio historicamente transitório de evolução, a encara como a configuração última e absoluta da produção social, a Economia Política só pode permanecer como ciência enquanto a luta de classes permanecer latente ou só se manifestar em episódios isolados (MARX, 1983, p. 16).

Aqui duas questões centrais estão colocadas: a primeira se refere à própria crítica que Marx faz a economia burguesa, que desconsidera o caráter histórico e transitório das formas e categorias econômicas; a segunda, ao reconhecer na luta de classes a negação do modo de produção capitalista e, deste modo, e em consequência, a transitoriedade deste sistema.

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía a possibilidade de qualquer desenvolvimento original da economia burguesa, mas não a sua crítica. À medida que tal crítica representa, além disso, uma classe, ela só pode representar a classe cuja missão

histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes — o proletariado⁶⁴ (MARX, 1983, p.18).

A ciência econômica morre enquanto ciência para assumir a forma panfletária e apologética em defesa do capital. A ciência, como conhecimento, é substituída pela propaganda do modo de produção. No que tange ao papel da luta de classes, Marx coloca com centralidade a consciência de classe, desenvolvida na luta — “classe para si”, e coloca a tarefa revolucionária desta classe.

Para Marx, “[...] Assim como a filosofia encontra no proletariado as suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia as suas armas espirituais [...] A teoria se torna poder material assim que se apodera das massas” (MARX, 2010, p.156). Assim, afirma-se o caráter ideológico do método de Marx. A produção do conhecimento se faz na práxis.

Em resumo, Caio Prado Jr. (S/D, p.28) nos diz que a grande contribuição de Marx foi o seu método dialético materialista. Neste sentido, os objetos do conhecimento precisam ser vistos como compostos por um sistema de relações, ou seja, “[...] situação em que as partes e elementos constituintes se condicionam e determinam mutuamente, são função recíproca uns dos outros.” Diante deste pressuposto, o concreto se faz pela “unidade na diversidade” e representa a “síntese de múltiplas determinações” e estas compõem a totalidade do fenômeno estudado. Captar o real na sua materialidade concreta é apreendê-lo no plano do pensamento, para se chegar ao “concreto pensado”. Trata-se então de operações de análises e sínteses “[...] que não somente se completam, mas se conjugam e fazem efetivamente um só todo” (PRADO JR., S/D, p.48). Para se apreender este concreto pensado é necessário reconstruir as sucessivas formas históricas que compõem o fenômeno e *recorrer aos conhecimentos já elaborados anteriormente acerca do objeto*. A historicidade do objeto permite fazer a crítica do presente, que só é possível quando se leva em conta as categorias totalidade, historicidade e contradição, como fundamentais do método marxista.

⁶⁴ Ainda que não faça parte do escopo deste estudo, é necessário destacar a importância de se analisar, a fundo, as questões que envolvem a classe revolucionária hoje. Parte-se do pressuposto de que esta classe é a classe trabalhadora, mas entende-se que, com a crescente tecnologização da produção e o crescimento do setor de serviços, frente ao avanço do capital financeiro, esta problemática requer um esforço extra para se construir estratégias de enfrentamento que possam romper com a pseudoconcreticidade dos fenômenos, no âmbito da sociedade capitalista. Para estas questões ver em Matta & Lima (2008), Antunes (2011), Braga (2012), dentre outros.

2.3 Materialismo Histórico Dialético: um debate aberto, exploratório e autocrítico para a investigação da cultura profissional.

2.3.1 Considerações iniciais: experiência e cultura

Assim como o historiador britânico Thompson (1981) introduz as categorias “experiência humana” e “cultura” para ocuparem os espaços daquilo que ele julgou serem silêncios da teoria marxista, autores como Mattos (2012) e Ramos (2012, 2013) têm apresentado questões quando se trata de desvelar o empírico que se realiza na vida concreta dos trabalhadores. No caso da última autora referida, sua trajetória de pesquisa a levou ao encontro de Caria (2008) e do diálogo destes autores se buscou a inspiração para a proposição da categoria cultura profissional, visando à análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, assim como a utilização de procedimentos metodológicos mediante técnicas e instrumentos de pesquisa já em andamento neste campo de saber.

A respeito de Thompson, é necessário destacar que, ainda que tenha se reconhecido como um marxista engajado, tanto no debate acadêmico quanto no enfrentamento político das mazelas da sociedade capitalista, sua reconhecida contribuição relaciona-se a um posicionamento crítico do método da economia política de Marx no que se refere aos limites deste método para a análise da forma como os homens e mulheres constroem a sua história.

Thompson (1981, p.182) afirma que, ainda que Marx e Engels tenham tentado se aproximar dos modos de viver, pensar e sentir dos sujeitos, mediante “[...] seus escritos sobre alienação, fetichismo de mercadoria, e reificação; e em segundo lugar, em sua noção de homem, continuamente refazendo a sua própria natureza [...]”, não respondem o “como” realizam esta produção e reprodução de suas existências. O “termo ausente” para ele na teoria marxista é a “experiência humana”, e é mediante esta que ele irá investigar as maneiras através das quais os sujeitos experienciam suas vidas. Deste modo, critica os marxismos que se fixaram naquilo que ele chamou de “devastadora doença do economicismo vulgar” e defende uma “tradição marxista aberta, exploratória, autocrítica”, de modo que caibam nos procedimentos de investigação do real, não apenas no campo das ideias e do pensamento mas, sobretudo, a forma como os sujeitos “[...] experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura [...]” (THOMPSON, 1981, p189).

Nesta mesma linha de raciocínio, Mattos (2012) irá apresentar a partir dos escritos de Thompson aquilo que ele denominou de “tradição de crítica ativa do materialismo histórico” e afirma que o autor tem sido fundamental para os “os estudos historiográficos brasileiros”, sobretudo, quando se refere aos “trabalhadores ‘livres’”. Mattos se dedica aos estudos de Thompson e, deste modo, propõe-se a tratar daquilo que o autor chamou de silêncios em Marx⁶⁵. Em alguns pontos Mattos destaca que Thompson pode não ter apreendido “o esforço de Marx” naquilo que ele critica em sua elaboração teórica como, também, Thompson pode ter “[...] tomado por método de pesquisa o que nos textos de Marx eram elementos de seu método de exposição.”⁶⁶ (MATTOS, 2012, p.37). Ressalvas a parte, para o autor, Thompson reforça o brilhantismo do materialismo histórico quando realiza a defesa “do estatuto ontológico do passado humano”:

O passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária de comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras [...]. Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, *que se tornam objeto de investigação racional*, podemos definir esta soma com um *processo histórico*, isto é, *práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais*. [...] Os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar em nenhum grau o *status ontológico do passado*. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história (THOMPSON, 1981, p.50-51 *apud* MATTOS, 2012, p.36).

Mattos faz a crítica da crítica que Thompson faz de Marx, mas reafirma a necessidade do debate de Thompson para que se possa avançar na crítica da sociedade do capital. Como pesquisador, abre o espaço para o entendimento de que o método marxista não pode se fechar aos debates teórico-metodológicos presentes na sociedade atual, devendo dialogar, abertamente, com as concepções de mundo que disputam hegemonia nesta sociedade. Deste modo, pode explorar seus constructos teóricos e suas expressões empíricas, permitindo e incentivando mediante um debate que, aberto, tenha espaço para a autocrítica e para a crítica da sociedade contemporânea.

Neste ponto, Ramos (2013) também corrobora estes argumentos quando se desafia no estudo dos saberes profissionais, em uma discussão com a perspectiva etnográfica utilizada por Caria. Neste debate utiliza-se, principalmente, do pensamento de Thompson como um relevante referencial teórico, partindo dele para propor a construção de instrumentos de

⁶⁵ Outro autor que se refere a Thompson sem, contudo, deixar de lhe fazer a crítica é Ellen Meiksins Wood, autora já citada, anteriormente, neste bloco. Para maiores detalhes ver Mattos (2012, p.37).

⁶⁶ Para maiores esclarecimentos sobre este debate, ver Mattos (2012).

pesquisa empírica em diálogo com a sociologia compreensiva, no âmbito das ciências cognitivas. A autora justifica sua opção ao afirmar que para ela Thompson recoloca a ação humana na história. Os sujeitos tomam a sua história nas mãos, ainda que diante das possibilidades que as condições objetivas e subjetivas permitem para aquele dado momento. Deste modo, é possível buscar compreender o “como” os sujeitos experienciam sua existência mediante referenciais que não estão consolidados no campo marxista.

Esses pressupostos permitem relacionar história, cultura e experiência humana e esta proposição vai ao encontro da conceitualização de “materialismo cultural” proposta por Williams⁶⁷. Neste ponto, Mattos destaca que a contribuição de Williams está, justamente, em sua tentativa de resgatar a (re)constituição de “[...] um materialismo cultural, que se assentaria sobre o avanço na perspectiva marxiana que, ‘como explicitação do elemento básico do processo social de cultura, foi uma recuperação da totalidade da história’” (WILLIAMS, 1979, p.25 *apud* MATTOS, 2012, p.186).

No que diz respeito à categoria “cultura”, Mattos (2012, p.202) afirma que Thompson recorreu ao que de melhor havia na produção materialista histórica que o antecedeu e buscou enfrentar as “[...] ambiguidades e polissemias do [...] conceito de cultura, sempre trabalhando em interação dialética com ‘algo que não é cultura’, cuja expressão maior encontrará no terreno do ser social, em meio à luta de classes”.

Thompson, Mattos e Ramos dedicam a compreensão da história sob a perspectiva do trabalhador, deste modo, se interessam pelo conhecimento que está presente na vida empírica destes sujeitos, mas não na lógica que pretende expressá-los apenas, mas, sobretudo, que ao expressá-los possa conter a possibilidade de sua crítica e por isto, não perdem o horizonte da luta de classes.

Feitas estas considerações, vamos ao debate com a perspectiva compreensiva.

⁶⁷ Sobre Williams verificar o bloco 1 - “Uma reflexão sobre o conceito de cultura: a experiência humana no contexto do trabalho”, deste estudo.

2.3.2 Um diálogo com a perspectiva compreensiva: o percurso para a análise da cultura dos grupos profissionais

O campo sobre o qual Ramos (2012; 2013) se move é, também, do materialismo histórico dialético, e sua proposta reafirma as categorias totalidade, historicidade e contradição. Neste sentido, vem acumulando esforços de apreensão dos

[...] processos de reconstrução dos conhecimentos científicos estruturantes das profissões em saberes profissionais que ocorrem na práxis social/profissional, mediante o confronto daqueles conhecimentos com o sentido atribuído pelos trabalhadores nas situações concretas e nas relações de trabalho, levando à configuração da cultura dos respectivos grupos profissionais (RAMOS, 2012, p.6).

Deste modo, propõe-se o desafio de avançar no “[...] debate ainda inconcluso sobre a possibilidade de os saberes profissionais serem estudados sob a referência do materialismo histórico-dialético em diálogo com a etnografia.⁶⁸” (RAMOS, 2012, p.7). Para tanto, constrói um profícuo debate⁶⁹ com Caria por reconhecer nos referenciais teóricos metodológicos propostos por este autor e seu grupo de pesquisa um conjunto de categorias que apontam para a possibilidade de compreensão dos conhecimentos que “[...] advém da experiência, numa dada profissão” (RAMOS, 2012, p.10).

Este confronto teórico que a autora se propõe se articula com as categorias propostas por Thompson, pois parte do “[...] reconhecimento da necessidade de se estudar os fenômenos sociais sob a ótica da experiência humana e da cultura [...]”, entendendo que tanto o empírico do fenômeno (perspectiva da compreensão - viés fenomenológico), quanto o que está parte explícito e parte implícito (claro/escuro) nesta manifestação fenomênica (perspectiva do materialismo) são dimensões necessárias para a análise dos grupos profissionais (RAMOS, 2012, p.16).

Ramos (2012, p.21) afirma que a abordagem da sociologia da compreensão coloca “[...] no centro da análise do mundo social os sujeitos e suas interações [...]” tendo a perspectiva fenomenológica como base desta fundamentação.

⁶⁸ É na perspectiva etnográfica assumida por Caria que Ramos (2012, p.40) irá encontrar a alternativa teórico metodológica que permite articular “[...] as dimensões macro (relações) e micro (interações) da prática social.” Em Caria está a referência a Sociologia da Compreensão.

⁶⁹ Ramos realiza, no ano de 2012, seu “Estágio Pós-Doutoral em Etnossociologia do Conhecimento Profissional” com Caria e seu grupo de trabalho, em Vila Real, Portugal.

O viés fenomenológico conferido à sociologia por Alfred Schutz produziu a perspectiva sociológica da compreensão [...]. Esta sociologia tem por pressuposto que os fatos sociais são realizações práticas, produtos da contínua atividade dos seres humanos que aplicam seus conhecimentos, processos e regras de comportamento (RAMOS, 2012, p. 21).

Ou ainda, esta perspectiva compreensiva segundo Schutz *apud* Helmut (1979) se dedica a compreensão da ação humana partindo do pressuposto de que os homens interpretam as experiências pertencentes aos outros homens a partir das experiências que eles mesmos vivem. Sua compreensão do sentido da ação humana nas interações sociais é condicionada aos conhecimentos e concepções de mundo que cada qual tem no momento da ação. Nesta dinâmica interativa, o observador interpreta a conduta do outro, tanto em termos de sua expressão verbal (conjunto de signos linguísticos, etc.), quanto não verbal (movimentos e expressões corporais) utilizando sua própria experiência como parâmetro para interpretar e agir. O centro da atenção destes processos interativos está na referência às próprias experiências vivenciadas, entretanto, se o observador tem clareza deste processo e por isto buscar compreender o que está na mente da outra pessoa, ou ainda, o que está por trás destes processos, pode empreender uma “compreensão genuína da outra pessoa”.

Se Schutz propõe a análise social sob a perspectiva dos sujeitos em interação, Caria e Ramos destacam ser necessário remeter estas interações as questões do exercício de poder⁷⁰ que as transpassam. Neste sentido, um ponto fundamental a ser destacado é “[...] a necessidade de se reconhecer que as interações sociais ocorrem sob determinadas relações⁷¹ sociais (de poder) e que os sujeitos dessas interações são sujeitos cognitivos sociais.” (RAMOS, 2012, p.38) Deste modo, as interações que ocorrem na dimensão microsocial das realizações práticas dos sujeitos são permeadas por relações de poder que direcionam e tensionam estes comportamentos⁷².

Para Caria *apud* Ramos (2012) o campo das interações sociais exige que os sujeitos compartilhem suas experiências de modo que a dinâmica social possa se concretizar. Neste processo são construídos e reconstruídos determinados níveis de consenso entre o grupo, com a função de atenuar as tensões surgidas nos processos interativos, para que o grupo se

⁷⁰ Para um maior aprofundamento das questões referentes ao sentido de poder atribuído a esta perspectiva, Ramos (2012) indica a leitura mais sistemática de autores como Bordieu e Giddens.

⁷¹ Quando se faz a referência a relações sociais segundo a perspectiva adotada por Ramos (2012) trata-se de “relações na produção”, as quais envolvem jogos de força, disputas, sobrevivência, etc. que se materializam nas relações. Para uma maior contextualização do sentido atribuído por Ramos (2012) a esta questão, ver em Burawoy (2010).

⁷² No próximo bloco, Poulantzas (2000) será utilizado para fazer o diálogo das dimensões micro (interações) e macro sociais (relações sociais de produção).

mantenha coeso, ou ainda, com um nível de coesão que o mantenha ativo. Este processo, entretanto, não elimina as possibilidades de conflito, apenas media tensões de modo que não permita que o conflito desarticule ou até desconstrua o grupo. Por outro lado, também, é na mediação entre consenso e conflito que está a possibilidade de acontecer o “emergente”, ou ainda, o surgimento de algo novo, que não estava dado *a priori*, que reconstrói conhecimentos podendo determinar novas regras.

“O emergente tem como pressuposto a existência de constrangimentos e tensões que potencializam soluções no fluxo das interações [...]”, mas requerem que estas ocorram em sistemas abertos, sendo necessário “[...] uma relativa, mas não substantiva desigualdade de poder [...]” entre estes sujeitos “[...] de modo que o detentor de mais poder se disponha a perdê-lo e a submeter-se ao poder do outro” (RAMOS, 2012, p.41).

Esta possibilidade de negociação de poder caracteriza a perspectiva compreensiva e embasa a afirmação de Ramos quando diz que:

Os grupos profissionais são exemplos da possibilidade de se criarem relações desse tipo, pois se constituem de pessoas com diferentes *trajetórias* (que redundam em desigualdade de poder); *identidades* próximas (que as colocam em condições de interagirem); e dedicam-se à troca; cultivam a *reflexividade* (RAMOS, 2012, p. 41, grifo nosso).

No plano das interações dos grupos profissionais as práticas constroem sentido, tendo como referência “[...] tanto relações sociais mais amplas, quanto a reflexividade interativa social de seus membros.” (RAMOS, 2012, p.43) Esta dinâmica cria e recria a cultura profissional destes sujeitos, as quais expressam, em sua complexidade, as concepções de mundo que as compõem.

Em vista disso, Ramos (2013, p.4, grifo nosso) coloca que

[...] a leitura de Caria (no prelo) – incluindo a referência a Madureira Pinto sobre possíveis contribuições de alguma etnometodologia, de um interacionismo simbólico e de uma antropologia social – e a de Coulter (1989) sobre a sociologia epistêmica, para além das relações sociais de produção, *pode nos levar a adentrar nos processos de significação que os sujeitos fazem para sua apreensão do mundo e a ação neste mundo.*”

Neste contexto, então, pode-se inferir que as formas de apreensão do mundo que se articulam na construção da ação concreta da vida empírica dos sujeitos estão implicadas nas questões de poder presentes no jogo das interações sociais. “No nível da prática social cotidiana, as pessoas entram em interação com as outras, antecipando as expectativas que elas podem ter e agem em função delas (mesmo que seja para enfrentá-las)” (RAMOS, 2012, p.8).

Investigar a cultura dos grupos profissionais requer reconhecer estas questões, caso se pretenda escrever esta história na perspectiva da classe trabalhadora.

Deste modo, o que Ramos (2012; 2013) nos permite utilizar para este estudo pode ser resumido em duas contribuições fundamentais:

Primeiro, sua proposta teórico-metodológica tece de forma articulada e sem rupturas um caminho que sem abrir mão do rigor metodológico do materialismo histórico dialético dialoga, fundamentalmente, com a ajuda do autor marxista Thompson (crítico de um marxismo estruturalista e economicista), com os constructos teórico-metodológicos de Caria, enfrentando o desafio de mostrar ser possível avançar neste debate, sem comprometer os referenciais materialistas.

Segundo, deste diálogo entre Ramos e Caria é possível depreender as subcategorias de análise da cultura dos grupos profissionais, as quais são: “trajetória”, “identidade social” e “reflexividade interativa”, dimensões essenciais deste processo, no âmbito das relações microsociais. Os referenciais teóricos destas subcategorias se encontram no bloco 1- “Uma reflexão sobre o conceito de cultura: a experiência humana no contexto do trabalho”, entretanto, para nós, as mesmas se configuraram como subcategorias de análise metodológica quando se articulam aos argumentos que propõem o diálogo do materialismo histórico dialético com a perspectiva compreensiva, através da Epistemologia da Cultura Conjuntura.

2.4 Breves Considerações Teórico-metodológicas

Até este momento destacou-se os sujeitos sociais (individual e coletivamente) e suas relações e interações para chegar ao método materialista numa vertente “aberta”, “exploratória” e “autocrítica”, para, então, realizar o diálogo do materialismo histórico dialético com a fenomenologia numa perspectiva compreensiva. Deste modo, justifica-se a utilização de categorias, que a partir da proposição deste estudo, acredita-se permitir captar a dinâmica da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, na sua dimensão microsocial, sem perder de vista a totalidade da vida social.

Reafirma-se que “cultura” e “experiência humana” são as categorias mais gerais de análise deste estudo, sem negar que é na particularidade da “cultura profissional” do sujeito desta pesquisa, vivenciada na singularidade de sua atuação enquanto “grupo profissional” que suas concepções de mundo podem ser captadas e para tanto, as subcategorias “trajetória”,

“identidade social” e “reflexividade interativa” são partes fundamentais do percurso que permite captar este fenômeno social. Como nos afirma Ramos (2012, p.128) no debate por ela proposto, se a fenomenologia não se propõe a transcender o fenômeno para desvendar sua essência, não se pode desconsiderar, no entanto, a impossibilidade de ir para além deste sem antes “[...] buscar compreendê-lo exaustivamente na sua manifestação empírica.”

O horizonte apontado por Caria e por Ramos é o da possibilidade de, através do trabalho do etnógrafo, se construir um “[...] um texto fidedigno à realidade do grupo investigado [...]” e, assim, não se produzir apenas conhecimento sobre este grupo, mas, também, e, sobretudo, um conhecimento “[...] que pode ser reconhecido e (re) apropriado pelo próprio grupo [...]” funcionando como um instrumento que propicie o alargamento do poder deste grupo. Neste ponto estaria, para os autores, a possibilidade do “[...] potencial compreensivo da etnografia transitar para o potencial crítico [...]” (RAMOS, 2012, p.46). Estes autores parecem convergir quanto à contribuição do conhecimento para a construção e constituição dos espaços de luta destes trabalhadores.

O horizonte deste estudo em particular não visa chegar a esta elaboração sistemática proposta pela etnografia profissional sobre os quais os autores acima citados se debruçam, mas converge com eles ao assumir como horizonte a possibilidade de avançar no debate sobre a dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde pública no Brasil, pretendendo contribuir com uma proposta de procedimento metodológico que possa auxiliar na investigação da vida prática dos sujeitos deste estudo.

3 CATEGORIAS DE ANÁLISE DA DIMENSÃO CULTURAL DO TRABALHO TÉCNICO EM GESTÃO EM SAÚDE: UMA TRAJETÓRIA DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo deste bloco é desenvolver categorias de análise para a investigação da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde. Para tanto: (i) apresenta as categorias de análise que foram utilizadas na interpretação dos dados coletados a partir do instrumento de pesquisa utilizado, para, posteriormente, (ii) indicar como estas categorias nos auxiliam na reconstrução da totalidade do objeto deste estudo.

Neste movimento apresenta os pares dialéticos⁷³: autonomia/adaptação; formação humana/formação tecnicista; práxis revolucionária/práxis utilitária; trabalho em equipe (auto-organização)/trabalho em equipe (alcance de metas); trabalho coletivo/supervisão do trabalho; sujeitos coletivos/processos de individualização; e disputa de interesses/conformismo, os quais são propostos para se captar as contradições presentes no fenômeno estudado.

Estes pares dialéticos estruturam a análise, mas também atentam ao processo de reconstrução da síntese aqui colocada, buscando demonstrar o percurso de pesquisa e sua ligação com a proposta de compreensão da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

Posteriormente, este bloco apresenta o registro das alterações feitas no questionário semiaberto⁷⁴, no processo de tradução para o português falado no Brasil e a adaptação para o grupo profissional a que se destina, dando destaque também para as questões que organizam os componentes básicos do questionário, correlacionando-as com as categorias propostas.

Destaca-se, novamente, que a opção por recorrer a este instrumento se justifica pelo entendimento de que o referencial teórico-metodológico proposto para captar a dinâmica microsocial (interacional) do trabalho técnico foi inspirado no autor acima citado. Seus trabalhos de investigação sobre as profissões, a partir do conceito de cultura, já percorreram uma trajetória de análises e confrontos com a realidade concreta e foram validados mediante suas investigações empíricas.

⁷³ Os pares dialéticos representam a união de contrários presente no fenômeno estudado. Ou seja, o fenômeno expressa a síntese de múltiplas determinações, contraditórias e interdependentes, as quais precisam ser captadas para se revelar a sua essência. (MARX, 1982)

⁷⁴ Assim como foi informado no bloco anterior, o questionário utilizado é uma adaptação do instrumento “Documento de Trabalho Nº 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”, já validado em pesquisas realizadas por Caria (2008, 2012).

Assim, utilizar instrumentos validados pelo autor supracitado permite compreender, no trabalho empírico deste estudo, as contribuições de suas discussões. Entretanto, se esta opção permite a utilização de um arcabouço de conhecimento pré-existente sobre este campo do saber, assim como o aprofundamento do debate sobre o tema, ela não se circunscreve a isto. Ao utilizar este instrumento, propõe-se analisá-lo a partir do referencial teórico-metodológico do materialismo histórico dialético que não estava presente no momento de sua construção, tendo como horizonte potencializá-lo na investigação da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde.

Desta forma, faz-se necessário apresentar qual o percurso de investigação que se propõe para a utilização do referido instrumento, ou seja, a utilização das subcategorias trajetória, identidade social e reflexividade interativa propostas por Caria (2008, 2012), que são interpretadas à luz dos pares dialéticos que estruturam as análises e as sínteses deste estudo. E é neste sentido que, ao apresentar este percurso, é necessário esclarecer como as subcategorias propostas serão utilizadas para a compreensão da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, apresentando a correlação existente entre os componentes do questionário e as categorias que auxiliam na sua interpretação.

Destaca-se que as categorias apresentadas ora reafirmam categorias já abordadas nos blocos anteriores, dando em alguns casos maior especificidade ao conceito utilizado, ora apresentam categorias que necessitam de um maior aprofundamento. Um destaque é dado à categoria do *poder*, por entender que essa categoria é central neste estudo porque interconecta as dimensões micro e macro sociais do fenômeno estudado, permitindo uma melhor captação das suas múltiplas determinações.

No que se refere às subcategorias já tratadas pelo estudo e apenas retomadas neste debate, tem-se como exemplo: *trajetória*, *identidade social*, *reflexividade interativa*, propostas por Caria (2008), assim como os referenciais teóricos que estruturam os pares dialéticos *autonomia/adaptação*; *formação humana/formação tecnicista*; *práxis revolucionária/práxis utilitária*; *trabalho em equipe (alcance de metas)/trabalho em equipe (auto-organização)*; *trabalho coletivo/supervisão do trabalho*; *sujeitos coletivos/processos de individualização*; *disputa de interesses/conformismo*. Todos entendidos na relação direta com a questão do *poder*, categoria determinante e condicionante das demais categorias e subcategorias.

No que se refere às categorias que não foram apresentadas nos blocos anteriores, mas que serão agora tratadas, por entender que fazem parte do escopo deste estudo, destacam-se, por exemplo: a problematização de questões que se referem à *especificidade do trabalho no*

âmbito do Estado, já que os sujeitos deste estudo são os trabalhadores que atuam na gestão em uma instituição pública de saúde, assim como questões quanto à *formação* escolar e à *qualificação profissional* destes sujeitos.

Destaca-se ainda, que a escolha por apresentar uma revisita conceitual sobre as categorias e subcategorias utilizadas não implica compreendê-las de modo avulso ou em separado da totalidade da interpretação aqui proposta, mas visa apenas facilitar a compreensão do significado e da inter-relação atribuída pelo estudo na utilização das mesmas.

Isto posto, vamos às categorias analíticas:

3.1 Cultura profissional e poder: apresentando as categorias analíticas como mediação dos universos micro e macro sociais

Para se compreender o conceito de cultura profissional aqui proposto, no âmbito da prática social de um determinado grupo profissional, é necessário reconhecer que essa prática se encontra atravessada por relações de *poder* numa dinâmica social onde o uso dos saberes práticos dos trabalhadores, que são utilizados no momento de suas interações sociais, reflete relativizações, negociações e disputas de poder em torno de propostas e projetos diferenciados (CARIA, 2008; RAMOS, 2012). Ou seja, em seus *processos de trabalho*⁷⁵ os sujeitos constroem e reconstroem suas concepções de realidade a partir das disputas, negociações e acomodações de poder, num contexto social que é resultado e conformado por conflitos de interesses.

No âmbito microssocial deste processo, retoma-se perspectivas de poder que, ao trazer esta problemática para as subcategorias de análise da cultura de grupos profissionais, o faz, a partir de Caria (2008), sob três dimensões: trajetória profissional e formativa, identidade social e reflexividade interativa.

Ao investigar a *trajetória profissional e formativa* dos sujeitos, buscou-se entender aspectos da desigualdade de poder que se expressam nas suas diversas trajetórias, as quais são marcadas tanto pelas diferenças que a divisão social do trabalho determina no corpo social,

⁷⁵ Os processos de trabalho se referem às atividades dos homens orientadas à execução de um determinado fim, de modo que o objeto e o meio de trabalho, mediante as forças físicas e do pensamento do homem, se traduzem em resultados que produzem sua existência. Para um maior aprofundamento sobre a conceituação de processos de trabalho, ver em MARX (2004).

quanto pelas oportunidades, modos e lugares de inserção aos quais compõem as trajetórias permitidas e negadas a esses sujeitos.

No que se refere à *identidade social* do grupo profissional, o que se pretende alcançar são as características que exprimem sua coesão, ora por aspectos que lhes são comuns, mas também por aqueles que apesar das diferenças não rompem com a estrutura geral do grupo. Trata-se de crenças, valores e costumes partilhados pelo grupo, ou ainda de uma identidade que articule narrativas individuais em projetos de ação coletiva, mesmo que se formem sob pressões e conflitos em disputa, mas que se reconhecem como identidade coletiva inscrita em suas relações sociais.

Neste sentido, é necessária certa relativização do poder que subjaz a identidade social do grupo, tanto no âmbito de suas interações internas, as quais são expressões de uma maior ou menor coesão deste grupo, quanto no âmbito das relações do grupo com outros grupos, nos quais se verifica seu poder de resistência e oposição e, também, seus processos de adaptação ao que está instituído.

Já no âmbito da *reflexividade interativa*, entendendo que a mesma se dá no campo de ação prática dos sujeitos, pode-se captar o exercício concreto do poder nos processos interativos, mediante os quais os saberes práticos dos sujeitos recontextualizam seus conhecimentos em “práticas em situação”. Este é o momento quando se disputa o poder na interação. Por conseguinte, quando os processos de negociação se constituem mediante o movimento dinâmico interativo do grupo, o que se permite, ao negociar as possibilidades de mudança, é seguir tanto para a conformação, quanto para a transformação.

Entretanto, a perspectiva de poder adotada por Caria (2008), por sua própria opção teórico-metodológica, não coloca este debate no âmbito da discussão de classe social, ou ainda, da hegemonia de uma classe sobre a outra. Ele se concentra nas relações entre chefes e subordinados e não propriamente em um poder que emana de uma classe que o detém, de forma direta ou indireta, por meio da delegação de poder a diretores, gerentes, supervisores, capatazes, professores, etc.

Esta posição pode ser explicada conforme visto em Ramos (2012) pelo aporte que Caria (2008) tem no conceito de poder a partir de Giddens (2000a), que busca esmiuçar esta problemática enquanto capacidade transformadora da atividade humana, preocupado, principalmente, com sua expressão como intervenção e alteração dos fenômenos sociais no âmbito de suas interações.

Para Ramos (2012), é a conceituação de poder de Giddens, como desigualdade de poder no interior de um grupo, que aponta para a face positiva do conceito de cultura

profissional em Caria (2008). Neste sentido, a autora destaca que se os conhecimentos e as experiências compartilhadas pelo grupo geralmente se orientam pela construção do consenso e diminuição dos conflitos, nem um nem outro, entretanto, dão lugar ao “emergente”, definido por Caria como o que pode dar origem a novos conhecimentos e/ou novas regras. Este só pode surgir quando as tensões e/ou constrangimentos não são eliminados pelo consenso nem acirradas ao ponto de fazer irromper o conflito, mas sim quando potencializam soluções no fluxo da dinâmica interacional, de modo que os membros do grupo se dispõem a enfrentá-los. A desigualdade de poder, neste caso, pode ser positiva, pois torna-se necessário que aquele que tem mais poder se disponha a relativizá-lo e o que tem menos, a exercê-lo em algum nível.

A emergência surge em interações que ocorrem em sistemas abertos, pois em sistemas fechados não há interesse pelo novo. É necessário que haja uma relativa, mas não substantiva, desigualdade de poder entre os sujeitos da interação [...], de modo que o detentor de mais poder se disponha a perdê-lo e a submeter-se ao poder do outro.

[...]As interações realizadas nesses termos tendem a manter a coesão do grupo e podem dar espaço para sua organização e reorganização, mesmo que não haja um objetivo explícito ou a busca de uma solução coletiva a guiar a interação.

Pode-se, entretanto, *passar do fluxo corrente da interação a sistematizações que promovem soluções coletivas*, a exemplo de quando se busca preservar a identidade do grupo ou se influir, explicitamente, em um projeto institucional ou social. Nesse plano começam a se manifestar mediações entre o conhecimento tácito e o explícito; entre as interações e as relações sociais; entre as questões de poder presentes no universo micro das primeiras e as determinações históricas econômico-sociais das segundas (RAMOS, 2012, p.41-42, grifo nosso).

As possibilidades destas mediações se concretizam se partirmos do pressuposto de que no desenrolar dos processos interacionais, nossas ações se guiam, também, pelas expectativas institucionais e sociais, enquanto as condutas no nível microssocial podem se articular em torno de interesses, projetos e ações que organizam os grupos sociais como sujeitos coletivos, cujas práticas são capazes de ultrapassar o âmbito das interações locais. Neste momento, o novo, o “emergente” pode surgir ultrapassando a esfera interativa para se constituir como relações sociais de alianças, assim como relações sociais de disputas e conflitos com outros sujeitos coletivos.

Quando esta discussão é tratada na perspectiva da disputa entre classes sociais com interesses antagônicos, pode-se supor que as movimentações internas de um determinado grupo social contêm esses dois elementos do poder: aquele que se instaura nas relações intersubjetivas no interior do grupo, por disputas internas para se obter micro poderes; e outro

de ordem objetiva e estrutural, fruto da divisão de classes, da divisão do trabalho e da hierarquia do poder pré-estabelecido por relações de dominação econômica e política.

Para o entendimento da cultura que conforma os grupos profissionais, tratar da questão do poder para além da proposta de poder em Caria (2008) é apresentar uma discussão que exponha o elo que permite captar a dimensão cultural de determinados grupos em sua íntima relação entre as dimensões micro e macro sociais, o que implica tratar dessa questão no contexto da sociedade de classes. Para Ramos (2012), é necessário compreender se e como as interações no interior de um grupo podem passar a sistematizações coletivas que ultrapassem seus limites, em direção a relações de ordem macrossociais.

Nesse plano, a desigualdade de poder é tanto estrutural quanto extrema e o princípio que acaba ordenando as relações é o da hegemonia – que implica a obtenção do consentimento ativo dos governados (GRAMSCI, 1991a) – e não o da compreensão. Porém, não nos parece equivocado dizer que, para Gramsci, a contra-hegemonia pressupõe a ocorrência do que esse intelectual chamou de “revoluções moleculares” e Thompson de “experiência transformada” (RAMOS, 2012, p.42).

Deste modo, a compreensão da dinâmica interacional dos grupos profissionais implica desvelar, a partir dos próprios sujeitos, as relações de poder que conformam a maneira como estes vivem, ou seja, como elaboram e agem em suas vidas produtivas, se adaptando e/ou disputando ações e projetos. Por outro lado, neste mesmo entendimento, tal compreensão implica reconhecer que esses homens estão inseridos num contexto social que organiza os modos de produção e reprodução da vida em sociedade. É precisamente nesse campo que se revela a hegemonia da classe dominante sobre a dominada.

Nesse contexto, entende-se que a passagem da disputa de micropoderes para a luta por projetos de transformação social, se encontra, também, nas possibilidades de sistematizações coletivas de determinados grupos, que ao romper com a dinâmica local de sua vida produtiva, podem ir desvelando suas interconexões com a totalidade da vida social.

3.1.1 Da dimensão micro a macro social: determinações estruturais do trabalho e a relação sociedade civil e Estado

Diante dos argumentos até agora expostos pode-se concluir que avançar da dimensão interativa para sistematizações que promovam soluções coletivas implica trazer para este debate a discussão de *classes sociais* e a disputa por *hegemonia*.

Neste sentido, parte-se do pressuposto de que a hegemonia conquistada por uma determinada classe economicamente dominante advém, também, de uma disputa permanente, travada no âmbito da sociedade civil, sobre os modos de compreensão e de ação dos sujeitos em suas vidas práticas cotidianas.

Este processo se efetua, segundo Gramsci (2012), principalmente mediante instituições da sociedade civil – “aparelhos privados de hegemonia” – que têm o papel de disseminar conhecimentos e visões de mundo como “verdades universais”, “acima das classes”, baseadas em saberes científicos, racionais e do senso comum, e por isto *produzem consentimento* sobre esta realidade, mesmo que esses conhecimentos se contraponham aos interesses da maioria.

O consenso obtido pela classe dominante, no entanto, não dispensa, quando perde a capacidade de convencer os “de baixo”, o *uso da coerção* dos aparelhos do Estado, quer sob a forma do uso da violência explícita, quer sob a forma de leis e normas socialmente legitimadas. No fundo, o que se busca tanto numa situação quanto na outra, é a submissão do trabalho ao capital. Destarte, a produção de uma *corporeidade capitalista* de modo que o modelo social hegemônico vai construindo o seu tipo de homem ideal.

Assim, o que se vê é que as diferentes dimensões do poder que advém da hegemonia da classe economicamente dominante convergem para a conformação de um tipo de trabalhador necessário ao desenvolvimento capitalista, o que permite garantir a continuidade deste modo de produção. Nesse caso, o mesmo se pode dizer sobre o exercício do poder, ora em sua expressão microssocial (como poder que se exerce na dinâmica interativa dos grupos sociais), ora em sua expressão macrossocial (como relações sociais de produção), que encontram-se intimamente interligadas, uma vez que representam faces de dimensões políticas, econômicas, culturais e ideológicas da sociedade atual.

As ações dos sujeitos individuais não estão em contradição com os sujeitos coletivos de poder na medida em que expressam seus valores ideológicos e compromissos políticos mais permanentes, da mesma forma que o modo de produção determinado não está

desconectado da vivência prática dos sujeitos. Assim, entender a dinâmica interacional dos grupos sociais requer também explicitar as relações que a constituem.

Deste modo, a conceituação de hegemonia em Gramsci (2012) nos permite compreender a íntima ligação entre as dimensões micro e macro da vida social. Nesta mesma linha de argumentação, recorre-se, também, às contribuições de Poulantzas⁷⁶ (2000), autor que, ao buscar explicitar as contradições presentes na formação dos Estados contemporâneos, em meio à luta de classes, apresenta uma *teoria relacional de poder* que nos ajuda a dar maior especificidade à discussão aqui proposta

Para apresentar esta teoria, Poulantzas (2000) realiza um interessante debate com as argumentações teóricas de Foucault, destacando convergências e divergências entre eles. Neste contexto, afirma que Foucault explicitou uma concepção de poder que se constitui enquanto prática social historicamente construída e, deste modo, o poder não estaria circunscrito a um lugar específico da estrutura social, mas encontrar-se-ia em movimento constante de transformações como resultados das relações de forças presentes na sociedade.

Poulantzas (2000) converge com Foucault neste ponto e reafirma uma teoria de poder que o concebe como relação entre classes, se referindo à capacidade que as classes têm em conquistar seus interesses. Entretanto, apesar de convergirem neste ponto, Poulantzas (2000) destaca que, para Foucault, essa relação de poder se encerra nela mesma, como poder sempre imanente, contido em si mesmo.

Desta forma, as análises foucaultianas não permitem, segundo Poulantzas (2000), avançar no entendimento de como se constituem os movimentos de resistência entre as classes sociais, de onde ela viria, assim como de que modo ela seria possível. Para Poulantzas (2000), Foucault não responde estas questões, caindo numa armadilha de dominação incontornável, já que as resistências são sempre dominadas pelo poder. Assim, Foucault mesmo afirmando o poder como prática social, contraditoriamente negaria tal poder como relação, já que no final não apresenta as saídas possíveis para a classe subordinada.

Poulantzas (2000) reafirma poder como relação de forças entre classes e, ainda que reconheça as estratégias de dominação, diverge de Foucault, porque vê também espaços onde as massas populares constroem resistências e negociam, ainda que sob determinadas limitações, seus interesses frente à classe economicamente hegemônica.

⁷⁶Neste caso, refere-se, principalmente, às contribuições presentes em seu livro “O Estado, o poder, o socialismo” publicado em 1980. O livro apresenta uma compilação das ideias do autor nas quais ele mesmo afirma que a urgência de seu trabalho se justifica pela situação política vivida na Europa na segunda metade do século passado. Neste trabalho, o cientista político Nico Poulantzas, não só revisita suas publicações anteriores em torno das discussões sobre o Estado, o poder e um outro projeto societário, como, também, se coloca na primeira pessoa durante todo o texto, assumindo inteira responsabilidade sobre seus escritos.

Para compreender a perspectiva relacional de poder proposta pelo autor é necessário destacar que ele se debruça sobre a relação existente entre o Estado, o poder e as classes sociais buscando explicitar a problemática da democracia e do socialismo em tempos de avanço sistemático do capital. Ainda que suas análises se refiram aos países denominados desenvolvidos e mais especificamente ao caso francês, sua obra apresenta questões que são pertinentes para a compreensão da realidade brasileira⁷⁷.

Essa perspectiva relacional de poder permite compreender as especificidades do *Estado* capitalista, por ele descrito como “condensação de uma relação de forças”, as quais se produzem num movimento dinâmico e contraditório marcados por disputas e negociações, de modo que a classe dominante, para se manter no poder e aprofundar a sua perspectiva social, faz concessões às demandas da classe dominada (POULANTZAS, 2000).

Desta maneira, mediadas pelo Estado, as classes dominantes fazem concessões às classes dominadas com o objetivo de manter o seu poder. Certamente essas concessões são maiores ou menores em função da força dos dominados.

Neste contexto, o autor vai elucidando as bases sob as quais foi possível a instauração da hegemonia política da classe dominante e as encontra nas *relações sociais de produção* e na *divisão social do trabalho*, descrevendo-as como os fundamentos dessa dominação. Estes dois aspectos constituem o alicerce daquilo que ele chama de “ossatura material” do Estado capitalista.

Para explicitar este processo de dominação, começa por desmistificar a separação entre o político e o econômico no âmbito das formações sociais afirmando que o exercício político do Estado está intrinsecamente vinculado às relações econômicas de produção e reprodução sociais. Essa questão também é tratada por Ellen Wood (2003) ao retratar a indissociabilidade entre estas duas esferas sociais. A autora destaca a existência de

[...] dois pontos críticos relativos à organização da produção capitalista que ajudam a explicar o caráter peculiar do ‘político’ na sociedade capitalista e a situar a *economia* na arena política: primeiro, o grau sem precedentes de integração da organização da produção com a organização da apropriação; e segundo, o alcance e a generalidade dessa integração, a extensão praticamente universal a que a produção no conjunto da sociedade se mantém sob o controle do apropriador capitalista. O corolário desses desenvolvimentos na produção é que o apropriador prescinde do poder político direto no sentido público convencional, e perde muitas das formas tradicionais de controle pessoal sobre a vida dos trabalhadores fora do processo imediato de produção, que antes estavam ao alcance dos apropriadores pré-capitalistas. Novas formas de controle social de classe passam para as mãos ‘impessoais’ do Estado (WOOD, 2003, p.46).

⁷⁷ Sobre a utilização deste autor no campo da saúde pública no Brasil, ver em FALLEIROS (2012).

Em outras palavras, o modo como a sociedade produz sua existência é resultado das determinações econômicas e políticas deste modelo social, as quais se complementam mutuamente. A separação artificial produzida entre elas tem como perspectiva ideológica camuflar sua interdependência, inclusive como estratégia de convencimento de que a esfera política representa, sem contradições, os interesses das diversas classes sociais, conciliando a disputa de suas pautas em nome de um interesse geral da nação.

Para Poulantzas (2000), as relações de produção – aí incluídas, também, as relações de propriedade econômica e de posse, base da lógica burguesa de organização social – se constituem como força hegemônica neste Estado entendido como condensação de uma relação de forças e que, por tal motivo, tem se expressado hegemonicamente como garantia da pauta da classe dominante.

Essas relações de produção definem o modo como os processos de trabalho são organizados e, sob a lógica da divisão social do trabalho, definem os lugares de classe para os trabalhadores. Para que este processo se efetive, Poulantzas (2000) destaca que é essencial que o conjunto dos “trabalhadores livres” em uma sociedade burguesa incorpore em suas práticas sociais, hábitos, costumes e modos de vida necessários ao modo de produção burguês.

Se recorrermos às contribuições de Mészáros (2006) para entender a incorporação dos valores burgueses pela classe trabalhadora, pode-se verificar que este processo foi se constituindo mediante a transformação dos seus modos de vida, principalmente, pelas mudanças ocorridas nos ritmos do trabalho e na incorporação da lógica do consumo, impostas à classe trabalhadora. Esse processo é resultado da organização do trabalho promovida pela classe dirigente, que o produz como trabalho fragmentado, rotinizado, parcelarizado e que se efetua individualmente em células cada vez mais independentes. Neste contexto, estão dadas as bases para a *alienação* dos sujeitos, condição essencial para a conformação do tipo ideal de trabalhador para a sociedade capitalista.

A ideologia dominante se inscreve, desde o início, na cultura do trabalho capitalista disputando passo a passo com a organização e cultura dos trabalhadores em cada local de produção. O patrão e o Estado representam, aqui, dois fatores, um interno e outro externo, que atuam coordenados no sentido da submissão do trabalho pelo capital. Deste modo, ter consciência da classe à qual pertence não garante a libertação do trabalhador (força produtiva) de sua subordinação objetiva a determinada relação de produção, expressada socialmente pela classe capitalista.

As bases desta corporeidade se encontram essencialmente na divisão social do trabalho quando produz a separação entre *trabalho manual* e *trabalho intelectual*, este último o lugar do saber científico, legitimado por um poder que decorre de uma prática científica racional. Essa separação se dá pela disseminação da imagem do trabalho intelectual (saber-poder) materializada na escola, mídia, igreja, cultura, forças armadas, polícia, administração, etc., “[...] em face do trabalho manual tendencialmente polarizado em massas populares separadas e excluídas [...]” das funções de organização e direção do Estado (POULANTZAS, 2000, p.54).

Sobre este ponto é importante destacar ainda que esse contexto implica a produção de processos de *individualização* nos modos de vida dos trabalhadores, produzindo a transformação de sujeitos coletivos, que partilhavam interesses e lutas em comum, em indivíduos especializados, porém *flexíveis*, para se adaptarem aos desafios e demandas do mundo contemporâneo.

Se, o fundamento estratégico que permitiu o desenvolvimento desta corporeidade capitalista foi inicialmente a separação entre o fazer e o pensar (ideologia materializada pela Administração Científica Taylorista), essas mesmas condições, simultaneamente, implicaram um fazer também fragmentado e disponibilizado como prática de um processo de *trabalho abstrato*, ou seja, fracionado, atomizado e sem sentido.

Um espaço esquadrinhado, segmentarizado e celular onde cada parcela (indivíduo) tem seu lugar, onde cada localização corresponde a uma parcela (indivíduo), mas que deve apresentar-se como homogêneo e uniforme. Um tempo linear, serial, repetitivo e cumulativo, em que os diversos momentos integram-se uns aos outros, orientando-se para um produto acabado – espaço-tempo materializado por excelência na cadeia de produção. Em suma, o indivíduo, bem mais que criação da ideologia político-jurídica engendrada pelas relações mercantis, aparece aqui com o ponto de cristalização material, ponto focalizado no próprio corpo humano, de uma série de práticas na divisão social do trabalho (POULANTZAS, 2000, p.62).

Entretanto, se faz necessário destacar que não se trata de um processo que se constitui sem resistências ou sem *luta de classes*, bem como não se trata sempre, do mesmo modo, de uma *práxis utilitária* que não percebe a essência da dominação à qual se encontra submetida. As próprias contradições criadas por este modelo social, que ciclicamente desemboca em crises, também podem revelar o antagonismo de interesses entre a classe dominada e a classe dominante, e, neste sentido, abrindo possibilidades para uma *práxis revolucionária* que pode encontrar e construir as condições objetivas e subjetivas de superação deste modo de produção social (KOSIK, 1976).

Este lugar de lutas por direitos, ainda que não tenha como fundamento alterar as bases da sociedade capitalista, também se configura como um espaço onde as contradições podem se tornar mais explícitas. Se por um lado apazigua, por outro, mostra a diferença. Para Gramsci (1978), é a compreensão da realidade que nos direciona para a ação. Assim, pode-se entender que a experiência da realidade transformada a partir da luta pela aquisição de direitos e/ou oposição à superexploração do trabalho sob o capital, pode avançar para uma consciência que permite aos trabalhadores tomarem a *história* nas mãos, processo que vai produzindo fissuras nesta corporeidade, criando espaços de acirramento das *contradições* e de constituição de *lutas com interesses de classes*.

Ainda sob a mesma discussão, mas destacando as contradições por dentro das instituições do Estado, torna-se interessante notar que, em sua composição, se incorpora tanto a presença das classes e frações dominantes, mediante aparelhos e setores, quanto a presença específica de frações das classes dominadas e suas lutas, ainda que esta segunda inserção geralmente se caracterize como multiforme e/ou, recorrentemente descaracterizada e ensurdecida.

Esta particularidade da conformação do Estado, como condensação de uma relação de forças, esbarra num ponto central para o estudo aqui proposto, pois no que se refere à presença das classes dominadas no interior de suas instituições, assemelha-se ao grupo profissional que conforma os sujeitos desta pesquisa.

Deste modo, os trabalhadores que realizam o trabalho técnico em gestão em saúde com a função de prover as bases organizacionais para a efetivação do direito à saúde, pauta constante das lutas populares, estão inseridos numa instituição pública marcada pela disputa social entre a saúde como direito e a saúde como mercadoria e se constituem, hegemonicamente, como trabalhadores que ocupam lugares subordinados na hierarquia institucional, o que pode demarcar limites às suas atuações profissionais (VIEIRA, 2005; SANTIAGO, 2010).

No que se refere aos requisitos de sua inserção, é necessário destacar que a exigência para a ocupação destes lugares requer, majoritariamente, a formação educacional de nível médio sem a necessidade de formação técnica ou profissional de nível médio para a gestão em saúde, assim como os programas de qualificação profissional no campo da gestão se referem, hegemonicamente, aos escalões superiores das funções administrativas das instituições do Estado (FREITAS *et al*, 2009, SANTIAGO, 2010; XAVIER, 2012; MOROSINI *et al*, 2013).

Neste contexto, há semelhanças com os trabalhadores que Poulantzas (2000) chamou de “pequena burguesia” no âmbito do próprio *pessoal de Estado*, ocupando lugares

intermediários e subalternos em seu interior, expressão da divisão social do trabalho no seio das instituições públicas.

Assim, a sua própria condição de inserção subordinada quando associada a uma identificação desses trabalhadores com os interesses das lutas populares, podem conduzir, em alguma medida, estes sujeitos a serem os representantes, por dentro do Estado, dos interesses da classe subordinada. Este é um dos sentidos que Poulantzas (2000) vai argumentar para defender que no interior das instituições do Estado existem disputas em torno de projetos sociais antagônicos e que estas, necessariamente, o afetam.

Se as lutas populares revelam as contradições e a natureza do Estado capitalista ao pessoal de Estado predisposto a esta compreensão, este mesmo processo também acentua consideravelmente “[...] as divisões, contradições e clivagens [...]” em seu seio (POULANTZAS, 2000, p.159).

Isto pode ser notado ao observarmos que em muitos casos as ações do pessoal de Estado não reconhecem esse Estado como condensação de uma relação de forças que reflete majoritariamente os interesses da classe ou fração de classe dominante. Assim, ao não perceber este processo, suas ações acabam por se expressar como disputas contra a dominação dos interesses econômicos dentro e sobre o Estado. Essas mesmas ações aparecem como reivindicação de um Estado na condição de árbitro acima das classes sociais e ignoram as disputas que se desenvolvem em seu seio. Neste sentido, sua condição de inserção, suas condições de formação escolar, suas possibilidades de qualificação profissional e sua politização esbarram nos limites do próprio lugar de classe que ocupam nesta divisão social do trabalho.

Em suma, o ponto nodal é que estes trabalhadores corporificam o Estado, geram conflitos em seu seio e permanecem submetidos à mesma divisão do trabalho em um Estado que reflete uma correlação de forças que os desfavorece.

Ressalta-se que o Estado compreendido somente como ente gerido pela burguesia, permite a falsa premissa de que se pode tomá-lo em nome do interesse da classe trabalhadora, sem alterar as relações de produção e a divisão social que o conformam. Deste modo, obscurece a íntima relação que existe entre as esferas política e econômica na sua configuração contemporânea.

Entretanto, não se trata de uma relação de igualdade de poderes, mas da necessidade da esfera política justificar e propiciar o desenvolvimento da econômica. Poulantzas (2000) enfatiza que, na atualidade, o Estado se organiza em função da primazia da sua função econômica, de modo que o executivo e a administração devem organizar e direcioná-lo sob os

interesses da fração da classe dominante que representa o bloco no poder, em um determinado momento. Esse é o papel fundamental do pessoal de Estado (executivo e administrativo), inclusive para aqueles que se identificam como representantes dos interesses sociais.

Deste modo, a primazia da função econômica do Estado, que condiciona a sua estrutura e funcionalidade última, precisa ser compreendida pelos trabalhadores que se identificam com as lutas populares, para que suas disputas, por dentro do Estado, possam ir produzindo fissuras que permitam uma outra configuração. Configuração esta que, inclusive, na radicalidade potencial de sua expressão, pode chegar a questionar a própria existência deste ente.

Enfim, assim como os demais trabalhos sob o capital, o trabalho no interior do Estado também se caracteriza por um lugar de contradições, fragmentações, interesses antagônicos, isto é, um lugar de conflitos, e a compreensão crítica destas questões pelos trabalhadores que atuam no interior de suas instituições esbarram, também, como já foi dito anteriormente, em suas condições de formação e qualificação.

No intuito de trazer mais elementos para esta reflexão, o item a seguir apresenta um breve panorama desta situação no âmbito do trabalho técnico em saúde no Brasil.

3.1.2 Sobre a formação e a qualificação para o trabalho técnico

As contradições que permeiam a atuação do pessoal de Estado, nas instituições encarregadas de consolidação dos direitos sociais, em grande medida, só são possíveis pelo próprio encobrimento dos interesses econômicos presentes, de forma direta ou indireta, em seu corpo institucional. Este encobrimento tem como uma de suas bases a instauração de processos formativos que não permitem criticar a realidade existente o que potencialmente contribuem ofuscando a percepção das contradições da natureza do Estado.

Neste sentido, autores como Saviani (2003, 2007), Ramos (2001, 2009a, 2009b, 2010), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005a), dentre outros, nos ajudam a compreender que o processo histórico de conformação de políticas de educação para a realidade brasileira – ainda que reflita os interesses do modelo de desenvolvimento econômico em prol de uma educação focada no mercado –, em muitos momentos, não foi construído sem lutas e disputas em torno de projetos de educação emancipatórios.

De um modo geral, os autores acima referidos tratam desta questão destacando que as políticas de formação no Brasil são, majoritariamente, organizadas a partir do pressuposto da *dualidade educacional*, ou seja, de um tipo de ensino para aqueles que irão dirigir os rumos nacionais, diferente do ofertado para aqueles que irão implementar estas decisões.

Para Saviani (2007), a divisão da sociedade em classes implica na dualidade da educação. Para os proprietários dos meios de produção (classe dominante) e seus representantes, que estarão no *comando* e na *supervisão das atividades produtivas* é destinada uma formação que desenvolva suas capacidades intelectuais, sua fluência verbal, acompanhadas de exercícios físicos que lhe garantam destreza e prontidão para o mando. Aos trabalhadores, basta assimilar os conhecimentos relativos ao próprio processo de trabalho a que estará inserido, nem mais e nem menos, a fim de garantir a sua subordinação e conformação ao processo.

O autor esclarece ainda que, ao buscar as bases que criaram a instituição escolar, é possível identificar, em sua origem, uma proposta e modelo de educação que deveria ser disponibilizada apenas à classe proprietária, mas o próprio aprofundamento do modo de produção capitalista exigiu mudanças nesta instituição.

A complexificação dos processos de trabalho frente ao avanço tecnológico e as novas demandas do mercado mundial implicaram na necessidade de se oferecer mais conhecimentos à classe trabalhadora, ainda que seu caráter fundamental tenha permanecido, a saber: a escola, como uma instituição de Estado, responsável por formar trabalhadores qualificados para a produção capitalista.

Ainda de acordo com Saviani (2007), as recorrentes mudanças tecnológicas do modo de produção impuseram a exigência inicial de se aprender os códigos linguísticos de cada cultura, condição esta necessária para a socialização industrial. Um exemplo emblemático se encontra nos processos de Revolução Industrial, nos quais se pode destacar a organização de "Sistemas Nacionais de Ensino" para generalizar a educação básica. Aos trabalhadores da maquinaria, uma qualificação que permitisse a leitura dos meios de operar os novos aparatos tecnológicos, e para os trabalhadores que realizavam as atividades de manutenção, reparos, ajustes e adaptações foi instituída a qualificação profissional.

No bojo deste processo bifurcou-se, também, a escola primária em formação geral para os intelectuais que dariam continuidade posterior aos estudos, qualificando-os para o ensino superior, somadas às escolas de formação profissionais voltadas para uma qualificação específica que permitia a inserção imediata ao trabalho, ou seja, por intermédio de conhecimentos intelectuais e manuais na particularidade.

Repare-se que as subdivisões surgidas estão perfeitamente alinhadas aos interesses do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Sendo este o cenário de formação em tempos de capitalismo industrial, na atualidade, em tempos de capitalismo financeiro⁷⁸, que demanda reestruturações produtivas⁷⁹ e desregulamentações de mercado para ampliar os fluxos de capitais internacionais, exige-se uma formação que incorpore um espectro mais amplo de conhecimentos. Entretanto, esse processo não rompe com a lógica que o constitui.

Assim, continua se afirmando a *formação tecnicista* e *pragmática*, onde estão disponibilizados conhecimentos específicos de uma determinada área de conhecimento voltados para a manipulação das inovações tecnológicas por um determinado conjunto de trabalhadores, e não para a compreensão de suas bases científicas. Ou seja, conhecimentos para a simples *adaptação* do homem ao trabalho (RAMOS, 2001, 2009a e 2009b).

Como contraponto deste modelo de educação tecnicista, vê-se nas produções teóricas e atuações profissionais de autores como Saviani (2003), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005a), Ramos (2009a, 2009b, 2010), Mészáros (2007), dentre outros, as disputas por um outro projeto de formação para a classe trabalhadora. Eles afirmam que não se trata apenas de formar o sujeito para o exercício de uma profissão (o que, a princípio, só reproduz a demanda capitalista hegemônica), mas, também, incluindo uma *formação humana* que permita aos trabalhadores pensar sobre o seu papel no mundo, individual e coletivamente, a partir do acesso aos conhecimentos acumulados pela sociedade no decorrer da sua história.

A partir deste pressuposto existirá a possibilidade de se fazer a crítica ao existente resignificando este lugar de objeto do interesse do mercado imputado ao trabalhador, que os conforma como indivíduos consumidores, para a constituição de *sujeitos coletivos*. Conseqüentemente, o rompimento da lógica do homem individual centrado em suas necessidades particulares, disputando com os outros homens por lugares de privilégios para recuperar o sentido de homem coletivo, que traz consigo as marcas de todo o processo histórico que ele mesmo produziu, e, de posse desse entendimento, poder reorganizar as suas próprias forças “[...] como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política” (MARX, 1978, p.30).

Como foi mostrado, a lógica da educação para a conformação não resulta em emancipação para os homens. Entretanto, uma educação histórico-crítica que problematize a

⁷⁸ Sobre este ponto, ver em PAULANI (2006).

⁷⁹ Sobre este ponto, ver em PAULANI (2006) e IAMAMOTO (2008).

prática social – reconhecendo os desafios que precisam ser enfrentados, assim como seus determinantes e contradições –, é fundamental na construção das possibilidades de superar a lógica do capital (RAMOS, 2009a).

Para Mészáros (2007), a tarefa da educação é construir estratégias que impliquem em mudanças das condições concretas de produção e reprodução da vida humana, o que implicará na constituição de *sujeitos autônomos*, capazes de produzir uma “auto mudança” consciente e compromissada com a transformação radical da sociedade.

A educação para além do capital visa a uma ordem social qualitativamente diferente. Agora não só é factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como o é também necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma *alternativa concreta* e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares de sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial para este propósito (MÉSZÁROS, 2007, p.71-72).

Entretanto, a formação humana proposta pelos autores citados não é a formação hegemônica.

Ora, não se trata de colocar toda a responsabilidade na educação, nem tampouco negar o seu papel fundamental na disseminação de concepções de mundo. Trata-se, sim, de compreender que se retomarmos a especificidade do trabalhador subordinado, que atua no âmbito do Estado, em pouquíssimos casos sua formação para o trabalho lhe possibilita condições de alterar o existente.

Entretanto, se pensarmos não em termos de formação escolar (nas suas mais diversas modalidades), mas em termos de qualificação profissional, no sentido de um processo formativo constante que se dá no âmbito das relações sociais de produção, pode-se entender que a formação escolar é apenas um aspecto deste processo.

Qualificação profissional como relação socialmente construída permite entender que o trabalhador se qualifica no contexto de seu trabalho, mas se qualifica também no contexto mais amplo que implica a produção da sua existência. O trabalhador vai construindo, reafirmando e transformando sua concepção de mundo a partir dos enfrentamentos que sua vida prática lhe apresenta. Entretanto, ainda que esta qualificação esteja

[...] condicionada pelo contexto econômico, social e político e não se constitui como ‘desdobramento natural’ das tecnologias e das novas formas de organização do trabalho. As relações de poder entre capital e trabalho e os fatores socioculturais que influenciam o julgamento da sociedade dependem da conduta e estratégias empresarias (métodos de gestão e controle da força de trabalho) e da consciência e

organização dos trabalhadores (na busca de maior decisão e intervenção no processo produtivo) (CHINELLI *et al*, 2013, p.43).

Deste modo, ainda que se reconheça a problemática dos trabalhadores de Estado, naquilo que Poulantzas (2000) chamou de limites desta politização, o autor vê também, ainda que não se refira à concepção de qualificação anteriormente explicitada, positivities nesta contradição. Isto pode ser notado em suas argumentações quando afirma que

O aprofundamento dessa divisão social repercute no aparelho de Estado sob a forma de crescente distanciamento entre os serviços (escalões) de concepção-direção e os de execução, de decomposição dos serviços subalternos em elementos rotinizados, de concentração acentuada do saber-poder nas cúpulas do aparelho, da monopolização do segredo burocrático por círculos dirigentes cada vez mais restritos, do autoritarismo disciplinar no próprio seio do aparelho. Esta divisão ocorre por transformações precisas do processo de trabalho administrativo: introdução de novos métodos de avaliação e controle da produtividade, progresso da mecanização do trabalho e sistemas de informação, desenvolvimento das técnicas ditas de racionalização das opções orçamentárias [...] e de direção participativa por objetivos. Medidas que, sob sua aparência técnica, correspondem, da mesma maneira que o aumento da produtividade do trabalho administrativo, ao controle e ao domínio político da imensa maquinária burocrática pelas cúpulas do executivo. Essa evolução, articulada ao esfacelamento da ideologia de interesse geral que cimentava a unidade vertical do dispositivo administrativo, contribui para a politização à esquerda de uma parcela importante do pessoal subalterno e intermediário do aparelho de Estado, e cria, de qualquer modo, sua base material (POULANTZAS, 2000, p.250-251).

Em suma, a primazia da função econômica do Estado demanda um *aparato burocrático* que fortalece o executivo, cabendo à administração, neste caso em seus escalões superiores, o papel político de organização e direção deste processo, pela via da racionalidade instrumental da eficácia - estratégia política de legitimação de suas ações frente às classes dominadas, sob a lógica do “interesse geral”.

Aos subalternos deste processo, resta a materialização destas demandas. Entretanto, o próprio acirramento das contradições podem revelar aspectos das disputas que se travam neste contexto e sua capacidade de luta, ainda que essa luta seja por melhores condições de trabalho e não por sua transformação, relacionando-se diretamente com sua capacidade de articulação enquanto grupo profissional.

Neste sentido, retoma-se um ponto central deste debate: não há movimento de luta se uma determinada compreensão da realidade não é *experienciada* e partilhada por um determinado grupo. É necessário que o grupo compartilhe de interesses comuns e se expresse como sujeito coletivo, que ao experimentar um mesmo processo se coloque coletivamente na disputa, de modo que sua maior ou menor coesão determinará sua força política.

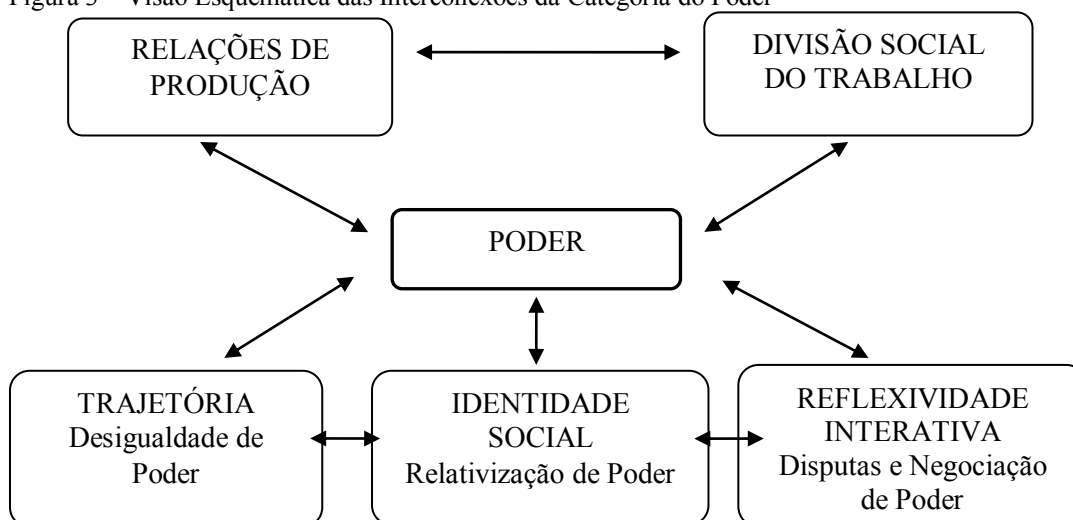
Assim, não se trata de *trabalho em equipe*, como aquele que se constitui à luz da organização eficiente de um conjunto de trabalhadores para a realização de um determinado fim, mas sim de *trabalho coletivo*, lugar onde os trabalhadores tomam suas histórias nas mãos e as reescrevem, mesmo que nos espaços de negociação do possível em cada momento.

3.1.3 Uma síntese possível para a investigação do trabalho técnico em gestão em saúde

Concluindo, recorrer às contribuições dos autores acima citados para a compreensão das questões que perpassam o entendimento da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, tornou possível perceber um conjunto de categorias analíticas específicas atravessadas pelo exercício, disputa e relações de poder que, apesar de se expressarem ou serem vivenciadas na micropolítica dos grupos profissionais, não estão desvinculadas de sua dimensão macro política em um Estado capitalista organizado e gerido pela centralidade de seu aparelho econômico.

Neste sentido, a Figura 3 – Visão Esquemática das Interconexões da Categoria do Poder apresenta uma visão esquemática do uso da categoria *poder* como dimensão que propicia o diálogo entre a particularidade e singularidades do objeto deste estudo e a totalidade da sua expressão na vida social. Ainda que se trate de uma visão reducionista, dada a complexidade que se pretende alcançar, busca mostrar suas interconexões.

Figura 3 – Visão Esquemática das Interconexões da Categoria do Poder



Fonte: O autor, 2014.

Já a Figura 4 – Pares Dialéticos: Visão Esquemática das Mediações do Fenômeno, a seguir, representa a visão esquemática da proposta de utilização das categorias de análise utilizadas para a investigação deste estudo, que se liga à Figura 3 – Visão Esquemática das Interconexões da Categoria do Poder, anterior, no intuito de apresentar como as conexões apresentadas pela via do poder podem ser construídas e/ou reconstruídas.

Assim como foi mostrado, a apresentação dos pares dialéticos não se limita à análise do instrumento de pesquisa, ainda que seja fundamental para sua compreensão. Estes pares auxiliam no processo de análise, mas, também de síntese, uma vez que mostrando suas interconexões e suas contradições, advindas das múltiplas determinações do fenômeno estudado, aponta um caminho de síntese na reconstrução do objeto.

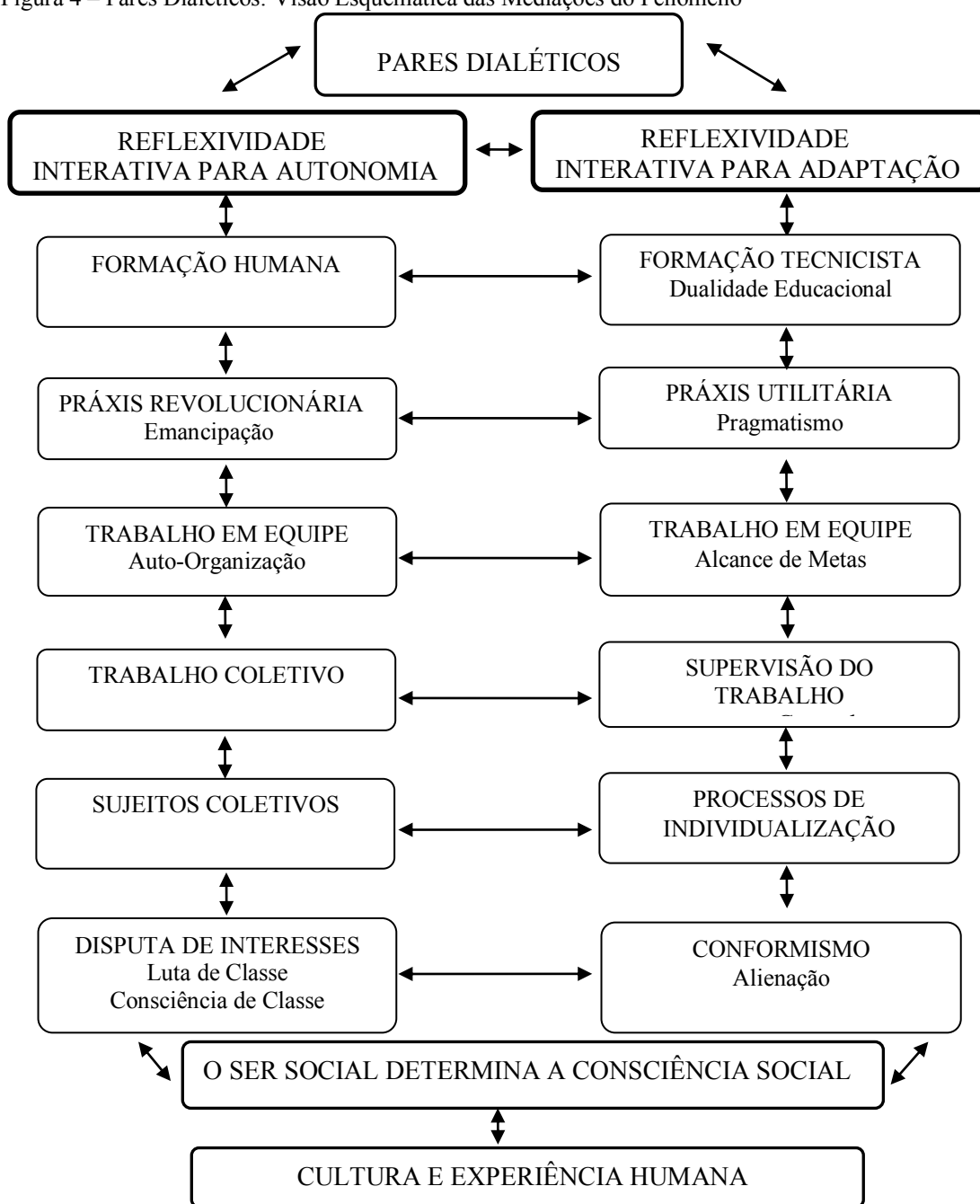
Deste modo, a sua apresentação pretende chegar ao entendimento da dimensão cultural do trabalho técnico como modos em que o trabalhador vive, elabora e age ao produzir a sua existência, tendo ou não como horizonte a disputa de seus interesses no âmbito da luta de classes.

Destaca-se mais uma vez que, tanto a análise quanto a síntese aqui proposta, buscam a compreensão dessa dimensão, na especificidade do trabalhador de nível médio que atua no campo da gestão em uma instituição pública de saúde, à luz do materialismo histórico dialético.

Deste modo, é necessário captar o fenômeno tanto em sua aparência, quando trata dos processos interativos que se materializam no contexto do trabalho dos sujeitos da pesquisa, quanto na sua essência, ao relacionar as experiências destes sujeitos às condições que lhes são impostas pelas relações de produção e pelas formas como o trabalho é dividido na sociedade organizada em função do capital.

Em resumo, os pares dialéticos auxiliam na reconstrução das mediações que dão sentido às múltiplas determinações que conformam o objeto deste estudo.

Figura 4 – Pares Dialéticos: Visão Esquemática das Mediações do Fenômeno



Fonte: O autor, 2014.

A materialização desta proposta será apresentada no bloco seguinte no qual estão descritos os resultados do trabalho de campo realizado, o qual teve como horizonte para o escopo deste estudo a validação do instrumento de pesquisa utilizado.

Uma vez explicitado este percurso vamos à especificidade do questionário.

3.2 Caracterizando o instrumento de pesquisa na interface com as categorias analíticas

A utilização do “Documento de Trabalho N° 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”⁸⁰, considerando todas as questões acima abordadas, nos colocou também outros desafios.

Primeiro, sua tradução para o português falado no Brasil, sua adaptação para o contexto do trabalho técnico, na especificidade da saúde e, posteriormente, ao nos depararmos com as dificuldades advindas do processo de submissão aos Comitês de Ética em Pesquisa, tanto da instituição proponente (instituição pública de ensino) quanto da instituição concedente (instituição pública de saúde), frente ao exíguo tempo de finalização do estudo, optou-se por alterar, mais uma vez o questionário, reincluindo neste, questões abertas.

3.2.1 Sobre a tradução e a adaptação do documento aos sujeitos da pesquisa

O primeiro passo foi traduzi-lo na íntegra, para depois tratar das diferenças quanto ao entendimento do uso de determinadas expressões idiomáticas e a retirada das questões que se referiam mais explicitamente ao conjunto de trabalhadores com nível superior de formação escolar. Veja que, em Portugal, este instrumento não se circunscreve ao trabalhador que se quer investigar com este estudo.

Aqui uma observação é necessária. Apesar de fazermos todo este processo de adaptação a um trabalhador, que no âmbito da saúde ocupa um cargo e/ou função que exige, para sua inserção neste trabalho, uma formação de nível médio e ou profissionalizante de ensino, não quer dizer que este trabalhador não tenha dado continuidade em sua formação escolar em nível superior. Entretanto, se o pressuposto é o trabalho técnico, todo o questionário foi adaptado neste sentido. Assim, quando o questionário se referia à formação acadêmica superior era imediatamente transformado em formação técnica.

⁸⁰ Documento completo e no original ver em Anexo 3 – “Documento de Trabalho N° 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”, deste estudo.

As questões referentes aos seis componentes do questionário passaram por três processos distintos de adaptações. Num primeiro momento, uma adaptação livre dos pesquisadores deste estudo, fazendo adequações mais gerais com base nos pressupostos teóricos apresentados, assim como na experiência com os sujeitos deste estudo, no âmbito de atividades docentes e de outras pesquisas.

Segundo, o questionário foi submetido a um trabalhador da gestão em saúde, no momento em que estava no espaço discente da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/Fiocruz, propondo breves alterações no enunciado de algumas questões, assim como a exclusão parcial de questionamentos. E, posteriormente, antes da testagem em uma instituição pública de saúde, o instrumento foi submetido a um professor pesquisador do campo da saúde pública, que além da experiência docente com os sujeitos da pesquisa, havia atuado em atividades de planejamento junto a uma instituição hospitalar de grande porte (característica similar à instituição cedente deste estudo), buscando a maior aproximação possível com o cotidiano laboral dos sujeitos da pesquisa.

Deste modo, apresenta-se a seguir um breve sumário das adaptações e alterações realizadas em cada componente do instrumento, incorporadas as contribuições dos sujeitos acima citados.

a) no componente “Identificação”, primeiramente retirou-se o questionamento sobre o tipo de organização a que pertence, pois se trata de uma instituição pública de saúde, assim como retirou-se o questionamento sobre o grupo profissional a que pertencem os sujeitos da pesquisa, já que pesquisas anteriormente realizadas apontam que este profissional não possui uma formação comum que lhe caracterize (FREITAS *et al*, 2009, SANTIAGO, 2010, CASTRO *et al*, 2013). Deste modo, para não causar nenhum constrangimento, logo no início do questionário optou-se por tratar desta questão no componente “Formação Acadêmica e Profissional”.

b) no componente “Situação no trabalho”, primeiramente alterou-se os tipos de vínculos contratuais existentes no contexto da saúde pública no Brasil e retirou-se a questão que investigava com quantas equipes técnicas o sujeito se relacionava em suas atividades cotidianas, transformando esta informação em uma questão aberta a ser preenchida mediante um quadro que tratava tanto do cargo ocupado pelos membros de sua equipe de trabalho, quanto à formação destes sujeitos. A pergunta aberta que solicitava a descrição das principais tarefas desempenhadas na instituição foi retirada, uma vez que, naquele momento, acreditava-se ser possível realizar todas as etapas previstas no projeto de pesquisa deste estudo. Esta questão será contemplada, novamente, no instrumento final frente ao encurtamento do prazo

da pesquisa. Retiraram-se, também, duas questões que tratavam da utilização do tempo em suas atividades laborativas, tanto semanal quanto anual, uma vez que se trata de trabalhadores que são submetidos há uma jornada pré-determinada de trabalho semanal.

c) no componente “Trajetória Profissional” foi efetuada a substituição da nomenclatura formação superior para a de formação técnica. Foram incorporadas questões abertas para complementar as questões fechadas, solicitando ao final da maioria das questões um: “Se possível, comente.” Como, também, para auxiliar na resposta da questão final do componente, foi construído um quadro de referência para facilitar a resposta.

d) no componente “Formação Escolar e Profissional” a adaptação principal foi no próprio título do componente, quando o termo “formação acadêmica” foi trocado por “formação escolar” dada a especificidade do sujeito da pesquisa. Retirou-se apenas uma questão que trata do desempenho de atividades no terceiro setor, por não ser campo de atuação dos referidos sujeitos, assim como foi anexada a questão “Se possível, comente” nas duas últimas questões apresentadas.

e) no componente “Trabalho em Equipe”, alterou-se a nomenclatura original “trabalho da equipe técnica” por entender que o termo “equipe de trabalho” melhor refletia o entendimento comum sobre o trabalho realizado por este conjunto de trabalhadores no cotidiano de suas atividades. Do mesmo modo, alterou-se os quesitos que definiam as atividades realizadas pelos sujeitos, para a realidade do campo da gestão. Foi retirada apenas a questão que tratava da comunicação da equipe principal com entidades exteriores por entender que a mesma não se referia a este grupo estudado.

Neste componente optou-se por repetir a última questão “Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe” em relação a quatro condições diferenciadas, a saber: pela chefia do setor, pela chefia imediata, pela equipe de trabalho e por você, dada a especificidade do trabalho em questão.

f) no que se refere ao último componente do questionário “Inserção no Trabalho em Equipe”, do mesmo modo que no item anterior “trabalho da equipe técnica” foi alterado para “trabalho em equipe”. Duas questões que tratavam da percepção dos sujeitos da pesquisa, quanto a articulação e complementaridade das atividades de cada membro da equipe, foram retiradas por se compreender que estas já estavam contempladas nos quesitos presentes em vários quadros de respostas no decorrer do questionário.

Ao final das adaptações percebeu-se que, ainda que tenha sido um documento com várias alterações, este não rompeu, a nosso ver, com a lógica que o constitui, preservando, na

essência, as questões centrais que nortearam a investigação das subcategorias trajetória, identidade social e reflexividade interativa.

3.2.2 Questões investigadas em cada componente do questionário

No Quadro 1 – Questionário: Componentes e Questões, a seguir é apresentado o conjunto de questões que estruturam cada componente do questionário. Opta-se por não apresentar as opções de respostas contidas nas questões fechadas por entender que, para esta explanação, ir a este detalhamento não seria necessário⁸¹.

Quadro 1 – Questionário: Componentes e Questões

0. Identificação
0.1-Número de questionário 0.2- Suas atividades de trabalho estão relacionadas com as atividades de outros trabalhadores? 0.3- Faixa etária (intervalo) 0.4- Sexo: 0.5- Tempo na organização:
I – Situação no trabalho
1.1- Indique o seu vínculo contratual quando começou a trabalhar nesta organização e vínculo atual: 1.2- Indique a sua posição hierárquica quando começou a trabalhar nesta organização e situação atual: 1.3- Em média, qual o número de horas de trabalho semanais? 1.4-A equipe de trabalho imediata em que participa é constituída por quantos trabalhadores? 1.4.1 – Por favor, informe o cargo e o tipo de formação escolar de cada profissional de sua equipe de trabalho e, se não souber, coloque um traço no espaço.
II – Trajetória profissional
2.1-As suas tarefas nesta organização mudaram nos últimos 3 a 4 anos? 2.2- Quando iniciou seu trabalho nesta organização, as tarefas que lhe atribuíram já estavam previamente definidas? 2.3-As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas por você? 2.3.1-As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas com você? 2.3.2-As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas por sua equipe de trabalho? 2.4- Antes de ter começado a trabalhar nesta organização, teve outros vínculos de trabalho com outras organizações?
III – Formação Escolar e Profissional
3.1- Por favor, preencha o quadro que se segue, indicando qual é a sua trajetória de formação escolar, profissional e complementar, indicando o tipo de formação, a instituição em que

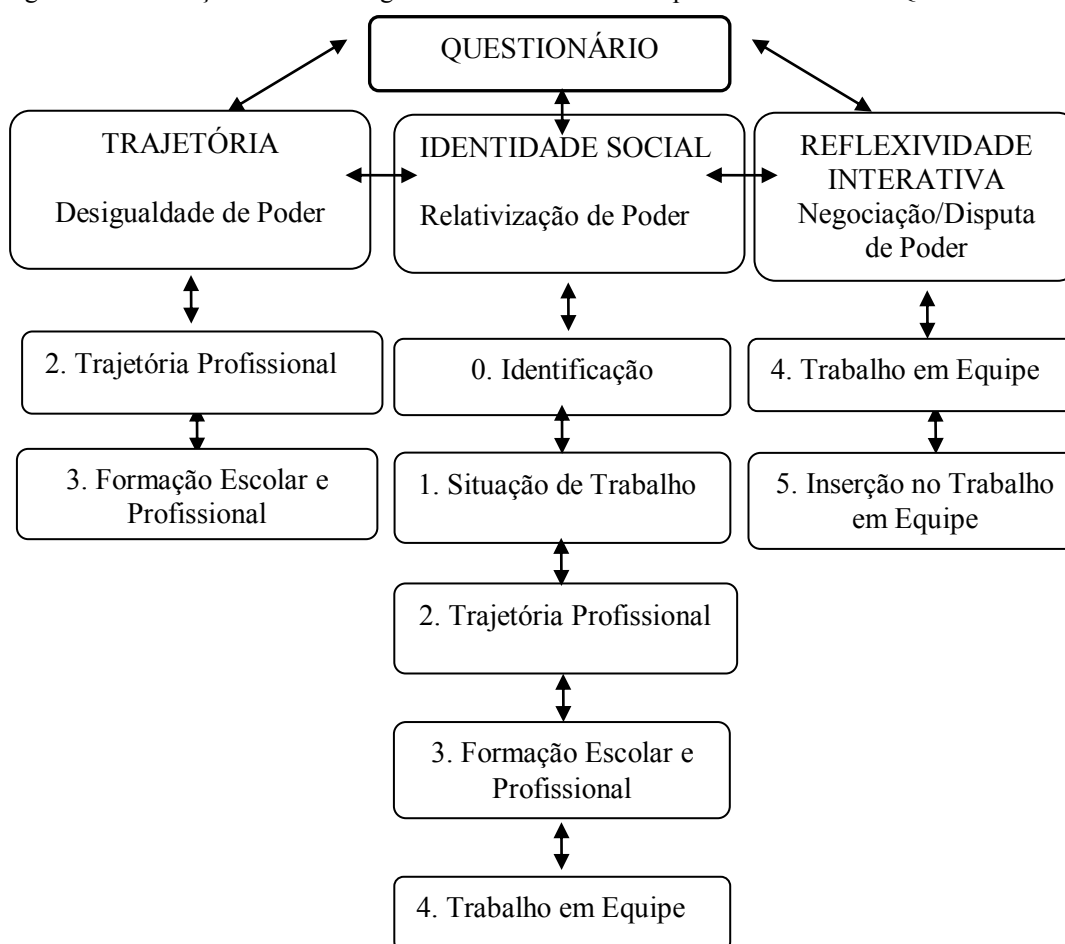
⁸¹ A íntegra deste questionário adaptado se encontra no Anexo 4 – Adaptação do “Documento de Trabalho Nº 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”: Questionário – 2014, deste estudo.

<p>realizou esta formação e o ano em que a concluiu.</p> <p>3.2- Qual foi o tempo de espera entre a conclusão da sua formação no Ensino Médio (antigo 2º grau) e o seu primeiro contrato de trabalho?</p> <p>3.2.1- Qual foi o tempo de espera entre a conclusão da sua formação Técnica e o seu trabalho nesta instituição?</p> <p>3.2.2- Qual foi o tempo de espera entre a conclusão da sua formação Superior e o seu trabalho nesta instituição?</p> <p>3.3- Caso você tenha feito formação Técnica Profissionalizante (Curso Técnico) o trabalho que realiza atualmente nesta organização corresponde àquilo que esperava vir a fazer quando concluiu esta formação?</p> <p>3.3.1 - Caso você tenha feito formação Superior o trabalho que realiza atualmente nesta organização corresponde àquilo que esperava vir a fazer quando concluiu esta formação?</p> <p>3.4-Aquilo que aprendeu no decorrer de sua formação tem sido útil às tarefas que tem desempenhado ao longo da sua carreira?</p> <p>3.4- Aquilo que aprendeu fora de sua formação em instituições de ensino tem sido útil às tarefas que tem desempenhado ao longo da sua carreira?</p>
<p>IV– Trabalho em equipe</p>
<p>4.1-Em que grau de frequência suas tarefas individuais podem ser qualificadas como:</p> <p>4.2- No trabalho em equipe, a sua contribuição poderá ser identificada como sendo, sobretudo, de:</p> <p>4.3-Quais as tarefas que, comparativamente, você mais realiza no trabalho em que faz parte?</p> <p>4.4- Qual o seu nível de planejamento no que se refere as atividades a seguir:</p> <p>4.5- No que se refere à frequência da atividade cotidiana da equipe de trabalho, avalie o seu grau nos seguintes aspectos:</p> <p>4.6- Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, pela chefia do setor:</p> <p>4.6.1- Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, pela chefia imediata:</p> <p>4.6.2- Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, pela equipe de trabalho:</p> <p>4.6.3 - Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, por você:</p>
<p>V– Inserção no trabalho em equipe</p>
<p>5.1- Nas suas tarefas na equipe de trabalho, quais são, comparativamente, os seus interlocutores mais frequentes?</p> <p>5.2- As suas tarefas na equipe de trabalho de que faz parte se encontram pré-definidas ou variam conforme o tipo de problemas/ situações?</p> <p>5.3- Para você o quanto a equipe de trabalho reconhece a importância de sua participação nas seguintes atividades:</p>

Fonte: Adaptação do “Documento de Trabalho N° 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor” de Telmo Caria.

Na Figura 5 – Correlação entre as Categorias de Análise e os Componentes Básicos do Questionário pode ser visualizada a forma como os componentes, acima apresentados, se relacionam com as subcategorias propostas por Caria (2008).

Figura 5 – Correlação entre as Categorias de Análise e os Componentes Básicos do Questionário



Fonte: O autor, 2014.

Entretanto, apenas no Quadro 2 – As Categorias de Análise Predominantes em cada Componente Básico do Questionário é que a proposta de investigação deste estudo é esquematicamente apresentada.

Ao interpretar as subcategorias trajetória, identidade social e reflexividade interativa à luz do método marxista, o quadro abaixo apresenta o que pode ser investigado em cada componente do questionário, correlacionando-os às categorias analíticas. Deste modo, pretende informar como os dados coletados foram tratados.

Quadro 2 - As categorias de Análise Predominantes em cada Componente Básico do Questionário

0- Identificação	1-Situação no Trabalho	2- Trajetória Profissional	3-Formação Escolar e Profissional	4-Trabalho em Equipe	5- Inserção no Trabalho em Equipe
Identidade Social	Identidade Social	Identidade Social	Identidade Social	Identidade Social	Identidade Social
		Trajetória	Trajetória		
				Reflexividade Interativa	Reflexividade Interativa
		Autonomia	Autonomia	Autonomia	Autonomia
			Formação Humana		
				Práxis Revolucionária	Práxis Revolucionária
Trabalho em Equipe (auto-organização)	Trabalho em Equipe (auto-organização)	Trabalho em Equipe (auto-organização)		Trabalho em Equipe (auto-organização)	Trabalho em Equipe (auto-organização)
				Trabalho Coletivo	Trabalho Coletivo
			Sujeitos Coletivos	Sujeitos Coletivos	Sujeitos Coletivos
				Disputa de interesses	Disputa de interesses

Fonte: O autor, 2014.

Destaca-se ainda que, apesar da apresentação das categorias no quadro acima não informar seus correspondentes pares dialéticos, as mesmas serão tratadas neste contexto, condição essencial para a compreensão das contradições presentes nas múltiplas determinações do fenômeno estudado.

Em resumo, o desenvolvimento destas categorias para potencializar o instrumento de pesquisa pretende contribuir analiticamente para a investigação da cultura profissional do trabalho técnico em gestão em saúde.

Deste modo, no bloco a seguir é apresentada a materialização deste debate na forma de uma proposta de historiografia da cultura profissional do trabalhador técnico em saúde.

Uma ressalva ainda precisa ser feita: a dimensão da organização política destes sujeitos não consta da versão original e nem das adaptações feitas no questionário. A proposta inicial deste estudo pressupunha grupos focais e entrevistas, o que permitiria a investigação desta dimensão social. Entretanto, por questões já explicitadas anteriormente, as etapas seguintes não farão parte do escopo do presente estudo. Considera-se, de antemão, que se trata de uma dimensão que não deve ser negligenciada nas etapas posteriores do presente estudo.

4 PRIMEIROS CONTORNOS DE UMA PROPOSTA DE HISTORIOGRAFIA A PARTIR DA DIMENSÃO CULTURAL DO TRABALHO TÉCNICO EM GESTÃO EM SAÚDE: NOTAS PRELIMINARES

Este bloco tem como objetivo analisar os resultados do trabalho empírico no processo de validação do instrumento de pesquisa – questionário semiaberto. A utilização desse instrumento, como um primeiro momento de aproximação com o grupo profissional pesquisado, teve como horizonte construir uma trajetória investigativa que pudesse auxiliar na construção de uma narrativa sobre estes trabalhadores a partir de suas próprias experiências produtivas.

Neste sentido, entende-se que a discussão até agora apresentada teve como finalidade discorrer sobre os argumentos que justificaram a necessidade de se compreender a problemática deste trabalho sob a perspectiva dos trabalhadores. Reforça-se mais uma vez a defesa de que sua história não pode ser contada somente a partir de uma visão de fora, mas contada por eles sobre eles, como protagonistas de suas próprias experiências.

Deste modo, quando este estudo se compromete a escrever uma proposta de historiografia⁸² a partir da dimensão cultural do trabalho desse grupo entende que o ponto central deste processo é investigar como estes sujeitos compreendem a realidade em que vivem, quais trajetórias os levam a este lugar, quais os laços identitários os unem enquanto grupo, assim como quais são seus espaços de decisão e de elaboração crítica das questões que atravessam seu cotidiano laboral (reflexividade). Estes fatores conformam, em grande medida, a forma de trabalhar destes sujeitos neste dado momento histórico.

É importante destacar que não se desconhece a necessidade de recorrer aos conhecimentos anteriores produzidos sobre este grupo. Neste sentido, nos concentramos em apresentar uma síntese das principais contribuições de Abrahão (2005), Vieira (2005), Freitas *et al* (2009), Santiago (2010), Moratori (2010), Xavier (2012) e Castro *et al* (2013), os quais nos permitem contextualizar a problemática em torno deste grupo profissional.

Para o escopo desta pesquisa dedicou-se a proceder a descrição, a análise e a síntese tanto do processo de organização e aplicação do instrumento, quanto dos dados obtidos na pesquisa. De antemão, entende-se que os resultados obtidos são indicativos da realidade pesquisada, já que se trata de uma primeira aproximação sobre este grupo.

⁸² Sobre este ponto verificar o item 1.2- “Notas sobre a historiografia da classe trabalhadora”, no bloco 1- “Uma reflexão sobre o conceito de cultura: a experiência humana no contexto do trabalho”, deste estudo.

4.1 Questões principais sobre o trabalho técnico em gestão em saúde

De um modo geral, Lima *et al* (2003,2004), Abrahão (2005), Vieira (2005), Freitas *et al* (2009), Santiago (2010), Moratori (2010), Xavier (2012) e Castro *et al* (2013) destacam a necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre os trabalhadores técnicos em saúde pública, já que estes representam um contingente expressivo, estando inseridos em diversos setores destas instituições.

De acordo com dados apresentados por Vieira (2005), no período entre 1978 e 2002, esses trabalhadores representavam mais de 50% dos postos de trabalho nos serviços de saúde.

Na especificidade do trabalho técnico, em funções administrativas, tanto Vieira (2005) quanto Xavier (2012) destacam que, se tomarmos como referência o ano de 2002, trata-se de 25 a 27% do total de trabalhadores em saúde.

Ao fazer este mapeamento, as autoras se deparam com um cenário de ocupações técnicas pouco regulamentadas, com baixo investimento em qualificações, assim como a educação formal desses trabalhadores não se refere a uma formação profissional no campo da gestão, mas esta vai sendo construída no decorrer de sua vivência laboral.

Neste mesmo sentido, Santiago (2010) aponta que essa falta de profissionalização se constitui como regra, sendo assim residuais aqueles que possuem formação de técnicos em administração e/ou gestão/gerência em saúde.

No que se refere à discussão sobre esta formação profissional, Lima *et al* (2003) destacam que 80,6% das instituições de ensino que a oferecem são privadas, estando sua imensa maioria (70,4%) concentrada na região Sudeste. Se tomarmos como base o ano de 2001, o total de cursos profissionais em saúde era de 1201 cursos, sendo 18 destes na subárea gestão⁸³.

No âmbito das instituições formativas públicas, os cursos da subárea gestão estão subdivididos em: Técnico em Administração Hospitalar (8 cursos); Técnico em Registro e Informação em Saúde (5 cursos) e, recortando apenas para os cursos em cuja nomenclatura se encontra a palavra gestão, ou seja, Técnico em Gestão de Serviço de Saúde, foram encontradas (3) três escolas que oferecem esta modalidade de ensino (OBSERVATÓRIO DOS TECNICOS EM SAÚDE, 2006).

⁸³ A classificação feita na subárea gestão em saúde admite cursos de administração hospitalar e de informação e registro.

Segundo Lima *et al* (2004) é o setor público que oferece a maioria dos cursos na área de gestão. Entretanto, a análise mais apurada desta informação esbarra na inexistência, via formulário do Censo 2001/2, de uma classificação prévia deste tipo de curso, o que permite relacioná-lo a uma extensa lista de cursos caracterizados como indefinidos ou ignorados.

Sobre esta questão vale destacar, ainda, que em 2008, a discussão em torno organização e classificação da educação profissional no Brasil, articulada pelo Ministério da Educação – MEC, culmina na reformulação do “Catálogo Nacional de Cursos Técnicos”, lançado em julho do referido ano. Como resultado deste debate o país saiu, em 2007, de 2.773 diferentes nomes de cursos profissionalizantes, para 185 especializações técnicas (CHAGAS *apud* EPSJV, 2008).

Este grupo de trabalho realizou uma organização da educação profissional e tecnológica em 12 eixos, a saber: 1) ambiente, saúde e segurança; 2) apoio educacional; 3) controle e processos industriais; 4) *gestão* e negócios; 5) hospitalidade e lazer; 6) informação e comunicação; 7) infraestrutura; 8) militar; 9) produção alimentícia; 10) produção cultural e design; 11) produção industrial; e 12) recursos naturais.

Para o setor saúde, e mais especificamente para a gestão em saúde, este debate gerou alguns impasses ocasionando, dentre outras coisas, a substituição da nomenclatura do Curso Técnico em *Gestão* em Serviços de Saúde, para a de Curso Técnico em *Gerência* em Serviços de Saúde.

A justificativa defendida para esta mudança se baseou no entendimento da maioria das pessoas que compunham o grupo de trabalho responsável por esta discussão, de que o termo *gestão* estaria mais associado à formação superior, e o termo *gerência* para a formação de nível técnico. Esta mudança, entretanto, não ocorreu sem resistências. Houve sujeitos que defendiam argumentações contrárias a esta alteração, pois destacavam que este processo reafirmava um caráter mais executivo do que de planejamento para esta formação técnica, a qual não condiz com os desafios enfrentados por estes trabalhadores na construção e defesa dos interesses da saúde pública.

Estas questões demarcaram um lugar subordinado da subárea gestão na formação profissional em saúde, caracterizando o baixo reconhecimento de seu papel como algo estratégico para o setor. Um outro aspecto desta mesma realidade se refere à disputa pelo emprego da terminologia mais adequada de acordo com o grupo profissional a que se dirige, caracterizando as questões políticas e ideológicas que subjazem a esta discussão. Deste modo, majoritariamente, o lugar administrativo, condicionado à lógica da gerência é entendido como

espaço de execução técnica de tarefas e por isso com pouca necessidade de formação contextualizada.

Entretanto, este cenário não representa uma novidade nas instituições públicas de saúde. Isso pode ser verificado quando observa-se a composição dos cargos que estruturam os organogramas dos referidos serviços, sobre o que Vieira (2005), Santiago (2010) e Xavier (2012) enfatizam que o cargo de “Técnico em Gestão” não existe para o SUS, tratando-se de trabalhadores que ocupam o cargo de “Agente Administrativo”, dos quais se exige o ensino médio completo, mas não se exige qualificação específica para o referido trabalho.

Os autores acima evidenciam que o baixo reconhecimento destes trabalhadores como força de trabalho estratégica para o SUS se relaciona com um escasso conjunto de políticas de qualificação desses sujeitos no interior das instituições públicas sanitárias. O que se encontra, majoritariamente, são políticas de qualificação voltadas para os trabalhadores ligados à atenção em saúde (atividades finalísticas). As atividades administrativas, seja na lógica da gestão caracterizada por funções técnicas num contexto de autonomia destes trabalhadores para interferirem em seus processos de trabalho, seja na lógica da gerência, pela qual estes trabalhadores são vistos como executores de determinações superiores com baixa autonomia laboral, ambas não são foco dessas políticas. O baixo reconhecimento da importância de seu trabalho para a garantia da qualidade dos serviços prestados e o escasso investimento em sua qualificação, no entanto, não os exime de serem responsabilizados por muitos dos entraves do funcionamento do sistema.

Ao buscar caracterizar as atividades desempenhadas por estes trabalhadores, Vieira (2005, p.81) destaca que o “[...] subgrupo denominado técnico-administrativo foi o mais atingido pela evolução que tem conduzido à racionalização das tarefas administrativas e à sua informatização e automatização”, ou seja, um trabalho que vem incorporando à sua organização e funcionamento tradicionais as transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas.

Neste sentido, Santiago (2010) destaca que esta incorporação tecnológica aos processos de trabalho dos agentes administrativos nas instituições públicas de saúde não rompe com os pressupostos do modelo gerencial taylorista/fordista que tem historicamente estruturado seu trabalho. Deste modo, ainda persiste a separação entre planejamento e execução, demarcando para estes sujeitos possibilidades mínimas de intervenção autônoma em suas atividades cotidianas.

O autor destaca ainda que as dificuldades encontradas referem-se, também, a

[...] estratégias de reorganização do sistema de saúde, em função das mudanças de cunho político e ideológico marcados por seus pressupostos organizacionais, pois não se tratava meramente de discutir a gestão pela lógica, pura e simplesmente, da administração dos serviços, mas de situar os novos sentidos embutidos na perspectiva de estruturação de um sistema com aquelas finalidades proposta pelo SUS (SANTIAGO, 2010, p.176).

Ou seja, um trabalho que se constitui num cenário de disputas entre a consolidação e o aprofundamento do direito à saúde pública universal, através do Sistema Único de Saúde – SUS, diante de um cenário de aprofundamento de políticas econômicas neoliberais⁸⁴.

Aliás, o projeto em torno da saúde como direito já nasce, em meados da década de 70, num contexto de crise econômica e desgaste do governo civil militar⁸⁵. Emerge como uma conjunção de movimentos sociais em torno de um projeto de Reforma Sanitária Brasileira – RSB, tendo como pauta de luta a transformação da realidade social vigente. O que se perseguia era a construção de uma outra cidadania para a população brasileira, utilizando-se da reconceitualização da saúde⁸⁶ como via de estruturação de um projeto com centralidade social.

Este movimento, associado às demais forças sociais organizadas no seio da sociedade civil, naquele momento, acabou pressionando o Estado em direção à redemocratização. Entretanto, na correlação de forças em disputa no estado democrático recém instituído no país, ganharam-se algumas lutas e paralisaram-se outras. Como ganho principal foram criadas as Leis Orgânicas da Saúde, reconhecendo-se na Constituição de 1988 a saúde como um direito de todos e um dever do Estado. No que se referem às perdas, duas questões são determinantes e centrais, ou seja, a permissão de participação, de forma complementar, da iniciativa privada na garantia desse direito, assim como a indefinição das fontes de financiamento para o sistema. Essas questões já apontavam as brechas sob as quais as políticas neoliberais que foram sendo implementadas, principalmente, a partir década de 90, poderiam interferir no sentido de entrave do sistema (BRASIL, 1988; 1990a; 1990b).

⁸⁴ Sobre este ponto vem em Matta & Lima (2008) e Iamamoto (2008).

⁸⁵ Para um maior detalhamento deste processo ver em Paim (2008).

⁸⁶ Essa reconceitualização reconhece a saúde a partir de seus determinantes sociais, ou seja, saúde não é ausência de doença, mas sim resultante das condições de existência, tanto no que diz respeito a vida biológica, quanto às questões sociais e culturais de cada povo. Deste modo, saúde é resultante das relações que os homens estabelecem no cotidiano de suas vidas, nas suas relações com o meio em que se encontram inseridos, assim como, da relação com a produção de sua existência mediante o trabalho. A saúde pressupõe condições dignas de vida, de moradia, de emprego, de educação, de lazer, de saneamento, de renda, etc. Implica então, em um outro projeto de organização e funcionamento da sociedade que não se compatibiliza com o projeto autoritário e excludente do governo militar (PAIM, 2008).

Em resumo, Paim (2008) destaca que a criação do SUS, como sistema universal de saúde, foi desde o seu nascimento boicotado pelo próprio modelo de sociedade que se instaurava na realidade brasileira no final da década de 80 e início de 90. O subfinanciamento do sistema é, para o referido autor, um ponto nodal construído pelas forças políticas e econômicas atuantes naquele momento para limitar a consolidação da saúde como direito garantido na carta constitucional.

Esta é a trajetória que conformou e conforma o trabalho do técnico em gestão em saúde, inclusive nos tempos atuais. O que se observa frequentemente, é que este trabalho vai se transformando mediado pela incorporação de novos aparatos técnicos e tecnológicos, porém não o faz para romper com seus fundamentos ideológicos. Muito pelo contrário, esta incorporação associada à precária qualificação destes sujeitos mistificam o entendimento das disputas políticas e econômicas que se processam em seu seio e ratificam sua baixa autonomia frente às mudanças necessárias para a efetividade do sistema (SANTIAGO, 2010).

Uma outra questão central a ser destacada se refere à inserção no serviço público do grupo pesquisado. Neste sentido, Vieira (2005) observa que se trata mais de aproveitar uma oportunidade oferecida no âmbito do mercado de trabalho do que uma questão de vocação ou ideal desses sujeitos. Esse fato se relaciona diretamente com a constituição de trajetórias formativas e profissionais que não facilitam a construção de um projeto de trabalho comum, com identidade que caracterize o grupo, mediante projetos profissionais definidos dentro dos espaços institucionais. Isso se relaciona diretamente com as possibilidades e com as limitações presentes nos processos de luta e de reconhecimento destes trabalhadores nos serviços de saúde.

Os estudos de Xavier (2012) vão ao encontro desta problemática, destacando a existência de formas distintas de inserção, tanto no que se refere às suas trajetórias, quanto às razões de suas inserções. Neste sentido, destaca que há casos em que os trabalhadores optam por este trabalho por lhes parecer mais conveniente e/ou porque o pré-requisito de ingresso coincide com seu nível de formação escolar. Em outros, no entanto, trata-se de trabalhadores que, ao ficarem desempregados, independentemente de sua formação escolar, buscaram neste posto de trabalho a alternativa para as dificuldades encontradas no mercado.

No entanto, o foco de interesse do autor acima citado, são os trabalhadores que se inseriram na instituição por ele pesquisada logo após o término de sua vida estudantil, assim como aqueles que fazem carreira na instituição a que ela se refere. O cenário encontrado é de um grupo caracterizado por trajetórias e interesses distintos, tanto para aqueles que têm uma permanência transitória neste trabalho, quanto para aqueles que permanecerão neste cargo

público. Para Xavier (2012), as ações destes trabalhadores são pulverizadas no espaço institucional, ocasionando a dificuldade de construção de reconhecimento de seu trabalho, associado à ausência de identidade ocupacional para este grupo e, conseqüentemente, a inexistência de uma representação que defenda os seus interesses.

Em resumo, o levantamento destas questões nos permite mais uma concordância com as conclusões de Vieira, em 2005. Naquele trabalho, a autora destacou a existência de uma separação entre estes trabalhadores e seu trabalho e defendeu que para religá-los é necessária a reinvenção do trabalho administrativo na lógica de constituição da saúde como direito universal. Em outras palavras, no sentido dado a este trabalho na lógica da gestão em saúde, acima explicitado.

Neste contexto, Vieira destacou a necessidade, dentre outros aspectos, de criação de alternativas de qualificação “[...] a partir da elaboração de projetos de trabalho e/ou propostas de investigação construídas pelos próprios trabalhadores” (VIEIRA, 2005, p.144). Deste modo, a construção de alternativas partiria desses sujeitos e a percepção cada vez mais apurada das contradições que eles vivenciam poderia construir sua identidade e reconhecimento institucional sob novas bases.

Então, ao buscar descrever os primeiros contornos de uma proposta de historiografia, a partir da dimensão cultural do trabalho técnico do referido grupo profissional, este estudo pretendeu captar a forma como estes sujeitos compreendem e lidam com estas questões e contradições que perpassam suas experiências profissionais.

Ao realizar este trabalho, este estudo buscou contribuir com o aprofundamento dos conhecimentos em torno desta problemática defendendo ser este um caminho possível para que se possa avançar naquilo que Gramsci (1978) chamou de elevação intelectual e cultural das massas a ponto de que ela tenha condições de entender as contradições que estruturam o seu tempo histórico e organizar forças sociais e políticas para construir uma transformação que lhes favoreça.

Se o horizonte é a transformação, é na concretude objetiva e subjetiva da vida dos homens que se tecem as suas possibilidades e limitações.

4.2 O percurso da pesquisa de campo: descrevendo os caminhos para se chegar ao grupo profissional do trabalho técnico em gestão em saúde

Tal como já foi destacado anteriormente, o trabalho de campo deste estudo sofreu alterações em seu projeto original, principalmente em decorrência das limitações de tempo ocasionadas pelo longo processo de aprovação deste projeto pelos Comitês de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) das instituições envolvidas.

Estes fatos implicaram em um recorte do trabalho empírico, de modo que o escopo possível foi a aproximação com o grupo profissional que se pretende investigar através do instrumento de pesquisa “questionário”.

Seguindo os condicionantes do CEP da instituição visitada, o primeiro contato com os sujeitos desta investigação foi através de sua chefia imediata. Naquele contexto, foi possível mapear, a partir de documentos institucionais, os setores onde se encontravam os trabalhadores de nível médio que atuam no campo da gestão em saúde do referido serviço.

É necessário destacar que, assim como nas pesquisas referidas no item anterior, na instituição pesquisada, estes trabalhadores são encontrados sob o cargo de “Agentes Administrativos”, tendo como requisito central de sua inserção a finalização do ensino médio, sem a necessidade de uma formação profissional específica para a sua atuação.

Esses trabalhadores possuem tanto o vínculo estável caracterizado por sua inserção mediante concurso público, quanto vínculo instável, caracterizado por processos variados de terceirização. Eles representam um total de 10,7% de trabalhadores no âmbito institucional, sendo praticamente metade do grupo composto por servidores públicos e a outra metade por terceirizados. O Quadro 3 – Mapa Quantitativo dos Trabalhadores da Instituição Pesquisada – Junho de 2014, a seguir, apresenta este panorama institucional.

Quadro 3 – Mapa Quantitativo dos Trabalhadores da Instituição Pesquisada – Junho de 2014.

Vínculos de Trabalho	Nº Geral de Trabalhadores	Nº de Agentes Administrativos
Contrato Temporário pela União	56	-
Estagiários	102	-
Fundação	64	-
Instituto	259	9
Servidor Público	2938	199
Servidor Público -cedidos	12	-
Servidor Público - outra instituição	66	-
Servidor Público – cedido de outra esfera	39	2

governamental		
Terceirizados	326	205
Totais	3862	415
Percentual	100%	10,7%

Fonte: Documentação institucional acessada através da Diretoria de Recursos Humanos da instituição pesquisada - 2014.

Esses trabalhadores se encontram inseridos nos mais diversos setores institucionais, caracterizando-se, majoritariamente, por se estruturarem em pequenos grupos e/ou trabalhadores únicos em determinados espaços – serviços, setores, seções, departamentos, etc. O que pode ser notado no Quadro 4 – Mapa de Distribuição dos Agentes Administrativos na Instituição Pesquisada – Junho de 2014, a seguir.

Quadro 4 – Mapa de Distribuição dos Agentes Administrativos na Instituição Pesquisada – Junho de 2014.

Locais de Trabalho	Nº de Trabalhadores	Grupo Pesquisado	Nº de Trabalhadores
Central de Esterilização de Material	01	Divisão de Gestão de Pessoas	04
Comissão de Controle de Infecção Hospitalar	01	Serviço de Desenvolvimento de Pessoas	02
Comissão de Revisão de Óbitos	01	Serviço de Pessoal – SP	04
Comissão de Suporte Nutricional	01	SP – Seção de Cadastro e Lotação (SCL)	10
Comitê de Ética em Pesquisa	01	SP (SCL) – Setor de Frequência	07
Centro de Tratamento Intensivo – CTI Geral	01	SP - Seção de Conc. e Man. de Apos e Pensões	13
Divisão Administrativa	03	SP - Seção de Contr. de Pagamento de Pessoal	05
Divisão de Ensino e Pesquisas	03	SP – Seção de Legislação de Pessoal	04
Divisão Médico Assistencial	01	Serviço de Procedimento Disciplinar	06
Gerência de Risco	01	Saúde do Trabalhador	01
Laboratório Central	05		
Licença sem vencimentos	02		
Plantão Interno	05		
Serviço de Arquivo Médico	06		
Seção de Controle de AIH	06		
Seção de Estatística	02		
Seção de Identificação e Registro	01		
Serviço de Anatomia Patológica	05		
Serviço de Cirurgia Pediátrica	01		
Serviço de Cirurgia Torácica	01		
Serviço de Cirurgia Vascular	01		
Serviço de Clínica Médica	05		
Serviço de Docum. e Estat. Médicas	01		
Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias	02		
Serviço de Educação Continuada	01		
Serviço de Engenharia	01		
Serviço de Execução e Acompanhamento de Contratos	02		
Serviço de Farmácia	04		
Serviço de Fisioterapia	01		
Serviço de Geriatria	01		
Serviço de Ginecologia	01		
Serviço de Hemoterapia	06		
Serviço de Hotelaria e Infra Estrutura	10		
Serviço de Informática	03		
Serviço de Internação e Alta Hospitalar	08		
Serviço de Licitações	02		
Serviço de Medicina Física e Reabilitação	01		
Serviço de Medicina Nuclear	02		
Serviço de Neurocirurgia	01		
Serviço de Neurologia	02		
Serviço de Nutrição	04		
Serviço de Odontologia	02		
Serviço de Oftalmologia	02		
Serviço de Oncologia	01		

Serviço de Orçamentos e Finanças	03		
Serviço de Ortopedia	01		
Serviço de Patrimônio	02		
Serviço de Pediatria	01		
Serviço de Proctologia	01		
Serviço de Protocolo	02		
Serviço de Psicologia	03		
Serviço de Radiologia	02		
Serviço de Suprimento	05		
Serviço de Urologia	02		
Serviço de UTI - Neonatal	02		
Serviço Social	03		
Unidade Materno Fetal	01		
UPE	12		
58	151	10	56

Fonte: Documentação institucional acessada através da Diretoria de Recursos Humanos da instituição pesquisada - 2014.

Como o objeto deste estudo é a dimensão cultural do trabalho deste grupo, optou-se por buscar dentro do corpo institucional um setor onde se pudesse ter um quantitativo mais expressivo desses trabalhadores interagindo cotidianamente em seus processos de trabalho. A opção foi o grupo profissional envolvido nas atividades do Serviço de Pessoal - SP, com aproximadamente 43 trabalhadores envolvidos nos processos de gestão do trabalho em saúde no âmbito institucional⁸⁷.

Como uma primeira estratégia de aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, foi acordada com a chefia geral do referido grupo a realização de reunião com a presença de oito (8) trabalhadores que ocupam as funções de chefias e subchefias de cada Seção e Setor que compõem o Serviço de Pessoal. O propósito desta estratégia foi apresentar a pesquisa, seus objetivos, os procedimentos metodológicos e o escopo do estudo, a fim de esclarecer dúvidas e, a partir disso, convidá-los a participarem do estudo.

Foi interessante notar que ao apresentar que o ponto central da pesquisa era estudar a dimensão cultural do trabalho realizado por eles, assim como retratar esta dimensão a partir de seus próprios relatos, destacando que a pesquisa buscava descrever suas trajetórias formativas e profissionais, sua identidade enquanto grupo e aspectos que dizem respeito à forma como interagem nos seus processos de trabalho, a questão central levantada por um deles e apoiada por todo o grupo foi que este assunto iria esbarrar em questões sobre o exercício do poder nos serviços de saúde.

Um dos sujeitos afirmou que “as relações de poder são verticais nas instituições públicas, o que dificulta o trabalho cotidiano”. Sua opinião indica representar o entendimento dos demais participantes, a exemplo da expressão dita por um deles de que “é a direção quem manda”, sugerindo tratar-se da percepção de esvaziamento de poder dos demais trabalhadores

⁸⁷ Para um melhor detalhamento deste contexto ver em Quadro 4 – Mapa de Distribuição dos Agentes Administrativos na Instituição Pesquisada – Junho de 2014.

frente à direção, assim como da existência de um poder que se concentra na figura do trabalhador que ocupa tal direção.

Ao final da reunião, um fato ocorrido necessita ser relatado: um dos integrantes afirmou não ter interesse em participar da pesquisa. Naquele momento, a chefia geral solicitou ao conjunto dos trabalhadores que estavam na reunião, uma lista com uma escala para que os trabalhadores pudessem ser liberados para responder ao questionário, afirmando que considerava interessante que todos pudessem participar.

É importante destacar que naquele momento, esta determinação não teve nem apoio nem a recusa da pesquisadora, optando-se por manter-se o mais afastada possível daquela dinâmica interativa. Esta lista não foi entregue e nem foi solicitada pela pesquisadora nos dias destinados à pesquisa.

O incômodo com as questões levantadas na reunião levou a pesquisadora a pactuar com aqueles sujeitos que a instituição seria mantida em sigilo na apresentação dos resultados do estudo, buscando-se garantir, assim, uma maior adesão à pesquisa. Destacou-se que os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa garantiam o anonimato e o sigilo quanto aos participantes e que os dados não seriam analisados como resultados individuais, mas tratados como um consolidado das respostas do grupo. Enfatizou-se que a finalidade central era verificar a pertinência do instrumento para compreensão da dimensão cultural do trabalho do Agente Administrativo.

Tendo como referência do grupo profissional escolhido o quantitativo de aproximadamente 43 sujeitos, reservou-se uma sala, no período de dois dias úteis, das 09 às 16 horas, no centro de estudos da instituição pesquisada, localizada no espaço institucional, porém algo distante do ambiente de trabalho do referido grupo, para a aplicação do questionário.

No primeiro dia compareceram 08 respondentes, sendo que os primeiros a chegarem eram chefias das seções e/ou setores pesquisados. No segundo dia, dada à baixa adesão de participação na pesquisa, optou-se por retornar aos setores e seções convidadas reforçando o convite e esclarecendo os aspectos referentes aos procedimentos adotados no estudo. Neste dia compareceram, também, 08 respondentes, assim como no primeiro dia, os primeiros respondentes eram as chefias do referido grupo. O total de respondentes foi, então, de 16 sujeitos representando 37,2% do grupo previsto inicialmente para a pesquisa.

O tempo médio de respostas foi de 42 minutos e um dos sujeitos desistiu de participar no decorrer do processo (Vide Anexo 5 – Mapa de Respondentes do Questionário-2014).

A dinâmica da pesquisa de campo demandou o interesse da pesquisadora em realizar um grupo focal que pudesse discutir as impressões dos respondentes tanto com relação ao questionário e a sua participação neste estudo, quanto as questões suscitadas sobre o seu cotidiano de trabalho. Quando no segundo dia esta opção foi apresentada, houve interesse em participar, sendo solicitado que este grupo focal fosse realizado no momento em que os dados já estivessem compilados e que pudessem ser apresentados e discutidos com eles. Entretanto, em função da redução dos prazos da pesquisa - decorrente da longa espera pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP, como também dos prazos para a defesa da instituição formadora - não foi possível realizar esta etapa do trabalho empírico. Ressalta-se, no entanto, que esta será, posteriormente, realizada e seus resultados apresentados nos trabalhos futuros desta pesquisa.

4.3 Os contornos da proposta de historiografia: os resultados do trabalho de campo

O trabalho de campo envolveu trabalhadores que ocupam o cargo de “Agente Administrativo” em uma instituição pública de saúde, no Estado do Rio de Janeiro. A equipe de trabalho do qual fazem parte é a do “Serviço de Pessoal”, sendo a mesma subdividida em seções e setores, havendo, para cada uma destas subdivisões, chefias e subchefias. A equipe completa possui aproximadamente 43 trabalhadores e dentro deste total, 16 participaram deste estudo e são as suas respostas que permitiram a discussão apresentada a seguir.

Os trabalhadores pesquisados são, atualmente, todos servidores públicos submetidos ao Regime Jurídico Único – RJU; ou seja, possuem vínculo estável de trabalho. Quando ingressaram neste serviço, 69% destes servidores já se encontravam submetidos ao referido vínculo em suas atividades laborais, enquanto 25% deles, apesar de terem ingressado como servidores públicos, estavam submetidos à Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT e 6,3% ingressaram mediante terceirizações, também via CLT. Assim, no decorrer da trajetória profissional de 31,3% desses respondentes, a realização de concurso público para a obtenção do vínculo estável através do RJU continuou a ser uma meta perseguida.

Sua faixa etária é de 30 anos de idade ou mais, sendo a mesma proporção entre homens e mulheres. Metade deles tem entre 03 e 08 anos de trabalho na referida instituição e os demais pesquisados mais de 12 anos. Somente um respondente tem menos de 03 anos neste serviço. O grupo é constituído, então, de trabalhadores com significativa experiência

profissional, o que possibilitou supor que o referido grupo já compartilhe de um conjunto de valores e regras de conduta que conformam a dimensão cultural de seu trabalho.

Em decorrência do tempo de serviço e da incorporação dos modos de trabalho institucionalizados, em torno de 40% destes trabalhadores ocupam funções de chefia ou subchefia. Esta trajetória ocorreu, na maioria dos casos, como um processo gradativo, que se deu no decorrer da vivência profissional no referido serviço, pois em 88% dos casos de chefia atual, estes trabalhadores entraram nos setores ou seções do “Serviço de Pessoal” como membros de equipe e só, posteriormente, chegaram a estas funções.

Um outro ponto que se associa ao mesmo argumento se refere ao tempo semanal dedicado ao exercício de suas atividades, posto que 75% deles trabalham em torno de 30 a 40 horas semanais. Isto nos permite concluir que esta atividade profissional ocupa grande parte de sua vida produtiva. De qualquer modo, seria necessário investigar mais detalhadamente os aspectos desta transição de membro de equipe para chefe de setor ou seção, o que nos permitiria compreender mais profundamente aspectos da dimensão cultural do trabalho deste grupo.

Vale acrescentar que a composição e organização de suas equipes imediatas varia expressivamente em termos quantitativos. As menores equipes são compostas por 04 trabalhadores e a maior por 13 sujeitos. Estes dados se associam à afirmação unânime dos respondentes de que seu trabalho se relaciona com o de outros trabalhadores de sua equipe. Este é um aspecto interessante para o entendimento da cultura deste grupo, por nos indicar que há reconhecimento das interconexões existentes entre as atividades que eles realizam.

Em resumo, em termos dos laços identitários, comuns e compartilhados por estes sujeitos, se percebe que estes comungam de vínculos estáveis de trabalho, possuem significativa experiência profissional, tendo em média 7,5 anos de atividades na mesma instituição, trabalham a maior parte de seu tempo produtivo exercendo funções administrativas, assim como se reconhecem como membros de um trabalho que se faz em equipe.

Entretanto, as diferenças começam a surgir quando esses sujeitos se referem à composição de suas equipes imediatas de trabalho, no que tange, principalmente, aos seus processos formativos. Em sua grande maioria, as descreveram como constituída por trabalhadores com nível superior de formação escolar, ainda que a exigência para o cargo de Agente Administrativo não determine este tipo de formação. Ao olharem para as trajetórias formativas dos membros de sua equipe de trabalho, a retratam como formada por administradores e advogados, com os demais membros pulverizando-se em pedagogos,

historiadores, nutricionistas, publicitários, economistas, veterinários, gestores de recursos humanos, fisioterapeutas, químicos, assistentes sociais, jornalistas, psicólogos, biólogos, professores de educação física e de comunicação social. Quanto àqueles reconhecidos como de formações de nível médio de ensino, os respondentes não especificaram a existência de formação profissional técnica para estes membros de sua equipe imediata de trabalho.

Do mesmo modo, ao descreverem suas trajetórias formativas, a retrataram sob as mesmas condições acima destacadas. 88% desses respondentes possuem formação superior, sendo que 25% são administradores e 12,6% fizeram gestão de pessoas, formações que, a princípio, se relacionam mais diretamente ao trabalho realizado no cotidiano.

Tomando novamente como referencial a exigência de formação de nível médio para ocupar o cargo de Agente Administrativo, observa-se que 18,8% desses respondentes já possuíam curso superior antes de sua inserção no serviço e 43,8% o fizeram ou terminaram a sua formação superior no momento em que já estavam inseridos na instituição de saúde. Deste modo, para quase metade desses respondentes, a sua formação superior ocorreu após a inserção no trabalho em saúde. Entretanto, esta formação não está necessariamente vinculada às suas atuais atividades profissionais; ou seja, as escolhas em torno das graduações realizadas indicam se referir mais a um horizonte de atuação vislumbrado por estes sujeitos, como também à consecução de ideais formativos para a satisfação pessoal e/ou reconhecimento social conferido a este nível de formação.

O que se encontra são “Agentes Administrativos” pedagogos, historiadores, fisioterapeutas, jornalistas, advogados, assistentes sociais e de informática⁸⁸, dentre outros. Este fato revela que não se trata de trabalhadores com pouca formação escolar ou ainda que não tenham se qualificado no decorrer de sua trajetória profissional. Entretanto, estas formações, de forma majoritária, não dialogam diretamente com suas atividades cotidianas; ao contrário, pouco se concentram nas discussões que envolvem a problemática sobre o sistema de saúde brasileiro.

As pressões sociais que responsabilizam os indivíduos pela criação das oportunidades de ascensão social tão somente pela via da formação escolar - base da ideologia do capital

⁸⁸ No que se refere à formação superior em Informática o que se verificou no site da instituição indicada pelo respondente foi que o curso superior nesta área é o de Ciências da Computação e para a formação em Informática o que se encontrou foi a existência de curso técnico. Entretanto, por não ser possível verificar sobre qual formação o respondente se referia ao indicar “Informática” foi mantida sua indicação de curso superior compreendendo que se trata de Ciências da Computação e não de Informática.

humano⁸⁹ -, e que, sob estes argumentos não consideram as questões de ordem política e econômica que a estruturam, fazem com que esses sujeitos busquem, individualmente, construir alternativas de continuar avançando nas conquistas possíveis. Deste modo, eles o fazem sob os parâmetros da corporeidade capitalista, que confere a essas lutas um caráter individual, deslocadas de um sentido de pertencimento, de um sentido de classe.

Ainda é possível acrescentar sobre os processos formativos destes respondentes o seguinte: observou-se que 18,8% fizeram uma qualificação profissional em “Gestão Hospitalar” na EPSJV/Fiocruz, instituição pública de pesquisa e ensino a qual tem tradicionalmente investido nas discussões sobre o SUS⁹⁰.

Entretanto, quase a totalidade das formações superiores, tanto no que se referem às graduações quanto às pós-graduações, ocorreu em instituições privadas de ensino, onde o enfoque formativo tecnicista se concentra nos interesses do mercado de trabalho e não nos interesses públicos para a garantia do direito à saúde pública universal.

Neste sentido, investigar as motivações que os levaram a escolher estes cursos superiores, assim como as razões que determinaram esta formação, ajudariam a compreender questões que se referem às trajetórias e à identidade deste grupo.

Destaca-se, ainda que, dentre estes sujeitos, 43,8% fizeram formação de nível médio, sendo que 31,3% deram prosseguimento à formação de nível superior. Dentre aqueles com formação de nível médio, 18,8% informaram que fizeram curso técnico em administração, sendo 12,5% em instituições privadas e 6,3% em instituição pública de ensino. Ou seja, ainda que a exigência para o cargo de “Agente Administrativo” requeira formação de nível médio e a própria lógica de atuação neste trabalho se refira aos conhecimentos implicados nos processos de gestão/administração dos serviços, para este grupo são poucos os que se limitam a esta formação, ou seja, suas qualificações se apresentam superiores, em termos escolares, aos pré-requisitos do cargo.

Todavia, um olhar ainda mais atento às trajetórias formativas destes sujeitos nos aponta que: além de se constituírem de forma muito diversificada e de terem se formado majoritariamente em instituições privadas de ensino, onde as discussões em torno da saúde pública como direito universal não estão em pauta, a própria lógica deste processo formativo determina os limites dos conhecimentos necessários para cada profissão. O que estes

⁸⁹ Sobre esta discussão vem em Frigotto (2011) a problemática em torno das ideologias que encobrem o verdadeiro sentido da Teoria do Capital Humano em tempos de capitalismo tardio.

⁹⁰ Essa qualificação faz parte ações adotadas pela referida instituição, através do Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde que tem tradicionalmente ofertado qualificações para este grupo profissional.

processos apontam é que tanto na formação superior, quanto na formação técnica, o compromisso é com o desenvolvimento profissional pela lógica do mercado. Sob esta ideologia cabe apenas a formação tecnicista e pragmática que disponibiliza níveis diferenciados de ensino na medida dos conhecimentos necessários à incorporação, desenvolvimento e manipulação das inovações tecnológicas.

Em alguns casos, as bases científicas que estruturam estas inovações são relativamente destacadas, vide quando o interesse é aprofundar o seu desenvolvimento. Entretanto, em todos os casos, as questões de cunho político e ideológico que estruturam essas bases não fazem parte do escopo de nenhum nível de formação.

Dito de outro modo, pressupõem-se que os processos formativos destes sujeitos não lhes propiciam a compreensão dos desafios de construção de um direito social sob os avanços da sociedade organizada em torno de interesses econômicos, negando-se assim, a esses sujeitos, a possibilidade de criticar estes direcionamentos. Suas trajetórias formativas demonstram a constituição de uma perspectiva mais individual de busca por melhorias nas condições de vida, refletindo a lógica defendida pela educação privada, cuja ideologia disseminada leva a crer que o esforço pessoal é o que determina as possibilidades de sucesso, o qual, também, é reconhecido individualmente.

Um outro ponto importante para se compreender a trajetória desses respondentes se refere às experiências profissionais que a antecederam. Neste contexto, observou-se que 81,5% desses trabalhadores já possuíam experiência profissional anterior atuando, majoritariamente, no setor privado de trabalho no exercício de funções administrativas.

O tempo médio que passaram trabalhando antes da inserção no serviço de saúde foi de aproximadamente 10 anos, o que nos leva a sugerir que esta alternativa de trabalho foi sendo construída como uma opção no decorrer de suas experiências profissionais. Estes fatos indicam que não se trata, majoritariamente, de escolher este trabalho como aquele que reflete o ideal de profissão para estes respondentes, mas talvez como uma opção possível diante das condições encontradas no mercado de trabalho. Esta observação encontra na fala do Respondente 02 algumas pistas que indicam esta condição, ao afirmar que “Minha formação é na área de educação e procurei trabalhar com educação empresarial, mas não foi possível”.

Do mesmo modo, também há reconhecimento da importância das experiências anteriores para o atual trabalho, o que pode ser verificado nas observações do Respondente 05 ao destacar que “A experiência de trabalho anterior é muito importante. O entendimento das relações de poder e de convivência vão se somando ao longo do tempo e nos tornando mais práticos e produtivos”. Suas observações nos permitem indagar ao menos dois sentidos

subjacentes a ela, a saber: uma maior experiência profissional torna o trabalhador mais apto a reconhecer as tramas de poder que envolvem as relações que se constituem nos serviços de saúde; o reconhecimento destas forças os conformam no sentido de serem mais eficientes para as determinações dadas. De todo modo, compreender essas questões poderia nos permitir indicar se se trata de processos de adaptação ao instituído ou, ao contrário, de processos de construção de autonomia e de defesa dos interesses públicos. Investigá-las poderia também nos ajudar a entender o sentido atribuído por estes trabalhadores às relações de poder que constituem o seu cotidiano laboral, assim como quais são os espaços percebidos de disputas de seus interesses como grupo profissional dos “Agentes Administrativos”; ou ainda, como agentes dos interesses de efetivação do direito à saúde pública universal.

Um outro ponto significativo da trajetória profissional destes sujeitos se refere ao tempo transcorrido entre o final da formação no ensino médio e/ou da formação técnica e sua inserção no referido serviço. Em média, esperaram em torno de 17 anos para se inserirem neste serviço. De outro modo, quando questionados sobre o tempo de espera para a efetivação do seu primeiro contrato de trabalho privado, este foi de apenas 1 ano e 6 meses. Trata-se, então, de um longo percurso transcorrido antes da inserção no serviço de saúde, de modo que os trabalhadores já chegaram com constituída bagagem profissional, muitas vezes em funções administrativas, porém em geral desvinculadas dos serviços públicos de saúde. Estes deram continuidade aos seus processos formativos, mas não em um contexto de problematização das questões que perpassam a saúde pública. Encontram-se, deste modo, num contexto de trabalho contraditório com suas experiências administrativas em serviços privados e parcialmente desvinculados de suas formações superiores.

Estes dados se confirmam tanto para aqueles trabalhadores com formação técnica, dos quais 50% destacam que não percebem correspondência alguma ou quase nenhuma entre seu curso profissionalizante e suas atividades nesta instituição, assim como para aqueles com formação superior, dos quais 44% veem baixa correspondência entre sua formação e aquilo que esperavam fazer após sua conclusão. Sobre estes últimos dados, é importante notar que 25% dos respondentes optaram por não responder a esta questão, o que pode indicar que a baixa correspondência pode ser ainda mais representativa. O Respondente 03 retrata esta situação quando diz que a sua formação e as suas atividades atuais se configuram como “Coisas bem opostas”.

No que se refere ao entendimento de que sua formação corresponde em parte ao que esperava fazer após sua conclusão, o Respondente 05 destaca que “Consigo utilizar algumas ferramentas de gestão de processos, bem como de gestão de RH aprendidas no curso. No

entanto, a faculdade nos prepara para uma empresa privada, com maior flexibilidade de ações”. O Respondente 13 afirmou que “procurei sempre reter e desenvolver o que poderia ser útil, adequando-o ao dia a dia”. Tanto num caso como no outro, a utilização da formação original sugere ser bem parcial, necessitando de ajustes significativos quando confrontados com o cotidiano laboral. De um modo geral, esses dados demonstram a existência de níveis de insatisfação quanto aos processos formativos vivenciados e a prática laboral cotidiana.

Destaca-se, no entanto, que as observações do Respondente 05, quando retrata seu entendimento de que o setor privado permite uma maior flexibilidade de ações, isto é indicativo tanto de uma defesa dos processos de flexibilização laboral, quanto uma crítica ao aparato burocrático que caracteriza, majoritariamente, as instituições públicas.

Apona-se que a ideologia que ampara as estratégias de flexibilização do trabalho, oriundas dos processos de reestruturação produtiva, retratam as formas encontradas pela sociedade capitalista para manter ascendente seus processos de acumulação. Sua justificativa se apoia nas teses que defendiam, frente à crise econômica que caracterizou a década de 70 do século passado, de que a retomada da prosperidade implicava reconhecer o esgotamento do sistema internacional de produção em massa, criando formas de produção variadas, com múltiplos propósitos e trabalhadores polivalentes (CATTANI, 1997). Entretanto, o que não se tratou nestas argumentações foi que estes processos de flexibilização também desembocaram, dentre outros aspectos, na flexibilização dos vínculos trabalhistas, estratégia necessária ao mesmo processo de acumulação econômica.

Assim, ao defenderem a necessidade de se alterar os modos de organização do trabalho, o faz sob a égide dos interesses econômicos, mas dissemina os sentidos da flexibilização como se tratassem dos interesses sociais da maioria. As contribuições de Linhart (2007), Yamamoto (2008), Sennett (2011) etc., esclarecem que, sob a ideologia que subjaz aos processos de flexibilização do trabalho, encontra-se, dentre outros aspectos, a intensificação das fragmentações dos processos de trabalho e o aumento gradativo da fragilização dos trabalhadores, tanto na forma da perda de direitos, quanto na perda de formas de organização coletiva.

Em suma, esse entendimento de valorização dos processos de flexibilização justifica a transposição dos critérios produtivos para todos os setores sociais, inclusive para a saúde, o que implica, também, na afirmação da lógica privada como a mais eficiente para gerir os interesses públicos e a execução prática dos direitos universais.

A disseminação em defesa das formas de flexibilização ou a crítica ao aparato burocrático das instituições públicas são aspectos da realidade atual que mistificam os

interesses econômicos que afetam a vida social. Desvelar as contradições que esses processos embutem não faz parte dos processos formativos tradicionais, muito pelo contrário. O que essas formações propiciam é o encobrimento de que os parâmetros que estruturam as bases do trabalho dos Agentes Administrativos, no âmbito das instituições públicas de saúde, são atravessados por interesses que não lhes favorecem.

Um outro aspecto relativo aos conhecimentos que estruturam a reflexividade interativa desses sujeitos e determinam as formas de agir e pensar no decorrer de sua experiência laboral se refere à utilização do aprendizado adquirido fora das instituições de ensino para o desempenho de suas tarefas. Neste sentido, 81% dos respondentes afirmaram que estes conhecimentos têm sido utilizados de maneira significativa no decorrer de sua vida profissional. Com relação a este ponto, destaca-se que esses sujeitos localizaram os espaços de trabalho anteriores, assim como as relações familiares e a convivência social, como lugares de aprendizado para o trabalho que exercem.

Como destacado, o trabalho em saúde demonstra ser visto pelo grupo como deslocado de suas formações escolares pretéritas, assim como é nas suas experiências anteriores e no seu cotidiano, tanto interno quanto externo ao serviço, que o grupo encontra os conhecimentos mais utilizados no exercício cotidiano de suas funções.

A vida prática destes sujeitos demonstra ser a referência principal para a elaboração e vivência de suas experiências produtivas. Os processos formativos se encontram descontextualizados das dinâmicas laborais e a experiência em contextos anteriores de trabalho, associados à vida prática cotidiana partilhada pela equipe, lhes servem de referenciais para as ações e condutas necessárias ao desenvolvimento das demandas do serviço. Deste modo, o que estes dados indicam é que a práxis desses sujeitos é fortemente utilitária, de modo que a medida de utilização dos conhecimentos adquiridos é a resolução dos problemas encontrados no dia a dia.

Ao retratarem o seu cotidiano laboral, 75% deles afirmam que suas tarefas mudaram parcialmente ou que tiveram poucas alterações no decorrer dos últimos 03 a 04 anos. Ao se referirem a estas mudanças, as localizaram em um contexto de transição da função de membro de equipe para a função de chefia e/ou coordenação do setor ou seção, por um determinado período de tempo. Isto pode ser observado na fala do Respondente 09 que afirma que “Ao assumir a liderança da equipe, tive que mudar de olhar micro para o macro”. De outro modo, quando estas mudanças não se referiam ao caso anterior, estas foram percebidas como a implantação de um novo programa e/ou sistema com aumento das atividades exercidas. Sobre

este último ponto, o Respondente 02, ao afirmar este aumento, destacou, entretanto, que “[...] as características na execução e na visão da organização são as mesmas”.

Assim, estes dados sugerem que mesmo quando se trata da percepção de mudanças no processo de trabalho, estas não se referem à ação e ao planejamento destes trabalhadores, mas sim às circunstâncias advindas do ambiente externo à equipe, vivenciadas, principalmente, quando se introduzem novas tecnologias ou se implantam novos processos no contexto de seu trabalho.

O que foi percebido é que há clareza de que as mudanças não são estruturais, mas apenas incrementam o que já está instituído. Entretanto, suas observações não nos permitiram investigar se há ou não níveis de insatisfação quanto a este processo. O que os dados nos indicam, a princípio, é a legitimação das mudanças sob estes moldes, reforçando processos de adaptação destes trabalhadores às demandas advindas dos escalões superiores da instituição e não à existência de processos autônomos de construção coletiva das formas mais adequadas para se realizar o trabalho diário, ou seja, as mudanças não provêm da dinâmica interna da equipe.

Esta percepção se confirma também quando aproximadamente 69% destes respondentes alegam que ao chegarem no serviço de saúde, as suas tarefas já estavam em grande parte, senão totalmente, definidas. Neste sentido, destaca-se que a percepção de mudança se relaciona para o Respondente 06 com o fato de que “tivemos que atualizar algumas informações”, ou seja, ela é percebida não como de alterações, mas sim como complementações do mesmo.

Ainda sob este argumento, porém destacando as dificuldades encontradas no cotidiano laboral, os Respondentes 13 e 16 assim se expressaram: mesmo que as tarefas já estivessem sendo realizadas, de certo modo, pela equipe de trabalho, “não havia orientações escritas ou procedimentos definidos, de como e porquê devesse ser daquela forma”, sendo que “a ausência de rotinas padronizadas prejudicava o fluxo dos processos e a multiplicação dos conhecimentos organizacionais”.

As atividades cotidianas, apesar de já estarem pré-definidas, não possuem rotinas com planos de trabalho detalhados, ao ponto de se poder compreender a dinâmica do funcionamento do serviço. Demonstra-se que o aprendizado do que está instituído se dá no contexto do trabalho, de modo que a fala do Respondente 02, ao afirmar que “Tive que ficar acompanhando uma colega de trabalho para aprender algumas tarefas”, reafirma esta prática.

Novamente, os parâmetros de organização do serviço privado são os referenciais buscados nos serviços públicos; ou seja, estrutura pré-definida em termos de tarefas e de

metas, ainda que a cultura que conforma este serviço já esteja tão consolidada que essa dinâmica, por si só, já se dê cotidianamente.

A falta de padronização ou rotinização convive com as formas tradicionais de se fazer este trabalho, tal como se depreende das observações dos Respondentes 13 e 16 supracitados. Estes indicam que, em um serviço onde se aprende fazendo, muito é perdido em termos de compreensão e de eficiência. Trata-se de uma prática que se justifica por sua utilidade, ou seja, mais uma vez os dados encontrados nos levam a perceber que a vida prática desses sujeitos se estruturam como uma práxis utilitária que não pressupõe a elaboração crítica das questões que a perpassam.

Do mesmo modo, as questões acima destacadas se confirmam quando se busca compreender a percepção que estes sujeitos têm de sua participação na redefinição das tarefas cotidianas nos últimos 03 a 04 anos. Observou-se que foi pouco significativa a redefinição de tarefas executadas pelo próprio trabalhador, quanto à participação de sua equipe de trabalho nestas redefinições, pois em 87% das respostas alegou-se baixa ou nenhuma cooperação vivenciada neste processo. A impressão que se sobressai é a de que as atividades cotidianas, majoritariamente, têm sofrido poucas mudanças no decorrer dos últimos anos e/ou quando acontecem se dão sem a participação expressiva dos sujeitos e da equipe de trabalho.

É interessante notar a expressão destes dados nas percepções de alguns respondentes, sobretudo no que se referiam à “Mudança de métodos mais eficientes e menos burocráticos” (Respondente 09), assim como à participação “[...] junto com a equipe em adequar rotinas, procedimentos, formulários etc. visando às necessidades atuais, sem, é claro, fugir demais ao modelo que já existia” (Respondente 13). Neste mesmo sentido, o Respondente 02, por exemplo, destacou que “A forma de realizar as tarefas mudaram (sic) na execução sem alteração dos preceitos do setor e da chefia”; da mesma forma que o Respondente 03, por sua vez, declarou que não houve redefinição de tarefas por ele, pois se tratava de “Programa de internet já definido”.

Deste modo, a percepção dos respondentes reconhece que as mudanças não se dão num contexto de redefinição propriamente dita das tarefas, mas sim de adequação de métodos, ferramentas e processos diante das demandas vivenciadas, na lógica de uma maior eficiência e/ou controle do trabalho cotidiano. Isso pode ser visto, também, nas observações do Respondente 05, ao afirmar que “Algumas sugestões visando melhor organização e maior controle foram aceitas e colocadas em prática, melhorando a eficiência dos processos de trabalho”.

De qualquer modo, estas questões também reforçam a indicação de baixos graus de autonomia frente ao trabalho cotidiano, pois demonstram se tratar mais de sugestões individuais do que de discussões da equipe em torno dos modos de se exercer o trabalho. A valorização dos processos de controle e/ou de não rompimento com as determinações do setor e da chefia também aparecem como aspectos necessários para a garantia da eficiência do serviço.

Por outro lado, observou-se também que alguns respondentes, neste caso ocupando funções de chefia, consideraram que, em parte, auxiliaram na redefinição das tarefas cotidianas, uma vez que estas “foram apresentadas em reuniões de equipes para ter aprovação da mesma” (Respondente 09). Tal opinião foi corroborada igualmente pelo Respondente 13 ao informar que “Por meio de reuniões, ora com a Diretoria, ora com a chefia imediata, fomos adotando formas mais adequadas à execução das tarefas”.

Destaca-se que estas observações indicam que para esses respondentes as reuniões têm a função de discutir as mudanças necessárias e até mesmo de produzir consenso sobre elas. Entretanto, não foi possível compreender, se essas opiniões se vinculam diretamente às funções de chefia desses respondentes ou se há espaços para reconstrução coletiva dos modos de se trabalhar para todo o grupo. Deste modo, será necessário indagar sobre estas questões para que este estudo possa compreender de maneira mais aprofundada a dimensão cultural deste trabalho.

Por conseguinte, diante das observações dos respondentes, entendeu-se que em algumas circunstâncias as chefias buscaram a participação de sua equipe nesse processo de redefinição das atividades, sem que, no entanto, se tratasse da instituição de novas formas de trabalho. Isso pode ser observado quando a percepção desta participação é retratada pelo Respondente 16 ao afirmar que “Ao assumir a chefia, busquei incluir todos os membros da equipe nos processos de decisão e mostrar aos meus superiores os resultados dessa inclusão”. Por outro lado, o Respondente 02, neste caso um membro de equipe, alega que “A chefia tem a palavra final e muitas decisões são somente informadas”, enquanto o Respondente 03, também membro de equipe, declara que estas definições são feitas “pelo sistema”, ou seja, pelos sistemas de informática.

Esses fatos indicam que, os processos de redefinição das atividades, informados pelos respondentes, ainda que considerados como realizados sob a perspectiva de algumas chefias, mediante diálogos com a equipe de trabalho, não são uma discussão em torno de alterações efetivas de tal processo, mas sim de um debate cujo horizonte seria a legitimação do mesmo, na forma de adesão dos membros.

À vista disso, o que se indica é que, na percepção deste estudo, o que ocorre são reuniões, onde o foco é a obtenção de consenso daquele determinado grupo ou ainda de uma ou outra equipe de trabalho, no sentido de garantia de adesão aos processos instituídos e não de uma discussão que permita senão alterar esse processo, ao menos problematizá-lo.

Essas questões levam a indagar, de maneira mais aprofundada, a dinâmica de funcionamento desta equipe de trabalho. Para tanto, considera-se que investigar as frequências em relação às suas atividades rotineiras, as de diagnóstico e avaliação das situações de trabalho, as de tomada de decisão, as de negociação coletiva para construção de consensos, assim como as atividades de planejamento e controle desta equipe, são perspectivas essenciais e presentes no questionário para auxiliar nesta investigação.

Neste sentido, observa-se que a percepção referente às atividades que os sujeitos mais realizam individualmente, bem como sua contribuição no trabalho em equipe, são majoritariamente a realização de atividades rotineiras, de interação com usuários, assim como no uso de recursos informatizados/documentais nas suas atividades. Em contrapartida, a percepção daquilo que menos se realiza referem-se às atividades de tomada de decisão e/ou de negociação coletiva e aquelas relacionadas ao planejamento e ao controle das atividades de trabalho.

É importante ressaltar que, os sujeitos dessa pesquisa trabalham com a gestão de recursos humanos no âmbito institucional. Em outras palavras, o seu cotidiano de trabalho implica na relação direta destes com outros trabalhadores do serviço de saúde, não se circunscrevendo apenas aos membros da sua equipe.

Sendo assim, no que se refere às tarefas⁹¹ que comparativamente esses trabalhadores mais realizam no cotidiano laboral, pode-se perceber que, preponderantemente, as atividades que realizam com maior frequência são “Responder a solicitações de ajuda para agir”, “Dar esclarecimento/justificativas” e “Dar instruções”. No outro extremo, “Dar autorizações” e “Solicitar autorizações” são os tipos de tarefas que esses sujeitos quase não executam no decorrer de seu trabalho. Nesta perspectiva, pode-se indicar que muito embora eles se

⁹¹ A questão 4.3.solicita dos respondentes graus de frequência (muito elevada, elevada, moderada, baixa e nula) das seguintes variáveis: 1. Analisar resultados das atividades rotineiras; 2- Contactar membros da equipe para dar informações; 3- Contactar membros da equipe para receber informação; 4- Responder à solicitações de ajuda para agir; 5- Dar esclarecimentos/justificativas; 6- Dar instruções; 7- Dar autorizações; 8- Implementar ações determinadas/acordadas; 9- Realizar ações determinadas/acordadas; 10- Organizar e produzir documentação própria; 11- planejar e organizar ações; 12- Participar em reuniões formais; 13- Participar em reuniões informais; 14- Solicitar ajuda/orientação para agir; 15- Solicitar esclarecimentos/justificativas; 16- Solicitar instruções; 17- Solicitar autorizações; 18- Recolher e organizar informação e 19- Tratar e analisar informação.

percebam atuando ativamente em tarefas relacionadas à prestação de serviços instrucionais a outros trabalhadores, no outro extremo, dar ou solicitar autorizações não são comuns em seus processos de trabalho. Esses dados apontam para a necessidade de que em etapas posteriores deste estudo venha a ser oportuno investigar se esta tarefa não condiz com suas atividades cotidianas ou se esses trabalhadores não possuem autonomia para o seu exercício.

Além disso, um outro ponto que chama a atenção sobre as variáveis investigadas pelo instrumento de pesquisa se refere à participação desses trabalhadores em reuniões formais e informais de sua equipe de trabalho. O que se encontrou foi que estas atividades são percebidas pelos respondentes como ocorrendo com moderada frequência, o que pode indicar uma participação pouco significativa nos processos de tomada de decisão.

Esta percepção dos respondentes, sobre as tarefas realizadas cotidianamente, se reforça quando se analisa como eles percebem o reconhecimento pela equipe de trabalho da importância de sua participação nessas atividades⁹². Os principais pontos de reconhecimento se referem às tarefas de “Responder a solicitações de ajuda para agir”, “Dar esclarecimentos/justificativas”; “Dar instruções” e “Solicitar esclarecimentos/justificativas”, consideradas pela maioria como uma atividade muito importante. É interessante notar que estas mesmas atividades, exceto a última, foram destacadas anteriormente como as tarefas realizadas com maior frequência pelos respondentes.

Estas questões, novamente, reforçam que parte considerável do trabalho desse grupo é orientar outros trabalhadores da instituição, assim como que suas tarefas já se encontram previamente definidas.

Do mesmo modo, quando correlaciona-se a frequência das atividades com o seu grau de reconhecimento, verifica-se que para as atividades de participação em reuniões, tanto formais como informais, apontadas, no primeiro critério, como de moderada frequência, no segundo são reconhecidas como pouco importantes. Novamente, estes dados indicam que os processos decisórios e/ou as negociações coletivas não fazem parte da prática cotidiana destes trabalhadores.

Sobre a discussão das atividades que compõem o trabalho cotidiano já se encontrarem pré-definidas ou variarem conforme o tipo de problemas/situações encontradas, duas visões tiveram destaque: de um lado 43,8% dos respondentes as percebem como totalmente ou bastante definidas à priori, o que se aproxima dos resultados encontrados nos

⁹² Na questão 5.3 é solicitado ao respondente indicar sua percepção quanto ao grau de reconhecimento de sua importância (muito; bastante; importante; pouco; nada e não aplicável) por sua equipe de trabalho nas mesmas variáveis destacadas na questão 4.3.

questionamentos anteriores. De outro, 37,5% afirmaram que “Variam bastante conforme os problemas e as situações” encontradas. Esses dados, a princípio, contradizem-se, o que requererá a necessidade de continuar investigando a percepção do grupo sobre estas questões.

No que se refere aos níveis de planejamento⁹³ das atividades desta equipe percebeu-se que, de uma maneira geral, a “organização da execução de atividades”, “uso de recursos informatizados/documentais nas atividades” e o “uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)” são atividades consideradas como de muito planejamento. Assim como “interação com usuários”, “interação com subordinados na organização” e “divisão do tempo por atividade de trabalho” tem requerido algum planejamento por parte das equipes de trabalho.

Tais dados sugerem que, neste ambiente de trabalho, as ações de planejamento que se referem às atividades cotidianas e a utilização dos recursos necessários a sua execução estão adequadamente delineadas. O foco dessas ações se concentra na garantia do desempenho da equipe, entretanto, ao se referir ao planejamento na definição de objetivos/finalidades das atividades, na interação com chefias na organização das atividades, assim como na avaliação de resultados dessas atividades, o nível de planejamento é, comparativamente, menor que nos primeiros critérios. Neste caso, entende-se que, assim como retratado em questões anteriores, os poucos espaços de discussão coletiva e sua centralidade focada na resolução dos problemas ou situações que fogem das atividades rotineiras não permite a constituição de espaços de desenvolvimento da auto-organização desses trabalhadores com autonomia para planejar formas diferenciadas de trabalho.

Para investigar de modo mais detalhado esta questão, sugere-se anexar à questão “4.4. Qual o seu nível de planejamento no que se refere às atividades a seguir:” um critério que indague o nível de planejamento quanto às formas de organização coletivas da equipe de trabalho para a discussão de seus interesses.

Por conseguinte, as tarefas cotidianas⁹⁴ das equipes implicam também ações de monitoramento e avaliação das mesmas. Verificaram-se, então, quais foram os graus de

⁹³ A questão 4.4 solicita do respondente seu nível de planejamento (muito; algum; pouco; nenhum; não aplicável) de acordo com as seguintes variáveis: 1- Avaliação de resultados das atividades; 2- Definição de objetivos/finalidades das atividades; 3- Interação com chefias na organização das atividades; 4- Interação com os usuários; 5- Interação com subordinados na organização; 6- Organização da execução de atividades; 7- Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades; 8- Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora) e 9- Divisão do tempo por atividades de trabalho.

⁹⁴ As questões 4.6; 4.6.1; 4.6.2; e 4.6.3 solicitam dos respondentes suas avaliações quanto ao grau de monitoramento e avaliação (muito, monitorado, pouco, nada e não aplicável) das atividades da equipe, pela chefia do setor; pela chefia imediata, pela equipe de trabalho e pelo próprio respondente no que se refere as seguintes variáveis: 1- Avaliação de resultados das atividades; 2- Definição de objetivos/finalidades das

frequências referentes a essas ações percebidos pelos respondentes nas perspectivas da chefia do setor, da chefia imediata, da equipe de trabalho e, por fim, do próprio trabalhador.

Na primeira perspectiva, isto é, da chefia do setor, evidenciou-se que a atividade com maior grau de monitoramento e avaliação foi a de “organização da execução das atividades”, seguido pela “avaliação de resultado”, “interação com os usuários”, “uso de recursos informatizados/documentais” e “metas de desempenho”. Porém, a tarefa apontada como a menos monitorada e avaliada foi a de “interação com as chefias na organização das atividades”.

Com relação à perspectiva da chefia imediata, todos os critérios apresentados obtiveram grau significativo de avaliação e monitoramento, sendo que as que mais se destacaram foram as de “definição de objetivos/finalidades” e de “metas de desempenho”. Assim sendo, de acordo com estes resultados, é interessante notar que as chefias imediatas, diferentemente da chefia do setor, indicam dispor de uma função de controle mais expressiva sobre a equipe de trabalho. Afinal, a definição de objetivos e de metas de desempenho são tarefas intimamente relacionadas à produtividade dos trabalhadores e, deste modo, submetidas à supervisão de sua chefia imediata.

Já no que se refere às impressões sob a perspectiva da equipe de trabalho, foi observado que a “interação com os usuários” e a “organização da execução de atividades” são as tarefas com maior grau de monitoramento e avaliação. Por outro lado, cabe destacar que o maior número de respostas sobre os critérios avaliados permaneceu sobre o nível de pouco monitoramento por esse grupo, sobressaindo-se as de: “avaliação de resultados das atividades”, “uso de recursos informatizados/documentais nas atividades” e a “divisão do tempo por atividades de trabalho”.

É significativo apontar que, diferentemente das percepções das chefias (tanto as de setor como as imediatas), para a equipe de trabalho existiram alternativas consideradas não aplicáveis às ações de monitoramento e avaliações, especialmente na de “metas de desempenho”. As metas de desempenho sugerem se relacionar com a função da chefia de acompanhar e monitorar o seu cumprimento, sem que as mesmas pudessem ser percebidas como expressão da prática cotidiana desse trabalho. Do mesmo modo, para esses respondentes, sua equipe de trabalho monitora a forma como eles se relacionam com os usuários dos serviços de pessoal, assim como se suas atividades foram realizadas a contento,

atividades; 3- Interação com chefias na organização das atividades; Interação com os usuários; 5- Interação com subordinados na organização; 6- Organização da execução de atividades; 6- Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades; 8- Uso de recursos materiais nas atividades (papel/imprensa); 9- Divisão do tempo por atividades de trabalho e 10- Metas de desempenho.

sem se preocuparem, no entanto, em avaliar os resultados desse trabalho. Em alguma medida, sugere-se que no processo de trabalho deste grupo, o foco se encontra na execução do serviço prestado ao seu público alvo, ou seja, aos trabalhadores da instituição pesquisada e não em seus processos interativos internos.

Por outro lado, sob o ponto de vista do próprio trabalhador monitorando e avaliando as atividades de sua equipe, o que se destaca com maior incidência são as tarefas referentes ao alcance das “metas de desempenho”, o que indica que a avaliação por esta via preocupa o trabalhador, tendo centralidade na perspectiva individual e nos processos de trabalho deste grupo. Os demais critérios considerados como avaliados e monitorados pelo trabalhador diz respeito ao “uso de recursos informatizados/documentais”, a “organização e execução das atividades”, a “interação com os usuários” e a “divisão do tempo por atividades do trabalho”, todos relacionados à execução cotidiana deste trabalho.

Em outras palavras, supõe-se que o comportamento desses respondentes no seu cotidiano laboral, assim como o modo como eles fazem uso dos recursos informatizados e documentais, são monitorados e avaliados quanto ao seu desempenho individual. Neste sentido, tais ações também se mostram importantes para o alcance dessas metas mostradas pelos resultados existentes como a atividade que mais tem peso na perspectiva desses sujeitos. Mais uma vez, o que se percebe é que a lógica do trabalho em equipe submetido ao alcance de metas se sobressai frente a de um trabalho em equipe estruturado pela lógica da auto-organização, a qual permitiria a esses trabalhadores problematizar as questões que perpassam seu trabalho e construir as alternativas mais adequadas para suas resoluções⁹⁵.

Em suma, a reflexividade interativa desse grupo se revela delimitada por relações ainda fortemente marcadas pela hierarquia organizacional, tendo como referenciais de constituição as teorias administrativas na perspectiva tradicional de sua aplicação, ou seja, pela lógica dos interesses econômicos. Essas bases são conflituosas quando se trata da efetivação de direitos/interesses públicos e a adaptação pela justificativa da eficiência pode não só romper com a constituição de formas mais participativas de trabalho e processos decisórios mais compartilhados, mas romper sim com a própria lógica do serviço público que tem no cumprimento do direito a sua finalidade última.

⁹⁵ É necessário destacar que a avaliação de desempenho que estrutura a criação e pactuação das metas de desempenho, tanto individuais como institucionais, são determinações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (BRASIL, 2008, 2010, 2011). O escopo desta pesquisa não tem como horizonte discutir as implicações desta determinação nos processos de trabalho dos sujeitos deste estudo, entretanto, reconhece a problemática desta perspectiva e aponta a necessidade de se investigar mais detalhadamente os impactos dessa determinação nos processos de constituição da gestão participativa e colegiada, tão cara ao serviço público.

4.4 Possibilidades e limites da proposta de estudo: uma síntese possível

Os dados encontrados na pesquisa de campo e as questões que foram possíveis indagar a partir de sua análise permitiram dois movimentos a este estudo: primeiro, o de destacar as limitações que foram sendo percebidas no decorrer do trabalho empírico e, segundo, o que se pôde demonstrar da cultura profissional dos técnicos em gestão em saúde, apesar dessas limitações.

Inicialmente, destaca-se que estas indagações só se tornaram viáveis pela apropriação dos conhecimentos já estruturados neste campo, o que propiciou a construção de caminhos que auxiliassem na compreensão da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde. Neste sentido, enfatiza-se que a utilização do instrumento de pesquisa se relaciona a uma proposta de interpretação diferente da utilizada por Caria (2008, 2012), mas parte de suas subcategorias centrais, como trajetória, identidade social e reflexividade interativa, que foram utilizadas para esta investigação.

Este percurso permitiu propor outras categorias de análise em diálogo com as subcategorias acima destacadas, assim como, a partir do trabalho de campo, da compilação dos resultados e da utilização da proposta de análise deste estudo, percebeu-se a necessidade de novas indagações ou pontos que ainda precisavam ser destacados com relação à investigação proposta. De outro modo, esta percepção também levou à reconstrução dos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Quanto às questões orientadoras que, em linhas gerais, precisam ser investigadas e acrescentadas ao instrumento na forma de questões abertas, no Quadro 5 – Proposta de Reconstrução do Questionário após Trabalho de Campo – 2014, destaca-se tanto o lugar que se considera adequada a sua inserção, quanto o seu conteúdo:

Quadro 5 – Proposta de Reconstrução do Questionário após Trabalho de Campo – 2014

Local de Inserção	Questão:
I – Situação no Trabalho	
1.2.2	De que modo e/ou quais critérios que os levaram a ocupar as funções de chefia?
III – Formação Escolar e Profissional	
3.1.1	Quais as motivações que os levaram as escolhas pelos cursos superiores escolhidos? Porque foram realizados nas referidas instituições privadas?
3.5	Como a experiência acumulada em trabalhos anteriores é utilizada para compreender e agir na experiência laborativa atual?

3.6	Quais as motivações que te levaram a fazer concurso público? Por que optaram por este concurso? Porque este cargo já que em muitos casos sua formação é superior ao exigido pelo cargo?
IV – Trabalho em Equipe⁹⁶	
4.3.1	Existem outras tarefas que realiza e que gostaria de acrescentar a este quadro?
4.4	Critério 10 – Reuniões coletivas para discussão dos interesses da equipe de trabalho
4.4.1	Quais as forças que interferem no planejamento e na execução de suas atividades?
V – Inserção no Trabalho em Equipe	
5.2.1	O que vocês pensam sobre as mudanças ocorridas em suas tarefas nos últimos anos? Porque ocorreram? Como impactaram? Como foram percebidas?
5.2.2	Há espaços para a reconstrução coletiva dos modos de trabalho? Caso positivo, quais são esses espaços? Como acontecem?
5.3.1	Quais os espaços existentes para os processos de tomada de decisão? E as negociações coletivas? Qual a periodicidade dessas reuniões? São espaços de deliberação?
5.3.2	Quais são seus espaços de organização onde discutem seus interesses com agentes administrativos? Onde problematizam as questões em torno do SUS?

Fonte: Reconstrução da Adaptação do “Documento de Trabalho N° 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT - SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor” de Caria.

Enfatiza-se que as questões destacadas no quadro acima já foram apresentadas no item anterior deste texto e se constituem como indagações norteadoras que deverão estar presentes no momento da interação entre o pesquisador e o respondente, podendo surgir deste processo novas indagações que não puderam ser percebidas até este estágio da pesquisa.

Estas indagações, associadas à constatação de que o interesse em continuar participando da pesquisa teve baixa adesão por parte dos respondentes, - apenas 31,3% aceitaram continuar participando da pesquisa, sendo 18,8% em função de chefia e 12,5% membros de equipe de trabalho - entendeu-se que esta configuração pode não representar a dimensão cultural do trabalho deste grupo e por isto optou-se, também, por propor a revisão de procedimentos metodológicos a serem utilizados.

Entende-se que a pesquisa em ciências sociais esbarra nos limites que lhes são inerentes, principalmente no que se refere à adesão dos sujeitos à pesquisa, sendo este um indicativo importante a ser avaliado. Associado a isto, se percebe, tanto nos encontros

⁹⁶Em relação ao item 4.3 do questionário, que indaga as tarefas que, comparativamente, o respondente mais realiza no trabalho que faz parte, os critérios “dar e solicitar autorizações” foram os de menor frequência. É necessário investigar se esta tarefa faz ou não parte de seu contexto de trabalho. Caso positivo, indagar o porquê do nível de frequência assinalado e o que pensam sobre esta questão. Estes dados ajudariam a compreender aspectos da autonomia desses trabalhadores.

anteriores à aplicação dos questionários quanto na sua efetivação, que tratar das questões do cotidiano laboral dos sujeitos da pesquisa implica em certo incômodo para esses trabalhadores, além do que as indagações que perpassam as discussões do exercício do poder na instituição já são de antemão compreendidas como polêmicas e desconfortáveis. Estes entendimentos podem ser observados, também, no parecer elaborado pelos Comitês de Ética em Pesquisa – CEP, que avaliaram a pertinência deste estudo. Neste Parecer, a avaliação dos riscos e benefícios apontou que “nos questionários existem perguntas que podem gerar desconforto, pois serão comentadas as relações dos entrevistados com suas chefias diretas. Não haverá benefícios para os participantes⁹⁷.”

Neste contexto, ao reconstruir o questionário anexando as questões abertas acima propostas, reconstrói-se também os passos metodológicos. Numa primeira proposta dever-se-ia aplicar o questionário por uma estratégia pela qual os respondentes o responderiam de modo particular e individual, sendo que a última questão os convidava a participarem de uma próxima etapa de entrevistas. Após a etapa das entrevistas, todos os sujeitos seriam convidados a participar de um grupo focal para apresentação e discussão dos resultados da pesquisa.

Diante dos desafios acima destacados, propomos aplicar o questionário reconstruído, de modo que seu preenchimento ocorra na interlocução entre o sujeito da pesquisa e o pesquisador responsável, ao ponto em que esta interação e diálogo permitam um melhor entendimento das respostas e abra espaços para se investigar as lacunas percebidas. Posteriormente, o grupo focal adquire uma importância fundamental, já que permitiria apresentar e discutir os dados encontrados com os sujeitos da pesquisa, assim como reelaborá-los ou ainda constituir um espaço que permita a reflexão crítica sobre os resultados e propicie novos horizontes de compreensão da dimensão cultural do trabalho daquele grupo.

Isto posto, e reconhecendo os limites do trabalho empírico deste estudo, assim como já entendendo que seus resultados podem não refletir completamente a dimensão cultural do grupo pesquisado, mas tão somente apontar tendências nesta direção, este estudo se desafia a fazer a síntese que se segue, buscando demonstrar de que modo a análise proposta no bloco anterior ampara na interpretação dos dados coletados.

O que os resultados encontrados indicam é que:

As trajetórias formativas e profissionais percorridas por esses trabalhadores são muito diferentes. Eles têm formações variadas, majoritariamente em nível superior de ensino, sendo

⁹⁷ Vide Parecer consubstanciado no Anexo 2 – Aprovação do Comitê de Ética - 2014, deste estudo.

que mais da metade deste grupo se insere neste serviço com a graduação já finalizada. As escolhas sobre suas profissões estão geralmente desvinculadas das atividades de gestão e foram realizadas em instituições privadas de ensino, onde existe pouca ou nenhuma discussão sobre o SUS. Do mesmo modo, já chegam ao serviço de saúde com uma significativa experiência profissional em empregos quase sempre relacionados ao exercício das funções administrativas no setor privado de trabalho. Neste sentido, entende-se que suas trajetórias são fortemente caracterizadas por desigualdade de poderes, tanto no que se refere aos processos formativos, que são muito distintos em termos de escolhas profissionais e instituições de ensino - representando níveis de reconhecimento social diferenciados - quanto às suas experiências profissionais, que se deslocam da lógica do trabalho público.

É importante destacar que mesmo para aqueles trabalhos que se caracterizam por exigir uma formação específica para o seu exercício, nestes também são encontradas trajetórias diferenciadas. Entretanto, ainda que haja desigualdade de poderes que demarcam diferenças entre estes trabalhadores, o que os liga é a possibilidade do exercício de uma profissão com o mesmo reconhecimento social de sua finalidade - o que se constitui como um traço marcante deste grupo. No caso dos Agentes Administrativos essa liga é frágil, pois se trata de um exercício profissional possível para diversas formações, em diferentes níveis de ensino e com variadas experiências profissionais.

Esses dados se relacionam diretamente com a constituição da identidade social deste grupo. Neste sentido, o que se percebeu foi que esses sujeitos compartilham do mesmo cargo de “Agente Administrativo” no interior de uma instituição pública de saúde, do mesmo vínculo de “servidores públicos” e com experiências anteriores de trabalho em funções administrativas. Entretanto, constatou-se também que eles não compartilham, majoritariamente, de um ideal de profissão no referido serviço. O que se pôde depreender desta constatação é que a opção pelo serviço em saúde se deu como a possibilidade frente às dificuldades encontradas. Sob estas condições e se compararmos este grupo com outros grupos profissionais em que os trabalhadores relativizam os seus poderes para garantir a coesão e a luta pelos interesses de sua profissão, entende-se que, para o caso dos Agentes Administrativos, os laços identitários são mais tênues, pois o que compartilham entre si tem mais diferenças que semelhanças; e no cotidiano deste trabalho, o que os une é o exercício dos afazeres administrativos, a princípio, possíveis para muitas e variadas trajetórias formativas e profissionais.

É importante destacar que esses sujeitos se percebem como fazendo parte de uma equipe de trabalho e entendem o cotidiano laboral como um processo já consolidado, de modo

que as transformações se dão no sentido de mudanças nas funções exercidas no decorrer de sua vivência profissional ou na introdução de novas determinações técnicas e/ou novas tecnologias. A mobilização dos saberes práticos desses sujeitos nos seus processos de interação se dá, majoritariamente, no sentido da manutenção e da continuidade dos afazeres do dia a dia. A reflexividade interativa do grupo é desafiada na medida em que, na prática cotidiana, surgem os problemas ou situações novas advindas do exterior de seu funcionamento e que demandam alterações no exercício de suas funções. Ao mesmo tempo, essa mesma reflexividade é pouco ou quase nunca mobilizada para se pensar e propor alternativas diferenciadas de ação ou mesmo perspectivas diversificadas de compreensão dos problemas da gestão que perpassam o setor público de saúde. Então, o que se compreende é que não se trata de uma reflexividade interativa que negocie poder para alterar seus processos de trabalho, mais sim de uma discussão em que o limite de atuação deste grupo se encontra na construção de estratégias de como retomar os rumos institucionalizados, quando há desvios.

Em linhas gerais, o que se percebeu são trajetórias muito diferentes, laços identitários tênues, não determinados por relações com as profissões, assim como uma reflexividade interativa que se constitui mais pela lógica da adaptação do que pela construção coletiva de autonomia desse grupo, condição entendida como essencial para o surgimento do emergente no interior dos grupos profissionais.

A dimensão cultural deste trabalho técnico se constitui de maneira fragmentada, com poucas possibilidades de diálogo que permita problematizá-la. A sua reflexividade interativa se caracteriza mais por processos de adaptação ao previamente instituído, seja em decorrência de uma formação unicamente tecnicista que se encontra nas bases de seus conhecimentos, seja por uma práxis utilitária que tem na resolução dos impasses do cotidiano laboral o fim último de sua atuação. Da mesma forma, seu trabalho se constitui como um trabalho em equipe orientado para o alcance de metas, muitas vezes pactuadas na sua ausência, de modo que o planejamento e o monitoramento destas atividades implicam em uma supervisão do trabalho vinculada ao controle dessas atividades.

Deste modo, entende-se que se perpetua a constituição de processos de individualização no interior desse grupo, quando a falta de reconhecimento de uma luta comum que os aproxime tem como resultado a sua conformação a um trabalho que encontra sentido na perspectiva da estabilidade do emprego e não nos ideais que essa profissão poderia conter no âmbito do serviço público.

A vivência prática, assim conformada, e a troca pouco expressiva em termos de problematização dos interesses comuns desse grupo, assim como o baixo reconhecimento da

importância estratégica de suas funções para a efetivação do SUS, não favorecem o surgimento do emergente. As reflexividades interativas pela lógica da adaptação mantêm esse grupo com força política insuficiente para lutar por seus interesses e pelo reconhecimento social de seu trabalho. De outro modo, a reflexividade interativa para a autonomia favorece o surgimento do emergente e este é o lugar onde ela pode ultrapassar a resolução dos problemas cotidianos e contextualizá-los em termos das disputas políticas e econômicas que subjazem à luta pelo direito à saúde.

Portanto, esse grupo profissional deve ser entendido como estratégico para o funcionamento e fortalecimento do sistema público de saúde em dois sentidos distintos, porém complementares. Primeiramente, eles constituem a base que estrutura e possibilita todo o serviço, já que suas atividades organizam, coordenam e executam sua engrenagem interna. Posteriormente, por ocuparem lugares intermediários ou subalternos nestas instituições e por se articularem na interface entre os interesses populares e as determinações dos altos escalões institucionais, apresentam grande possibilidade de perceberem as contradições internas do serviço. Tais questões colocam esses sujeitos no centro dos conflitos institucionais, assim como em lugares privilegiados para compreensão desse processo. Deste modo, se esses trabalhadores se perceberem e se constituírem como portadores de autonomia para disputar os interesses da classe trabalhadora e defender os interesses das lutas populares, estes possuem grande potencial para serem trabalhadores estratégicos, não só para a efetividade do serviço público de saúde, mas também para o aprofundamento das lutas sociais com interesses de classe no seio do próprio Estado.

A reinvenção do trabalho administrativo⁹⁸, proposta anteriormente, implica, também na tomada de consciência sobre as pressões políticas e econômicas que estruturam, tanto a micro quanto a macro dinâmica social, uma vez que são expressão de uma mesma realidade. Para tanto, reconhecerem-se como sujeitos coletivos capazes de auto-organização no sentido da disputa de seus interesses e dos interesses públicos que orientam os direitos universais é central, o que não acontecerá naturalmente. Muito pelo contrário, isto ocorrerá mediante a constituição de formas de qualificação destes trabalhadores, em suas feições formais, mas essencialmente, nas informais através dos processos coletivos de trabalho, de modo que os sujeitos que disputaram a possibilidade de ação autônoma nos serviços dão os contornos de uma práxis que se constitua como emancipatória.

⁹⁸ Sobre este ponto ver em Vieira (2005).

Se uma profissionalização pelas vias da formação humana que permita criticar a realidade encontrada é a condição determinante para estes sujeitos, é na utilização de seus saberes experienciais e na vida prática em situação que se podem constituir as possibilidades do emergente, quando aspectos da totalidade da vida social são desmistificados e podem se constituir como pauta de luta e disputa entre as classes dominadas e as dominantes.

Consequentemente, ao alterarem a forma como produzem sua existência, alteram também sua consciência, criando espaços para que esses sujeitos tomem sua história nas mãos. Esta luta só se faz sob os conhecimentos desses sujeitos, condição primordial para compreensão dos espaços de disputa que podem ser construídos.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Esta tese apresenta uma proposta teórico-metodológica baseada no conceito de cultura profissional visando à análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde, que tem na categoria cultura profissional e nas suas subcategorias constitutivas – trajetória, identidade social e reflexividade interativa – as bases desta investigação.

Neste sentido, busca compreender a dimensão cultural deste trabalho ao problematizar as questões que atravessam a vida laboral dos trabalhadores técnicos de saúde, ou seja, como eles compreendem a realidade em que vivem, quais trajetórias formativas e profissionais os levam a este lugar, quais os laços identitários os unem enquanto grupo, assim como quais são seus espaços de decisão e de elaboração crítica das questões que atravessam seu cotidiano de trabalho.

Num mesmo movimento, esta proposição reafirma o materialismo histórico dialético como o método de análise deste estudo apresentando os pares dialéticos utilizados na interpretação dos dados coletados no trabalho empírico. A hipótese deste estudo é que a análise da dimensão cultural deste trabalho técnico, a partir do referencial marxista, permite captar a dinâmica interacional deste grupo e relacioná-la com as questões econômicas e políticas que afetam o trabalho na sociedade contemporânea.

Os resultados encontrados indicam a pertinência desta proposta para compreensão dos conflitos e contradições que perpassam a dimensão cultural do referido trabalho, assim como o aprofundamento deste debate permite avançar num projeto de qualificação para estes trabalhadores, em torno do desenvolvimento de uma proposta de formação humana, que permita criticar e transformar este trabalho, ao mesmo tempo em que reafirma o projeto de saúde pública universal.

O caminho percorrido por este estudo implicou quatro momentos teóricos diferenciados e interdependentes quais sejam: a) discutiu o conceito de cultura reconhecendo a complexidade do uso desta categoria frente à multiplicidade de sentidos que ela pode conter, porém reafirmando-a como necessária para a compreensão da problemática do trabalho na sociedade contemporânea. Como também apresentou a partir do recorte da cultura do trabalho, via categoria experiência humana, a conceituação de “cultura profissional” para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde; b) fez dialogarem os pressupostos do materialismo histórico dialético com a categoria cultura profissional; c) indicou de que modo as categorias até então apresentadas podem ser utilizadas na

investigação e interpretação dos dados coletados e, por último d) descreveu o trabalho empírico proposto neste estudo, no sentido de validar o instrumento de pesquisa utilizado. Este percurso representa as questões secundárias e os objetivos específicos necessários para responder à questão central deste estudo e são tratadas a seguir.

Neste contexto, para o questionamento sobre a pertinência da categoria cultura profissional para a análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde o que se encontrou foi, inicialmente, a diversidade do uso da categoria cultura e a necessidade de se recortar esta discussão para o campo do trabalho na sociedade capitalista. O referencial marxista permitiu compreender a forma como historicamente este modo de produção social foi disputando com o trabalhador o modo de vida ideal para a produção submetida ao capital. Estas lutas quase sempre foram desiguais em termos de relação de forças nos campos de enfrentamento, já que o trabalhador, ao possuir apenas sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e a da sua família foi se subordinando a este modo de produção e, em muitos momentos, suas lutas se referiam mais à garantia de melhoria das condições de trabalho do que à transformação deste modo de vida. Os valores, a moral, os costumes vão se conformando segundo a necessidade da vida sob o capitalismo comercial, industrial e financeiro, imprimindo na vida do trabalhador a cultura necessária a sua reprodução.

A perspectiva marxista permitiu a compreensão da cultura como cultura do trabalho para a compreensão da generalidade da vida social sob o capital, mas sob este referencial não se encontraram metodologias que auxiliassem na investigação da dimensão da particularidade e da singularidade do fenômeno estudado. E, neste sentido, a discussão da cultura e da experiência humana em Thompson (1981) foi associada às contribuições de Caria (2008) para a proposição da categoria cultura profissional. O que este diálogo propiciou foi o encontro dos pressupostos marxistas com o referencial teórico-metodológico de Caria (2008).

Neste processo, as contribuições do referido autor permitiram traçar o caminho que orientou de que modo a dimensão interativa da cultura profissional poderia ser captada. Entretanto, ao se submeter esta proposição às conceituações marxistas, o que se pode encontrar foi o caminho de volta da dimensão microssocial interativa do trabalho para a dimensão macrossocial deste mediante, principalmente, as contribuições de Thompson e Gramsci. Estes últimos autores buscaram discutir a categoria cultura para pensar de que forma os trabalhadores podem se apropriar dos conhecimentos necessários para criticar a realidade da sociedade capitalista e se organizar para a construção de possibilidades de luta contra este modelo e para a proposição de outro que lhe favoreça. Neste sentido, a cultura é tratada por

eles no âmbito da luta de classes, enquanto que o foco de Caria é na dinâmica interacional da cultura das profissões.

Entretanto, Caria aponta caminhos que permitem a compreensão da expressão microsocial desta cultura, mas é na particularidade do uso que faz da categoria do poder para analisar as dimensões da trajetória, da identidade social e da reflexividade interativa que se encontra a possibilidade de chegar à dimensão macrosocial deste processo. Neste sentido, são as contribuições de Ramos (2012), em conjunto com aquele autor, que esclarecem que ao se trazer a categoria do poder como desigualdades, relativizações e negociações deste no processo de trabalho dos grupos profissionais se podem irromper situações em que o contexto leve ao surgimento do emergente. Deste modo, se este for problematizado pelo grupo ao ponto de se levar a sistematizações coletivas sobre a compreensão do que emergiu no grupo e, ainda, se essas forem organizadas em formas conjuntas de ação destes trabalhadores, sua esfera de atuação pode ultrapassar a resolução dos problemas e impasses da vida interativa do trabalho para se configurar como pauta de luta e disputa entre os interesses divergentes da classe subalterna e da classe dirigente.

Deste modo, é o diálogo, principalmente, de Gramsci, Thompson, Caria e Ramos que permite pensar a categoria cultura como uma dimensão que, ao retratar a vida prática dos trabalhadores, pode fazê-la na interseção entre o modo em que se vive a vida e o modo de produção desta existência, sob o modelo da sociedade capitalista.

O que se conclui deste primeiro momento teórico é que a categoria cultura, na especificidade da cultura profissional, é uma dimensão essencial de ser compreendida quando o horizonte de luta da classe trabalhadora é a transformação social. Neste sentido, ao retratar a dinâmica interacional de um determinado grupo profissional possibilita entender de que modo estes sujeitos compreendem sua realidade, quais conhecimentos estruturam as suas tomadas de decisão, assim como de que forma eles percebem e elaboram os desafios presentes em seu trabalho. Este processo é também resultado de valores, costumes e normas de condutas reafirmadas pela classe dirigente como o modo de vida da civilização moderna, racional e iluminada e que, sob a forma de coação e/ou convencimento, foi moldando o tipo de trabalhador ideal para o trabalho assalariado. O mundo da vida foi separado do mundo do trabalho e é o relógio que marca o ritmo da produção necessária ao desenvolvimento da sociedade capitalista que se auto intitula como o estágio mais desenvolvido da sociedade dos homens.

É importante destacar que a dimensão da cultura não nega a centralidade da dimensão econômica para a análise do trabalho na sociedade capitalista; muito pelo contrário, necessita

dela para que a análise crítica desta dimensão possa desmistificar as verdades repetidas cotidianamente como universais retratando o seu caráter de classe. Portanto, o que se destaca é que a análise da sociedade capitalista não deve prescindir da análise da vida prática dos homens e que compreender esta dimensão tanto subjetiva quanto objetivamente se constitui como processo fundamental para a disputa na relação capital trabalho em nome dos interesses da classe trabalhadora.

A partir da proposição da categoria cultura profissional, a discussão do referencial materialista histórico dialético com os referenciais da perspectiva compreensiva, via epistemologia da cultura conjuntura, buscou-se apurar se este diálogo compromete a proposta do método marxista.

O que este percurso destacou foi que a discussão deste modo de produção social mediadas pelas categorias alienação, produção de consentimento, coerção, classes sociais, da luta de classes, consciência de classe, práxis, sujeitos coletivos, trabalho assalariado, individualismo, emancipação, dentre outros – aspectos da totalidade do fenômeno estudado – podem ser utilizadas no diálogo com o referencial teórico-metodológico que construiu a categoria cultura profissional e propôs as subcategorias trajetória, identidade social e reflexividade interativa, aspectos da particularidade e singularidade do objeto de estudo.

Ao fazer um diálogo aberto, exploratório e autocrítico entre estas categorias, novamente a questão do poder e das possibilidades do emergente balizaram esta discussão. Entretanto, foi no bloco seguinte do estudo que a discussão desta categoria apontou as interconexões entre as dimensões da singularidade e particularidade acima destacadas, com a totalidade da vida social.

Até aquele momento, apesar de apresentar os pressupostos teórico-conceituais da tese não estavam dados de que modo esta proposta poderia ser concretizada. Este processo demandou o debate das categorias de análise do materialismo histórico dialético com as subcategorias da cultura profissional, em sua maioria presentes nas discussões anteriores, porém foi evidenciada a forma como estas poderiam ser utilizadas na proposta deste estudo.

Destaca-se que a categoria central que permitiu a construção da proposta analítica deste bloco é a categoria do poder. Neste sentido, esta categoria é fundamental para a discussão da dimensão interativa do grupo profissional estudado, pois nesta dimensão pode-se perceber sua expressão como desigualdade (trajetórias), como relativizações (identidades sociais) e como negociações (reflexividade interativa) de poder para que o grupo se mantenha coeso. Do mesmo modo, é mediante a categoria do poder que se pode compreender, na dimensão macrossocial deste processo, como este grupo reflete a divisão social do trabalho

ocupando lugares subordinados na hierarquia institucional dos serviços de saúde e se conformando de acordo com as exigências do modo de produção atual, marcado, principalmente, pela tecnologização dos processos de trabalho, pela adaptação e readaptação constante dos trabalhadores a ambientes caracterizados por mudanças e com a pactuação de metas com o supervisor que qualifica a eficiência deste trabalho.

Neste sentido, a discussão de poder em Poulantzas (2000) como relação de forças sociais desiguais em que a disputa se dá entre os interesses da classe dominante e da classe dominada – num processo constante de negociação; é que permite compreender como a esfera interativa do trabalho é expressão das relações sociais de produção. O que se percebe desta dinâmica é que se as determinações econômicas fundamentam a vida social sob este modo de produção, esta não se faz sem resistências. Por isto, o autor destaca que o Estado invade o conjunto da vida social produzindo, principalmente, processos de individualização na vida dos trabalhadores para que se possa mistificar a compreensão das mazelas deste modo de produção e desmobilizar a luta social. Neste sentido, é que este modelo social defende a meritocracia como se fosse um caminho possível a todos os sujeitos, dependendo apenas do tamanho de seu esforço e perseverança individual para o alcance do sucesso social. Os processos de individualização somados a formações tecnicistas para a adaptação, manutenção e aprofundamento deste modo econômico e social disputam nas esferas micro e macro sociais o tipo ideal de homem para a sociedade do consumo.

Com base nesta perspectiva de poder em Poulantzas (2000) e no diálogo desta com as demais categorias até então discutidas é que a proposição dos pares dialéticos para orientar a análise e a síntese na interpretação dos dados coletados na pesquisa de campo, se justifica. Através destes foi possível apresentar de que modo a investigação das contradições do fenômeno poderiam ser captadas tanto na aparência, quanto na essência que a estrutura.

Neste momento uma ressalva é necessária: o diálogo proposto neste estudo entre a perspectiva marxista e a perspectiva compreensiva, via epistemologia da cultura conjuntura, só foi possível porque esta apropriação encontrou na discussão da cultura o conflito na conformação dos modos de vida dos trabalhadores, assim como encontrou na questão do poder a categoria presente e determinante nesta constituição. Neste sentido, a apropriação das subcategorias trajetória, identidade social e reflexividade interativa, utilizadas para se captar os processos interativos do grupo profissional pesquisado, ao trazer o elemento do poder, tornou possível interpretá-las sob os referenciais marxistas e localizá-las no âmbito da luta de classes. Sob esta condição, considera-se que há convergência entre as perspectivas utilizadas.

Ademais, ao se propor este diálogo e ao se apresentar a proposta de utilização deste conceito à luz do materialismo histórico dialético, este diálogo fez o caminho de ida e de volta discutindo que esta apropriação é possível, conquanto se esclareça de que modo ela deve ser feita e sob quais condições. Tarefa esta que este último bloco buscou explicitar e sistematizou através da proposição analítica do poder como categoria transversal na discussão do conceito de cultura profissional, utilizando-se dos pares dialéticos para a interpretação dos dados coletados.

Ressalta-se que não se trata da defesa de que o referencial marxista dialoga com a diversidade de referenciais teórico-metodológicos presentes na sociedade contemporânea, uma vez que muitos se constituem como irreconciliáveis já que sua finalidade se refere à defesa dos interesses capitalistas. O diálogo que se considera convergente trata dos referenciais que no âmbito da luta de classes permite compreender suas mazelas e avançar em nome dos interesses da classe trabalhadora. Neste sentido, as contribuições aqui utilizadas convergem com esta perspectiva já que as contribuições de Caria não excluem a possibilidade deste diálogo, pois seus pressupostos não negam estas possibilidades, apenas não se debruçam sobre elas. Por isto, puderam ser dialogadas sem comprometer os pressupostos do método marxista.

O quarto e último questionamento trata de investigar a validade do questionário semiaberto utilizado por este estudo, mediante o trabalho empírico de pesquisa.

Em linhas gerais, o que a análise dos dados indica é a pertinência das subcategorias trajetória, identidade social e reflexividade interativa para captar estes aspectos da cultura profissional do grupo pesquisado. Entretanto, esta análise valida o instrumento para captar as referidas dimensões, mas não podem ser generalizados na medida em que se refere a um número reduzido da amostra, para representar o referido grupo profissional. De outro modo, tendo como horizonte a relação micro e macro desta dimensão cultural, o que se percebeu no questionário foi a necessidade de incorporar novos questionamentos que auxiliassem na investigação proposta. Deste modo, sugeriu-se incorporar questões que pudessem investigar a organização política destes sujeitos, quais seus espaços de organização coletiva, quais as percepções de poder que têm no âmbito institucional, assim como as motivações para seus processos formativos e para a escolha deste trabalho; dentre outros aspectos que possam surgir na interação entre o pesquisador e este grupo profissional. Este processo demandou uma nova revisão no instrumento de pesquisa, adicionando questões ao questionário semiaberto e alterando a forma de aplicação do mesmo.

Este processo de testagem do instrumento de pesquisa permitiu relacionar teoria e prática, identificando suas possibilidades e limitações para a especificidade do trabalho técnico em gestão no campo da saúde pública. Os resultados encontrados permitiram uma primeira aproximação de aspectos interacionais deste grupo profissional e relacioná-los com aspectos socioeconômicos que determinam a subordinação destes trabalhadores na divisão social do trabalho e sua funcionalidade para a manutenção das relações sociais de produção na sociedade capitalista.

Ainda que não possamos generalizar os resultados encontrados no trabalho empírico, destaca-se que estes resultados se aproximam dos apresentados nas pesquisas de Vieira (2005), Freitas *et al* (2009) e Xavier (2012), no que se referem à diversidade das trajetórias formativas e profissionais deste grupo, assim como da discussão sobre a fragilidade dos laços identitários que os unem.

Entretanto, o que esta proposta conceitual e analítica parece avançar se refere ao percurso metodológico para a investigação da reflexividade interativa do referido grupo profissional, na qual as suas relações na dinâmica interativa do trabalho podem ser percebidas indicando de que modo compreendem a sua vida laboral, assim como de que maneira organizam e realizam seu trabalho cotidiano. Ao retratar esta realidade, pode-se perceber que as relações de poder que conformam o modo de produção da sociedade capitalista estão igualmente presentes na vida laboral destes sujeitos, se materializando nos conhecimentos que estruturam suas tomadas de decisão e, do mesmo modo, nas “escolhas” que determinam as trajetórias percorridas no decurso de seu trabalho. Neste contexto e guardadas as respectivas limitações, o que este estudo indica é que a dimensão cultural deste trabalho técnico sugere conformar mais um tipo de cultura orientada para a adaptação e a restauração da conformidade das relações do que uma cultura orientada para a autonomia e a transformação dessas mesmas relações.

Neste sentido, ao retomar a hipótese deste estudo associada aos argumentos até aqui explicitados, o que se encontra é a potencialidade da categoria cultura possibilitar o diálogo entre as determinações micro e macro sociais do trabalho quando a cultura profissional é investigada e interpretada sob os pressupostos marxistas. Retratar a história do trabalhador mediante suas experiências produtivas deve, de igual maneira, relacionar esta história com as lutas que se travam no seio da sociedade capitalista. Deste modo, a análise da cultura, tal como retratada neste estudo, demonstra ser pertinente quando o horizonte a ser construído é tanto a organização do grupo profissional quanto as estratégias de lutas da classe trabalhadora.

Se a discussão econômica e política da sociedade capitalista é condição fundamental para que se possa fazer sua crítica, sem a dimensão da cultura não se pode pensar de que modo os trabalhadores podem se apropriar de conhecimentos que lhes favoreçam e, deste modo, se organizarem como forças sociais e políticas na defesa de seus interesses. Neste sentido é que tanto a questão norteadora deste estudo - a categoria cultura, na sua expressão como cultura profissional, que conforma modos de trabalho para a sociedade capitalista, é válida para a análise do trabalho técnico em gestão em saúde - quanto seu objetivo geral - apresentar uma proposta teórico-metodológica baseada no conceito de cultura profissional visando à análise da dimensão cultural do trabalho técnico em gestão em saúde -, convergem quando se considera válido o conceito de cultura para a análise do trabalho técnico em gestão em saúde.

Os limites encontrados nesta pesquisa se referem, principalmente, ao recorte que o trabalho de campo, frente às questões do CEP e dos prazos institucionais para a defesa desta tese, o que permitiu somente uma primeira aproximação com o grupo profissional pesquisado. E é neste mesmo sentido que indicamos a necessidade de continuidade desta pesquisa no serviço de saúde em que esta primeira etapa foi efetuada. Assim, sugere-se que o primeiro retorno a este grupo profissional seja através de um grupo focal quando se pretende apresentar a discussão teórica-metodológica deste estudo, os resultados do trabalho de campo, as limitações do questionário e de seu processo de aplicação.

Entende-se que este processo possibilitará uma melhor compreensão das negociações e das relativizações de poder que ocorrem no interior deste grupo, que, unidos por uma identidade profissional, ainda que a ser construída coletivamente, pode potencializar ou acomodar a disputa por hegemonia na perspectiva de classe.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, A. L. Educação profissional e gestão em saúde: pressupostos teóricos-conceituais na formação de profissionais de nível médio. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro. v.3 n.2, p.351-369, 2005.
- ABRAHÃO, A. L.; CASSAL, C. L. Caminhos para Integralidade na Educação Técnica de Nível Médio em Saúde. *Trab .Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 249-164, jul./out.2009.
- AMATUZZI, M. M. *O resgate da fala autêntica*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- ANTUNES, R. *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. rev.e amp. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BARATA MOURA, J. *Materialismo e Subjetividade: Estudos em torno de Marx*. Lisboa: Avante, AS, 1997.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRAGA, R. *A Política do Precariado: do populismo a hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRASIL. *Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- _____. Ministério da Saúde. *4ª Conferência Nacional de Saúde*. Brasília, 1967.
- _____. *Constituição Brasileira*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. *Lei n° 8.080, de 19 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, 1990 a.
- _____. *Lei n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990*. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências, 1990b.
- BRASIL. *Lei n° 11.784, de 22 de setembro de 2008*. Art.140 – Institui a sistemática para a avaliação de desempenho.

BRASIL. *Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010*. Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho.

_____. *Orientação Normativa nº 7, de 31 de agosto de 2011*. Estabelece diretrizes para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das gratificações de desempenho a que se refere o Decreto nº 7.133.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e o Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

BURAWOY, M. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Unicamp, 2010.

CARIA, T. O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões. *Análise Social*, v. XLIII, n. 4, p. 749-773, 2008.

_____. A Mobilização de Conhecimento em Situação de Trabalho Profissional. Texto revisto e ampliado, a partir da versão original publicada em: FARTES, Vera; SÁ, Maria Roseli (Org.), *Currículo, Formação e Saberes Profissionais*. Bahia: EDUFBA, 2010, p. 165-193.

CARIA, T.; BILTES, R.; CÉSAR, F. *Saber profissional metodológico na condução de entrevistas em Ciências Sociais*. In: Colóquio Internacional sobre Grupos Profissionais: Educação, Trabalho e Conhecimento, 4., 8-9 mar. 2012, Porto,. [Actas do...]. EDUFBA [no prelo], 2012.

CASTRO, V.C.G.; CARVALHO, C.A.; MORATORI, R.B.; COUTINHO, M.M.; CASTRO, R.P.; RIBEIRO, P.C.C.; GUIMARÃES, P. Regulamentação e História dos Trabalhadores Administrativos na Gestão em Saúde. In: MOROSINI, M. V. G. C.; LOPES, M. C. R.; CHAGAS, D. C.; CHINELLI, F.; VIEIRA, M. (Org.) *Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013.

CATTANI, A. D. (Org.) *Trabalho e tecnologia: dicionário crítico*. 3. ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CHINELLI, F.; VIEIRA, M.; DELUIZ, N. *O conceito de Qualificação e a Formação para o Trabalho em Saúde*. In: MOROSINI, M. V. G. C.; LOPES, M. C. R.; CHAGAS, D. C.; CHINELLI, F.; VIEIRA, M. (Org.) *Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e a questão teórico-metodológica das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis: Vozes, 2002. p 130-155.

COUTINHO, C. N. (Org.) *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CUNHA, L. A. R. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. rev. São Paulo/Brasília: Editora da UNESP/FLACSO, 2005.

DEJOURS, C. *Loucura do trabalho*. São Paulo, Oboré; 1987.

_____. *A Banalização da Injustiça Social*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Ed.Unesp, 2005.

_____. *Marx estava certo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

EPSJV, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. *Projeto Político Pedagógico*. 2005. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/v2005/projetopoliticopedagogico.pdf>>.

EPSJV. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. *Revista Polli: saúde, educação e trabalho*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, nov./dez. 2008.

FREITAS, M.B. et al. *Formação de Trabalhadores e o Sistema Único de Saúde: analisando os desafios para a gestão do trabalho em saúde*. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, 2009.

FALLEIROS, I. *Entidades empresariais e a política nacional de saúde: da cultura de crise à cultura da colaboração*. Tese. ENSP/Fiocruz, 2012.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.) A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____. (Org.) *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 26, n. 92, p.1087-1113, Especial - Out. 2005c.

_____. *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005a.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009a.

_____. Teoria e práxis e o antagonismo entre formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.7, suplemento, p.67-82, 2009b.

_____. Novos Fetiches Mercantis da Pseudoteoria do Capital Humano no contexto do Capitalismo Tardio In: ANDRADE, J.; LAURIANA, G.P. *As Políticas Públicas para a Educação no Brasil Contemporâneo: limites e contradições*. UFJF, Juiz de Fora, 2011.

GIDDENS, A. *Dualidade da Estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: Celta, 2000a, p.43-50; 81-93.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*. Oeiras: Celta, 2000b.

GOFFMAN, E. *A representação do Eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. v. 3.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- HELMUT, W. (Organização e introdução) *Fenomenologia e relações sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo*. São Paulo: Ática, 1996.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LIMA, J. C. F.; VIEIRA, M.; PEREIRA, S. R.; CORNÉLIO, R. R.; COSTA, I. M. M. *Mapeando a educação profissional de nível técnico em saúde no Brasil*. Observatório dos Técnicos em Saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2003.
- LIMA, J. C. F.; VIEIRA, M.; DAMACENA, G. N.; CORNÉLIO, R. R.; SÓRIO, R. E. R.; RODRIGUES, V. A. *Tendências e Situação Atual da Oferta do Sistema Educativo na Área da Saúde*. Observatório dos Técnicos em Saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio EPSJV/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2004.
- LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.) *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.
- LIMA, R. O marxismo e a pesquisa qualitativa como referências para investigação sobre educação profissional. In: LIMA, R.; RODRIGUES, D. *A pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais*. Campinas: Alínea, p. 157-184, 2012.
- LINHART, D. Tradução de Wanda Caldeira Brant. *A Desmedida do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, K. Prefácio da primeira edição. In: _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.11-14. (Col. Os economistas.)
- MARX, K. Posfácio da segunda edição In: _____. *O Capital. Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.15-21. (Col. Os economistas.)
- _____. *A questão judaica*. Tradução de João Fagundes. Lisboa, 1978.

MARX, K. O método da economia política. In: _____. *Para a Crítica da Economia Política; Salário Preço e Lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 14-23.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTA, G. C.; LIMA, J. C. F. (Org.) *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2008.

MATTOS, M. B. E. P. *Thompson e a tradição da crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2012.

MÉSZAROS, I. *A Educação para além do Capital*. Tradução Isa Tavares. 2ª edição. Editora Boitempo, São Paulo, 2007.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. 5ª edição. Editora Boitempo, São Paulo, 2006.

MINAYO, M. C. De S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORATORI, R. B. Egressos da Habilitação Técnica em Gestão em Serviços de Saúde da EPSJV/Fiocruz: Mapeando a Trajetória Profissional e a Trajetória Formativa do Profissional Formado entre 2005 e 2008. In: MONKEN, Mauricio; DANTAS, André Vianna (Org.). *Estudos de Politecnia e Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2010. v. 4, p. 243-279.

MOROSINI, M. V. G. C.; LOPES, M. C. R.; CHAGAS, D. C.; CHINELLI, F.; VIEIRA, M. (Org.) *Trabalhadores técnicos em saúde: aspectos da qualificação profissional no SUS*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2013.

MS. Ministério da Saúde. *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos*, 2008.

_____. *Trabalhadores Técnicos em Saúde: formação profissional e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2003.

NEVES, L. M. W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

OBSERVATÓRIO DOS TÉCNICOS EM SAÚDE. Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional de Nível Técnico em Saúde. *Banco de Dados da Educação Profissional Técnica em Saúde – Relação de Cursos por subárea de formação em saúde* (2006). Disponível em <<http://www.observatorio.epsjv.fiocruz.br/upload/projeto/Bepsaude%20quadro%20padronizacao.pdf>>.

PAIM, J. S. *Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 2008.

PAULANI, L. M. O Projeto Neoliberal para a Sociedade Brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (Org.) *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

PAULO NETTO, J. Introdução ao método da teoria social. In: *SERVIÇO Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009. p. 667-700.

PIRES, D. *Precarização do Trabalho*. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (Org.) *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

PEREIRA, I. B.; RAMOS, M. *Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO Jr. Caio. *Teoria marxista do conhecimento e método histórico-dialético*. São Paulo: Ridendo Castigat Mores; eBooksBrasil.com. s/d. Disponível em: <www.Jarh.org>.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAMOS, M. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Conceitos Básicos sobre o Trabalho. In: FONSECA, A. F.; STAUFFER, ANAKEILA DE BARROS (Org.). *O processo histórico do trabalho em saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007.

_____. Concepções e Práticas Pedagógicas nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde: Fundamentos e Contradições. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.7, suplemento, p.153-173, 2009a.

_____. Educação pelo trabalho: possibilidades, limites e perspectivas da formação profissional. *Saúde e Sociedade*, v.18, supl. 2, 2009b.

_____. O conhecimento prático como objeto das Ciências Sociais. In: _____. *Etnossociologia do conhecimento profissional*. Relatório de estágio pós-doutoral (UTAD/Portugal). Vila Real, 2012.

_____. *O estudo de saberes profissionais na perspectiva etnográfica: contribuições teórico-metodológicas*. 2013 (mimeo.)

_____. *Saberes, Competências e Cultura Profissionais dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde (SUS): o processo de reconstrução do conhecimento na Escola e no Trabalho*. Relatório de pesquisa, 2011 (mimeo.)

_____. *Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, p.290, 2010.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. *Alea*, Rio de Janeiro, v.7, jul./dez. 2005.

RODRIGUES, J. Educação Politécnica. In: PEREIRA, Isabel Brasil. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. 2.ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

SANTIAGO, G. E. *Formar para que?* Análise da proposta de politecnia e suas relações com a formação dos trabalhadores de nível médio que atuam no campo da gestão do SUS. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Educação Profissional em Saúde, EPSJV/Fiocruz, Out. 2010.

SANTOS, J. A. Da utopia em construção do atual contexto: por onde caminhar? In: LIMA, J. (Coord.). *Utopia, trabalho e democracia*. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 1998. p. 83-90.

SAVIANI, D. O Choque Teórico da Politecnicia. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.

_____. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*, v.2, n. 34, jan./abr., 2007.

SENNETT, R. *A corrosão do Caráter*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Os Românticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VÁSQUEZ, A. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, M. *Trabalho e Qualificação no SUS e a construção dos modos de ser trabalhador nas organizações públicas de saúde*. Tese (Doutorado) - Instituto de Medicina Social; Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

_____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOOD, E. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

XAVIER, A. E. *A Inserção Profissional dos Trabalhadores de Apoio à Gestão/Administrativos no Sistema Único de Saúde*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, 2012.

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido -2014

O Sr(a) está sendo convidado a participar da pesquisa “Trabalho e Cultura Profissional dos Trabalhadores Técnicos Administrativos em Saúde”, por ser um trabalhador administrativo do Hospital XX.

Esta pesquisa tem por objetivo captar as contradições existentes entre um projeto de saúde pública universal e os limites da realidade concreta condensados e manifestados na cultura profissional dos trabalhadores técnicos que atuam na gestão de nível médio em saúde.

Destaca-se, primeiramente, que sua participação não é obrigatória e que a qualquer momento você pode desistir de participar, sem qualquer prejuízo ou penalização por sua desistência. Sua participação consistirá em responder um questionário referente a seu percurso escolar e profissional, o qual será entregue em envelope lacrado e não identificado, devendo ser respondido individualmente, sem a presença do pesquisador responsável pelo estudo. Estima-se que será necessário no máximo 20 minutos para respondê-lo, entretanto, você terá até o final de seu dia de trabalho para finalizar o preenchimento deste questionário. Ao final deste dia o pesquisador responsável recolherá o documento.

No questionário não haverá identificação dos respondentes, entretanto, ao final do questionário você se deparará com uma última pergunta convidando-o a participar da segunda etapa deste estudo. Esta segunda etapa consiste em ser entrevistado pelo pesquisador responsável por esta pesquisa. Neste sentido, é necessário informar que você faz parte de um grupo de pesquisa composto por 40 sujeitos. Deste total, serão entrevistados 06 sujeitos, ou seja, será entrevistado um sujeito de cada seção que compõe o Serviço de Pessoal do qual você faz parte. Assim, caso aceite participar da entrevista e caso haja mais do que 06 sujeitos interessados nesta etapa, os mesmos serão agrupados de acordo com a seção em que trabalham e, por cada seção, será feito um sorteio aleatório de um único sujeito a ser entrevistado. Destaca-se, então, que a disponibilidade de participação não garante que todos que se dispuserem serão entrevistados.

Se você aceitar participar da segunda etapa deste estudo, será solicitado, ao final do questionário, seu nome e telefone de contato. Caso não aceite participar da segunda etapa deste estudo você não precisa identificar-se no questionário e sua participação termina nesta etapa da pesquisa.

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos referentes a uma pesquisa com preenchimento de questionários, ou seja, um certo desconforto com algumas questões a serem respondidas, ou ainda, desconforto quanto ao tempo que irá disponibilizar para respondê-lo. Asseguramos sigilo, anonimato e confidencialidade quanto à sua identidade na divulgação dos resultados da pesquisa, esclarecendo que os dados recolhidos serão analisados visando caracterizar o grupo de trabalho, portanto, nenhuma utilização será feita em termos individuais, deste modo, entendemos não haver risco de fazer qualquer relação individual entre o respondente e as informações por ele prestadas.

Esclarece-se, ainda, que não haverá benefícios nem custos para sua participação, o benefício que advém é o de contribuir para a ampliação das discussões sobre o trabalhador técnico administrativo em saúde, fortalecendo o debate em torno do desenvolvimento de uma proposta de formação que a partir do entendimento da cultura profissional destes trabalhadores, possa avançar num projeto educativo que reafirme o projeto de saúde pública universal.

Os questionários serão arquivados e ficarão sob guarda institucional, na Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana - PPFH, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, sob responsabilidade da pesquisadora orientadora desta pesquisa de

doutoramento, até o encerramento deste estudo, que ocorrerá quando da entrega do exemplar definitivo da tese à Biblioteca da UERJ. Após este período questionários serão destruídos, assim como os resultados do estudo serão disponibilizados aos sujeitos da pesquisa.

O Sr(a), deverá, se aceitar participar deste estudo, assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias. O Sr(a) receberá uma cópia deste Termo com o telefone e o endereço do pesquisador responsável pela pesquisa e do Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Hospital Federal do Servidores do Estado CEP-HXX, órgão responsável por avaliar a parte ética deste estudo, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Deste modo, o contato como a Pesquisadora Responsável “Raquel Barbosa Moratori”, Doutoranda da Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPFH – UERJ, deverá se dar através do endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º Andar, Bloco F, Sala 12.111, Bairro Maracanã, Rio de Janeiro, como, também, pelos telefones: 2334-2270 / 3865-9780 / 98797-1455.

O contato com o Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos do Hospital XX.

O contato com o Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, deverá se dar através do endereço: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã – Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br, como, também, pelo telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que compreendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e concordo em participar.

Local: _____ Data: ____ / ____ / ____.

Assinatura do Pesquisador- Responsável
Raquel Barbosa Moratori

Assinatura do Respondente

Nome completo por extenso do Respondente.

ANEXO 2 – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa -2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: "Trabalho e Cultura Profissional dos Trabalhadores Técnicos Administrativos em Saúde"

Pesquisador: Raquel Barbosa Moratori

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 25646113.0.0000.5282

Instituição Proponente: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 579.763

Data da Relatoria: 27/03/2014

Apresentação do Projeto:

O presente estudo tem como finalidade a produção de conhecimento sobre o trabalho e a cultura profissional dos trabalhadores técnicos da administração em saúde. Parte do entendimento de que o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde e SUS requer a ampliação do conhecimento acerca deste expressivo quantitativo de trabalhadores técnicos. Para tanto, busca problematizar: as questões que atravessam a vida profissional

destes sujeitos; os aspectos que conformam o seu modo de trabalhar; as formas como realizam suas atividades, como as compreendem, como se percebem neste trabalho; quais são seus espaços de luta, assim como, o que estes trabalhadores pensam a respeito de suas atividades profissionais.

Será aplicado um questionário que será distribuído para 40 sujeitos da pesquisa, em dia/horário pré-agendados com o responsável pela equipe de trabalho, devendo ser respondido individualmente. No ato da entrega do envelope lacrado contendo o questionário, também será, devidamente, entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, em conformidade com a Resolução No 466/2012, o qual será lido pelo pesquisador para o respondente, informando a justificativa, os objetivos, os procedimentos utilizados.

Como segundo procedimento, realizaremos entrevistas semi-estruturadas, dentro do espaço

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



Continuação do Parecer: 579.763

institucional, em local acordado entre as partes e de preferência fora dos seus setores de trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

Esta pesquisa tem por objetivo captar as contradições existentes entre um projeto de saúde pública universal e os limites da realidade concreta condensados e manifestados na cultura profissional dos trabalhadores técnicos que atuam na gestão de nível médio em saúde. Posteriormente, este estudo pretende contribuir com o aprofundamento do debate em torno do desenvolvimento de uma proposta de formação humana que a partir do entendimento da cultura profissional deste grupo possa avançar num projeto político pedagógico que reafirme o projeto de saúde pública universal.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Nos questionários existem perguntas que podem gerar desconforto, pois serão comentadas as relações dos entrevistados com suas chefias diretas. Não haverá benefícios diretos para os participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está bem fundamentado e bem descrito.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos de apresentação obrigatória foram anexados e estão de acordo com a norma vigente.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não possui conflitos éticos que impeçam sua realização.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Ante o exposto, a COEP considerou o projeto aprovado.

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para abril de 2015. Além disso, a COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. Sl 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO - UERJ



Continuação do Parecer: 579.763

não sejam publicados.

RIO DE JANEIRO, 03 de Abril de 2014

Assinador por:
Patricia Fernandes Campos de Moraes
(Coordenador)

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

**ANEXO 3 – “Documento de Trabalho N° 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT
SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no
Terceiro Setor”.**

Projecto de Investigação FCT Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Sector	
--	--

0. Identificação

0.1-Número de questionário:

0.2-Nome da organização: _____

0.3-Zona de amostragem:

1 Porto
 2 Braga
 3 Trás-os-Montes e Alto Douro

0.4- Tipo de organização:

1 Pequena
 2 Intermédia polivalente
 3 Intermédia especializada
 4 Intermédia diversificada
 5 Grande

Outra: _____

0.5- Confirma que faz parte de, pelo menos, uma equipa técnica?

1 Sim
 2 Não

0.6- Intervalo de idade do inquirido:

1 25-29 anos
 2 30-34 anos
 3 35-39 anos
 4 40-44 anos

Outra: _____

0.7- Género do inquirido:

1 Masculino
 2 Feminino

0.8- Intervalo de antiguidade na organização:

1 3 a 5 anos
 2 6 a 8 anos
 3 9 a 11 anos
 4 =>12 anos

Outra: _____

0.9- Grupo profissional:

1 Sociólogo
 2 Assistente Social
 3 Psicólogo
 4 Educólogo
 5 Educador Social
 6 Animador
 7 Gerontólogo
 8 Gestor/Economista

Profissional baseado em outra CHS: _____

I – Situação no trabalho

1.1.-Há quanto tempo trabalha nesta organização (meses/anos)

1.2.-Indique o seu vínculo contratual quando começou a trabalhar nesta organização e actualmente: (p.f. assinale o seu caso em cada uma das duas colunas)

Vínculos contratuais	Início da actividade	Actualmente
1.Recibos verdes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.Contrato a termo (certo/ incerto)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.Contrato permanente (efectivo)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.Sem contrato de trabalho escrito (informal)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5.Contrato temporário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.Bolsa de investigação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7.Estágio profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.Outra situação:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.3-Indique a sua posição hierárquica quando começou a trabalhar nesta organização e actualmente: (p.f. assinale o seu caso em cada uma das duas colunas)

Posições hierárquicas	Início da actividade	Actualmente
1. Director(a)-geral ou director(a)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2. Adjunto(a) ou assistente de direcção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3. Chefe de serviço/departamento/sector	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Responsável por projecto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5. Técnico(a) superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6. Outra posição:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.4.-Em média, qual o número de horas de trabalho semanais? horas / semana

1.5- Na sua actividade quotidiana, participa em várias equipas técnicas?

- 1 Sim
 2 Não

1.5.1-Se respondeu sim, indique quais:

1.6-A principal equipa técnica em que participa é constituída por quem?

(p.f., se não souber, coloque um traço no espaço)

Formação académica superior inicial	Género (1)

(1)- F/M.

1.7- Descreva as principais tarefas que desempenha actualmente nesta organização:

1.8-Ao longo de uma semana normal de trabalho, como ordena a afectação do seu tempo às seguintes actividades: (p.f. ordene, comparativamente, de 1 a 3, sendo que 1 representa muito tempo e 3 pouco tempo)

Actividades em equipas técnicas	
Actividades fora da equipa e dentro da organização	
Actividades externas fora da equipa e da organização	
Outra: _____	

1.9-No seu trabalho quotidiano, diria que as suas tarefas em equipas técnicas representam ao longo de um ano: (p.f., assinale apenas uma opção)

- A totalidade ou a quase totalidade das tarefas que desempenha 1
 Mais do que metade da totalidade das tarefas que desempenha 2
 Cerca de metade das tarefas que desempenha 3
 Menos do que metade das tarefas que desempenha 4
 Uma pequena parte das tarefas que desempenha 5

II – Trajectória profissional

2.1-Em que medida as suas tarefas nesta organização mudaram nos últimos 3 a 4 anos? (p.f., assinale apenas uma opção)

- 1 Sim, totalmente
 2 Sim, quase totalmente
 3 Sim, em parte
 4 Não, quase nada
 5 Não, nada

2.2- Quando foi contratado por esta organização, as tarefas que lhe atribuíram já estavam previamente definidas? (p.f., assinale apenas uma opção)

- 1 Sim, totalmente
 2 Sim, quase totalmente
 3 Sim, em parte
 4 Não, quase nada
 5 Não, nada

2.3-Em que medida as tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas por si? (p.f., assinale apenas uma opção)

- 1 Sim, totalmente
 2 Sim, quase totalmente
 3 Sim, em parte
 4 Não, quase nada
 5 Não, nada

2.4- Depois de já ter concluído a sua formação académica inicial superior, e antes de ter começado a trabalhar nesta organização, teve outros vínculos contratuais de trabalho com outras organizações?

- 1 Sim
 2 Não (☞ avance para a questão 3.1)

2.4.1-Se respondeu sim, indique que organizações e que vínculos:

III – Formação Académica e Profissional

3.1- Preencha o quadro que se segue, indicando qual é a sua formação académica superior inicial, complementar ou pós-graduada (conforme o seu caso) e o ano e a instituição onde obteve estes diplomas académicos

Grau (1)	Area de conhecimento do curso	Instituição de ensino	Ano lectivo

(1): Bac- bacharelato; CL- complemento licenciatura Lic- licenciatura 4 ou 5 anos; Lb- licenciatura 3 anos; PG- pós-graduação ou mestrado incompleto; Mc- mestrado completo; DI- doutoramento incompleto; Dc- doutoramento completo.

3.2- Qual foi o tempo de espera entre a conclusão da sua formação académica superior inicial e o seu primeiro contrato de trabalho? ____|____|____ meses

3.3- Preencha o quadro que se segue, indicando a formação e cursos profissionais que obteve, posteriores à sua formação académica superior inicial

Nome, tema ou área de conhecimento da formação	Local/Organização	Ano civil

3.4- Enquanto realizou a sua formação académica inicial, desempenhou alguma actividade numa organização do terceiro sector?

- 1 Sim
 2 Não (☞ avance para a questão 3.5)

3.4.1- Se respondeu sim, indique qual:

3.5- Em que medida o trabalho que realiza actualmente nesta organização corresponde àquilo que esperava vir a fazer quando concluiu a sua formação académica superior inicial?

- 1 Sim, totalmente
 2 Sim, quase totalmente
 3 Sim, em parte
 4 Não, quase nada
 5 Não, nada

3.5.1- Quer explicitar algumas das razões para a sua resposta anterior?

3.6- Em que medida aquilo que aprendeu na sua formação académica superior (inicial, complementar ou pós-graduada) tem sido útil às tarefas que tem desempenhado ao longo da sua carreira?

- 1 Sim, completamente útil
 2 Sim, bastante útil
 3 Sim, em parte
 4 Não, pouco útil
 5 Não, nada

3.6.1- Quer explicitar algumas das razões para a sua resposta anterior?

IV- Trabalho da equipa técnica

4.1-Em que grau de frequência as tarefas da equipa técnica (principal) de que faz parte podem ser qualificadas como:

	Muito Frequente	Frequente	Pouco Frequente	Nunca	Não Aplicável
1.Tarefas administrativas					
2.Tarefas decisoras					
3.Tarefas gestonárias					
4.Tarefas técnicas					
5.Outra 1:					
6.Outra2:					

4.2-Dê dois exemplos de cada um deste tipo de tarefas:

4.3- Em algumas destas tarefas da equipa técnica, a sua contribuição poderá ser identificada como sendo, sobretudo, de:

	Sim, totalmente	Sim, quase totalmente	Sim, em parte	Não, pouco	Não, nada
1.Diagnóstico e explicação da realidade em que se actua					
2.Planeamento e concepção da actividade colectiva da equipa					
3.Aconselhamento e reflexão para se tomar decisões na equipa					
4.Negociação e construção de consensos na actividade colectiva da equipa					

4.3.1-Quer explicitar algumas das razões para a sua resposta anterior?

4.4-Na actividade da equipa técnica (principal) de que faz parte, com que grau de frequência são utilizados os seguintes meios de comunicação com as entidades exteriores?

	Muito Frequente	Frequente	Pouco Frequente	Nunca	Não Aplicável
1. Presencial					
2. Telefone fixo					
3. Telemóvel					
4. Fax					
5. Correio postal					
6. E-mail					
7. Internet (ex. Skype)					
8. Outro 1: _____					
9. Outro2: _____					

4.5-Quais as tarefas que, comparativamente, são mais frequentes na actividade da equipa técnica (principal) de que faz parte?

	Muito Elevada Frequência	Elevada Frequência	Moderada Frequência	Baixa Frequência	Nula Frequência
1.Analisar resultados das acções					
2.Contactar para dar informação					
3.Contactar para receber informação					
4.Responder a solicitações de ajuda para agir					
5.Dar esclarecimentos/ justificações					
6.Dar instruções/autorizações					
7. Implementar acções determinadas/acordadas					
8.Organizar e produzir documentação própria					
9.Planear e organizar acções					
10.Participar em reuniões formais e informais					
11.Solicitar ajuda para agir					
12.Solicitar esclarecimentos/justificações					
13.Solicitar instruções/autorizações					
14.Recolher e organizar informação					
15.Tratar e analisar informação					

4.6- Responda às três questões que se seguem, referindo em que medida considera que a actividade quotidiana da equipa técnica (principal) a que pertence se encontra sujeita ou dependente de... acho que não percebo...

4.6.1-No que se refere à existência de controlo externo da actividade quotidiana da equipa técnica por entidades superiores ou externas, avalie o seu grau nos seguintes aspectos:

	Muito controlado	Controlado	Pouco controlado	Nada controlado	Não aplicável
1.Avaliação de resultados das actividades					
2.Definição de objectivos/ finalidades de actividades					
3.Interacção com chefias e direcções na organização					
4.Interacção com os utentes					
5.Interacção com subordinados na organização					
6.Organização da execução de actividades					
7.Uso de recursos informativos/ documentais nas actividades					
8.Uso de recursos materiais nas actividades					
9.Uso do tempo/ espaço nas actividades					

4.6.2- No que se refere à existência de repetição e rotinização da actividade quotidiana da equipa técnica, avalie o seu grau nos seguintes aspectos:

	Muito rotinizado	Rotinizado	Pouco rotinizado	Nada rotinizado	Não aplicável
1.Avaliação de resultados das actividades					
2.Definição de objectivos/ finalidades de actividades					
3.Interacção com chefias e direcções na organização					
4.Interacção com os utentes					
5.Interacção com subordinados na organização					
6.Organização da execução de actividades					
7.Uso de recursos informativos/ documentais nas actividades					
8.Uso de recursos materiais nas actividades					
9.Uso do tempo/ espaço nas actividades					

4.6.3- No que se refere à capacidade de iniciativa própria da equipa técnica para, na actividade quotidiana, prever e antecipar o que pode ocorrer, avalie o seu grau de existência nos seguintes aspectos:

	Muita capacidade	Alguma capacidade	Pouca capacidade	Nenhuma capacidade	Não aplicável
1.Avaliação de resultados das actividades					
2.Definição de objectivos/ finalidades de actividades					
3.Interacção com chefias e direcções na organização					
4.Interacção com os utentes					
5.Interacção com subordinados na organização					
6.Organização da execução de actividades					
7.Uso de recursos informativos/ documentais nas actividades					
8.Uso de recursos materiais nas actividades					
9.Uso do tempo/ espaço nas actividades					

V- Inserção no trabalho da equipa técnica

5.1-Nas suas tarefas na equipa técnica (principal) de que faz parte, quais são, comparativamente, os seus interlocutores mais frequentes? (p.f., ordene comparativamente de 1 a 4 sendo que 4 representa “mais frequente” e 1 “menos frequente”; use o 0 para “inexistente”, se for o caso)

1.Superiores hierárquicos na organização	
2.Subordinados hierárquicos na organização	
3.Pessoas com igual posição na hierarquia da organização	
4.Outros com posição indefinida na hierarquia	

5.2- Em que medida as suas tarefas na equipa técnica (principal) de que faz parte se encontram já definidas à partida ou variam conforme o tipo de problemas/ situações? (p.f., assinale apenas uma opção)

- 1 Já estão totalmente, ou quase totalmente, definidas à partida
 2 Já estão bastante definidas à partida
 3 Variam tanto quanto já está definido à partida
 4 Variam bastante conforme os problemas e as situações
 5 Variam totalmente, ou quase totalmente, conforme os problemas e as situações

5.3- Para o bom êxito do trabalho de equipa, são sempre necessárias a articulação e a complementaridade nas tarefas que cada membro realiza. Em que medida, nesta articulação, as suas tarefas se podem sobrepor com as de outros membros da equipa com outra formação académica? (p.f., assinale apenas uma opção)

- 1 Sim, é comum serem totalmente ou quase totalmente sobrepostas
 2 Sim, há casos em que são totalmente ou quase totalmente sobrepostas
 3 Sim, pode acontecer, em parte
 4 Não, é raro acontecer
 5 Não, isso nunca acontece

5.3.1- Quer explicitar algumas das razões para a sua resposta anterior?

5.4-Quais são as tarefas, na actividade da equipa técnica (principal) de que faz parte, em que tem maior intervenção?

	Muito Elevada	Elevada	Moderada	Baixa	Nula
1.Analisar resultados das acções					
2.Contactar para dar informação					
3.Contactar para receber informação					
4.Responder a solicitações de ajuda para agir					
5.Dar esclarecimentos/ justificações					
6.Dar instruções/autorizações					
7. Implementar acções determinadas/acordadas					
8.Organizar e produzir documentação própria					
9.Planear e organizar acções					
10.Participar em reuniões formais e informais					
11.Solicitar ajuda para agir					
12.Solicitar esclarecimentos/justificações					
13.Solicitar instruções/autorizações					
14.Recolher e organizar informação					
15.Tratar e analisar informação					

5.5-Em que tarefas pensa que o seu contributo individual é mais reconhecido pelos restantes membros como útil à actividade da equipa técnica (principal) ?

	Muito Útil	Bastante Útil	Útil	Pouco Útil	Nada Útil
1.Analisar resultados das acções					
2.Contactar para dar informação					
3.Contactar para receber informação					
4.Responder a solicitações de ajuda para agir					
5.Dar esclarecimentos/ justificações					
6.Dar instruções/autorizações					
7. Implementar acções determinadas/acordadas					
8.Organizar e produzir documentação própria					
9.Planear e organizar acções					
10.Participar em reuniões formais e informais					
11.Solicitar ajuda para agir					
12.Solicitar esclarecimentos/justificações					
13.Solicitar instruções/autorizações					
14.Recolher e organizar informação					
15.Tratar e analisar informação					

Se desejar apresentar algumas considerações gerais sobre este inquérito e sobre o que ele pretende conhecer, utilize, por favor, o espaço a seguir.

Muito obrigado pela sua colaboração

ANEXO 4 – Adaptação do “Documento de Trabalho N° 18 – DT 18 – Projecto de Investigação FCT SARTPRO – Etapa II – Saberes, Autonomias e Reflexividade no Trabalho Profissional no Terceiro Setor”: Questionário – 2014

Questionário

0. Identificação

0.1-Número de questionário: / ___ / ___ / (a ser preenchido, posteriormente, pelo pesquisador responsável)

0.2- Suas atividades de trabalho estão relacionadas com as atividades de outros trabalhadores?

- | | |
|-------------------------|-----|
| <input type="radio"/> 1 | Sim |
| <input type="radio"/> 2 | Não |

0.3- Faixa etária (intervalo):

- 1 18-25 anos
 2 25-29 anos
 3 30-34 anos
 4 34-39 anos
 5 40-44 anos
 Outra: _____

0.4- Sexo:

- | | |
|-------------------------|-----------|
| <input type="radio"/> 1 | Masculino |
| <input type="radio"/> 2 | Feminino |

0.5- Tempo na organização:

- 1 0 a 3 anos
 2 3 a 5 anos
 3 6 a 8 anos
 4 9 a 11 anos
 5 12 anos ou mais
 Outra: _____

1 – Situação no trabalho

1.1.- Indique o seu **vínculo contratual** quando começou a trabalhar nesta organização e vínculo atual: **(Por favor, assinale o seu caso em cada uma das duas colunas)**

Vínculos contratuais	Início da atividade	Atualmente
1.Servidor Público - RJU	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.Servidor Público - CLT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
3-Terceirizado - CLT	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
4. Cooperativado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
5.Contrato temporário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6.Bolsa de Pesquisa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7. Bolsa de Projeto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8.Estágio profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9.Outra situação:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

1.1.1- No caso de outra situação, por favor, especifique: _____

1.1.2 – Caso tenha tido mais do que 2 vínculos, por favor, especifique: _____

1.2-Indique a **sua posição hierárquica** quando começou a trabalhar nesta organização e situação atual: **(Por favor, assinale o seu caso em cada uma das duas colunas)**

Posições hierárquicas	Início da atividade	Atualmente
.Chefe de Serviço	O	O
.Chefe de Departamento	O	O
.Chefe de Setor	O	O
.Responsável Técnico	O	O
.Membro de equipe	O	O
.Outra posição:	O	O

1.2.1 No caso de outra posição, por favor, especifique: _____

1.3. -Em média, qual o número de horas de trabalho semanais? | | horas/semana

1.4-A equipe de trabalho imediata em que participa é constituída por quantos trabalhadores?

1.4.1 – Por favor, informe **o cargo e o tipo de formação escolar de cada profissional de sua equipe de trabalho** e, se não souber, coloque um traço no espaço.

Cargo ocupado	Formação Escolar
01-	
02-	
03-	
04-	
05-	
06-	
07-	
08-	
09-	
10-	
11-	
12-	
13-	
14-	
15-	

Exemplos de tipos de formação:

- 1- Ensino Médio (antigo 2º grau) – não profissionalizante;
- 2- Ensino Médio integrado a Educação Profissional (2º grau e Curso Técnico ao mesmo tempo) – Favor, especificar qual curso.
- 3- Curso de Educação Profissional após o Ensino Médio (Curso Técnico após o 2º grau) - Favor, especificar qual curso.
- 4- Curso Superior (graduação) - Favor, especificar qual curso.

II – Trajetória profissional

2.1-As suas tarefas nesta organização mudaram nos últimos 3 a 4 anos? (Por favor, assinale apenas uma opção)

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| <input type="radio"/> | O 1 Sim, totalmente |
| <input type="radio"/> | O 2 Sim, quase totalmente |
| <input type="radio"/> | O 3 Sim, em parte |
| <input type="radio"/> | O 4 Não, quase nada |
| <input type="radio"/> | O 5 Não, nada |

Se possível, comente: _____

2.2- Quando iniciou seu trabalho nesta organização, as tarefas que lhe atribuíram já estavam previamente definidas? (Por favor, assinale apenas uma opção)

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| <input type="radio"/> | O 1 Sim, totalmente |
| <input type="radio"/> | O 2 Sim, quase totalmente |
| <input type="radio"/> | O 3 Sim, em parte |
| <input type="radio"/> | O 4 Não, quase nada |
| <input type="radio"/> | O 5 Não, nada |

Se possível, comente: _____

2.3-As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas **por você**? (Por favor, assinale apenas uma opção)

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| <input type="radio"/> | O 1 Sim, totalmente |
| <input type="radio"/> | O 2 Sim, quase totalmente |
| <input type="radio"/> | O 3 Sim, em parte |
| <input type="radio"/> | O 4 Não, quase nada |
| <input type="radio"/> | O 5 Não, nada |

Se possível, comente: _____

2.3.1-As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas **com você**? (Por favor, assinale apenas uma opção)

- | | |
|-----------------------|---------------------------|
| <input type="radio"/> | O 1 Sim, totalmente |
| <input type="radio"/> | O 2 Sim, quase totalmente |
| <input type="radio"/> | O 3 Sim, em parte |
| <input type="radio"/> | O 4 Não, quase nada |
| <input type="radio"/> | O 5 Não, nada |

Se possível, comente: _____

2.3.2-As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas **por sua equipe de trabalho**? (Por favor, assinale apenas uma opção)

O 1	Sim, totalmente
O 2	Sim, quase totalmente
O 3	Sim, em parte
O 4	Não, quase nada
O 5	Não, nada

Se possível, comente: _____

2.4- Antes de ter começado a trabalhar nesta organização, teve **outros vínculos de trabalho** com outras organizações?

O1	Sim
O 2	Não

2.4.1- Se respondeu sim, preencher o quadro abaixo.

Quais organizações:	Quais vínculos de trabalho:	Por quais períodos:

III – Formação Escolar e Profissional

3.1- Por favor, preencha o quadro que se segue, indicando qual é a **sua trajetória de formação** escolar, profissional e complementar, indicando o tipo de formação, a instituição em que realizou esta formação e o ano em que a concluiu.

(Na legenda abaixo do quadro estão indicados alguns exemplos de tipo de formação para auxiliá-lo na resposta. Por favor, especificar, se for o caso, qual formação técnica, qual formação superior e quais cursos complementares)

Tipos de Formação/Qual curso	Instituição	Ano de conclusão

Exemplos de tipos de formação:

- 1- Ensino Médio (antigo 2º grau) – não profissionalizante;
- 2- Ensino Médio integrado a Educação Profissional (2º grau e Curso Técnico ao mesmo tempo) – Favor, especificar qual curso.
- 3- Curso de Educação Profissional após o Ensino Médio (Curso Técnico após o 2º grau) - Favor, especificar qual curso.
- 4- Curso Superior (graduação) - Favor, especificar qual curso.
- 5- Cursos complementares (cursos de pequena, média e longa duração - desde atualizações, aperfeiçoamento, etc. até as pós-graduações) - Favor, especificar qual curso.

3.2. -Qual foi o **tempo de espera** entre a conclusão da sua **formação no Ensino Médio** (antigo 2º grau) e o seu **primeiro contrato de trabalho**?

/ ___/___/ meses ou / ___/___/ anos.

3.2.1. -Qual foi o **tempo de espera** entre a conclusão da sua **formação Técnica** e o **seu trabalho nesta instituição**?

/ ___/___/ meses ou / ___/___/ anos.

3.2.2. -Qual foi o **tempo de espera** entre a conclusão da sua **formação Superior** e o **seu trabalho nesta instituição**?

/ ___/___/ meses ou / ___/___/ anos.

3.3- Caso você tenha feito **formação Técnica Profissionalizante (Curso Técnico)** o trabalho que realiza atualmente nesta organização corresponde àquilo que esperava vir a fazer quando concluiu esta formação?

- O 1 Sim, totalmente
- O 2 Sim, quase totalmente
- O 3 Sim, em parte
- O 4 Não, quase nada
- O 5 Não, nada

Se possível, comente: _____

3.3.1 - Caso você tenha feito **formação Superior** o trabalho que realiza atualmente nesta organização corresponde àquilo que esperava vir a fazer quando concluiu esta formação?

- O 1 Sim, totalmente
- O 2 Sim, quase totalmente
- O 3 Sim, em parte
- O 4 Não, quase nada
- O 5 Não, nada

Se possível, comente: _____

3.4-Aquilo que aprendeu **no decorrer de sua formação** tem sido útil às tarefas que tem desempenhado ao longo da sua carreira?

- O 1 Sim, completamente útil O 2 Sim, bastante útil
- O 3 Sim, em parte
- O 4 Não, pouco útil
- O 5 Não, nada

Se possível, comente: _____

3.4- Aquilo que aprendeu **fora de sua formação em instituições de ensino** tem sido útil às tarefas que tem desempenhado ao longo da sua carreira?

- O 1 Sim, completamente útil O 2 Sim, bastante útil
- O 3 Sim, em parte
- O 4 Não, pouco útil

O 5 Não, nada

Se possível, comente em que espaços e como se deu (e/ou se dá) este aprendizado: _____

IV– Trabalho em equipe

(Favor considerar como equipe de trabalho todo o conjunto de trabalhadores diretamente envolvidos no seu trabalho cotidiano)

4.1-Em que grau de frequência **suas tarefas individuais** podem ser qualificadas como:

	Muito Frequente	Frequente	Pouco Frequente	Nunca	Não Aplicável
1. Atividades rotineiras					
2- Atividade de avaliação das situações de trabalho					
3. Atividade de tomada de decisão					
4. Atividades de negociação coletiva					
5. Atividades de planejamento e controle					

Se você não se encaixa em nenhuma das respostas acima favor especificar a tarefa individual e a frequência de sua realização, conforme o quadro acima: _____

4.2- No trabalho em equipe, a **sua contribuição** poderá ser identificada como sendo, sobretudo, de:

	Muito Frequente	Frequente	Pouco Frequente	Nunca	Não Aplicável
1. Atividades rotineiras					
2. Diagnóstico/avaliação e explicação de problemas					
3. Aconselhamento e reflexão para se tomar decisões na equipe					
4. Negociação e construção de consensos na atividade coletiva da equipe					
5. Planejamento e concepção da atividade coletiva da equipe					

Caso sua contribuição não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e a frequência de sua realização: _____

4.3-Quais as tarefas que, **comparativamente, você mais realiza no trabalho** em que faz parte?

	Muito Elevada Frequência	Elevada Frequência	Moderada Frequência	Baixa Frequência	Nula Frequência	Horas por Semana
1. Analisar resultados das atividades rotineiras						
2. Contactar membros da equipe para dar informação						
3. Contactar membros da equipe para receber informação						
4. Responder às solicitações de ajuda para agir						

5. Dar esclarecimentos/justificativas						
6. Dar instruções						
7. Dar autorizações						
8. Implementar ações determinadas/acordadas						
9. Realizar ações determinadas/acordadas						
10. Organizar e produzir documentação própria						
11. Planejar e organizar ações						
12. Participar em reuniões formais						
13. Participar em reuniões informais						
14. Solicitar ajuda/orientação para agir						
15. Solicitar esclarecimentos/justificativas						
16. Solicitar instruções						
17. Solicitar autorizações						
18. Recolher e organizar informação						
19. Tratar e analisar informação						

Caso suas tarefas não tenham sido representadas no quadro acima favor especificar a atividade, a frequência de sua realização e o tempo médio, em horas por semana, dedicado a esta atividade:

4.4- Qual o seu **nível de planejamento** no que se refere as atividades a seguir:

	Muito planejado	Algum planejamento	Pouco planejamento	Nenhum planejamento	Não aplicável
1. Avaliação de resultados das atividades					
2. Definição de objetivos/ finalidades das atividades					
3. Interação com chefias na organização das atividades					
4. Interação com os usuários					
5. Interação com subordinados na organização					
6. Organização da execução de atividades					
7. Uso de recursos informatizados/ documentais nas atividades					
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)					
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho					

Caso alguma atividade não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e seu nível de planejamento no decorrer do seu trabalho: _____

4.5. - No que se refere à **frequência** da atividade cotidiana da **equipe de trabalho**, avalie o **seu grau** nos seguintes aspectos:

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Nada frequente	Não aplicável
1. Avaliação de resultados das atividades					
2. Definição de objetivos/ finalidades de atividades					
3. Interação com chefias e direções na organização					
4. Interação com os usuários					
5. Interação com subordinados na organização					
6. Organização da execução de atividades					
7. Uso de recursos informatizados/ documentais nas atividades					

8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)					
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho					

Caso alguma atividade não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e sua frequência cotidiana na equipe de trabalho:

4.6- Avalie o grau de **monitoramento e avaliação** das atividades da equipe, **pela chefia do setor**:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável
1. Avaliação de resultados das atividades					
2. Definição de objetivos/ finalidades de atividades					
3. Interação com chefias e direções na organização					
4. Interação com os usuários					
5. Interação com subordinados na organização					
6. Organização da execução de atividades					
7. Uso de recursos informatizados/ documentais nas atividades					
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)					
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho					
10. Metas de desempenho					

Caso alguma atividade não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e seu grau de monitoramento e avaliação: _____

4.6. 1- Avalie o grau de **monitoramento e avaliação** das atividades da equipe, **pela chefia imediata**:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável
1. Avaliação de resultados das atividades					
2. Definição de objetivos/ finalidades de atividades					
3. Interação com chefias e direções na organização					
4. Interação com os usuários					
5. Interação com subordinados na organização					
6. Organização da execução de atividades					
7. Uso de recursos informatizados/ documentais nas atividades					
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)					
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho					
10. Metas de desempenho					

Caso alguma atividade não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e seu grau de monitoramento e avaliação: _____

4.6.2- Avalie o grau de **monitoramento e avaliação** das atividades da equipe, **pela equipe de trabalho**:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável
1. Avaliação de resultados das atividades					
2. Definição de objetivos/ finalidades de atividades					
3. Interação com chefias e direções na organização					
4. Interação com os usuários					
5. Interação com subordinados na organização					
6. Organização da execução de atividades					
7. Uso de recursos informatizados/ documentais nas atividades					
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)					
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho					
10. Metas de desempenho					

Caso alguma atividade não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e seu grau de monitoramento e avaliação: _____

4.6.3 - Avalie o grau de **monitoramento e avaliação** das atividades da equipe, **por você**:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável
1. Avaliação de resultados das atividades					
2. Definição de objetivos/ finalidades de atividades					
3. Interação com chefias e direções na organização					
4. Interação com os usuários					
5. Interação com subordinados na organização					
6. Organização da execução de atividades					
7. Uso de recursos informatizados/ documentais nas atividades					
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)					
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho					
10. Metas de desempenho					

Caso alguma atividade não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e seu grau de monitoramento e avaliação: _____

V- Inserção no trabalho em equipe

5.1- Nas suas tarefas na equipe de trabalho, quais são, comparativamente, os **seus interlocutores mais frequentes**? (Por favor, ordene comparativamente de 1 a 4 sendo que 4 representa “mais frequente” e 1 “menos frequente”; use o 0 para “inexistente”, se for o caso)

1. Superior hierárquico – Chefia do Setor	
2- Superior hierárquico – Chefia imediata	

3- Subordinados hierárquicos na organização	
4- Pessoas com igual posição na hierarquia da organização	
5- Outros com posição indefinida na hierarquia	

5.2- As suas **tarefas** na equipe de trabalho de que faz parte se **encontram pré-definidas** ou variam conforme o tipo de problemas/ situações? (Por favor, assinale apenas uma opção)

- O 1 Já estão totalmente, ou quase totalmente, definidas à priori
 O 2 Já estão bastante definidas à priori
 O 3 Variam tanto quanto já está definido à priori
 O 4 Variam bastante conforme os problemas e as situações
 O 5 Variam totalmente, ou quase totalmente, conforme os problemas e as situações

5.3-Para você o quanto a **equipe de trabalho reconhece a importância** de **sua participação** nas seguintes atividades:

	Muito importante	Bastante importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Não Aplicável
1. Analisar resultados das atividades rotineiras						
2. Contactar membros da equipe para dar informação						
3. Contactar membros da equipe para receber informação						
4. Responder às solicitações de ajuda para agir						
5. Dar esclarecimentos/ justificativas						
6. Dar instruções						
7. Dar autorizações						
8. Implementar ações determinadas/acordadas						
9. Realizar ações determinadas/acordadas						
10. Organizar e produzir documentação própria						
11. Planejar e organizar ações						
12. Participar em reuniões formais						
13. Participar em reuniões informais						
14. Solicitar ajuda/orientação para agir						
15. Solicitar esclarecimentos/justificativas						
16. Solicitar instruções						
17. Solicitar autorizações						
18. Recolher e organizar informação						
19. Tratar e analisar informação						

Caso suas tarefas não tenham sido representadas no quadro acima favor especificar a atividade e o grau de reconhecimento pela equipe de trabalho:

5.4 Se desejar apresentar algumas considerações sobre este questionário e sobre o que ele pretende conhecer, utilize, por favor, o espaço a seguir.

6- Você está sendo convidado a participar da segunda etapa deste estudo que é ser entrevistado pelo pesquisador responsável por esta pesquisa. Você se disporia a ser entrevistado?

() NÃO. Neste caso, favor não colocar nenhuma identificação em seu questionário e apenas devolvê-lo, ao pesquisador responsável pelo estudo, no mesmo envelope em que lhe foi entregue, anteriormente. Se possível, justifique: _____

() SIM. Neste caso, favor fornecer os seguintes dados abaixo solicitados para agendarmos sua entrevista e devolver este questionário ao pesquisador responsável pelo estudo, no mesmo envelope em que lhe foi entregue, anteriormente. Se possível, justifique: _____

Nome: _____ e telefones _____

A segunda etapa da pesquisa não ocorrerá no ano de 2014, estando prevista para 2015. Caso esta primeira etapa seja suficiente para esta pesquisa você será informado através de sua Coordenação de Gestão de Pessoas.

No caso de uma resposta afirmativa informamos que você faz parte de um grupo de pesquisa composto por 40 sujeitos. Deste total, serão entrevistados 06 sujeitos, ou seja, será entrevistado um sujeito de cada seção que compõe o Serviço de Pessoal do qual você faz parte. Neste sentido, caso aceite participar da entrevista e caso haja mais do que 06 sujeitos interessados nesta etapa, os mesmos serão agrupados de acordo com a seção em que trabalham e, por cada seção, será feito um sorteio aleatório de um único sujeito a ser entrevistado. Destaca-se, então, que a disponibilidade de participação não garante que todos que se dispuserem serão entrevistados.

Reafirma-se que, assim como no questionário, em sua participação na entrevista, também estará assegurado o sigilo, o anonimato e a confidencialidade quanto à sua identificação na divulgação dos resultados da pesquisa. Estes compromissos estarão firmados através de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Entrevista, que será lido e deixado uma cópia com você no ato da entrevista.

Muito obrigado por sua colaboração!

ANEXO 5 – Mapa de Respondentes do Questionário-2014

Sujeito	Tempo de Resposta
01	66 minutos
02	35 minutos
03	35 minutos
04	14 minutos
05	29 minutos
06	45 minutos
07	50 minutos
08	50 minutos
09	76 minutos
10	27 minutos
11	52 minutos
12	52 minutos
13	50 minutos
14	30 minutos
15	35 minutos
16	28 minutos

Fonte: O autor, 2014.

ANEXO 6 – Compilação das Respostas do Questionário – Programa EPI INFO -2014

0. Identificação

01. Número de questionário

Foram aplicados 16 questionários.

02. Suas atividades de trabalho estão relacionadas com as atividades de outros trabalhadores?

Sim – 100%

03. Faixa etária (intervalo):

Faixa etária (intervalo):	Frequência	Percentual
18-25 anos	0	0%
30-34 anos	3	18,80%
34-39 anos	3	18,80%
40-44 anos	2	12,50%
Outra	8	50,00%
Total	16	100,00%

04. Sexo:

Masculino - 50%

Feminino - 50%

05. Tempo na organização:

Tempo na organização:	Frequência	Percentual
0 a 3 anos	1	6,30%
3 a 5 anos	4	25,00%
6 a 8 anos	4	25,00%
12 anos ou mais	7	43,80%
Total	16	100,00%

1. Situação no trabalho

1.1. Indique o seu vínculo contratual quando começou a trabalhar nesta organização e vínculo atual:

Início da atividade	Atualmente	Freq uência	Percentual
Servidor Público - RJU	Servidor Público - RJU	11	68,80%
Servidor Público - CLT	Servidor Público - RJU	4	25,00%
Terceirizado - CLT	Servidor Público - RJU	1	6,30%
TOTAL		16	100,00%

1.2. Indique a sua posição hierárquica quando começou a trabalhar nesta organização e situação atual:

Início da atividade	Atualmente	Freq uência	Percentual
Chefe de setor	Chefe de setor	1	6,30%
Chefe de setor	Membro de equipe	1	6,30%
Membro de equipe	Chefe de serviço	1	6,30%

Membro de equipe	Chefe de setor	4	25,00%
Membro de equipe	Membro de equipe	9	56,30%
TOTAL		16	100,00%

1.3. Em média, qual o número de horas de trabalho semanais?

Horas informadas	Frequência	Percentual
6	2	12,50%
8	2	12,50%
30	5	31,30%
40	7	43,80%
Total	16	100,00%

1.4. A equipe de trabalho imediata em que participa é constituída por quantos trabalhadores?

Número de trabalhadores informados	Frequência	Percentual
4	2	18,8%
5	2	12,5%
6	2	12,5%
7	2	12,5%
11	1	6,3%
12	1	6,3%
13	3	18,8%
Não respondeu	3	18,8%
Total	16	100,00%

2. Trajetória profissional

2.1. As suas tarefas nesta organização mudaram nos últimos 3 a 4 anos?

Opções	Freqüência	Percentual
Não, nada	1	6,30%
Não, quase nada	4	25,00%
Sim, em parte	8	50,00%
Sim, quase totalmente	2	12,50%
Sim, totalmente	1	6,30%
Total	16	100,00%

2.2. Quando iniciou seu trabalho nesta organização, as tarefas que lhe atribuíram já estavam previamente definidas?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	2	12,50%
Não, quase nada	3	18,80%
Sim, em parte	4	25,00%
Sim, quase totalmente	1	6,30%

Sim, totalmente	6	37,50%
Total	16	100,00%

2.3. As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas por você?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	4	25%
Não, quase nada	3	18,80%
Sim, em parte	6	37,50%
Sim, quase totalmente	3	18,80%
Sim, totalmente	0	0
Total	16	100,00%

2.3.1. As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas com você?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	3	18,80%
Não, quase nada	5	31,30%
Sim, em parte	6	37,50%
Sim, quase totalmente	2	12,50%
Sim, totalmente	0	0
Total	16	100,00%

2.3.2. As tarefas que tem desempenhado nesta organização nos últimos 3 a 4 anos foram (re)definidas por sua equipe de trabalho?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	2	12,50%
Não, quase nada	8	50%
Sim, em parte	5	31,30%
Sim, quase totalmente	1	6,30%
Sim, totalmente	0	0
Total	16	100,00%

2.4. Antes de ter começado a trabalhar nesta organização, teve outros vínculos de trabalho com outras organizações?

Sim (13), 81,30%

Não (3), 18,80%

3. Formação escolar e profissional

3.1. Por favor, preencha o quadro que se segue, indicando qual é a sua trajetória de formação escolar, profissional e complementar, indicando o tipo de formação, a instituição em que realizou esta formação e o ano em que a concluiu.

3.2. Qual foi o tempo de espera entre a conclusão da sua formação no Ensino Médio (antigo 2º grau) e o seu primeiro contrato de trabalho?

Meses Informados	Anos (meses/12)	Frequência	Percentual
-------------------------	------------------------	-------------------	-------------------

	1	0,1	2	13%
	2	0,2	1	6%
	11	0,9	1	6%
	12	1	1	6%
	24	2	4	25%
	60	5	1	6%
	108	9	1	6%
	120	10	2	13%
	Não respondeu	Não respondeu	3	19%
Mediana	18 meses	1,5 ano	16	

3.2.1. Qual foi o tempo de espera entre a conclusão da sua formação Técnica e o seu trabalho nesta instituição?

	Meses Informados	Anos (meses/12)	Frequência	Percentual
	24	2	1	6%
	60	5	1	6%
	180	15	1	6%
	228	19	1	6%
	252	21	1	6%
	288	24	1	6%
	Não respondeu	Não respondeu	10	63%
Media na	204 meses	17 anos	16	

3.2.2. Qual foi o tempo de espera entre a conclusão da sua formação Superior e o seu trabalho nesta instituição?

	Meses Informados	Anos (meses/12)	Frequência	Percentual
	16	1,333333333	1	6%
	24	2	1	6%
	48	4	2	13%
	180	15	1	6%
	Não respondeu	Não respondeu	11	69%
Media na	36 meses	3 anos	16	

3.3. Caso você tenha feito formação Técnica Profissionalizante (Curso Técnico) o trabalho que realiza atualmente nesta organização corresponde àquilo que esperava vir a fazer quando concluiu esta formação?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	7	44%
Não, quase nada	1	6%
Sim, em parte	2	12,5%

Sim, quase totalmente	1	6%
Sim, totalmente	1	6%
Não respondeu	4	25%
Total	16	100,00%

3.3.1. Caso você tenha feito formação Superior o trabalho que realiza atualmente nesta organização corresponde àquilo que esperava vir a fazer quando concluiu esta formação?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	4	25%
Não, quase nada	3	18,75%
Sim, em parte	3	18,75%
Sim, quase totalmente	2	13%
Sim, totalmente	0	0%
Não respondeu	4	25%
Total	16	100,00%

3.4. Aquilo que aprendeu no decorrer de sua formação tem sido útil às tarefas que tem desempenhado ao longo da sua carreira?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	3	19%
Não, pouco útil	1	6,30%
Sim, bastante útil	5	31,30%
Sim, completamente útil	2	13%
Sim, em parte	5	31%
Não respondeu	0	0%
Total	16	100,00%

3.4.1. Aquilo que aprendeu fora de sua formação em instituições de ensino tem sido útil às tarefas que tem desempenhado ao longo da sua carreira?

Opções	Frequência	Percentual
Não, nada	1	6,3%
Não, pouco útil	2	12,5%
Sim, bastante útil	7	43,8%
Sim, completamente útil	2	12,5%
Sim, em parte	4	25,0%
Não respondeu	0	0,0%
Total	16	100,00%

4. Trabalho em equipe

4.1. Em que grau de frequência suas tarefas individuais podem ser qualificadas como:

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Nunca	Não aplicável
1. Atividades rotineiras	62,5% (10)	25% (4)	12,5% (2)	0	0
2. Atividade de avaliação das situações de trabalho	31,3% (5)	25% (4)	25% (4)	12,5% (2)	6,3% (1)
3. Atividade de tomada de decisão	31,3% (5)	25% (4)	31,3% (5)	12,5% (2)	0
4. Atividades de negociação coletiva	18,8% (3)	31,3% (5)	25% (4)	12,5% (2)	12,5% (2)
5. Atividades de planejamento e controle	31,3% (5)	31,3% (5)	25% (4)	12,5% (2)	0

Se você não se encaixa em nenhuma das respostas acima favor especificar a tarefa individual e a frequência de sua realização, conforme o quadro acima:

4.2. No trabalho em equipe, a sua contribuição poderá ser identificada como sendo, sobretudo, de:

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Nunca	Não aplicável
1. Atividades rotineiras	68,8% (11)	18,8% (3)	12,5% (2)	0	0
2. Diagnóstico/avaliação e explicação de problemas	37,5% (6)	31,3% (5)	18,8% (3)	0	12,5% (2)
3. Aconselhamento e reflexão para se tomar decisões na equipe	31,3% (5)	37,5% (6)	18,8% (3)	0	12,5% (2)
4. Negociação e construção de consensos na atividade coletiva da equipe	25% (4)	25% (4)	31,3% (5)	6,3% (1)	12,5% (2)
5. Atividades de planejamento e controle	25% (4)	25% (4)	31,3% (5)	6,3% (1)	12,5% (2)

Caso sua contribuição não tenha sido representada no quadro acima favor especificar a atividade e a frequência de sua realização:

4.3. Quais as tarefas que, comparativamente, você mais realiza no trabalho em que faz parte

	Muito elevada frequência	Elevada frequência	Moderada frequência	Baixa frequência	Nula frequência	Total	Horas por semana
1. Analisar resultados das atividades rotineiras	3	2	2	4	4	5	
2. Contactar membros da equipe para dar informação	4	4	5	3	0	6	

3. Contactar membros da equipe para receber informação	2	5	7	2	0	6	
4. Responder à solicitações de ajuda para agir	6	5	5	0	0	6	
5. Dar esclarecimentos/justificativas	3	7	3	3	0	6	
6. Dar instruções	6	3	4	1	1	5	
7. Dar autorizações	0	2	2	6	5	5	
8. Implementar ações determinadas/acordadas	2	4	5	3	1	5	
9. Realizar ações determinadas/acordadas	3	3	6	2	1	5	
10. Organizar e produzir documentação própria	3	2	4	5	1	5	
11. Planejar e organizar ações	1	4	3	3	4	5	
12. Participar em reuniões formais	1	1	8	3	2	5	
13. Participar em reuniões informais	1	1	7	4	2	5	
14. Solicitar ajuda/orientação para agir	0	6	5	4	0	5	
15. Solicitar esclarecimentos/justificativas	1	4	5	5	0	5	
16. Solicitar instruções	0	2	9	4	0	5	
17. Solicitar autorizações	0	3	4	8	0	5	
18. Recolher e organizar informação	3	6	1	3	1	4	
19. Tratar e analisar informação	4	4	3	2	2	5	

4.4. Qual o seu nível de planejamento no que se refere às atividades a seguir:

	Muito planejado	Algum planejamento	Pouco planejamento	Nenhum planejamento	Não aplicável	Total
1. Avaliação de resultados das atividades	2	5	4	3	2	6
2. Definição de objetivos/finalidades das atividades	5	4	4	2	1	6
3. Interação com chefias na organização das atividades	5	5	5	1	0	6
4. Interação com os usuários	1	6	6	2	0	5
5. Interação com subordinados na organização	1	7	4	4	0	6
6. Organização da execução de atividades	6	7	1	1	0	5

7. Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades	7	8	1	0	0	6
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)	6	6	3	0	1	6
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho	4	6	2	3	1	6

4.5. No que se refere à frequência da atividade cotidiana da equipe de trabalho, avalie o seu grau nos seguintes aspectos:

	Muito frequente	Frequente	Pouco frequente	Nada frequente	Não aplicável	Total
1. Avaliação de resultados das atividades	4	4	5	1	2	6
2. Definição de objetivos/finalidades das atividades	3	7	2	2	2	6
3. Interação com chefias na organização das atividades	7	5	4	0	0	6
4. Interação com os usuários	6	9	1	0	0	6
5. Interação com subordinados na organização	9	4	1	2	0	6
6. Organização da execução de atividades	5	8	2	1	0	6
7. Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades	8	7	1	0	0	6
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)	8	5	3	0	0	6
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho	4	3	6	3	0	6

4.6. Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, pela chefia do setor:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável	Total
1. Avaliação de resultados das atividades	4	6	6	0	0	6
2. Definição de objetivos/finalidades das atividades	4	5	7	0	0	6
3. Interação com chefias na organização das atividades	3	3	9	1	0	6
4. Interação com os usuários	4	6	6	0	0	6
5. Interação com subordinados na organização	5	4	7	0	0	6
6. Organização da execução de atividades	4	7	5	0	0	6

7. Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades	4	6	5	1	0	6
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)	5	4	6	1	0	6
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho	5	5	5	1	0	6
10. Metas de desempenho	4	6	4	1	0	5

4.6.1. Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, pela chefia imediata:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável	Total
1. Avaliação de resultados das atividades	5	6	4	1	0	6
2. Definição de objetivos/finalidades das atividades	3	8	4	1	0	6
3. Interação com chefias na organização das atividades	2	8	4	2	0	6
4. Interação com os usuários	2	8	5	1	0	6
5. Interação com subordinados na organização	3	7	5	1	0	6
6. Organização da execução de atividades	5	5	4	2	0	6
7. Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades	4	6	4	2	0	6
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)	5	5	4	2	0	6
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho	3	6	4	3	0	6
10. Metas de desempenho	5	6	4	1	0	6

4.6.2. Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, pela equipe de trabalho:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável	Total
1. Avaliação de resultados das atividades	3	3	7	3	0	6
2. Definição de objetivos/finalidades das atividades	3	4	6	2	1	6
3. Interação com chefias na organização das atividades	4	3	4	4	1	6
4. Interação com os usuários	3	6	4	2	1	6

5. Interação com subordinados na organização	3	4	5	3	1	6
6. Organização da execução de atividades	3	6	4	2	1	6
7. Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades	3	3	7	2	1	6
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)	3	4	6	2	1	6
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho	3	3	6	3	1	6
10. Metas de desempenho	3	5	4	2	2	6

4.6.3. Avalie o grau de monitoramento e avaliação das atividades da equipe, por você:

	Muito monitorado	Monitorado	Pouco monitorado	Nada monitorado	Não aplicável	Total
1. Avaliação de resultados das atividades	3	5	4	3	1	6
2. Definição de objetivos/finalidades das atividades	3	5	4	3	1	6
3. Interação com chefias na organização das atividades	3	5	4	3	1	6
4. Interação com os usuários	5	5	4	2	0	6
5. Interação com subordinados na organização	4	5	4	3	0	6
6. Organização da execução de atividades	4	6	3	3	0	6
7. Uso de recursos informatizados/documentais nas atividades	3	7	4	2	0	6
8. Uso de recursos materiais nas atividades (papel/impressora)	4	5	5	2	0	6
9. Divisão do tempo por atividades de trabalho	4	6	3	2	1	6
10. Metas de desempenho	4	7	2	2	1	6

5. Inserção no trabalho em equipe

5.1. Nas suas tarefas na equipe de trabalho, quais são, comparativamente, os seus interlocutores mais frequentes?

Superior hierárquico - Chefia do setor (ordenação)	Frequência	Percentual
0	1	6,30%
1	5	31,30%
2	3	18,80%
3	4	25,00%

4	3	18,80%
Total	16	100,00%
Superior hierárquico - Chefia imediata (ordenação)	Frequência	Percentual
0	1	6,30%
1	3	18,80%
2	4	25,00%
3	3	18,80%
4	5	31,30%
Total	16	100,00%
Subordinados hierárquicos na organização (ordenação)	Frequência	Percentual
0	1	6,30%
1	3	18,80%
2	3	18,80%
3	4	25,00%
4	5	31,30%
Total	16	100,00%
Pessoas com igual posição na hierarquia (ordenação)	Frequência	Percentual
1	5	31,30%
3	4	25,00%
4	7	43,80%
Total	16	100,00%
Outros com posição indefinida (ordenação)	Frequência	Percentual
0	9	56,30%
1	3	18,80%
2	2	12,50%
4	2	12,50%
Total	16	100,00%

5.2. As suas tarefas na equipe de trabalho de que faz parte se encontram pré-definidas ou variam conforme o tipo de problemas/situações?

Opções	Frequência	Percentual
O1 - Já estão totalmente, ou quase totalmente, definidas à priori	2	12,50%
O2 - Já estão bastante definidas a priori	5	31,30%
O3 - Variam tanto quanto já está definido a priori	3	18,80%
O4 - Variam bastante conforme os problemas e as situações	6	37,50%
O5 - Variam totalmente, ou quase totalmente, conforme os problemas e as situações	0	0,00%

5.3. Para você o quanto a equipe de trabalho reconhece a importância de sua participação nas seguintes atividades:

	Muito importante	Bastante importante	Importante	Pouco importante	Nada importante	Não aplicável	Total
1. Analisar resultados das atividades rotineiras	3	0	8	3	0	2	6
2. Contactar membros da equipe para dar informação	3	5	5	1	1	1	6
3. Contactar membros da equipe para receber informação	3	4	6	1	2	0	6
4. Responder à solicitações de ajuda para agir	7	6	0	2	1	0	6
5. Dar esclarecimentos/justificativas	7	3	3	1	2	0	6
6. Dar instruções	6	4	3	1	2	0	6
7. Dar autorizações	3	2	3	4	1	3	6
8. Implementar ações determinadas/acordadas	3	4	6	1	2	0	6
9. Realizar ações determinadas/acordadas	4	5	5	1	1	0	6
10. Organizar e produzir documentação própria	2	4	5	2	3	0	6
11. Planejar e organizar ações	2	2	6	3	2	1	6
12. Participar em reuniões formais	1	2	3	5	4	1	6
13. Participar em reuniões informais	1	2	4	4	3	2	6
14. Solicitar ajuda/orientação para agir	4	3	5	2	1	0	5
15. Solicitar esclarecimentos/justificativas	6	3	4	2	1	0	6
16. Solicitar instruções	3	2	6	2	1	1	5
17. Solicitar autorizações	3	2	3	4	1	2	5
18. Recolher e organizar informação	3	2	4	3	3	0	5
19. Tratar e analisar informação	3	2	4	4	2	0	5

6. Você está sendo convidado a participar da segunda etapa deste estudo que é ser entrevistado pelo pesquisador responsável por esta pesquisa. Você se disporia a ser entrevistado?

SIM, 31,25% (5)
 NÃO, 68,75% (11)